



Tribunal Judicial da
Comarca de Santarém

e

Tribunal da
Concorrência, Regulação
e Supervisão

Relatório Anual 2023



Painel em azulejo do
Palácio da Justiça I de Tomar



CAPÍTULO I INTRODUÇÃO

1.1. ÂMBITO DO RELATÓRIO

O presente relatório foi elaborado em cumprimento do previsto no artº.94º, nº.8, al. a) da lei 62/2013 de 26.1 (LOSJ) e respeita à actividade do Tribunal Judicial da Comarca de Santarém e do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão no ano judicial de 2023.

O relatório contempla a informação relativa ao estado dos serviços judiciais, à qualidade da resposta dos aludidos tribunais e à situação dos respectivos recursos humanos, instalações e equipamentos, bem como dados respeitantes ao movimento processual verificado.

Ademais nele está congregada a informação relativa ao grau de cumprimento no referido ano judicial dos objectivos estabelecidos para o Tribunal Judicial da Comarca de Santarém e para o Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão e bem assim o elenco das razões dos principais desvios ao seu cumprimento.

1.2. MÉTODO DE ELABORAÇÃO

O presente relatório foi elaborado pela juiz presidente da comarca de Santarém com a colaboração do assessor em contabilidade e finanças do GAMJ e das oficiais de justiça dos gabinetes de apoio aos órgãos de gestão e com contributos do administrador judiciário.

Os dados estatísticos apresentados foram coligidos a partir da plataforma *Citius*, junto dos juízes e das várias unidades orgânicas.



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Na evolução processual por Juízo ao longo do ano de 2023 atendeu-se à recolha de dados, através do módulo Consultas e Listagens, no Citius, a 31.01.2024.

Os dados estatísticos foram colhidos na plataforma *Citius* através de listagens de processos entrados, findos por decisão, findos na secretaria e transitados, não tendo sido consideradas algumas espécies processuais, como sejam: recursos em separado; habeas corpus; e as reclamações previstas nos artºs. 643º do CPC e 405º do CPP, nem as notificações judiciais avulsas; o depósito documental em insolvência; e a relação de bens de maior acompanhado, aqueles por não serem objecto de decisão no tribunal de primeira instância, estes por não implicarem uma decisão final. Foram ainda excluídos os traslados e os anexos.

Aplicou-se critério idêntico para obter as taxas de Congestão, Resolução, Recuperação e Litigância.

O relatório foi sujeito a parecer do Conselho Consultivo da Comarca de Santarém e à aprovação pelo respectivo Conselho de Gestão em 28.02.2024.

Método

Recolha de dados efectuada no sistema *Citius* no dia 31.1.2024.

O documento foi objecto de parecer do Conselho Consultivo a 28.2.2024.

E sujeito à aprovação pelo Conselho de Gestão a 28.2.2024.



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

1.3. ÍNDICE DE CAPÍTULOS

Capítulo I.....	2
INTRODUÇÃO.....	2
1.1. ÂMBITO DO RELATÓRIO	2
1.2. MÉTODO DE ELABORAÇÃO	2
1.3. ÍNDICE DE CAPÍTULOS.....	4
Capítulo II	11
ORGÂNICA DA COMARCA	11
2.1. CONSELHO DE GESTÃO E CONSELHO CONSULTIVO	11
2.2. INTERAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES	11
2.2.1. Equipas multidisciplinares de apoio técnico (EMAT)	11
2.2.2. Sala de crianças e vítimas fragilizadas – PJ I Santarém.....	12
2.3. O EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS: VANTAGENS E DIFICULDADES	13
2.4. PROPOSTAS.....	14
Capítulo III.....	15
OS TRIBUNAIS E O TERRITÓRIO	15
3.1. A INSERÇÃO TERRITORIAL DAS JURISDIÇÕES.....	15
3.1.1. O Tribunal Judicial da Comarca de Santarém e a comunidade	15
3.1.2. O Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão	20
3.2. MEDIDAS DE GESTÃO	20
3.2.1. Medidas de Gestão e Organizativas de carácter geral	20
3.2.2. Medidas de Gestão direccionadas.....	24
3.2.2.1. Juízo de Execução	24
3.2.2.2. Actos jurisdicionais em sede de inquérito	24
3.2.2.3. Requalificação das salas de acolhimento e audição de crianças e jovens e de vítimas fragilizadas ...	25
3.3. INICIATIVAS	26
3.3.1. Incorporação do Processo de Querela n.º.196/1982 do Tribunal da Comarca de Vila Nova de Ourém na Torre do Tombo	27
3.3.2. Acção de Sensibilização para a Mediação Familiar	27
3.3.3. Campanha Laço Azul.....	28
3.3.4. Visitas de escolas ao tribunal.....	29
3.4. PROPOSTAS.....	29
Capítulo IV	32



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

RECURSOS HUMANOS	32
4.1. JUÍZES DE DIREITO	32
4.1.1. Quadro previsto	32
4.1.2. Juízes em funções	33
4.1.3. Absentismo	39
4.1.4. Medidas de gestão	43
4.1.4.1. Juízo Central Cível - Juiz 1	43
4.1.4.2. Juízo Central Cível - Juiz 4	44
4.1.4.3. Juízo Central Criminal - Juiz 1	44
4.1.4.4. Juízo Central Criminal - Juiz 2.....	45
4.1.4.5. Juízo Central Criminal - Juiz 3.....	45
4.1.4.6. Juízo de Execução - Juiz 3	46
4.1.4.7. Juízo do Trabalho de Santarém - Juiz 1	46
4.1.4.8. Juízo do Trabalho de Santarém - Juiz 2	46
4.1.4.9. Juízo Local Criminal de Benavente - Juiz 2.....	47
4.1.4.10. Juízo Local Criminal de Tomar	48
4.1.4.11. Juízo Local Cível de Tomar	48
4.1.4.12. Juízo Local Criminal de Torres Novas	49
4.1.4.13. Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão	49
4.1.4.14. Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 1	50
4.1.4.15. Reafecção de processos	50
4.2. FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS	51
4.2.1. Quadro previsto	51
4.2.2. Funcionários em funções	54
4.2.3. Absentismo	59
4.2.4. Medidas de gestão	62
4.2.4.1. Designação de Secretários de Justiça	62
4.2.4.2. Designação de Escrivães de Direito.....	62
4.2.4.3. Recolocação transitória.....	63
4.2.4.4. Apoio entre unidades de processos	63
4.2.4.5. Bolsa de Funcionários da comarca de Santarém.....	64
4.2.5. Propostas	65
4.3. MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	66
4.3.1. Quadro previsto	66
4.3.2. Magistrados em funções	66



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

4.4. ASSESSORIA A MAGISTRADOS JUDICIAIS (GAMJ)	67
4.5. MÉDIA ANUAL DE JUÍZES, MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO E OFICIAIS DE JUSTIÇA EM EFECTIVIDADE DE FUNÇÕES	67
Capítulo V	71
RECURSOS FINANCEIROS	71
5.1. ORÇAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DE 2023	71
5.1.1. Orçamento	71
5.1.2. Execução orçamental	75
5.1.2.1. Balancete de dotação	75
5.1.2.2. Balancete de execução orçamental	78
5.1.2.3. Estrutura do orçamento da despesa	81
5.2. O EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS	84
5.3. PROPOSTAS	84
5.4. AQUISIÇÕES E ECONOMATO	85
Capítulo VI	87
INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	87
6.1. INSTALAÇÕES	87
6.1.1. Edifícios e Serviços	87
6.1.2. Necessidades estruturais - Construção/Adaptação	92
6.1.2.1. Palácio da Justiça III - Santarém	92
6.1.2.2. Arquivo Central - Santarém	93
6.1.2.3. Sala de audiências de grandes dimensões - Santarém	94
6.1.2.4. Instalação do GAMJ	95
6.1.3. Necessidades estruturais - Conservação/Melhoramento	95
6.1.3.1. Indicações gerais	95
6.1.3.2. Acessibilidade - Pessoas com mobilidade reduzida	96
6.1.3.3. Ar Condicionado - AVAC	96
6.1.3.4. Celas	98
6.1.3.5. Palácio da Justiça de Abrantes	98
6.1.3.6. Edifício de Alcanena	99
6.1.3.7. Edifício de Almeirim	100
6.1.3.8. Palácio da Justiça de Benavente	100
6.1.3.9. Palácio da Justiça do Cartaxo	101
6.1.3.10. Palácio da Justiça de Coruche	101
6.1.3.11. Edifício de Ferreira do Zêzere	101



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

6.1.3.12. Palácio da Justiça do Entroncamento	102
6.1.3.13. Palácio da Justiça da Golegã	102
6.1.3.14. Palácio da Justiça de Mação	103
6.1.3.15. Palácio da Justiça de Ourém	103
6.1.3.16. Palácio da Justiça de Rio Maior	103
6.1.3.17. Palácio da Justiça I de Santarém - PJ I	108
6.1.3.18. Palácio da Justiça II de Santarém - PJ II	109
6.1.3.19. Palácio da Justiça I de Tomar	109
6.1.3.20. Palácio da Justiça II de Tomar	109
6.1.3.21. Palácio da Justiça de Torres Novas	110
6.1.4. Manutenção	110
6.1.4.1. Palácio da Justiça de Abrantes	111
6.1.4.2. Edifício de Alcanena	111
6.1.4.3. Edifício de Almeirim	111
6.1.4.4. Palácio da Justiça de Benavente	111
6.1.4.5. Palácio da Justiça do Cartaxo	112
6.1.4.6. Palácio da Justiça de Coruche	112
6.1.4.7. Palácio da Justiça da Golegã	112
6.1.4.8. Palácio da Justiça do Entroncamento	112
6.1.4.9. Palácio da Justiça de Mação	113
6.1.4.10. Palácio da Justiça de Ourém	113
6.1.4.11. Palácio da Justiça de Rio Maior	113
6.1.4.12. Palácio da Justiça I de Santarém - PJ I	113
6.1.4.13. Palácio da Justiça II de Santarém - PJ II	114
6.1.4.14. Palácio da Justiça I de Tomar	114
6.1.4.15. Palácio da Justiça II de Tomar	115
6.1.4.16. Palácio da Justiça de Torres Novas	115
6.1.5. Segurança, Acessibilidade e Salubridade	115
6.2. EQUIPAMENTOS	117
6.2.1. Telefones	117
6.2.2. Videoconferência	119
6.2.3. Rede de Internet	120
6.2.4. Equipamento informático	121
6.2.5. Equipamentos de segurança	122
6.2.6. Frota automóvel	122



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Capítulo VII	124
UNIDADES ORGÂNICAS E MOVIMENTO PROCESSUAL	124
7.1. UNIDADES DE PROCESSOS	124
7.1.1. Dados estatísticos	124
7.1.1.1. Processos entrados - Tribunal Judicial.....	124
7.1.1.1.1. Evolução comparativa da estatística oficial e de secretaria.....	125
7.1.1.1.1.1. Justiça cível	125
7.1.1.1.1.2. Justiça laboral	127
7.1.1.1.1.3. Justiça Penal e Instrução Criminal.....	128
7.1.1.1.1.4. Justiça tutelar.....	129
7.1.1.2. Processos entrados - Tribunal da Concorrência Regulação e Supervisão.....	129
7.1.1.2.1. Justiça contra-ordenacional	130
7.1.1.2.2. Justiça cível	131
7.1.2. Evolução global da pendência	132
7.1.2.1. Processos pendentes - Tribunal Judicial	132
7.1.2.1.1. Evolução da pendência da Justiça Cível.....	133
7.1.2.1.2. Evolução da pendência da Justiça Laboral.....	134
7.1.2.1.3. Evolução da pendência da Justiça Penal e na Instrução Criminal	135
7.1.2.1.4. Evolução da pendência da Justiça Tutelar.....	136
7.1.2.2. Processos pendentes - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão	136
7.1.2.2.1. Evolução da pendência da área contra-ordenacional.....	137
7.1.2.2.2. Evolução da pendência da área cível.....	137
7.1.3. Taxas e indicadores	138
7.1.3.1. Taxa de congestão	138
7.1.3.2. Taxa de resolução	141
7.1.3.3. Taxa de recuperação	144
7.1.3.4. Taxa de litigância	146
7.1.3.5. Taxas comparativas.....	148
7.1.4. Síntese - Movimento Processual por área	151
7.2. UNIDADES CENTRAIS E SERVIÇO EXTERNO	152
7.3. JUÍZOS DE PROXIMIDADE	153
7.3.1. Actividade	153
7.3.2. Atendimento ao público	153
7.4. MEDIDAS DE GESTÃO E ORGANIZATIVAS	154
7.4.1. Secretários de Justiça com actuação transversal na Comarca	155



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

7.4.2. Bolsa de Funcionários da Comarca de Santarém.....	156
7.4.3. Intervenção processual à distância	158
7.4.4. Priorização de rateios	159
7.4.5. Gestão de arquivos	160
7.4.6. Venda de objectos	161
7.4.7. Gabinete de apoio ao Administrador Judiciário	161
7.5. EVOLUÇÃO PROCESSUAL	161
7.5.1. Tribunal Judicial.....	162
7.5.1.1. Juízo Central Cível.....	162
7.5.1.2. Juízo Central Criminal	163
7.5.1.3. Juízo de Instrução	165
7.5.1.4. Juízo de Família e Menores de Santarém	166
7.5.1.5. Juízo de Família e Menores de Tomar	167
7.5.1.6. Juízo de Família e Menores de Abrantes	168
7.5.1.7. Juízo do Trabalho de Santarém.....	169
7.5.1.8. Juízo do Trabalho de Tomar.....	171
7.5.1.9. Juízo do Comércio	172
7.5.1.10. Juízo de Execução.....	173
7.5.1.11. Juízo Local Cível de Abrantes	176
7.5.1.12. Juízo Local Cível de Benavente	177
7.5.1.13. Juízo Local Cível de Ourém	178
7.5.1.14. Juízo Local Cível de Santarém	179
7.5.1.15. Juízo Local Cível de Tomar	181
7.5.1.16. Juízo Local Cível de Torres Novas	182
7.5.1.17. Juízo Local Criminal de Abrantes	183
7.5.1.18. Juízo Local Criminal de Benavente	185
7.5.1.19. Juízo Local Criminal de Ourém	186
7.5.1.20. Juízo Local Criminal de Santarém	187
7.5.1.21. Juízo Local Criminal de Tomar	188
7.5.1.22. Juízo Local Criminal de Torres Novas	189
7.5.1.23. Juízo de Competência Genérica de Almeirim	191
7.5.1.24. Juízo de Competência Genérica do Cartaxo	192
7.5.1.25. Juízo de Competência Genérica de Coruche	193
7.5.1.26. Juízo de Competência Genérica do Entroncamento	195
7.5.1.27. Juízo de Competência Genérica de Rio Maior.....	196



S. R.
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

7.5.2. Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão	197
7.6. OBJECTIVOS PROCESSUAIS	200
7.6.1. Encurtamento da dilação do agendamento e redução de adiamentos	201
7.6.2. Priorização da tramitação de processos mais antigos	202
7.6.3. Redução da pendência	205
7.6.4. Prescrições	209
7.6.5. Encurtamento do tempo de duração dos processos	210
7.6.6. Digitalização	215
7.6.7. Regularização de pagamentos e recuperação de contas	215
7.6.8. Objectos e arquivo	216
7.7. CONCLUSÕES	216
CAPÍTULO VIII	217
GABINETE DE APOIO AOS MAGISTRADOS JUDICIAIS	217
8.1. GABINETE DE APOIO MAGISTRADOS JUDICIAIS	217
8.1.1. Actividades de carácter geral	217
8.1.2. Assessoria em psicologia	217
8.1.3. Assessoria em ciências jurídicas	219
8.1.4. Assessoria em economia, gestão, contabilidade e finanças	221
CAPÍTULO IX	222
PLANO DE ACTIVIDADES E PROPOSTAS	222
9.1. PLANO DE ACTIVIDADES 2023	222
9.2. PLANO DE ACTIVIDADES 2024	222
9.3. PROPOSTAS	224



CAPÍTULO II ORGÂNICA DA COMARCA

2.1. CONSELHO DE GESTÃO E CONSELHO CONSULTIVO

Ao longo do ano judicial de 2023 realizaram-se, com periodicidade mensal, onze reuniões ordinárias do Conselho de Gestão.

No mesmo período o Conselho Consultivo reuniu em três ocasiões, uma no Palácio da Justiça I de Santarém, outra no Palácio da Justiça I de Tomar e a outra ainda no Palácio da Justiça de Rio Maior.

No decurso do ano de 2023 realizaram-se eleições para o Conselho Consultivo, das quais resultou a eleição de novos representantes no órgão dos Juízes, Magistrados do Ministério Público e Oficiais de Justiça.

Além disso, o órgão conheceu a indicação de novo representante por parte da Ordem dos Advogados e a designação de novos representantes dos municípios e dos representantes dos utentes dos serviços de justiça, em razão da caducidade, por decurso do limite temporal, dos anteriores mandatos.

As reuniões do Conselho Consultivo constituíram um espaço de diálogo frutuoso entre os órgãos de gestão da comarca e as entidades ali representadas e contribuíram para uma melhor percepção externa da realidade organizacional e do desempenho judiciário da comarca e bem assim do modo como a comarca é percebida pela comunidade.

2.2. INTERACÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES

2.2.1. Equipas multidisciplinares de apoio técnico (EMAT)

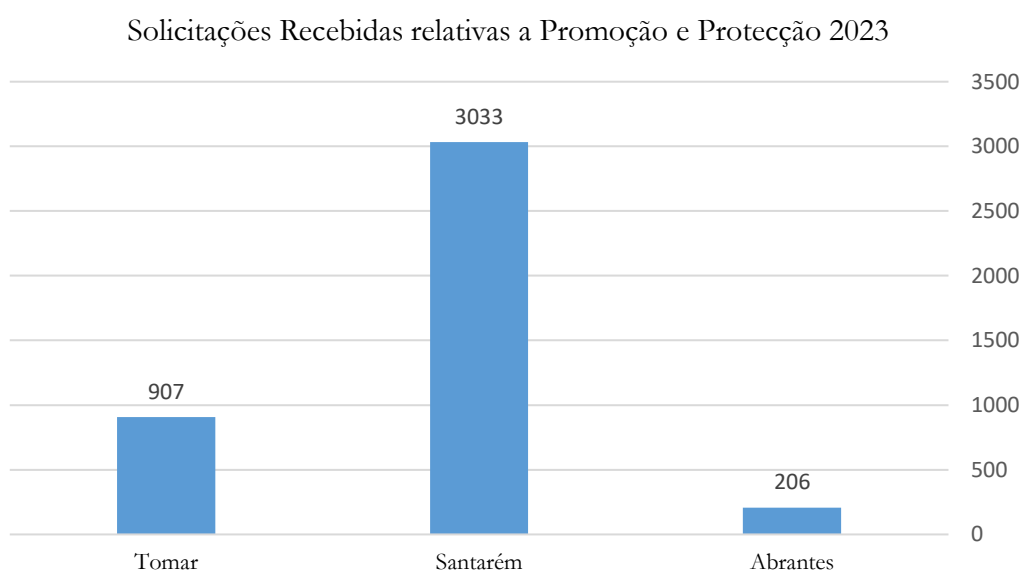


S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Desde 2018, a Comarca de Santarém dispõe de Equipas Multidisciplinares de Apoio Técnico (EMAT) instaladas junto de cada um dos três Juízos de Família e Menores que a integram a Comarca e que estão sedeados em Abrantes, Santarém e Tomar.

O gráfico seguinte espelha o número de solicitações que ao longo do ano de 2023 os Juízos de Família e Menores dirigiram às equipas EMAT no âmbito de processos de Promoção e Protecção:



Fonte: Dados disponibilizados pelos serviços da Segurança Social.

2.2.2. Sala de crianças e vítimas fragilizadas – PJ I Santarém

Também a sala de crianças e vítimas fragilizadas do Palácio da Justiça I de Santarém, criada em 2019 com o apoio da APAV, continuou a ser utilizada com regularidade ao longo do ano de 2023, permitindo um ambiente convivial mais adequado à entrevista das crianças e vítimas fragilizadas, sendo por isso um espaço cuja mais valia é generalizadamente reconhecida por magistrados, utentes e intervenientes processuais.



2.3. O EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS: VANTAGENS E DIFICULDADES

Ao longo do ano judicial de 2023 manteve-se o sistema de controlo e comunicação das prescrições e dos processos com atrasos ao juiz presidente e, por via deste, ao Conselho Superior da Magistratura.

O canal institucional relativo às comunicações entre o juiz presidente, os juízes, os funcionários judiciais e quaisquer entidades externas ao Tribunal foi conservado e melhorado, sendo todas as comunicações encaminhadas - ou reencaminhadas - através do correio electrónico oficial existente, passando sempre pelo gabinete de apoio, onde são anotadas e registadas, assegurando que exista um registo histórico para o futuro.

A página electrónica da Comarca, acedível através do Portal das Comarcas, foi actualizada com regularidade, apresentando conteúdos actualizados.

Deu-se integral cumprimento ao estatuído no artigo 3.º, n.º 2 do Regulamento dos Serviços de Inspeção.

A inexistência de uma plataforma de gestão documental de suporte e apoio à actividade de gestão e a indisponibilidade de programas e ferramentas informáticas adequados ao desenvolvimento da respectiva actividade são causa de constrangimentos e limitações quotidianas ao desempenho funcional do juiz presidente.

Por outro lado, a absoluta falta de autonomia financeira e em grande medida administrativa dos tribunais de 1ª instância apresenta-se como entrave à fluidez da actividade de gestão, tendo reflexos na tempestividade e qualidade do serviço judiciário prestado

Ademais verifica-se que os canais formais de comunicação e articulação estabelecidos com o IGFEJ e com a DGAJ são em grande medida ineficientes.



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

2.4. PROPOSTAS

Crê-se que seria importante rever o modelo de autonomia financeira e administrativa dos tribunais de 1^a instância e desenvolver e disponibilizar um programa de gestão documental de apoio à actividade gestionária do juiz presidente.



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

CAPÍTULO III OS TRIBUNAIS E O TERRITÓRIO

3.1. A INSERÇÃO TERRITORIAL DAS JURISDIÇÕES

3.1.1. O Tribunal Judicial da Comarca de Santarém e a comunidade

A área territorial de competência do Tribunal Judicial da Comarca de Santarém abrange 21 municípios, todos localizados no distrito de Santarém, a saber:

Abrantes, Alcanena, Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Constância, Coruche, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Mação, Ourém, Rio Maior, Salvaterra de Magos, Santarém, Sardoal, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha.

Concelhos que geograficamente se distribuem no território como ilustra o mapa seguinte:





S. R.
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

A população residente na área de competência territorial do Tribunal Judicial da Comarca de Santarém, segundo os dados mais recentes disponíveis, ascende a 432 713 habitantes e encontra-se assim distribuída¹:

Município	População residente	Município	População residente
Abrantes	33 984	Golegã	5 390
Alcanena	12 542	Mação	6 413
Almeirim	22 435	Ourém	45 308
Alpiarça	7 139	Rio Maior	21 654
Benavente	31 112	Salvaterra de Magos	22 543
Cartaxo	23 825	Santarém	59 903
Chamusca	8 537	Sardoal	3 555
Constância	3 847	Tomar	36 444
Coruche	17 401	Torres Novas	34 332
Entroncamento	21 091	Vila Nova da Barquinha	7 391
Ferreira do Zêzere	7 867		
Total			432 713

Dados que evidenciam um crescimento populacional em relação ao período anual anterior, mais 7 740 pessoas, a influenciar necessariamente o aumento da demanda judiciária.

O Tribunal Judicial da Comarca de Santarém engloba 22 Juízos de Competência Especializada, a saber:

- a) Juízo Central Cível, com sede em Santarém com um quadro de 4 Juízes;
- b) Juízo Central Criminal, com sede em Santarém com um quadro de 4 Juízes;

¹ Fonte: www.pordata.pt - <https://www.pordata.pt/municipios/populacao+residente+total-359>. Consultado em 24 de Janeiro de 2024.



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

- c) Juízo de Instrução Criminal, com sede em Santarém com um quadro de 2 Juízes;
- d) Juízo de Família de Família e Menores, sediado em Santarém com um quadro de 3 Juízes;
- e) Juízo de Família de Família e Menores, sediado em Tomar com um quadro de 2 Juízes;
- f) Juízo de Família de Família e Menores, sediado em Abrantes com quadro de 1 Juiz;
- g) Juízo do Trabalho, sediado em Santarém com um quadro de 2 Juízes;
- h) Juízo do Trabalho, sediado em Tomar com um quadro de 2 Juízes;
- i) Juízo de Comércio, com sede em Santarém e um quadro de 3 Juízes;
- j) Juízo de Execução, com sede no Entroncamento e um quadro de 3 Juízes;
- k) Juízo Local Cível de Abrantes com o quadro de 1 Juiz;
- l) Juízo Local Criminal de Abrantes com o quadro de 1 Juiz;
- m) Juízo Local Cível de Benavente com o quadro de 1 Juiz;
- n) Juízo Local Criminal de Benavente com o quadro de 2 Juízes;
- o) Juízo Local Cível de Ourém com o quadro de 1 Juiz;
- p) Juízo Local Criminal de Ourém com o quadro de 1 Juiz;
- q) Juízo Local Cível de Santarém com o quadro de 2 Juízes;
- r) Juízo Local Criminal de Santarém com o quadro de 2 Juízes;
- s) Juízo Local Cível de Tomar com o quadro de 1 Juiz;
- t) Juízo Local Criminal de Tomar com o quadro de 1 Juiz;
- u) Juízo Local Cível de Torres Novas com o quadro de 1 Juiz; e
- v) Juízo Local Criminal de Torres Novas com o quadro de 1 Juiz.

A que acrescem 5 Juízos de Competência Genérica, designadamente:

- a) Juízo de Competência Genérica de Almeirim com o quadro de 1 Juiz;
- b) Juízo de Competência Genérica de Cartaxo com o quadro de 1 Juiz;



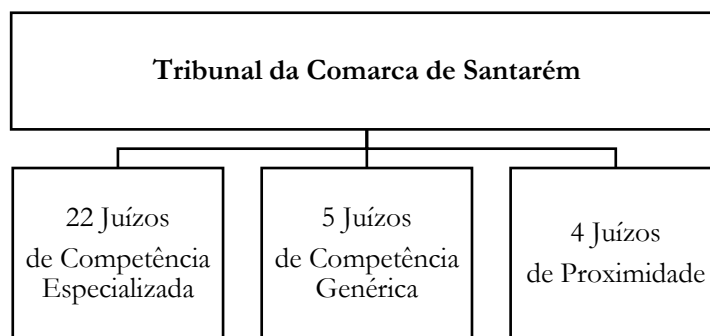
S. R.
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

- c) Juízo de Competência Genérica de Coruche com o quadro de 1 Juiz;
- d) Juízo de Competência Genérica do Entroncamento com o quadro de 2 Juízes; e
- e) Juízo de Competência Genérica de Rio Maior com o quadro de 1 Juiz.

E 4 Juízos de Proximidade:

- a) Juízo de Proximidade de Alcanena;
- b) Juízo de Proximidade da Golegã;
- c) Juízo de Proximidade de Ferreira do Zêzere; e
- d) Juízo de Proximidade de Mação.

Composição genérica do Tribunal Judicial da Comarca de Santarém que esquematicamente se traduz no seguinte quadro:

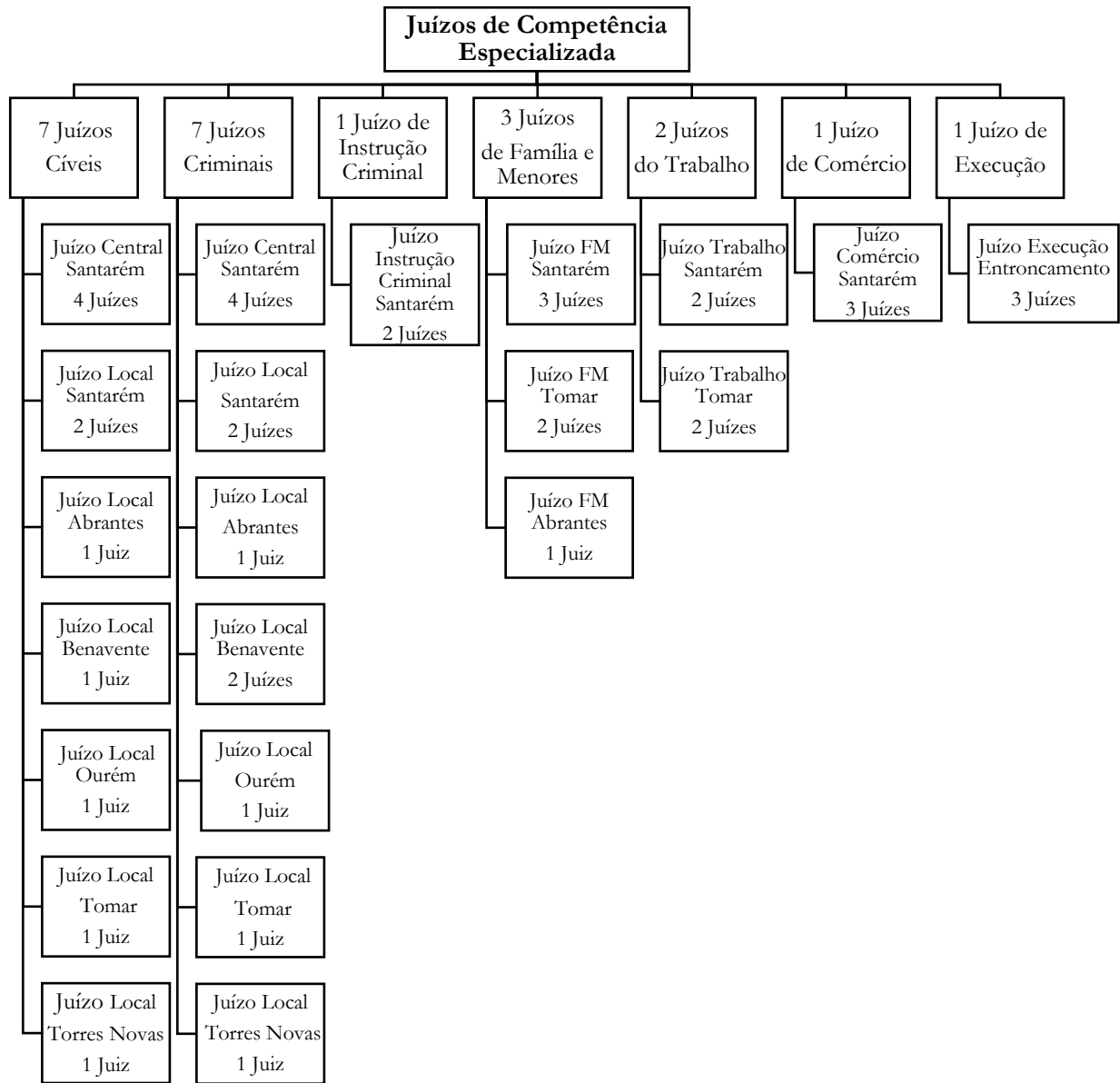


E que dentro de cada nível de especialização de tratamento processual induz as seguintes representações organolépticas:



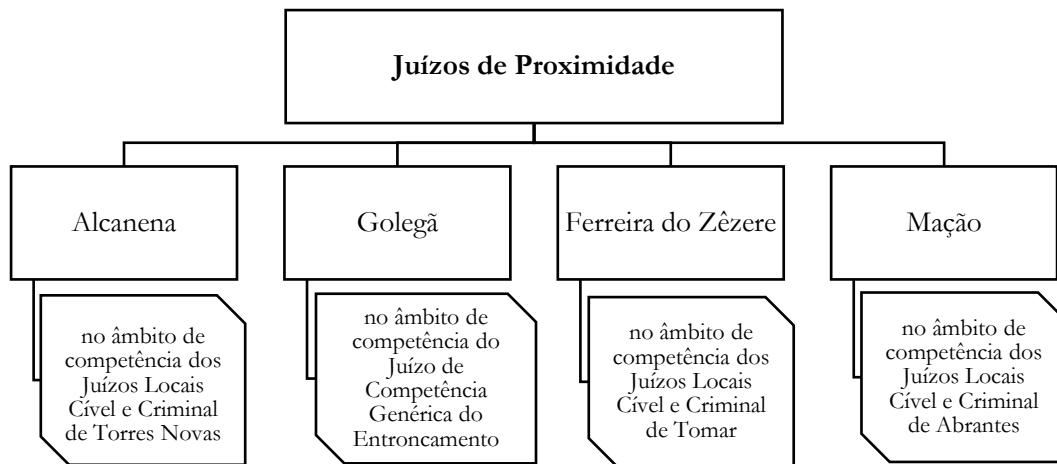
S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM





TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM



3.1.2. O Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Enquanto tribunal de competência territorial alargada, o Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão, com sede em Santarém, tem jurisdição sobre todo o território nacional no quadro da sua competência material especializada definida no artº.112º da lei 62/2013 de 26.8, sendo o seu quadro de 3 Juízes.

3.2. MEDIDAS DE GESTÃO

3.2.1. Medidas de Gestão e Organizativas de carácter geral

Ao longo do ano de 2023 foram novatoriamente levadas a efeito as seguintes medidas gestionárias e organizativas de carácter geral:

- ✓ Elaboração do regulamento da distribuição do Tribunal Judicial da Comarca de Santarém e do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão com vista à implementação das novas regras de distribuição



S. R.
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

processual resultantes da entrada em vigor da lei 55/2021 de 13.8 e da respectiva regulamentação.

- ✓ Ajustamento da oferta dos serviços judiciais ao previsível aumento da demanda no quadro da realização da Jornada Mundial da Juventude (JMJ 2023).
- ✓ Elaboração do Manual de Acolhimento e Integração de Oficiais de Justiça do TJCS e do TCRS.
- ✓ Formalização de directrizes dirigidas à secretaria com vista a melhorar a eficiência na comunicação e facilitar a gestão administrativa dos pedidos dirigidos aos GMLF.
- ✓ Adopção de medidas tendentes a reduzir o expediente entrado em papel nas unidades centrais.
- ✓ Reforço da articulação com as estruturas regionais da PSP e da GNR com vista ao aprofundamento do cumprimento do protocolo relativo à transmissão electrónica de comunicações.
- ✓ Sensibilização de magistrados judiciais e unidades de processo com vista à redução da materialização processual e à simplificação de actos e procedimentos.
- ✓ Implementação de condições de acesso à rede fixa de internet por parte dos magistrados em todas as salas de audiência da comarca.
- ✓ Desenvolvimento das diligências tendentes à futura disponibilização de rede Wi-Fi em todas as salas de audiência.
- ✓ Orientações de reforço das medidas de controlo processual de prescrições e registo de objectos - sinalização de prazos e anotação visível da existência de objectos apreendidos no CITIUS.
- ✓ Realização, com a colaboração do CSM, de formação relativa ao objecto e termos da recolha e registo de dados para efeitos de monitorização processual.



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

- ✓ Realização, em colaboração o LEDEM da Universidade do Porto e a Associação Proconcenso de acções de formação e sensibilização.
- ✓ Divulgação da actividade dos assessores do Gabinete de Apoio aos Magistrados Judiciais (GAMJ) e dinamização e criação de condições para o desenvolvimento, organização e ampliação da sua intervenção.
- ✓ Implementação da divulgação interna das actas de reunião do Conselho de Gestão e do Conselho Consultivo.
- ✓ Simplificação, classificação uniformizada e redução da formalidade dos veículos de comunicação interna e externa com origem na presidência dos tribunais.
- ✓ Actualização do Regulamento Interno da Comarca e do Regulamento Eleitoral do Conselho Consultivo.

No mais, foram executados os procedimentos instituídos relativos:

- ✓ Ao acompanhamento da actividade, movimento processual e cumprimento de objectivos pelo Tribunal Judicial da Comarca de Santarém (TJCS) e pelo Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão (TCRS).
- ✓ À tomada de posse de juízes de direito e de juízes sociais.
- ✓ À elaboração dos mapas de turno, férias e distribuição a submeter ao CSM.
- ✓ À elaboração de mapas de turno, férias e escalas para assegurar os serviços mínimos decretados no âmbito das várias greves em vigor;
- ✓ À nomeação de juízes substitutos.
- ✓ À participação nos processos avaliativos dos oficiais de justiça.
- ✓ À identificação de situações que tornem justificadas medidas de reafectação de juízes, afectação de processos e acumulação de funções e de submissão das correspondentes propostas ao CSM.



S. R.
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

- ✓ À identificação de situações que justifiquem recolocações transitórias de funcionários ou apoio pontual presencial e à distância a unidades deficitárias em recursos humanos.
- ✓ Ao planeamento das necessidades de recursos humanos.
- ✓ À comunicação de situações de prescrição e atraso excessivo na prolação de decisões.
- ✓ Ao registo de assiduidade e justificação de ausência de magistrados, assessores e oficiais de justiça.
- ✓ À concessão de autorização de residência e de uso de veículo próprio e validação de boletins itinerários.
- ✓ À Realização de reuniões de planeamento e avaliação dos resultados dos serviços judiciais.
- ✓ À elaboração dos relatórios anual e semestral relativos ao estado dos serviços judiciais e qualidade de resposta.
- ✓ À agilização do desenvolvimento de toda a actividade do TJCS e do TCRS e da sua interacção com entidades externas.
- ✓ Ao desenvolvimento da actividade da bolsa de funcionários para recuperação de pendências acumuladas.
- ✓ À correcta gestão do economato.
- ✓ À consolidação dos procedimentos relativos à assiduidade e ao correcto manuseio da aplicação “Chronus”.
- ✓ À identificação das necessidades essenciais para a reorganização do arquivo, tendo em vista a assinatura de contratos CEI - Contratos de emprego e inserção.

Tendo igualmente sido assegurada a representação institucional do TJCS e do TCRS sempre que necessário e justificado.



3.2.2. Medidas de Gestão direccionadas

3.2.2.1. Juízo de Execução

No decurso do ano judicial de 2023 manteve-se o funcionamento especializado da unidade de processo do Juízo de Execução, traduzido na especialização de duas equipas de funcionários, uma dirigida para a tramitação das fases declarativas que podem ter lugar no âmbito do processo executivo e outra vocacionada para tramitação da vertente executiva daqueles processos, com a consolidação dos bons resultados na produtividade.

3.2.2.2. Actos jurisdicionais em sede de inquérito

No decurso do ano de 2023 manteve-se o regime de repartição de atribuições no tocante à prática de actos jurisdicionais em inquérito entre o Juízo de Instrução e os Juízos Locais Criminais e de Competência Genérica fora do município de Santarém, o qual, desde 13 de Setembro de 2022, está assim fixado (Proc. 2022/GAVPM/1168):

Os Juízos Locais Criminais e de Competência Genérica, fora do município de Santarém, têm competência, em concreto, para a prática dos seguintes actos jurisdicionais relativos aos inquéritos penais:

1. Constituição de assistente (art.º 68º, n.º 4 do CPP);
2. Determinação, validação e/ou levantamento da aplicação ao processo do segredo de justiça (art.º 86º, n.ºs. 2, 3 e 5 do CPP);
3. Condenação em multa e emissão de mandados de detenção (art.º 116º, n.ºs. 1 e 2 do CPP);



S. R.
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

4. Despachos que suscitam e instruem o incidente de quebra de sigilo (art.ºs. 135º e 182º do CPP);
5. Revogação/manutenção de apreensões (art.º. 178º, n.º. 7 do CPP);
6. Cumprimento do direito ao contraditório prévio à declaração de excepcional/especial complexidade do processo (“ouvidos o arguido e o assistente”) (art.º 215º, n.º. 4 do CPP); e
7. Declaração de perda de bens a favor do Estado (art.º. 268º, n.º. 1, al. e) do CPP).

3.2.2.3. Requalificação das salas de acolhimento e audição de crianças e jovens e de vítimas fragilizadas

No decurso do ano de 2023 teve lugar a requalificação das três salas de acolhimento e audição de crianças e jovens da comarca de Santarém, em funcionamento junto de cada um dos Juízos de Família e Menores (Abrantes, Tomar e Santarém), e da sala de acolhimento e audição de vítimas fragilizadas, a funcionar junto do Juízo de Instrução em Santarém.

Espaços que, de acordo com as orientações técnicas para o efeito disponibilizadas pela DGAJ e do parecer da assessora em psicologia, foram objecto de uma nova pintura e dotados do mobiliário e dos materiais lúdicos necessários ao seu adequado uso.

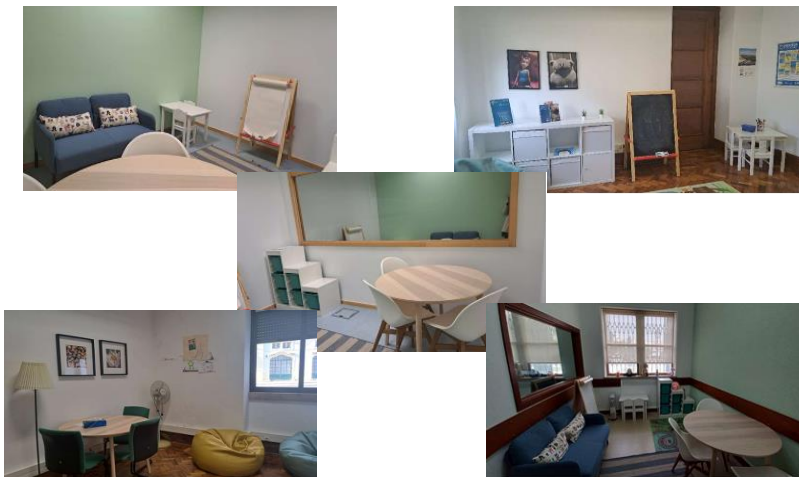
Aguarda-se a disponibilização pela DGAJ e pelo IGFEJ dos equipamentos de captação de som e imagem, informático e de telecomunicações que permitam dotar as salas e os gabinetes técnicos e de visualização adjacentes dos meios necessários para que as mesmas possam alcançar em plenitude a sua finalidade: a audição de crianças e jovens pelo Tribunal num contexto ambiental adequado a minimizar a vitimização secundária.



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Entretanto vão sendo espaços regularmente utilizados pela assessora na área da psicologia e pela Equipa Multidisciplinar de Assessoria Técnica aos Tribunais (EMAT) do ISS, IP - Centro Distrital de Santarém para: a aferição da capacidade da criança para compreender os assuntos em discussão no âmbito de processos de promoção e protecção e de processos tutelares cíveis; o acolhimento e preparação da criança/jovem para audição pelo tribunal; os convívios supervisionados/vigiados; e entrevistas aos vários intervenientes, no âmbito da avaliação diagnóstica e acompanhamento processual.



3.3. INICIATIVAS

No decurso de 2023 foram levadas a cabo diversas iniciativas que procuraram dar a conhecer e projectar o Tribunal Judicial da Comarca de Santarém e o Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão e a respectiva actividade, mas também a apresentá-los como interlocutores activos em prol do desenvolvimento e da comunidade.

Das quais, pelo seu significado e/ou relevância estratégica, se deixa registo das seguintes:

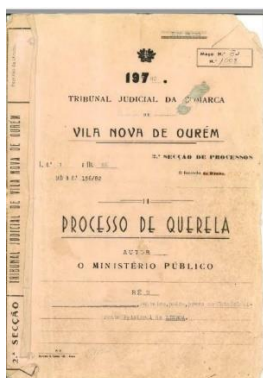


TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

3.3.1. Incorporação do Processo de Querela nº.196/1982 do Tribunal da Comarca de Vila Nova de Ourém na Torre do Tombo

Culminando as iniciativas levadas a cabo pelo Tribunal Judicial da Comarca de Santarém para assinalar os 40 anos do processo-crime do atentado de 12 Maio de 1982 contra o Papa João Paulo II, foi entregue no dia 8.3.2024 no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, com vista à incorporação no respectivo espólio e após o interesse manifestado pela Direcção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas na sua conservação, o processo de Querela nº. 196/1982 do extinto Tribunal da Comarca de Vila Nova de Ourém.

Acontecimento que assinalou o cariz único e a relevância histórica, no contexto nacional, do referido processo judicial e o interesse público na sua preservação.



3.3.2. Acção de Sensibilização para a Mediação Familiar

Assinalando o dia Internacional da Família, a 15 de Maio, em colaboração com a Associação Proconsenso, nas instalações da Casa do Campino, em Santarém, teve lugar uma acção de formação dirigida a todos os operadores judiciais com a finalidade de os sensibilizar para o recurso à mediação familiar como forma alternativa de resolução de conflitos.



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM



3.3.3. Campanha Laço Azul

No decurso do mês de Abril a comarca de Santarém, a convite da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Santarém, associou-se à Campanha do Mês Internacional de Prevenção dos Maus-Tratos na Infância, conhecida como “Campanha Laço Azul”.

Para tanto, com a finalidade de divulgar a campanha, chamar à atenção da comunidade e alertar consciências para a importância da questão, afixaram-se em todos os edifícios da Comarca cartazes e informação alusiva ao tema e também laços azuis.

Além disso, com o apoio da Comissão Nacional da Protecção dos Direitos e Protecção das Crianças e Jovens, foram distribuídos a todos os magistrados, oficiais de justiça e funcionários do Tribunal Judicial da Comarca de Santarém e do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão pins de laços azuis para a lapela, interpelando-os a usá-los durante o tempo de trabalho.





3.3.4. Visitas de escolas ao tribunal

Com a finalidade de contribuir para a formação de cidadãos mais informados e responsáveis, de promover a literacia judiciária e a aproximação do tribunal à comunidade, assinalando o aniversário da Declaração Universal dos Direitos da Criança, a 20 de Novembro, na sede dos seus Juízos de Família e Menores, o Tribunal Judicial da Comarca de Santarém recebeu alunos de vários agrupamentos escolares, a quem desafiou a reflectir sobre o direito das crianças e jovens à Justiça e quanto à forma como são por ela protegidos.



3.4. PROPOSTAS

Levando em conta a que tem sido a sua actuação e o contexto de desenvolvimento da respectiva actividade a Gestão da Comarca de Santarém, entre outras, vê como premente que:

- O IGFEJ proceda à reformulação da aplicação informática de gestão das custas processuais, criando automatismos de desburocratização de procedimentos. Não se justifica a intervenção de dois oficiais de justiça para a prática de actos contabilísticos, onde não existem quaisquer pagamentos a terceiros;



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

- Sejam reformuladas as aplicações informáticas relativas à submissão das certidões de dívida de custas e multas não penais de modo a que, para além de se imprimir maior rapidez, haja informação automática aos órgãos de gestão das certidões rejeitadas.
- Seja implementada a interoperabilidade das ditas aplicações com o Sistema de Custas Judiciais, viabilizando que seja dada baixa automática dos montantes cobrados.
- Se limpem e actualizem as bases de dados do Citius, nomeadamente no que respeita à repetição das mesmas entidades. Neste conspecto, sugere-se que se vede a criação de entidades novas que não contenham NIF ou Documento de identificação (de entre outros BI, CC, Autorização residência, passaporte).
- Se desencadeie o processo legislativo para criação de legislação relativa à tramitação do processo electrónico, quer na fase inquérito dos processos penais dos tribunais judiciais de 1ª instância, quer na fase administrativa para todas as entidades, e em especial para as Entidades Reguladoras, o que permitiria, além do mais, diminuir o enorme volume de documentação física existente em todos os tribunais oriunda de entidades administrativas e, em particular, no Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão, com óbvios ganhos, quer relativamente ao espaço disponível para arquivo, quer do ponto de vista ambiental;
- Seja revisto o prazo de conservação dos processos arquivados e adaptar a legislação vigente (Portaria n.º 368/2013, de 24 de Dezembro) à especificidade do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão.
- Seja regulamentar o modo de arquivo e prazo de conservação do expediente gerado pelo sistema de printing and finishing.
- Se reveja a legislação e regulamentação arquivística aplicável aos processos judiciais, adequando-a à actual lei processual e ao processo electrónico nela



S. R.
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

previsto e disciplinando a forma de arquivo do expediente em papel entrado em juízo, bem como o respectivo prazo de conservação.

- Se invista na capacitação digital de magistrados e funcionários em termos que lhes permitam aceder e aplicar as ferramentas tecnológicas disponíveis.
- Seja disponibilizado um programa de gestão documental para os órgãos de gestão.

Estrutura da Comarca e do TCRS

A Comarca de Santarém integra 31 Juízos, sendo 4 de Proximidade, e apresenta 11 núcleos de Secretaria.

O Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão está sediado em Santarém.



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

CAPÍTULO IV
RECURSOS HUMANOS**4.1. JUÍZES DE DIREITO****4.1.1. Quadro previsto**

De acordo com o mapa III anexos à lei 49/2014 de 27.3 (ROFTJ), o Tribunal Judicial da Comarca e Santarém tem um quadro variável de 47 a 51 juízes.

Os quais estão assim distribuídos:

Quadro de Juízes Previsto	
Juízo Central Cível	4
Juízo Central Criminal	4
Juízo Local Cível Santarém	2
Juízo Local Criminal Santarém	2
Juízo de Instrução	2
Juízo Família e Menores Santarém	3
Juízo Trabalho Santarém	2
Juízo Comércio	3
Juízo Local Cível Abrantes	1
Juízo Local Criminal Abrantes	1
Juízo Família e Menores Abrantes	1
Juízo Local Cível Benavente	1
Juízo Local Criminal Benavente	2
Juízo de Execução	3
Juízo Local Cível Ourém	1
Juízo Local Criminal Ourém	1
Juízo Local Cível Tomar	1
Juízo Local Criminal Tomar	1
Juízo Família e Menores Tomar	2
Juízo Trabalho Tomar	2
Juízo Local Cível Torres Novas	1



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Juízo Local Criminal Torres Novas	1
Juízo Competência Genérica Almeirim	1
Juízo Competência Genérica Cartaxo	1
Juízo Competência Genérica Coruche	1
Juízo Competência Genérica Entroncamento	2
Juízo Competência Genérica Rio Maior	1
Total	47

De acordo com o mapa IV do mesmo diploma o Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão tem um quadro legal previsto de 3 juízes.

4.1.2. Juízes em funções

No início do ano judicial de 2023 dos 47 lugares mínimos do quadro de magistrados judiciais do Tribunal Judicial da Comarca de Santarém estavam preenchidos 46 lugares², registando-se o preenchimento integral do quadro de juízes do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão.

Além disso a comarca tinha colocadas duas juízes nos termos do artº.107º ROFTJ e duas juízes do Quadro Complementar de Évora.

Num total global de 53 juízes nos dois tribunais.

Em Março de 2023, em reforço do respectivo quadro, iniciou funções no Tribunal Judicial da Comarca de Santarém uma juiz auxiliar.

Em Maio de 2023 uma das juízes titular do Juízo Central Criminal e uma das juízes titular do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão ausentaram-se do serviço em razão de comissões de serviço. Tendo a titular do lugar de Juiz 3 do Juízo de Execução iniciado um prolongado período de ausência.

² Todos, com exceção do lugar de Juiz 4 do Juízo Central Cível.



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Decaindo na correspondente medida os efectivos de magistrados judiciais de um e outro tribunal, pese embora o preenchimento formal dos lugares assim deixados vagos.

Em todas as referidas situações as ausências foram colmatadas com recurso a medidas de gestão internas e sem acréscimo da disponibilidade de recursos humanos.

Em Setembro de 2023, por efeito do movimento judicial, o quadro legal de juízes do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão voltou a ficar preenchido com todos os titulares em exercício de funções.

Em relação ao Tribunal Judicial da Comarca de Santarém verificou-se o não preenchimento efectivo de dois lugares do quadro³, a redução para um dos juízes colocados nos termos do art.º 107º ROFTJ e a não colocação de juiz auxiliar de substituição para suprir a ausência da titular do Juiz 3 do Juízo de Execução.

Situações que foram colmatadas com recurso a medidas de gestão internas e sem acréscimo da disponibilidade de recursos humanos, sendo que se manteve em dois o número de juízes do Quadro Complementar de Évora a exercer funções na comarca.

Entre Setembro e final de Dezembro 2023, sem alteração do número de juízes afectos, o Tribunal Judicial da Comarca de Santarém viu mais duas juízes titulares a entrarem em situação de ausência prolongada⁴, situações mais uma vez colmatadas através de medidas de gestão interna.

Do que resulta que no final de Dezembro de 2023 o quadro de magistrados judiciais do Tribunal Judicial da Comarca de Santarém e do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão estava em termos efectivos no seu conjunto

³ Os lugares de Juiz 4 do Juízo Central Cível e de Juiz 2 do Juízo do Trabalho de Santarém, sendo que a titular deste lugar não iniciou funções em razão de comissão de serviço, não tendo a sua substituição sido acautelada pela colocação de auxiliar no movimento judicial.

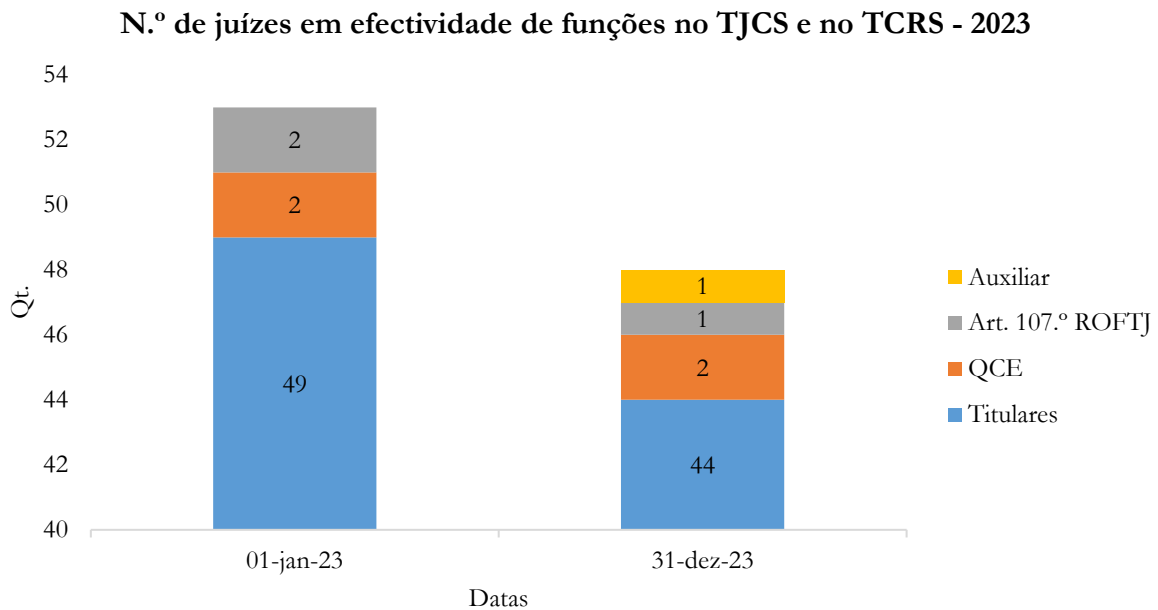
⁴ As juízes colocadas nos lugares de Juiz 1 do Tribunal do Trabalho de Santarém e no Juízo Local Criminal de Ourém.



S. R.
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

reduzido a 48 juizes, num cenário formal de 51 magistrados judiciais colocados nos dois tribunais.

O que representa em termos reais uma variação negativa entre o início e o final do ano de 2023 de -9,5% juizes, que pode ser assim visualizada:



Ao longo do ano de 2023 exerceram funções no Tribunal Judicial da Comarca de Santarém os seguintes Magistrados Judiciais:

Quadro de Magistrados Judiciais								
Comarca de Santarém								
Magistrados Judiciais que exerceram funções em 2023								
Núcleo	Unidade Orgânica	Quadro Legal	Auxiliares		Quadro Real	Acumulações (além quadro (legal, medidas de gestão)	Período de tempo em que exerceu (ram), no período (em meses)	Na unidade exerceram funções no período (em média)
			Em substituição de titular	Art.º 108º do RLOSJ				
Abrantes	Juízo Local Cível	1			1			1



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Abrantes	Juízo Local Criminal	1			1			1
Abrantes	Juízo de Família e Menores	1			1			1
Almeirim	Juízo de Competência Genérica	1			1			1
Benavente	Juízo Local Cível	1			1			1
Benavente	Juízo Local Criminal	2			3	1 Juiz QCE + 1 Juiz auxiliar em reforço do quadro + 1 Juiz QCE	5 meses + 8 meses + 4 meses	3,42
Cartaxo	Juízo de Competência Genérica	1			1			1
Coruche	Juízo de Competência Genérica	1			1			1
Entroncamento	Juízo de Competência Genérica	2			2			2
Entroncamento	Juízo de Execução	3	1		3	3 Juízes	3 meses + 4 meses	3 (1)
Ourém	Juízo Local Cível	1			1			1
Ourém	Juízo Local Criminal	1			1			1
Rio Maior	Juízo de Competência Genérica	1			1			1
Santarém	Juízo Central Cível	4			3	2 Juízes art. 107.º ROFTJ + 2 Juízes e 1 Juiz art. 107.º ROFTJ + 3 Juízes	8 meses + 4 meses + 3,5 meses	3,96 (2) (3)
Santarém	Juízo Central Criminal	4	1		4	1 Juiz + 1 Juiz	12 meses + 1 mês	4 (4)(5)(6)
Santarém	Juízo de Instrução Criminal	2			2			2
Santarém	Juízo do Comércio	3			3			3
Santarém	Juízo de Família e Menores	3			3			3
Santarém	Juízo do Trabalho	2			2	1 Juiz + 3 Juízes	4 meses + 2 meses	1,83 (7)(8)



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Santarém	Juízo Local Cível	2			2			2
Santarém	Juízo Local Criminal	2			2			2
Tomar	Juízo Local Cível	1			1	1 Juiz	3 meses	1,25
Tomar	Juízo Local Criminal	1			1	1 Juiz	3 meses	1,25
Tomar	Juízo de Família e Menores	2			2			2
Tomar	Juízo de Trabalho	2			2			2
Torres Novas	Juízo Local Cível	1			1			1
Torres Novas	Juízo Local Criminal	1			1	1 Juiz	1 mês	1,08

- (1) A titular do lugar de Juiz 3 exerceu funções de 01.01.2023 a 30.05.2023. De 05.06.2023 a 31.08.2023, Juiz 1 e Juiz 2 do Juízo de Execução e Juiz do art. 107.º asseguraram o serviço do Juiz 3. Em 01.09.2023 foi colocada uma magistrada do Quadro Complementar em substituição da titular do lugar de Juiz 3.
- (2) Devido a redução de serviço do titular do lugar de Juiz 1, o demais foi assegurado por duas Juízes art. 107.º ROFTJ entre Janeiro e Agosto, e após 15.09.2024 por 2 Juízes do Juízo do Comércio e 1 Juiz art. 107.º ROFTJ.
- (3) No movimento judicial de 2023 não foi provido o lugar de Juiz 4, sendo desde 15.09.2024 assegurado pelos Juiz 2 do Juízo Central Cível e Juízes 1 e 2 da Local Cível.
- (4) Devido a redução de serviço do titular do lugar de Juiz 1, o demais é assegurado pelo Juiz QCE (até Agosto) e, desde Setembro, pela titular do lugar de Juiz 2 da Local Criminal de Benavente.
- (5) O titular do lugar de Juiz 2 exerceu funções até Maio, tendo o Juiz QCE assegurado o serviço até ao movimento judicial de 2023, momento em que foi colocado um Juiz auxiliar em substituição da titular.
- (6) Por exclusividade a processo, desde Dezembro, o titular do lugar de Juiz 1 viu o seu serviço reduzido passando o demais serviço a ser assegurado pelos demais Juízes daquele Juízo (distribuição de novos processos) e pela Juiz do Juízo de Competência Genérica do Cartaxo.
- (7) O titular do lugar de Juiz 2 não iniciou funções tendo sido reafecta a Juiz art. 107.º ROFTJ.
- (8) O serviço do titular do lugar de Juiz 1 passou a ser assegurado pela Juiz reafecta ao Juiz 2, pelo Juiz de Competência Genérica de Rio Maior e pela Juiz titular do lugar de Juiz 2 do Juízo do Trabalho de Tomar.

No mesmo período exerceram funções no Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão os seguintes juízes:

Quadro de Magistrados Judiciais							
Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão							
Magistrados Judiciais que exerceram funções em 2023							
Núcleo	Unidade Orgânica	Quadro Legal	Auxiliares	Quadro Real	Acumulações (além quadro, medidas de gestão)	Período de tempo em que exerceu (ram), no período (em meses)	Na unidade exerceram funções no período (em média)
T CRS	T CRS	3		4	1 ⁽¹⁾	8 meses	3,42



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

(1) Juiz art. 107.º ROFTJ de 01.01.2023 a 07.09.2023, em reforço do quadro.

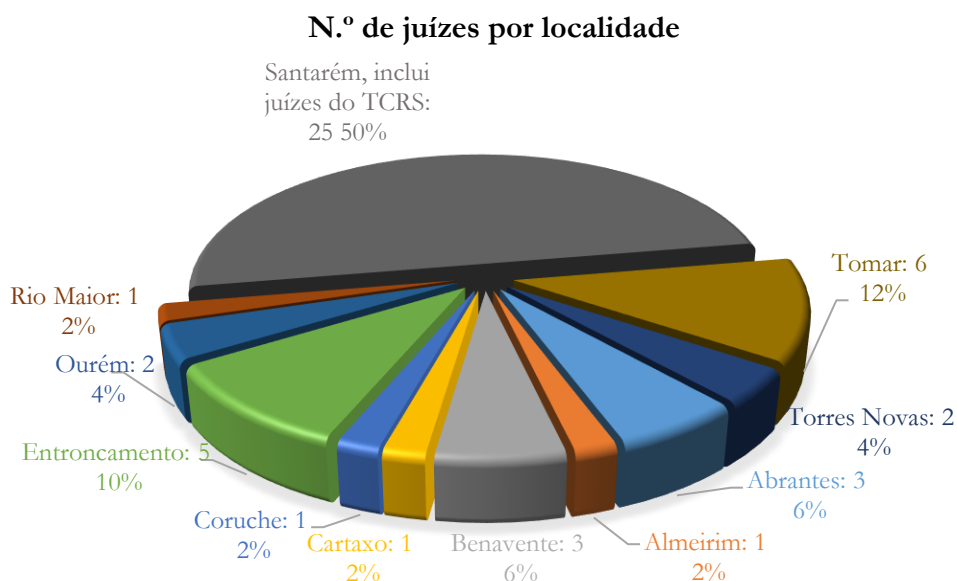
No que no respeito ao local de exercício de funções verifica-se que os juízes colocados no Tribunal Judicial da Comarca de Santarém estão sediados em onze (11) distintas localidades, sendo Santarém, com vinte e dois (22) juízes, o local onde se concentra o maior número de magistrados judiciais da comarca.

Santarém que é também a sede do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão, onde exercem funções os três (3) juízes nele colocados.

O que no seu conjunto determina que em Santarém exerçam funções vinte e cinco (25) juízes, cerca de metade dos magistrados judiciais colocados em tribunais abrangidos pela gestão do Tribunal da Comarca de Santarém.

No Tribunal Judicial da Comarca de Santarém, os núcleos de Tomar e do Entroncamento são os locais onde, a seguir ao núcleo de Santarém, estão colocados maior número de juízes, seis (6) no primeiro e cinco (5) no segundo.

Os núcleos de Abrantes e de Benavente contam com três (3) juízes cada, enquanto os núcleos de Ourém e Torres Novas têm cada um dois (2) juízes, a que se juntam os núcleos de Almeirim, Cartaxo, Coruche e Rio Maior, cada um com apenas um juiz.



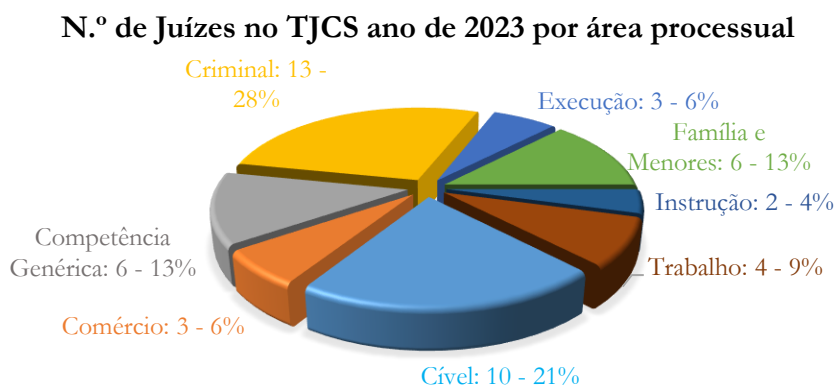


S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Já por área processual, verificou-se que ao longo do ano de 2023 no Tribunal Judicial da Comarca de Santarém a especialização criminal foi a que contou com maior número de magistrados judiciais em funções, 13 juízes, representativos de sensivelmente 27,66% dos juízes da comarca.

Por sua vez na especialização cível trabalharam 10 juízes, correspondentes a aproximadamente 21,28% dos juízes do tribunal; na área da família e menores laboram 6 magistrados judiciais, representativos de cerca de 12,77% do corpo judicial; na jurisdição do trabalho foi assegurado o serviço de 4 lugares de Juiz, equivalente a perto de 8,51% do quadro de juízes da comarca; enquanto em cada uma das especializações do comércio e das execuções estiveram em actividade 3 juízes, ou seja, em cada uma, pouco mais de 6,38% dos magistrados judiciais do TJCS; na área da instrução actuaram 2 juízes, 4,26%; sendo que 6 juízes da comarca, representativos, por aproximação, de 12,77% do número total de magistrados judiciais, exerceram funções em Juízos de Competência Genérica.



4.1.3. Absentismo

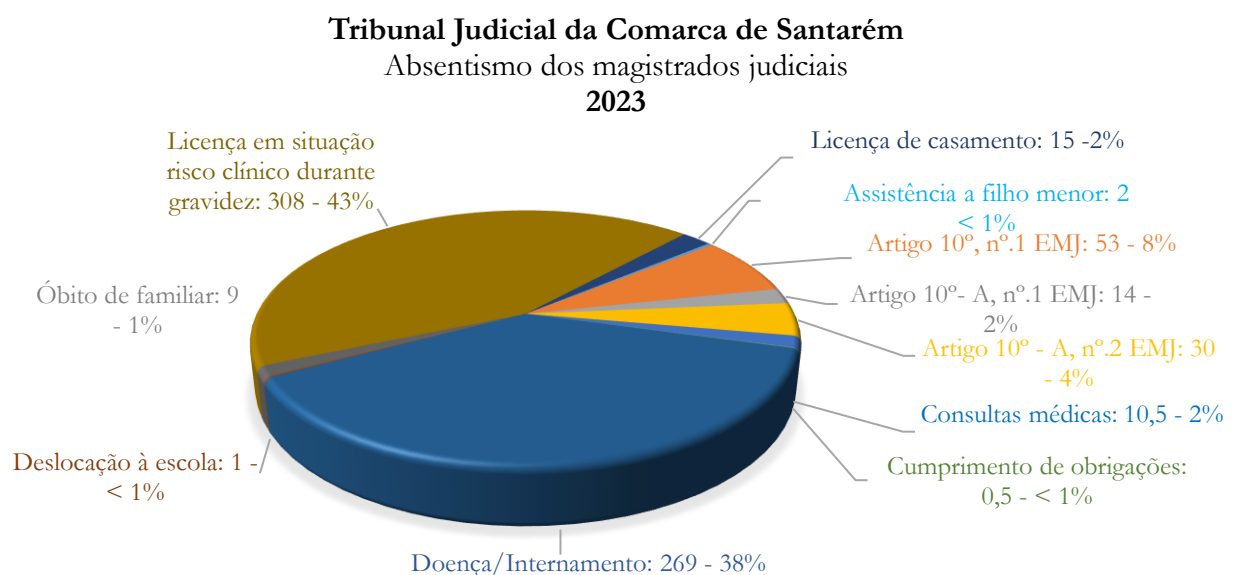
As situações de absentismo dos Magistrados Judiciais do Tribunal Judicial da Comarca de Santarém ao longo do ano judicial de 2023 e as suas causas constam do quadro infra apresentado:



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Absentismo Juízes Tribunal Judicial da Comarca de Santarém 1 Janeiro 2023 a 31 Dezembro 2023	
Motivo da Ausência	Total de dias
Consultas médicas	10,5
Doença/Internamento	269
Óbito de familiar	9
Assistência a filho menor	2
Artigo 10º, n.º.1 EMJ	53
Artigo 10º- A, n.º.1 EMJ	14
Artigo 10º - A, n.º.2 EMJ	30
Licença em situação risco clínico durante gravidez	308
Licença de casamento	15
Cumprimento de obrigações	0,5
Deslocação à escola	1
Total	712

Razões de absentismo entre os Magistrados Judiciais que têm a expressão percentual que pode ser vista no seguinte gráfico:





S. R.

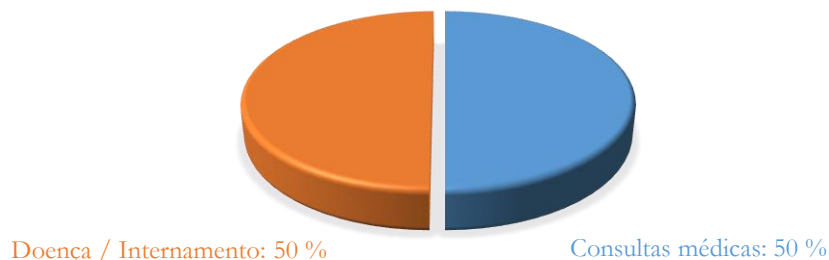
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

No que reporta ao absentismo dos Juízes colocados no Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão ao longo de 2023 verifica-se que teve as seguintes causas e expressão:

Absentismo Juízes	
Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão	
1 Janeiro 2023 a 31 Dezembro 2023	
Motivo da Ausência	Total de dias
Consultas médicas	0,5
Artigo 10º- A, nº.1 EMJ	0,5
Total	1

O que percentualmente tem o significado que o gráfico seguinte ilustra:

Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão
Absentismo dos magistrados judiciais
2023

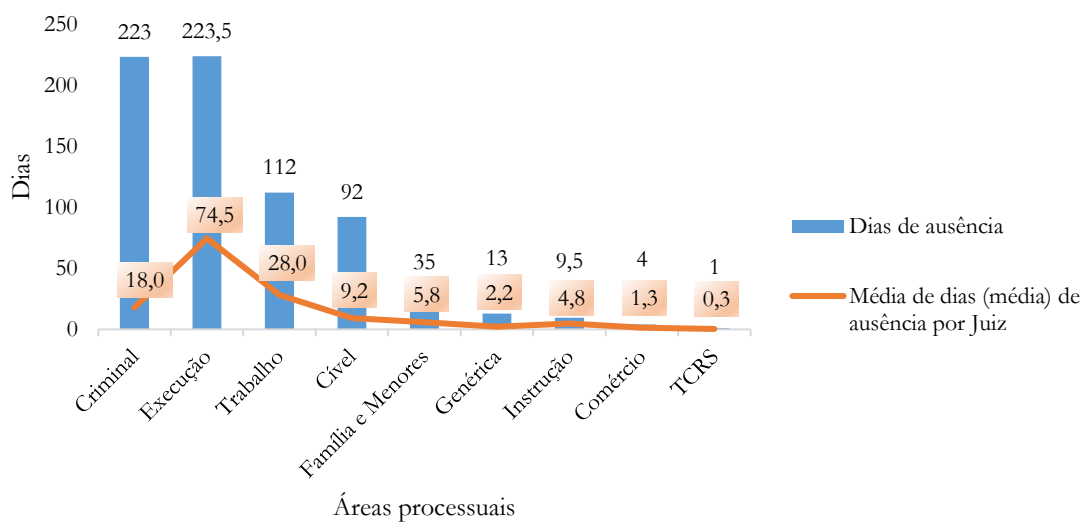


No gráfico que segue ilustra-se a representatividade do absentismo no conjunto do TJCS e do TCRS tendo em conta as respectivas áreas processuais e de jurisdição e a média de dias de ausência por juiz em cada uma delas.



S. R.
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

**Absentismo por área processual (em dias),
e ausência média por juiz**
2023

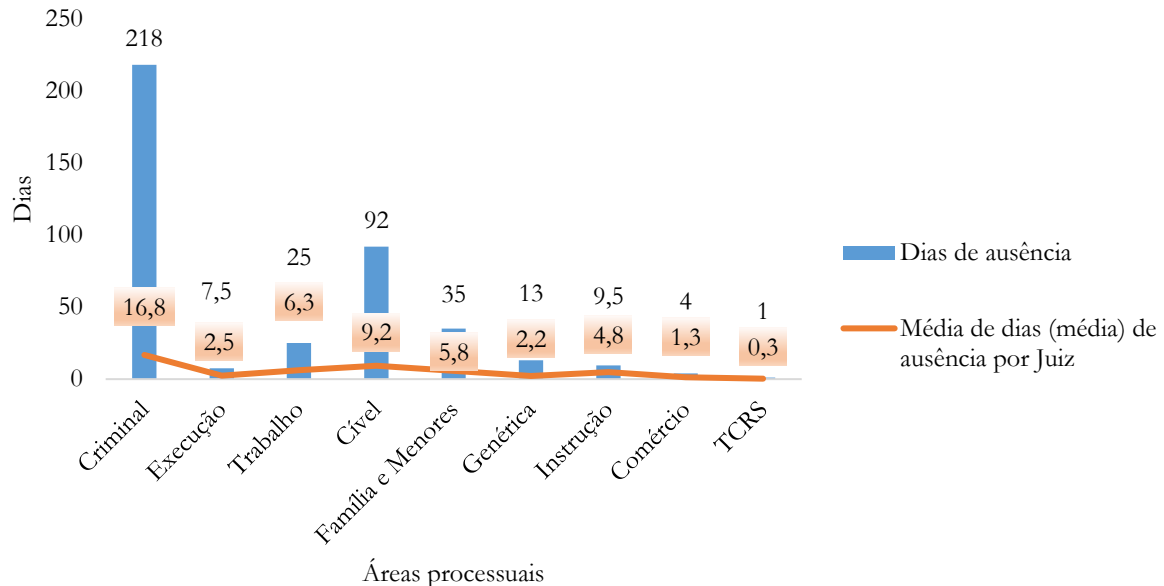


Levando em conta a enorme expressão que no Tribunal Judicial da Comarca de Santarém no ano de 2023 assumiram as ausências do serviço por situação de gravidez de risco, correspondentes a 53,37% das faltas motivadas por razões de saúde, que globalmente ascenderam a 577 dias de ausência de magistrados judiciais, ilustra-se no quadro seguinte o absentismo registado naquele período, por área processual e jurisdição, em razão de doença, excluída aquela situação de saúde, e o que os dados atinentes revelam em termos de média de dias que de ausência por doença por juiz.



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Absentismo por área processual (em dias), e ausência média por juiz (excepto licença por gravidez de risco) 2023



4.1.4. Medidas de gestão

No ano de 2023, para colmatar a ausência ou indisponibilidade de magistrados judiciais em razão de não preenchimento do quadro, doença, redução de serviço e ausências do serviço, foram adoptadas as seguintes medidas gestionárias:

4.1.4.1. Juízo Central Cível - Juiz 1

1 - Entre 1 de Janeiro de 2023 e 31 de Agosto de 2023, 50% do serviço judicial pendente e a distribuir ao lugar de Juiz 1 do Juízo Central Cível esteve afecto para tramitação e decisão às duas juízes colocadas na comarca nos termos do artº.107º ROFTJ, sendo os restantes 50% tramitados pelo juiz titular. (Proc. 2022/DSQMJ/2876).



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

2 - Desde Setembro de 2023, 50% do serviço judicial pendente e a distribuir ao lugar de Juiz 1 do Juízo Central Cível está afecto para tramitação e decisão, em regime de acumulação de funções, às juízes titulares dos lugares de Juiz 2 e Juiz 3 do Juízo do Comércio, sendo os restantes 50% assegurados pelo juiz titular daquele lugar (Proc. 2023/DSQMJ/3035).

Ambas as medidas visaram suprir a redução de serviço do titular do lugar de Juiz 1 do Juízo Central Cível.

4.1.4.2. Juízo Central Cível - Juiz 4

Desde Setembro de 2023 o serviço do lugar de Juiz 4 do Juízo Central Cível é assegurado paritariamente, em regime de acumulação de funções, pelo juiz titular do lugar de Juiz 2 do Juízo Central Cível e pelas juízes titulares dos lugares de Juiz 1 e de Juiz 2 do Juízo Local Cível de Santarém (Proc. 2023/DSQMJ/3035).

A medida visa suprir o não preenchimento do lugar de Juiz 4 do Juízo Central Cível.

4.1.4.3. Juízo Central Criminal - Juiz 1

Desde data anterior a 1 de Janeiro de 2023 e, pelo menos, até 15 de Julho de 2024 o juiz titular do Juiz 1 do Juízo Central Criminal está dispensado de intervir em julgamentos do tribunal colectivo como juiz adjunto nas audiências de processos comuns colectivos titulados pelo Juiz 3 e pelo Juiz 4 do referido Juízo Central Criminal (Proc. 2022/DSQMJ/3118).



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Até Setembro de 2023, para integrar os julgamentos em tribunal colectivo, como adjunta e em sua substituição, foi, nos termos do art.º 44º do EMJ, afecta ao Juízo Central Criminal juiz do Quadro Complementar de Évora (Proc. 2022/DSQMJ/2772).

Desde Setembro de 2023 essa substituição é assegurada pela juiz titular do Juízo Local Criminal de Benavente, Juiz 2 (Proc. 2022/PD/0019).

As medidas visaram suprir a redução de serviço do titular do lugar de Juiz 1 do Juízo Central Criminal.

4.1.4.4. Juízo Central Criminal - Juiz 2

A juiz titular do lugar de Juiz 2 do Juízo Central Criminal encontra-se em comissão de serviço no CSM desde 10.5.2023.

Até Setembro de 2023 a sua substituição foi assegurada através da colocação de juiz do Quadro Complementar de Évora (Proc. 2023/VOG/1629), encontrando-se desde então colocada juiz auxiliar de substituição para suprir a mesma necessidade.

4.1.4.5. Juízo Central Criminal - Juiz 3

A fim de assegurar o regular curso do julgamento no processo nº. 626/14.5TASTR, foi determinada a redução da distribuição para o lugar de Juiz 3 do Juízo Central Criminal de Santarém, entre 30 dias antes da data designada para início do julgamento no dito processo e a data de início das alegações no mesmo, traduzida na exclusão nesse período da distribuição ao referido lugar de Juiz de processos com natureza urgente (Proc. 2023/DSQMJ/3373).

A medida foi implementada em 6.12.2023.



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

4.1.4.6. Juízo de Execução - Juiz 3

Em 30.5.2023 a juiz titular do lugar de Juiz 3 do Juízo de Execução do Entroncamento iniciou um período alargado de baixa.

Até 31.8.2023 a sua substituição foi assegurada, em regime de acumulação de funções, pelos juízes titulares dos lugares de Juiz 1 e Juiz 2 do referido Juízo e por uma das juízes colocadas na comarca nos termos do art.º 107º ROFTJ (Proc. 2023/DSP/06130).

A partir de Setembro de 2023 foi afecta, nos termos do art.º 44º do EMJ, como auxiliar de substituição, ao Juízo de Execução, Juiz 3, uma juiz do Quadro Complementar de Évora para assegurar a integralidade do serviço (Proc.2023/DSQMJ/2424).

4.1.4.7. Juízo do Trabalho de Santarém - Juiz 1

Em 6.10.2023 a juiz titular do lugar de Juiz 1 do Juízo do Trabalho de Santarém iniciou um período alargado de baixa.

Desde 1.11.2023 o seu serviço é assegurado paritariamente, em regime de acumulação de funções, pela juiz reafectada ao lugar de Juiz 2 do Juízo do Trabalho de Santarém, pela juiz titular do lugar de Juiz 2 do Juízo do Trabalho de Tomar e pelo juiz titular do Juízo de Competência Genérica de Rio Maior (Proc. 2023/DSQMJ/2984).

4.1.4.8. Juízo do Trabalho de Santarém - Juiz 2



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Por se encontrar em comissão de serviço, a juiz titular do lugar de Juiz 2 do Juízo do Trabalho de Santarém não iniciou funções em Setembro de 2023, aquando da produção de efeitos do movimento judicial.

Não tendo sido prevista a colocação de juiz auxiliar de substituição, a sua ausência foi suprida pela reafecção da única juiz colocada na comarca nos termos do artº.107º ROFTJ ao lugar de Juiz 2 do Juízo do Trabalho de Santarém (Proc. 2023/DSQMJ/2913).

4.1.4.9. Juízo Local Criminal de Benavente - Juiz 2

1 - Desde data anterior a 1.1.2023 o Juízo Local Criminal de Benavente Juiz 2, para além da juiz titular, teve colocada uma juiz do Quadro Complementar de Évora com a finalidade de permitir a conclusão dos julgamentos então em curso e a elaboração e depósito de decisões e sentenças pendente por parte das referidas magistradas (Proc. 2022/DSQMJ/2623).

No que respeita à distribuição de serviço, foi estipulado que no decurso do mês de Setembro de 2022 a juiz titular e a juiz do Quadro Complementar de Évora repartiam a tramitação dos processos do Juízo e o tempo de sala, assumindo a juiz do Quadro Complementar todos os julgamentos e expediente do Juiz 2 após Outubro de 2022 (Proc. 2022/DSQMJ/3227).

Esta medida vigorou em termos efectivos até 30.1.2023, altura em que a juiz do Quadro Complementar se ausentou do serviço por baixa.

2 - A partir de 1.3.2023 e até 31.8.2023 foi colocada no lugar de Juiz 2 do Juízo Local Criminal de Benavente uma juiz em regime de destacamento como auxiliar, que assumiu a tramitação e decisão de todos os processos do Juízo, a fim de a juiz titular recuperar os atrasos na prolação de decisões (Proc. 2023/DSQMJ/3227).



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

3 - Para prevenir novas situações de elevado atraso processual da juiz titular, no movimento judicial de 2023 e até 31.8.2024, foi colocada no lugar de Juiz 2 do Juízo Local Criminal de Benavente juiz do Quadro Complementar de Évora que assegura todo o serviço, com excepção da tramitação processual posterior à prolação de decisão, fora processos que respeitam a matéria contra-ordenacional e ao conhecimento superveniente do concurso de crimes (Proc. 2023/DSQMJ/2975).

4.1.4.10. Juízo Local Criminal de Tomar

Com início em 1.10.2023 e termo a 15.7.2024 foi afecta, em regime de acumulação de funções, ao Juízo Local Criminal de Tomar a juiz titular do Juízo Local Criminal de Abrantes, a qual passou a assegurar a tramitação e decisão dos processos da área de competência territorial do Juízo de Proximidade de Ferreira do Zêzere, com excepção de julgamentos em processo sumário, e a tramitação e decisão dos 40 processos comuns singulares mais antigos daquele Juízo (Proc.2023/DSQMJ/3242).

A medida teve em vista o controlo da elevada pendência e da acumulação de serviço do Juízo Local Criminal de Tomar.

4.1.4.11. Juízo Local Cível de Tomar

Com início em 11.10.2023 e termo a 15.7.2024 foi afecta, em regime de acumulação de funções, ao Juízo Local Cível de Tomar a juiz titular do lugar de Juiz 1 do Juízo do Comércio de Santarém, a qual passou a assegurar até à fase final do saneamento a tramitação e decisão das acções de processo comum pendentes naquele Juízo em 10.10.2023 (Proc.2023/DSQMJ/3308).



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

A medida teve em vista o controlo da elevada pendência e da acumulação de serviço do Juízo Local Cível de Tomar.

4.1.4.12. Juízo Local Criminal de Torres Novas

1 - Entre 1.9.2022 e 15.7.2023, foi afecta, nos termos do art.º 44º do EMJ, como auxiliar, ao Juízo Local Criminal de Torres Novas uma Juiz do Quadro Complementar de Évora para assegurar a tramitação e decisão de processos que não impliquem a realização de diligências presenciais após prolação de sentença e/ou prolação de decisões em recursos de contra-ordenação que não impliquem realização de audiência (Proc. 2022/DSQMJ/2772).

2 - Com início em 1.12.2023 e termo a 15.7.2024 a juiz titular do Juízo de Competência Genérica do Cartaxo, em regime de acumulação de funções, passou a assegurar a tramitação dos processos do Juízo Local Criminal de Torres Novas cuja numeração termine em 1, 3, 5, 7 e 9 na fase posterior à prolação da sentença ou do despacho que lhes ponha termo (Proc. 2023/DSQMJ/3373).

Ambas as medidas tiveram em vista promover a redução e controlo da elevada pendência de secretaria do Juízo Local Criminal de Torres Novas.

4.1.4.13. Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

Em Julho de 2021 foi determinado que a juiz do artº. 107º ROFTJ, a partir de 1.9.2021, assegurasse a tramitação e decisão de todos os processos de jurisdição cível e a presidência das respectivas audiências prévias e de julgamento relativamente aos



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

lugares de Juiz 1, Juiz 2 e Juiz 3 do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão (Proc. 2021/DSQMJ/2437).

A referida medida foi posteriormente prorrogada e manteve-se até 9.9.2023, aquando da reafecção da juiz colocada nos termos do artº. 107º ROFTJ a outro serviço (Proc. 2021/DSQMJ/2437, Proc. 2022/DSQMJ/2876 e Proc. 2023/DSQMJ/2913).

4.1.4.14. Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 1

A juiz titular do lugar de Juiz 1 do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão até 31.8.2023 iniciou comissão de serviço a 1.5.2023.

Então e até 15.7.2023 o serviço que lhe estava afecto foi assegurado, em paridade, pelas juízes titulares dos lugares de Juiz 2 e Juiz 3 do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão (Proc. 2023/DSQMJ/1158).

4.1.4.15. Reafecção de processos

Com vista a ultrapassar situações de prolongado retardamento na prolação de decisões judiciais no Tribunal Judicial da Comarca de Santarém, no decurso do ano de 2023 foi determinada a reafecção de processos que se encontravam naquela situação no lugar de Juiz 2 do Juízo do Trabalho de Santarém e nos lugares de Juiz 1 e Juiz 2 do Juízo Local Criminal de Benavente, respectivamente ao juiz titular do lugar de Juiz 1 do Juízo do Trabalho de Tomar e à juiz titular do lugar de Juiz 2 do Juízo Local Criminal de Santarém (Proc. 2023/DSQMJ/2984 e Proc. 2023/DSQMJ/2975).



S. R.
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

4.2. FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

4.2.1. Quadro previsto

O quadro legal de funcionários do Tribunal Judicial da Comarca de Santarém é de 301 oficiais de justiça, 2 técnicos de informática e 17 funcionários da carreira do regime geral, num total de 320 funcionários, conforme portaria 161/2014 de 21.8, na redacção da portaria 372/2019 de 15.10, números nos quais se contêm os funcionários de justiça do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão.

Os referidos funcionários estão assim distribuídos:

Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Santarém		
Núcleo de Santarém *		
Pessoal Oficial de Justiça		121
Técnico de informática		2
Pessoal da carreira do regime geral		7
Apoio técnico ao conselho de gestão		2
Técnico Superior		1**
Categorias	Secretário de justiça	2
	Escrivão de direito	16
	Escrivão-adjunto	31
	Escrivão auxiliar	45
	Técnico de justiça principal	2
	Técnico de justiça-adjunto	11
	Técnico de justiça auxiliar	12
	Técnico de informática	2
	Assistente Técnico	3
	Assistente Operacional	3 a)
Núcleo de Abrantes		
Pessoal Oficial de Justiça		21
Pessoal da carreira do regime geral		2
Categorias	Escrivão de direito	3
	Escrivão-adjunto	6 b)
	Escrivão auxiliar	6



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

	Técnico de justiça-adjunto	3 b)
	Técnico de justiça auxiliar	3
	Assistente Operacional	2
Núcleo de Almeirim		
Pessoal Oficial de Justiça		9
Categorias	Escrivão de direito	1
	Escrivão-adjunto	2
	Escrivão auxiliar	3
	Técnico de justiça-adjunto	1
	Técnico de justiça auxiliar	2
Núcleo de Benavente		
Pessoal Oficial de Justiça		21
Categorias	Secretário de Justiça	1
	Escrivão de direito	3
	Escrivão-adjunto	6
	Escrivão auxiliar	6
	Técnico de justiça-adjunto	2
	Técnico de justiça auxiliar	3
Núcleo do Cartaxo		
Pessoal Oficial de Justiça		10
Pessoal da carreira do regime geral		1
Categorias	Escrivão de direito	1
	Escrivão-adjunto	2
	Escrivão auxiliar	3
	Técnico de justiça-adjunto	2
	Técnico de justiça auxiliar	2
	Assistente Técnico	1
Núcleo de Coruche		
Pessoal Oficial de Justiça		7
Categorias	Escrivão de direito	1
	Escrivão-adjunto	2
	Escrivão auxiliar	2
	Técnico de justiça-adjunto	1
	Técnico de justiça auxiliar	1
Núcleo do Entroncamento		
Pessoal Oficial de Justiça		28
Pessoal da carreira do regime geral		2
Cate goria	Secretário de Justiça	1
	Escrivão de direito	3



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

	Escrivão-adjunto	8 c)
	Escrivão auxiliar	10
	Técnico de justiça-adjunto	4 c)
	Técnico de justiça auxiliar	2
	Assistente técnico	1
	Assistente Operacional	1
Núcleo de Ourém		
Pessoal Oficial de Justiça		16
Categorias	Escrivão de direito	2
	Escrivão-adjunto	4
	Escrivão auxiliar	6
	Técnico de justiça-adjunto	2
	Técnico de justiça auxiliar	2
Núcleo de Rio Maior		
Pessoal Oficial de Justiça		7
Categorias	Escrivão de direito	1
	Escrivão-adjunto	2
	Escrivão auxiliar	2
	Técnico de justiça-adjunto	1
	Técnico de justiça auxiliar	1
Núcleo de Tomar		
Pessoal Oficial de Justiça		43
Pessoal da carreira do regime geral		4
Categorias	Secretário de Justiça	1
	Escrivão de direito	5
	Escrivão-adjunto	10 d)
	Escrivão auxiliar	14
	Técnico de justiça-principal	1
	Técnico de justiça adjunto	5 d)
	Técnico de justiça Auxiliar	7
	Assistente Técnico	1
	Assistente Operacional	3
Núcleo de Torres Novas		
Pessoal Oficial de Justiça		18
Pessoal da carreira do regime geral		1***
Categorias	Escrivão de direito	2
	Escrivão-adjunto	5 e)
	Escrivão auxiliar	6
	Técnico de justiça-adjunto	3 e)
	Técnico de justiça auxiliar	2
	Assistente Técnico	1



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

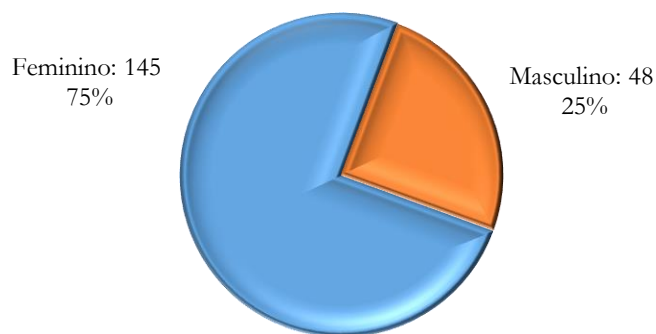
Legenda:

- * O quadro do núcleo de Santarém integra os funcionários a afectar ao Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão.
- ** Lugar não preenchido.
- a) Inclui um assistente operacional a exercer as funções de motorista.
- b) Abrange um escrivão-adjunto e um técnico de justiça-adjunto a afectar ao Juízo de Proximidade de Mação.
- c) Abrange um escrivão-adjunto e um técnico de justiça-adjunto a afectar ao Juízo de Proximidade da Golegã.
- d) Abrange um escrivão-adjunto e um técnico de justiça-adjunto a afectar ao Juízo de Proximidade de Ferreira do Zêzere.
- e) Abrange um escrivão-adjunto e um técnico de justiça-adjunto a afectar ao Juízo de Proximidade de Alcanena.

4.2.2. Funcionários em funções

Dos 193 Oficiais de Justiça da carreira judicial em efectividade de funções, 75% são do género feminino e apenas 25% do género masculino.

Género dos Funcionários - 2023

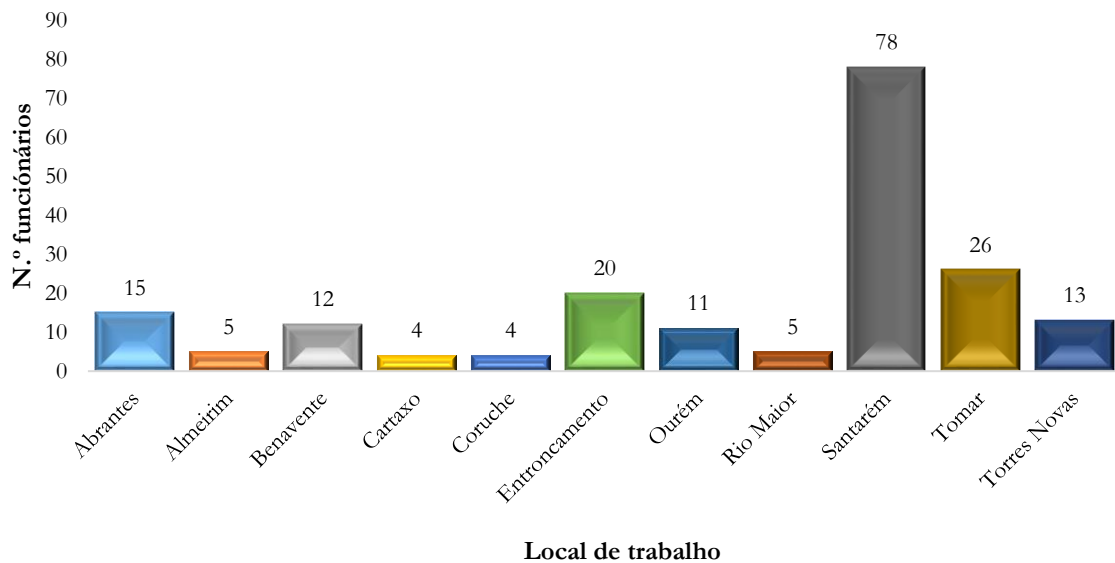


Mostrando-se distribuídos geograficamente da seguinte forma:



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Número de funcionários por local de trabalho - 2023



Em correlação com o número de magistrados judiciais e do volume processual de cada núcleo.

No ano de 2023, tal como há vários anos vem acontecendo, o número de funcionários judiciais em efectividade de funções no TJCS ficou bastante aquém do quadro legal, como expressivamente resulta do quadro que segue, onde se considerou o universo de oficiais de justiça da carreira judicial do Tribunal Judicial da Comarca de Santarém e do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão:

OFICIAIS DE JUSTIÇA DA CARREIRA JUDICIAL EM FUNÇÕES EM 31-12-2023

Núcleo	Quadro Legal	Quadro Provido	Diferença (%)	Ausências (Doença prolongada e cessação de funções)	Diferença para o quadro legal (%)
Abrantes	15	15	0,00%	0	0,00%
Almeirim	6	5	-16,67%	2	-50,00%
Benavente	16	12	-25,00%	5	-56,25%
Cartaxo	6	4	-33,33%	3	-83,33%



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Coruche	5	4	-20,00%	1	-40,00%
Entroncamento	22	20	-9,09%	2	-18,18%
Ourém	12	11	-8,33%	1	-16,66%
Rio Maior	5	5	0,00%	1	-20,00%
Santarém	94	78	-17,02%	6	-23,40%
Tomar	30	26	-13,33%	5	-30,00%
Torres Novas	13	13	0,00%	2	-15,38%
Total	224	193	-13,84%	29	-26,79%

Apesar de se continuar a verificar uma preocupante saída de oficiais de justiça para outros serviços da Administração Pública e o aumento do número de aposentações entre a classe, a verdade é que o ingresso, em Setembro de 2023, de 13 novos oficiais de justiça em 1.ª colocação para a área judicial, em resultado do procedimento concursal aberto pela DGAJ para o efeito, e a transferência de 5 outros funcionários de outros tribunais veio mitigar o défice de oficiais de justiça verificado nesta área no Tribunal Judicial da Comarca de Santarém.

Sem embargo, ainda que na área judicial o défice de oficiais de justiça não se tenha agravado no ano de 2023 e que se tenha registado algum rejuvenescimento do grupo profissional, facto é que o número de lugares de oficiais de justiça providos no referido tribunal continua a ser claramente deficitário quer por comparação ao quadro legal previsto⁵, quer por referência ao mapa adequado aprovado pela DGAJ.

Ademais no ano de 2023 continuou a verificar-se significativo o número de situações de ausência por doença prolongada, cenário que previsivelmente tenderá a agravar-se considerando a média de idades da classe e a demora na revisão do Estatuto dos Oficiais de Justiça.

⁵ Portaria 161/2014 de 21.8, na redacção da Portaria 372/2019 de 15.10.



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Esquemáticamente o quadro que segue traduz o mapa de funcionários judiciais considerado como adequado pela DGAJ, relativamente ao Tribunal Judicial da Comarca de Santarém:

Mapa adequado (2020)					
Oficiais de Justiça - Judicial					
Núcleo	Secretário	EscDir	EscAdj	EscAux	Total
Abrantes		3	3	7	13
Almeirim		1	2	2	5
Benavente	1	3	3	6	13
Cartaxo		1	1	2	4
Coruche		1	1	2	4
Entroncamento	1	3	9	11	24
Ourém		2	2	4	8
Rio Maior		1	1	2	4
Santarém (c/ TCRS)	2	16	28	50	96
Tomar	1	5	9	14	29
Torres Novas		2	2	5	9
Comarca	5	38	61	105	209

Fonte: DGAJ

Confrontando o quadro de oficiais de justiça que a DGAJ considera como adequado (209) - ligeiramente inferior ao quadro legal (224) - com o dos lugares providos e com os dados do absentismo, constata-se que o *deficit* de oficiais de justiça em efectividade de funções na comarca de Santarém é de 45 pessoas (quadro adequado - quadro provido - ausências), o que corresponde a menos 21,53% daquele



S. R.

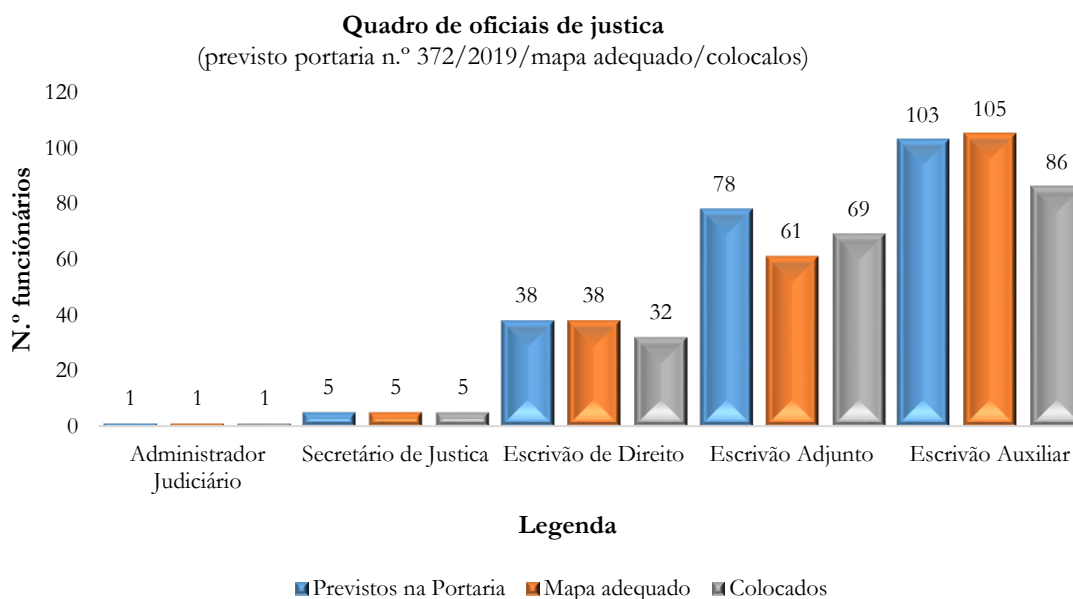
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

número e espelha um agravamento de -4,55 % de disponibilidade de recursos humanos face ao défice verificado em 2022 (-16,98%), crescimento negativo alavancado no absentismo por doença.

Quadro de que se crêem resultar evidentes as dificuldades que quotidianamente existem com relação à gestão de recursos humanos nas diversas categorias de oficiais de justiça.

Sendo que a pouca atractividade da carreira de oficial de justiça, que tem resultado na fuga crescente e constante de quadros dos tribunais para outros serviços da Administração Pública, e a previsível aposentação de vários daqueles profissionais no ano de 2024, são de molde a perspectivar, a curto médio prazo, a inviabilidade de assegurar e manter o normal e regular funcionamento dos serviços judiciais do Tribunal Judicial da Comarca de Santarém e do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão.

No quadro abaixo é possível ver, por categoria profissional, a relação entre o quadro legal, o quadro considerado como adequado pela DGAJ e os oficiais de justiça da carreira judicial colocados no Tribunal Judicial da Comarca de Santarém e Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão no ano de 2023.





TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Representação gráfica que mostra que o preenchimento do quadro de oficiais de justiça do Tribunal Judicial da Comarca de Santarém está desfalcado em 16 profissionais (-7.65%) se tivermos por referência o quadro adequado e 31 profissionais (-13,84%) se considerarmos o quadro legal.

Sendo que a falta de preenchimento do quadro, aliada a elevados níveis de absentismo, vem sendo causa de limitações na qualidade e tempestividade do serviço judiciário prestado e da manifestação recorrente de desagrado e preocupação por parte dos juízes e dos responsáveis pelas diversas unidades que integram o tribunal.

Situação reportada à DGAJ que, até ao momento, não a logrou solucionar.

4.2.3. Absentismo

As situações de absentismo dos funcionários ao longo do ano judicial de 2023 e as suas causas constam discriminadas no quadro infra apresentado:

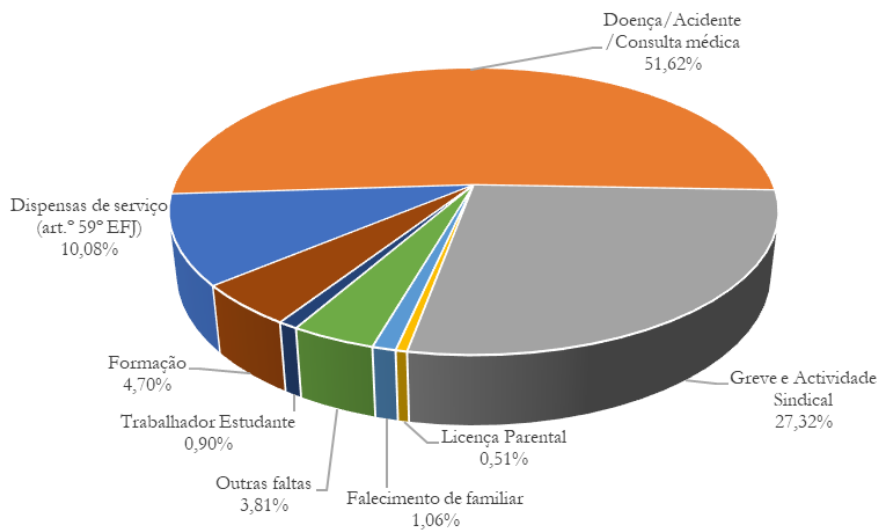
Tribunal Judicial da Comarca de Santarém												
Absentismo dos Oficiais de Justiça - Ano de 2023 (em dias)												
Faltas por núcleo e motivo	Abrantes	Almeirim	Benavente	Cartaxo	Coruche	Introçament	Ourém	Rio Maior	Santarém	Tomar	Torres Novas	Total
Férias	535	144	372	208,5	144,5	652,5	342	124,5	2415,5	862	438,5	6 239,00
Dispensas de serviço (art.º 59º EFJ)	74,5	7,5	23	24	18	112	42	5	433	85	62	886,00
Doença/Acidente/Consulta médica	376	103,5	584,5	356	98	137,5	305,5	207	1222,5	646,5	499,5	4 536,50
Greve e Actividade Sindical	209	57,5	135,5	21	54	191,5	90,5	11	1051	298	282,5	2 401,50
Licença Parental	0	0	45	0	0	0	0	0	0	0	0	45,00
Falecimento de familiar	10	0	7	6	5	4	0	10	30	21	0	93,00
Outras faltas	12	0,5	63	19,5	0	8	4	0	204,5	22	1	334,50
Trabalhador Estudante	0	0	0	0	0	30	3	0	30	15	1	79,00
Formação	15,5	10	18	16	0	111	7	4,5	188	24	19,5	413,50
Pena de Suspensão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Absentismo que tem a expressão percentual que o gráfico que segue ilustra e que redundaram, no ano de 2023, numa média anual de oficiais de justiça da carreira judicial em exercício efectivo de funções de 146, num quadro previsto de 193.

ABSENTISMO DE OFICIAIS DE JUSTIÇA 2023



Dos dados elencados constata-se um elevado número de dias de ausência do serviço por parte dos funcionários de justiça motivado por doença ao longo do ano de 2023.

Situação que é indissociável do envelhecimento geral do grupo profissional na comarca e também do sobre esforço a que continuamente vem sendo sujeito em razão da prolongada diminuição do número de colocação de profissionais das diferentes categorias por referência ao quadro de funcionários previsto.

O gráfico que segue mostra por faixa etária os grupos de inserção dos Funcionários de Justiça que exercem funções na Comarca de Santarém e no TCRS:



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

mas também no número de diligências adiadas e nos custos económicos e sociais que tais circunstâncias determinam para os utentes dos serviços e intervenientes processuais.

A que se junta o não desprezível custo institucional e a degradação do funcionamento dos serviços resultante do desânimo e do desalento no desempenho profissional da classe.

4.2.4. Medidas de gestão

4.2.4.1. Designação de Secretários de Justiça

O não preenchimento do quadro de secretários de justiça da Comarca de Santarém no movimento de Julho de 2023 levou a que, em Setembro, se procedesse à renovação da designação de três escrivães de direito como secretários de justiça, em regime de substituição, respectivamente, nos núcleos de Santarém, Tomar e Benavente e à nova designação de um técnico de justiça principal como secretário de justiça, também em regime de substituição.

4.2.4.2. Designação de Escrivães de Direito

No ano de 2023, por falta de escrivães de direito e do não provimento dos respectivos lugares, as referidas funções foram exercidas por escrivães-adjuntos no Juízo Central Criminal (Juiz 1 e Juiz 3), nos Juízos Local Cível de Santarém e Local Criminal de Ourém (este até Setembro de 2023), no Juízo de Família e Menores de Tomar e nas unidades centrais de Benavente e de Santarém.



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

No Juízo de Competência Genérica do Cartaxo, em virtude de baixas médicas prolongadas do escrivão de direito e dos escrivães-adjuntos, foi recolocado transitoriamente um escrivão de direito pertencente ao núcleo de Santarém.

No núcleo de Benavente, devido à falta de oficiais de justiça com condições para exercer funções de escrivão de direito na unidade de processos afecta ao Juízo Local Criminal, o escrivão de direito colocado na unidade de processos do Juízo Local Cível passou também a chefiar aquela unidade.

4.2.4.3. Recolocação transitória

No ano de 2023 continuou a fazer-se uso do mecanismo da recolocação transitória, procurando com ele corresponder às necessidades do serviço e simultaneamente atender, em articulação com eles, aos interesses dos oficiais de justiça.

Mecanismo que, a par da actividade da Bolsa de Funcionários criada na Comarca, constitui um pilar fundamental para a melhoria do desempenho da secretaria e consubstancia uma das mais importantes medidas gestonárias em matéria de recursos humanos pela mobilidade que possibilita.

4.2.4.4. Apoio entre unidades de processos

Considerando que secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Santarém é única e tendo presente o equilíbrio que, relativamente à carga de trabalho, deve existir entre as unidades orgânicas que a compõem e bem assim que algumas delas, em particular as do sul da comarca, ao longo do ano de 2023 registaram situações grandemente deficitárias de meios humanos, para suprir essas carências foi determinado que:



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

- Os oficiais de justiça colocados na unidade de processos do Juízo de Competência Genérica do Entroncamento assumissem a tramitação processual do Juízo de Competência Genérica do Cartaxo;
- Os oficiais de justiça do Juízo Central Criminal de Santarém prestassem apoio ao Juízo Local Criminal de Benavente e ao Juízo de Execução do Entroncamento;
- Os escrivães de direito colocados no Juízo Local Cível de Abrantes e no Juízo Local Criminal de Ourém, em parte do ano, prestassem apoio aos Juízos Local Cível e Local Criminal de Torres Novas, respectivamente;
- Um dos escrivães auxiliares colocados no Juízo Central Cível exerceu temporariamente funções no Juízo Local Cível de Benavente; e
- Um escrivão de direito e quatro escrivães auxiliares do Juízo Central Criminal exerceram temporariamente funções no Juízo Local Criminal de Benavente.

4.2.4.5. Bolsa de Funcionários da comarca de Santarém

A Bolsa de Funcionários, reforçada com mais cinco oficiais de justiça, continuou no ano judicial de 2023 a assumir um papel importante na gestão de recursos humanos, viabilizando respostas rápidas, em termos de afectação de meios humanos, para colmatar necessidades de unidades orgânicas e serviços desfalcados, o que sucedeu designadamente para:

- GAP;
- O Juízo Local Criminal de Benavente cumprindo toda a tramitação processual;
- O Juízo Local Cível de Benavente cumprindo toda a tramitação processual;



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

- O Juízo de Proximidade de Alcanena com a colocação de uma Escrivã-adjunta;
- O Juízo do Trabalho de Santarém cumprindo toda a tramitação processual;
- O Juízo do Trabalho de Tomar cumprindo toda a tramitação processual;
- e
- O Juízo Local Criminal de Ourém cumprindo toda a tramitação processual.

4.2.5. Propostas

No que concerne aos recursos humanos impõe-se continuar a enfatizar, como grande preocupação, a necessidade de aumentar significativamente o número de oficiais de justiça ao serviço do Tribunal Judicial da Comarca de Santarém e do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão com o fim de obter uma melhoria do seu nível quantitativo de desempenho e, concomitantemente, na elevação da qualidade do serviço prestado.

A falta crónica e por largos períodos temporais de oficiais de justiça, apesar do enorme esforço empreendido, tem efeitos perniciosos no tempo de tramitação e movimentação processual.

Torna-se, pois, necessário o preenchimento urgente dos quadros fixados pela Portaria n.º 372/19 de 15.10, nomeadamente relativamente a oficiais de justiça nos núcleos de Santarém (onde estão sediadas a maioria das jurisdições do Tribunal Judicial da Comarca de Santarém e o Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão), Abrantes, Almeirim, Benavente, Coruche, Rio Maior e Tomar.

No que tange a funcionários da carreira do regime geral é urgente o preenchimento dos lugares de Santarém, Tomar e Entroncamento.



4.3. MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

4.3.1. Quadro previsto

De acordo com o mapa IV anexo à lei 49/2014 de 27.3 (RLOSJ), o quadro variável de magistrados do Ministério Público previsto para a Comarca de Santarém é de 56 a 60 Procuradores da República, no qual estão integrados os magistrados em funções junto do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão.

Tal número de magistrados está assim repartido pelos diferentes núcleos:

Quadro de Magistrados do Ministério Público do Tribunal Judicial da Comarca de Santarém	
Procuradores da República	Número
Núcleo de Abrantes	4
Núcleo de Almeirim	2
Núcleo de Benavente	4
Núcleo de Cartaxo	3
Núcleo de Coruche	1
Núcleo do Entroncamento	4
Núcleo de Ourém	2
Núcleo de Rio Maior	2
Núcleo de Santarém	22
Núcleo de Tomar	9
Núcleo de Torres Novas	3
TOTAL	56

4.3.2. Magistrados em funções



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Quadro de Magistrados do Ministério Público do Tribunal Judicial da Comarca de Santarém EM FUNÇÕES 2023	
Procuradores da República	Número
Núcleo de Abrantes	4
Núcleo de Almeirim	1
Núcleo de Benavente	3
Núcleo de Cartaxo	2
Núcleo de Coruche	1
Núcleo do Entroncamento	3
Núcleo de Ourém	3
Núcleo de Rio Maior	1
Núcleo de Santarém	25
Núcleo de Tomar	8
Núcleo de Torres Novas	3
TOTAL	54

4.4. ASSESSORIA A MAGISTRADOS JUDICIAIS (GAMJ)

O quadro do Gabinete de Apoio aos Magistrados Judiciais do Tribunal da Comarca de Santarém e do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão encontra-se completo, contando com 3 assessores, um em ciências jurídicas, um em psicologia e outro em economia, gestão, contabilidade e finanças.

4.5. MÉDIA ANUAL DE JUÍZES, MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO E OFICIAIS DE JUSTIÇA EM EFECTIVIDADE DE FUNÇÕES

Por fim seguem, por núcleo, os quadros descritivos da média de efectividade de funções no ano de 2023 dos profissionais que exerceram funções no Tribunal



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Judicial da Comarca de Santarém e no Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão, deixando-se a nota de que, no tocante aos magistrados do Ministério Público, não estão mencionados os magistrados que estão afectos exclusivamente à investigação criminal.

Função	Juiz de Direito		Procurador da República		Oficial de Justiça (Carreira Judicial)		Funcionários Carreiras Gerais	
ABRANTES								
Unidade orgânica	Previstos ¹	Em efectividade e de Funções (Média Anual)	Previstos ²	Em efectividade e de Funções (Média Anual)	Previstos ³	Em efectividade e de Funções (Média Anual)	Previstos	Em efectividade e de Funções (Média Anual)
Juízo Local Cível	1	1	4	4	14	14	2*	2
Juízo Local Criminal	1	1						
Juízo de Família e Menores	1	1						
Juízo Proximidade Mação	-	-	-	-	1	1	-	-
Total	3	3	4	4	15	15	2	2

Notas:

* 1 lugar a extinguir quando vagar

ALMEIRIM								
Juízo Competência Genérica	1	1	2	1	6	5*	0	0
Total	1	1	2	1	6	5	0	0

Notas:

* 1 Oficial de Justiça está afecto à Bolsa de Funcionários Judiciais

BENAVENTE								
Juízo Local Cível	1	1	4	3	16	12	0	0
Juízo Local Criminal	2	3,42						
QCE	1*		-	-	-	-	-	-
Total	4	4,42	4	3	16	12	0	0

Notas:

*Magistrada QCE em substituição do lugar de Juiz 2 do Juízo Local Criminal de Benavente

CARTAXO								
Juízo Competência Genérica	1	1	3	2	6	5*	0	0
Total	1	1	3	2	6	5	0	0



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM*Notas:*

* 1 Escrivã de Direito do Núcleo de Santarém, recolocada transitoriamente no núcleo do Cartaxo

CORUCHE								
Juízo Competência Genérica	1	1	1	1	5	4	0	0
Total	1	1	1	1	5	4	0	0

ENTRONCAMENTO								
Juízo de Execução	3	3	4	3	21	20	2	0
QCE	1*							
Juízo Competência Genérica	2	2						
Juízo Proximidade da Golegã	-		-		1	1		
Total	5	5	4	3	22	21	2	0

Notas:

*Magistrada QCE em substituição do lugar de Juiz 3 do Juízo de Execução

OURÉM								
Juízo Local Cível	1	1	2	3	12	12*	0	0
Juízo Local Criminal	1	1						
Total	2	2	2	3	12	12	0	0

Notas:

* 2 Oficiais de Justiça estão afectos à Bolsa de Funcionários Judiciais, sendo que uma funcionária está afeta ao núcleo de Tomar e se mostra recolocada transitoriamente no núcleo de Ourém.

RIO MAIOR								
Juízo Competência Genérica	1	1	2	1	5	5	0	0
Total	1	1	2	1	5	5	0	0

SANTARÉM								
Juízo Central Cível	4	3,96*	22	25	94	76	7	5
Juízo Central Criminal	4**	4						
Juízo de Instrução Criminal	2	2						
Juízo do Comércio	3	3						
Juízo de Família e Menores	3	3						
Juízo do Trabalho	2***	1,83						
Juízo Local Cível	2	2						
Juízo Local Criminal	2	2						
Art.º 107º LOFTJ	1	-						



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Total	24	21,79	22	25	94	76	7	5
-------	----	-------	----	----	----	----	---	---

Notas:

*Sem provimento o lugar de Juiz 4

**Juiz auxiliar em substituição de Juiz titular do lugar de Juiz 2

***O titular do lugar de Juiz 2 não iniciou funções tendo sido reafecta a Juiz art. 107.º ROFTJ.

TOMAR								
Juízo Local Cível	1	1,25	9	8	30	25	4	1
Juízo Local Criminal	1	1,25						
Juízo de Família e Menores	2	2						
Juízo do Trabalho	2	2						
Juízo Proximidade de Ferreira do Zêzere	-		-		1	1		
Total	6	6,50	9	8	31	26	4	1

TORRES NOVAS								
Juízo Local Cível	1	1	3	3	13	12	1	1
Juízo Local Criminal	1	1,08						
Juízo Proximidade de Alcanena	-		-		1	1*		
Total	2	2,08	3	3	12	9	1	1

Notas:

*Assegurado parcialmente por funcionária da Bolsa de funcionários com colocação no Núcleo de Ourém



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

CAPÍTULO V
RECURSOS FINANCEIROS**5.1. ORÇAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DE 2023****5.1.1. Orçamento**

No ano de 2023 da proposta de orçamento aprovada pelo Conselho de Gestão resultou um pedido de atribuição à comarca de Santarém do orçamento global de 1 622 097,72 €, tendo-se considerado para despesas de funcionamento o montante de 1 344 097,72 €, como em seguida se discrimina:

Classificação Económica da Despesa (CED) - Rubrica	Designação da Rubrica	Contributos para OE 2023 dos Tribunais
Agrupamento Orçamental 02 - Aquisição de Bens e Serviços		1 313 912,51 €
Subagrupamento 02.01 - Aquisição de Bens		143 885,96 €
02.01.02.00.00	(OF) Combustíveis e Lubrificantes	8 000,00 €
02.01.02.A0.09	(OF) Combustíveis e Lubrificantes - anos findos	
02.01.04.00.00	(OF) Limpeza e Higiene	5 000,00 €
02.01.04.A0.09	(OF) Limpeza e Higiene - anos findos	
02.01.05.00.00	(OF) Alimentação – Refeições confeccionadas	
02.01.07.00.00	(OF) Vestuário e Artigos Pessoais	160,00 €
02.01.07.A0.09	(OF) Vestuário e Artigos Pessoais - anos findos	
02.01.08.A0.00	(OF) Papel	24 840,00 €
02.01.08.A0.09	(OF) Papel - anos findos	
02.01.08.B0.00	(OF) Consumíveis de Impressão	13 960,00 €
02.01.08.B0.09	(OF) Consumíveis de Impressão - anos findos	
02.01.08.C0.00	(OF) Outros	5 555,96 €
02.01.08.C0.09	(OF) Outros - anos findos	
02.01.08.C1.00	(OF) Outros - Envelopes	7 546,00 €
02.01.08.C1.09	(OF) Envelopes - anos findos	
02.01.08.C2.00	(OF) Outros - Contracapas	4 657,00 €
02.01.08.C2.09	(OF) Contracapas - anos findos	
02.01.08.C3.00	(OF) Armazenamento Digital - Pens / Cds	



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

02.01.08.D0.09	(OF) Outro Material de Escritório - anos findos	
02.01.11.00.00	(OF) Material de Consumo Clínico	500,00 €
02.01.11.00.09	(OF) Material de Consumo Clínico – anos findos	
02.01.12.00.00	(OF) Material De Transporte - Peças	
02.01.14.00.00	(OF) Outro material - Peças	
02.01.15.00.00	(OF) Prémios, Condecorações e Ofertas	
02.01.17.00.00	(OF) Ferramentas e Utensílios	
02.01.18.00.00	(OF) Livros e Documentação Técnica	160,00 €
02.01.18.A0.09	(OF) Livros e Documentação Técnica - anos findos	
02.01.19.00.00	(OF) Artigos Honoríficos e de Decoração	80,00 €
02.01.19.A0.09	(OF) Artigos Honoríficos e de Decoração - anos findos	
02.01.21.00.00	(OF) Outros Bens	73 427,00 €
02.01.21.A0.09	(OF) Outros Bens - anos findos	
Subagrupamento 02.02 - Aquisição de Serviços		1 170 026,55 €
02.02.01.B0.09	(OF) Encargos das Instalações - outros - anos findos	
02.02.01.B1.00	(OF) Encargos das Instalações - Eletricidade	145 000,00 €
02.02.01.B1.09	(OF) Encargos das Instalações - Eletric. - anos findos	
02.02.01.B2.00	(OF) Encargos das Instalações - Água	21 772,00 €
02.02.01.B2.09	(OF) Encargos das Instalações - Água - anos findos	
02.02.01.B3.00	(OF) Encargos das Instalações - Gás	4 600,00 €
02.02.01.B3.09	(OF) Encargos das Instalações - Gás - anos findos	
02.02.02.00.00	(OF) Limpeza e Higiene	273 698,67 €
02.02.02.A0.09	(OF) Limpeza e Higiene - anos findos	
02.02.03.00.00	(OF) Conservação de Bens	432,00 €
02.02.03.01.00	(OF) Conservação de Bens - Extintores	800,00 €
02.02.03.01.09	(OF) Conservação Bens – Extintores – anos findos	
02.02.03.02.00	(OF) Conservação de Bens -Impressoras-Fax-Digitalizador	600,00 €
02.02.03.02.09	(OF) Conservação de Bens -Imp.-Fax-Digit. - anos findos	
02.02.03.03.00	(OF) Conservação de Bens - Edifícios	27 708,98 €
02.02.03.03.09	(OF) Conservação de Bens - Edifícios - anos findos	
02.02.03.04.00	(OF) Conservação de Bens - Ar Condicionado	1 744,64 €
02.02.03.04.09	(OF) Conservação de Bens - Ar Condicionado -anos findos	
02.02.03.05.00	(OF) Conservação de Bens - Elevadores	194,40 €
02.02.03.05.09	(OF) Conservação de Bens - Elevadores - anos findos	
02.02.03.06.00	(OF) Conservação de Bens - Outros	6 600,81 €
02.02.03.06.09	(OF) Conservação de Bens - Outros - anos findos	
02.02.04.00.00	(OF) Locação de Edifícios	470 000,00 €
02.02.04.B0.00	(OF) Estamo, SA	
02.02.04.C0.00	(OF) Outros	
02.02.06.00.00	(OF) Locação de Material de Transporte	6 695,13 €
02.02.06.A0.09	(OF) Locação de Material de Transporte - anos findos	



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

02.02.08.00.00	(OF) Locação de Outros Bens	
02.02.08.A0.09	(OF) Locação de Outros Bens - anos findos	
02.02.09.A0.00	(OF) Acessos á Internet	
02.02.09.A0.09	(OF) Acessos á Internet - anos findos	
02.02.09.B0.00	(OF) Comunicações Fixas de Dados	
02.02.09.C0.00	(OF) Comunicações Fixas de Voz	3 311,20 €
02.02.09.C0.09	(OF) Comunicações Fixas de Voz - anos findos	
02.02.09.D0.00	(OF) Comunicações Móveis	465,00 €
02.02.09.D0.09	(OF) Comunicações Móveis - anos findos	
02.02.09.F0.00	(OF) Outros Serviços de Comunicações	
02.02.10.00.00	(OF) Transportes	3 233,00 €
02.02.10.A0.09	(OF) Transportes - anos findos	
02.02.11.00.00	(OF) Representação dos Serviços	
02.02.11.A0.09	(OF) Representação dos Serviços - anos findos	
02.02.12.B0.00	(OF) Seguros - Outras	800,00 €
02.02.12.B0.09	(OF) Seguros - Outras - anos findos	
02.02.13.00.00	(OF) Deslocações e Estadas	
02.02.13.00.00	(OF) Deslocações e Estadas	
02.02.14.00.00	(OF) Estudos e Pareceres	
02.02.14.D0.00	(OF) Estudos e Pareceres - Outros	
02.02.15.B0.00	(OF) Formação - Outras	
02.02.15.B0.09	(OF) Formação - Outras - anos findos	
02.02.17.A0.00	(OF) Publicidade Obrigatória	129,60 €
02.02.17.A0.09	(OF) Publicidade Obrigatória - anos findos	
02.02.17.C0.00	(OF) Publicidade - Outra	
02.02.17.C0.09	(OF) Publicidade - Outra - anos findos	
02.02.18.00.00	(OF) Vigilância e Segurança	157 474,92 €
02.02.18.A0.09	(OF) Vigilância e Segurança - anos findos	
02.02.19.A0.00	(OF) Assistência Técnica - Equipamento Informático	
02.02.19.B0.00	(OF) Assistência Técnica - Software Informático	
02.02.19.C0.00	(OF) Assistência Técnica - Outros	5 480,00 €
02.02.19.C0.09	(OF) Assistência Técnica - Outros - anos findos	
02.02.19.C1.00	(OF) Assistência Técnica - AVAC	5 932,53 €
02.02.19.C1.09	(OF) Assistência Técnica - AVAC - anos findos	
02.02.19.C2.00	(OF) Assistência Técnica - Elevadores	5 882,15 €
02.02.19.C2.09	(OF) Assistência Técnica - Elevadores - anos findos	
02.02.20.A0.C0	(OF) Outros	
02.02.20.B0.00	(OF) Pagamentos à Espap, IP	
02.02.20.E0.00	(OF) Outros	
02.02.20.E0.09	(OF) Outros - anos findos	
02.02.21.00.00	(OF) Utilização de Infraestruturas de Transportes	2 705,15 €
02.02.21.A0.09	(OF) Utilização de Infraestruturas Transp.-anos findos	
02.02.22.H0.00	(OF) Outros - Saúde no Trabalho	5 832,00 €
02.02.22.H0.09	(OF) Outros - Saúde no Trabalho - anos findos	



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

02.02.23.B0.00	(OF) Verificação médica - Junta médica e Verificação	
02.02.25.00.00	(OF) Outros Serviços	
02.02.25.01.00	(OF) Outros Serviços - Despesas de Condomínios	1 322,00 €
02.02.25.01.09	(OF) Outros Serviços-Despesas de Condomínio-anos findos	
02.02.25.02.00	(OF) Outros Serviços - Outros	9 574,57 €
02.02.25.02.09	(OF) Outros Serviços - Outros - anos findos	
02.02.25.03.00	(OF) Outros Serviços - Inspeção de Elevadores	
02.02.25.03.09	(OF) Outros Serviços - Inspeção aos Elev. - anos findos	
02.02.25.04.00	(OF) Outros Serviços - Inspeção de Veículos	37,80 €
02.02.25.04.09	(OF) Outros Serviços - Inspeção de Veic. - anos findos	
02.02.25.05.00	(OF) Outros Serviços - Prestadoras Serviços de Limpeza	8 000,00 €
02.02.25.A0.09	(OF) Outros Serviços - anos findos	
Agrupamento Orçamental 03 - Juros e Outros Encargos		22 371,43 €
03.05.02.J0.00	(OF) Juros de Mora	22 371,43 €
03.05.02.J0.09	(OF) Juros de Mora - anos findos	
03.06.01.A0.00	(OF) Outros Encargos Financeiros	
Agrupamento Orçamental 04 - Transferências Correntes		- €
04.08.02.B0.00	(OF) Outras - Transferências para as famílias	
04.09.01.00.00	(OF) Resto do Mundo - União Europeia - Instituições	
Agrupamento Orçamental 06 - Outras Despesas Correntes		- €
06.02.01.A0.00	(OF) Impostos e Taxas	
06.02.03.A0.00	(OF) Outras Despesas Correntes - Outras	
06.02.03.A0.09	(OF) Outras Despesas Correntes – Outras – anos findos	
06.02.03.A1.00	(OF) Despesas Bancárias	
06.02.03.A1.09	(OF) Despesas Bancárias - anos findos	
Agrupamento Orçamental 07 - Aquisição de Bens de Capital		7 813,78 €
07.01.07.A0.B0	(OF) Impressoras / Fotocopiadoras / Scanners	
07.01.07.A0.C0	(OF) Outros	
07.01.09.A0.00	(OF) Equipamento Administrativo	
07.01.09.A0.09	(OF) Equipamento Administrativo - Anos Findos	
07.01.09.A0.A0	(OF) Equipamento Administrativo - Hard. de Comunicações	
07.01.09.A0.B0	(OF) Equipamento Administrativo - Outros	7 000,00 €
07.01.09.A0.B9	(OF) Equipamento Administrativo - Outros - anos findos	
07.01.10.A0.A0	(OF) Equipamento Básico - Hardware de Comunicações	
07.01.10.A0.B0	(OF) Equipamento Básico - Outros	813,78 €
07.01.10.A0.B9	(OF) Equipamento Básico-Outros – anos findos	
07.01.11.00.00	(OF) Ferramentas e Utensílios	
TOTAL PROPOSTA ORÇAMENTO		1 344 097,72 €



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

E relativamente às despesas de investimento considerado o montante de 278 000 €, repartido pelas seguintes verbas:

Proposta de Orçamento - Ano 2023 - Orçamento de Investimento

Classificação Económica da Despesa (CED) - Rubrica	Designação da Rubrica	Contributos para OE 2023 dos Tribunais
02.01.21.00.00	(OI) Outros Bens	36 000,00 €
02.01.21.A0.09	(OI) Outros Bens – anos findos	
02.02.03.00.00	(OI) Conservação de Bens	142 000,00 €
02.02.03.03.09	(OI) Conservação de Bens - Edifícios - anos findos	
02.02.20.E0.00	(OI) Outros	
07.01.07.A0.C0	(OI) Outros	20 000,00 €
07.01.09.A0.B0	(OI) Equipamento Administrativo - Outros	
07.01.09.A0.B9	(OI) Equipamento Administrativo - Outros - anos findos	
07.01.10.A0.A0	(OI) Equipamento Básico - Hardware de Comunicações	
07.01.10.A0.B0	(OI) Equipamento Básico - Outros	80 000,00 €
07.01.10.A0.B9	(OI) Equipamento Básico-Outros – anos findos	
07.01.11.00.00	(OI) Ferramentas e Utensílios	
TOTAL PROPOSTA ORÇAMENTO		278 000,00 €

A proposta de orçamento levou em consideração a média da execução orçamental dos últimos três anos, relativamente a cada uma das rubricas, a sua evolução e a taxa de inflação prevista para 2023.

No tocante ao orçamento de investimento (OI) foram ainda consideradas as necessidades pontuais da Comarca previstas e aprovadas em Conselho de Gestão.

5.1.2. Execução orçamental

5.1.2.1. Balancete de dotação



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

O orçamento inicial atribuído pela DGAJ à comarca para o ano de 2023 ascendeu a 1 876 888,17 €, tendo sido objeto de um reforço orçamental no valor de 83 847,53 €, resultante do aumento da taxa de inflação, o que originou um orçamento final (dotação corrigida a 31.12.2023) de 1 960 735,70 €, conforme tabela seguinte:

Rubrica	Designação	Dot. Inicial €	Alt. Orc. €.	Dot. Corr. €.
02.01.02.00.00	(OF) Combustíveis e Lubrificantes	7 500,00 €	0,00 €	7 500,00 €
02.01.02.A0.09	(OF) Combustíveis e Lubrificantes - anos findos	0,00 €	1 018,05 €	1 018,05 €
02.01.02.B0.00	(OF) Combustíveis e Lubrificantes (Viaturas)	4 620,00 €	0,00 €	4 620,00 €
02.01.04.00.00	(OF) Limpeza e Higiene	6 060,00 €	267,43 €	6 327,43 €
02.01.05.00.00	(OF) Alimentação – Refeições confeccionadas	50,00 €	0,00 €	50,00 €
02.01.07.00.00	(OF) Vestuário e Artigos Pessoais	197,00 €	-197,00 €	0,00 €
02.01.08.A0.00	(OF) Papel	24 000,00 €	7 538,45 €	31 538,45 €
02.01.08.A0.09	(OF) Papel - anos findos	10 586,62 €	-31,73 €	10 554,89 €
02.01.08.B0.00	(OF) Consumíveis de Impressão	14 000,00 €	-2 563,61 €	11 436,39 €
02.01.08.B0.09	(OF) Consumíveis de Impressão - anos findos	2 206,79 €	0,00 €	2 206,79 €
02.01.08.C0.00	(OF) Outros	5 600,00 €	64,56 €	5 664,56 €
02.01.08.C0.09	(OF) Outros - anos findos	0,00 €	34,13 €	34,13 €
02.01.08.C1.00	(OF) Outros - Envelopes	7 500,00 €	3 301,25 €	10 801,25 €
02.01.08.C2.00	(OF) Outros - Contracapas	4 723,00 €	3 230,75 €	7 953,75 €
02.01.08.C3.00	(OF) Armazenamento Digital - Pens / Cds	30,00 €	0,00 €	30,00 €
02.01.11.00.00	(OF) Material de Consumo Clínico	400,00 €	0,00 €	400,00 €
02.01.17.00.00	(OF) Ferramentas e Utensílios	20,00 €	0,00 €	20,00 €
02.01.18.00.00	(OF) Livros e Documentação Técnica	120,00 €	-84,00 €	36,00 €
02.01.19.00.00	(OF) Artigos Honoríficos e de Decoração	275,00 €	298,80 €	573,80 €
02.01.21.00.00	(OF) Outros Bens	60 000,00 €	-4 111,35 €	55 888,65 €
02.01.21.00.00	(OI) Outros Bens	0,00 €	12 893,23 €	12 893,23 €
02.01.21.A0.09	(OF) Outros Bens - anos findos	15 244,89 €	0,00 €	15 244,89 €
02.01.21.A0.09	(OI) Outros Bens – anos findos	0,00 €	3 069,38 €	3 069,38 €
02.01.21.B0.00	(OF) Outros Bens - Viaturas	0,00 €	934,25 €	934,25 €
02.02.01.B1.00	(OF) Encargos das Instalações - Eletricidade	500 000,00 €	0,00 €	500 000,00 €
02.02.01.B1.09	(OF) Encargos das Instalações - Eletric. - anos findos	50 000,00 €	3 759,21 €	53 759,21 €
02.02.01.B2.00	(OF) Encargos das Instalações - Água	21 500,00 €	643,32 €	22 143,32 €
02.02.01.B2.09	(OF) Encargos das Instalações - Água - anos findos	1 774,89 €	0,00 €	1 774,89 €
02.02.01.B3.00	(OF) Encargos das Instalações - Gás	4 750,00 €	0,00 €	4 750,00 €
02.02.01.B3.09	(OF) Encargos das Instalações - Gás - anos findos	1 000,00 €	0,00 €	1 000,00 €
02.02.02.00.00	(OF) Limpeza e Higiene	291 466,90 €	-9 326,98 €	282 139,92 €
02.02.02.A0.09	(OF) Limpeza e Higiene - anos findos	38 658,39 €	0,00 €	38 658,39 €
02.02.03.00.00	(OF) Conservação de Bens	0,00 €	707,33 €	707,33 €
02.02.03.00.00	(OI) Conservação de Bens	0,00 €	12 033,09 €	12 033,09 €
02.02.03.01.00	(OF) Conservação de Bens - Extintores	250,00 €	0,00 €	250,00 €



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

02.02.03.02.00	(OF) Conservação de Bens -Impressoras-Fax-Digitalizador	450,00 €	0,00 €	450,00 €
02.02.03.03.00	(OF) Conservação de Bens - Edifícios	8 850,00 €	5 727,21 €	14 577,21 €
02.02.03.04.00	(OF) Conservação de Bens - Ar Condicionado	2 100,00 €	-707,33 €	1 392,67 €
02.02.03.05.00	(OF) Conservação de Bens - Elevadores	500,00 €	0,00 €	500,00 €
02.02.03.06.00	(OF) Conservação de Bens - Outros	4 000,00 €	3 250,49 €	7 250,49 €
02.02.03.06.B0	(OF) Conservação de Bens - Viaturas	0,00 €	76,26 €	76,26 €
02.02.04.C0.00	(OF) Outros	481 000,00 €	0,00 €	481 000,00 €
02.02.06.00.00	(OF) Locação de Material de Transporte	0,00 €	4 635,00 €	4 635,00 €
02.02.06.A0.00	(OF) Locação de Material de Transporte	882,78 €	531,97 €	1 414,75 €
02.02.06.A0.09	(OF) Locação de Material de Transporte - anos findos	2 529,45 €	0,00 €	2 529,45 €
02.02.08.00.00	(OF) Locação de Outros Bens	32 320,00 €	0,00 €	32 320,00 €
02.02.08.A0.09	(OF) Locação de Outros Bens - anos findos	2 200,00 €	0,00 €	2 200,00 €
02.02.09.C0.00	(OF) Comunicações Fixas de Voz	3 000,00 €	0,00 €	3 000,00 €
02.02.09.C0.09	(OF) Comunicações Fixas de Voz - anos findos	717,22 €	0,00 €	717,22 €
02.02.09.D0.00	(OF) Comunicações Móveis	460,00 €	0,00 €	460,00 €
02.02.09.D0.09	(OF) Comunicações Móveis - anos findos	226,25 €	0,00 €	226,25 €
02.02.10.00.00	(OF) Transportes	3 000,00 €	2 734,20 €	5 734,20 €
02.02.10.A0.09	(OF) Transportes - anos findos	1 380,00 €	0,00 €	1 380,00 €
02.02.11.00.00	(OF) Representação dos Serviços	80,00 €	0,00 €	80,00 €
02.02.12.B0.00	(OF) Seguros - Outras	800,00 €	0,00 €	800,00 €
02.02.15.B0.00	(OF) Formação - Outras	102,00 €	0,00 €	102,00 €
02.02.17.A0.00	(OF) Publicidade Obrigatória	125,00 €	0,00 €	125,00 €
02.02.17.C0.00	(OF) Publicidade - Outra	20,00 €	0,00 €	20,00 €
02.02.18.00.00	(OF) Vigilância e Segurança	123 600,00 €	20 085,66 €	143 685,66 €
02.02.18.A0.09	(OF) Vigilância e Segurança - anos findos	9 561,53 €	0,00 €	9 561,53 €
02.02.19.C0.00	(OF) Assistência Técnica - Outros	2 854,88 €	0,00 €	2 854,88 €
02.02.19.C0.09	(OF) Assistência Técnica - Outros - anos findos	2 207,53 €	2 579,06 €	4 786,59 €
02.02.19.C1.00	(OF) Assistência Técnica - AVAC	7 324,12 €	0,00 €	7 324,12 €
02.02.19.C1.09	(OF) Assistência Técnica - AVAC - anos findos	3 662,06 €	0,00 €	3 662,06 €
02.02.19.C2.00	(OF) Assistência Técnica - Elevadores	5 446,44 €	1 346,85 €	6 793,29 €
02.02.19.C2.09	(OF) Assistência Técnica - Elevadores - anos findos	870,84 €	0,00 €	870,84 €
02.02.19.C3.00	(OF) Assistência Técnica - Segurança Passiva	2 207,53 €	2 736,44 €	4 943,97 €
02.02.19.C3.09	(OF) Assistência Técnica - Seg. Passiva - anos findos	3 222,10 €	0,00 €	3 222,10 €
02.02.21.00.00	(OF) Utilização de Infraestruturas de Transportes	2 800,00 €	358,25 €	3 158,25 €
02.02.21.A0.09	(OF) Utilização de Infraestruturas Transp.-anos findos	0,00 €	122,70 €	122,70 €
02.02.22.H0.00	(OF) Outros - Saúde no Trabalho	3 222,10 €	0,00 €	3 222,10 €
02.02.22.H0.09	(OF) Outros - Saúde no Trabalho - anos findos	0,00 €	47,00 €	47,00 €
02.02.25.01.00	(OF) Outros Serviços - Despesas de Condomínios	1 400,00 €	0,00 €	1 400,00 €
02.02.25.02.00	(OF) Outros Serviços - Outros	8 000,00 €	6 370,31 €	14 370,31 €
02.02.25.02.09	(OF) Outros Serviços - Outros - anos findos	701,00 €	0,00 €	701,00 €
02.02.25.03.00	(OF) Outros Serviços - Inspeção de Elevadores	50,00 €	0,00 €	50,00 €
02.02.25.04.00	(OF) Outros Serviços - Inspeção de Veículos	40,00 €	0,00 €	40,00 €
03.05.02.J0.00	(OF) Juros de Mora	150,00 €	0,00 €	150,00 €
04.08.02.B0.00	(OF) Outras - Transferências para as famílias	5 400,00 €	0,00 €	5 400,00 €



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

06.02.03.A1.00	(OF) Despesas Bancárias	20,00 €	0,00 €	20,00 €
06.02.03.O0.00	(OF) Outras Despesas Correntes - Outras	40,00 €	0,00 €	40,00 €
07.01.10.A0.B0	(OF) Equipamento Básico - Outros	0,00 €	474,90 €	474,90 €
07.01.10.A0.B0	(OI) Equipamento Básico - Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €
07.01.10.A0.B9	(OF) Equipamento Básico-Outros – anos findos	4 305,00 €	0,00 €	4 305,00 €
07.01.10.A0.B9	(OI) Equipamento Básico-Outros – anos findos	72 526,86 €	0,00 €	72 526,86 €
Totais		1 876 888,17 €	83 847,53 €	1 960 735,70 €

5.1.2.2. Balancete de execução orçamental

A execução orçamental, embora com o condicionalismo da alta taxa de inflação, correu dentro da normalidade, tendo os compromissos ascendido a 1 458 886,76 € no conjunto das despesas de funcionamento e de investimento, como o quadro que se segue ilustra:

Rubrica	Designação	Dot. Corr. €.	Comp. Acum. €.	Pag. Acum. €.
02.01.02.00.00	(OF) Combustíveis e Lubrificantes	7 500,00 €	0,00 €	0,00 €
02.01.02.A0.09	(OF) Combustíveis e Lubrificantes - anos findos	1 018,05 €	487,72 €	487,72 €
02.01.02.B0.00	(OF) Combustíveis e Lubrificantes (Viaturas)	4 620,00 €	4 620,00 €	4 322,49 €
02.01.04.00.00	(OF) Limpeza e Higiene	6 327,43 €	6 327,43 €	6 316,73 €
02.01.05.00.00	(OF) Alimentação – Refeições confeccionadas	50,00 €	0,00 €	0,00 €
02.01.07.00.00	(OF) Vestuário e Artigos Pessoais	0,00 €	0,00 €	0,00 €
02.01.08.A0.00	(OF) Papel	31 538,45 €	31 538,45 €	30 806,00 €
02.01.08.A0.09	(OF) Papel - anos findos	10 554,89 €	10 554,89 €	10 554,89 €
02.01.08.B0.00	(OF) Consumíveis de Impressão	11 436,39 €	7 296,00 €	7 296,00 €
02.01.08.B0.09	(OF) Consumíveis de Impressão - anos findos	2 206,79 €	2 206,79 €	2 201,45 €
02.01.08.C0.00	(OF) Outros	5 664,56 €	5 664,56 €	5 616,40 €
02.01.08.C0.09	(OF) Outros - anos findos	34,13 €	34,13 €	28,23 €
02.01.08.C1.00	(OF) Outros - Envelopes	10 801,25 €	10 801,25 €	10 801,25 €
02.01.08.C2.00	(OF) Outros - Contracapas	7 953,75 €	7 953,75 €	7 245,47 €
02.01.08.C3.00	(OF) Armazenamento Digital - Pens / Cds	30,00 €	0,00 €	0,00 €
02.01.11.00.00	(OF) Material de Consumo Clínico	400,00 €	0,00 €	0,00 €
02.01.17.00.00	(OF) Ferramentas e Utensílios	20,00 €	0,00 €	0,00 €
02.01.18.00.00	(OF) Livros e Documentação Técnica	36,00 €	36,00 €	36,00 €
02.01.19.00.00	(OF) Artigos Honoríficos e de Decoração	573,80 €	573,80 €	573,80 €
02.01.21.00.00	(OF) Outros Bens	55 888,65 €	37 163,32 €	35 851,45 €
02.01.21.00.00	(OI) Outros Bens	12 893,23 €	12 893,23 €	12 833,55 €
02.01.21.A0.09	(OF) Outros Bens - anos findos	15 244,89 €	12 445,50 €	12 175,50 €



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

02.01.21.A0.09	(OF) Outros Bens – anos findos	3 069,38 €	3 069,38 €	3 069,38 €
02.01.21.B0.00	(OF) Outros Bens - Viaturas	934,25 €	934,25 €	467,98 €
02.02.01.B1.00	(OF) Encargos das Instalações - Eletricidade	500 000,00 €	140 565,54 €	140 565,44 €
02.02.01.B1.09	(OF) Encargos das Instalações - Eletric. - anos findos	53 759,21 €	53 759,21 €	53 759,21 €
02.02.01.B2.00	(OF) Encargos das Instalações - Água	22 143,32 €	21 585,03 €	18 840,01 €
02.02.01.B2.09	(OF) Encargos das Instalações - Água - anos findos	1 774,89 €	1 599,53 €	1 599,53 €
02.02.01.B3.00	(OF) Encargos das Instalações - Gás	4 750,00 €	4 057,31 €	3 034,13 €
02.02.01.B3.09	(OF) Encargos das Instalações - Gás - anos findos	1 000,00 €	260,65 €	260,65 €
02.02.02.00.00	(OF) Limpeza e Higiene	282 139,92 €	281 146,54 €	229 175,37 €
02.02.02.A0.09	(OF) Limpeza e Higiene - anos findos	38 658,39 €	35 229,64 €	35 229,64 €
02.02.03.00.00	(OF) Conservação de Bens	707,33 €	0,00 €	0,00 €
02.02.03.00.00	(OI) Conservação de Bens	12 033,09 €	12 033,09 €	12 033,09 €
02.02.03.01.00	(OF) Conservação de Bens - Extintores	250,00 €	0,00 €	0,00 €
02.02.03.02.00	(OF) Conservação de Bens -Impressoras-Fax-Digitalizador	450,00 €	0,00 €	0,00 €
02.02.03.03.00	(OF) Conservação de Bens - Edifícios	14 577,21 €	14 546,36 €	12 382,89 €
02.02.03.04.00	(OF) Conservação de Bens - Ar Condicionado	1 392,67 €	1 180,80 €	1 180,80 €
02.02.03.05.00	(OF) Conservação de Bens - Elevadores	500,00 €	0,00 €	0,00 €
02.02.03.06.00	(OF) Conservação de Bens - Outros	7 250,49 €	7 250,49 €	7 133,64 €
02.02.03.06.B0	(OF) Conservação de Bens - Viaturas	76,26 €	76,26 €	0,00 €
02.02.04.C0.00	(OF) Outros	481 000,00 €	438 286,19 €	438 286,19 €
02.02.06.00.00	(OF) Locação de Material de Transporte	4 635,00 €	4 635,00 €	2 041,11 €
02.02.06.A0.00	(OF) Locação de Material de Transporte	1 414,75 €	1 414,75 €	516,60 €
02.02.06.A0.09	(OF) Locação de Material de Transporte - anos findos	2 529,45 €	516,60 €	516,60 €
02.02.08.00.00	(OF) Locação de Outros Bens	32 320,00 €	0,00 €	0,00 €
02.02.08.A0.09	(OF) Locação de Outros Bens - anos findos	2 200,00 €	0,00 €	0,00 €
02.02.09.C0.00	(OF) Comunicações Fixas de Voz	3 000,00 €	2 154,21 €	1 032,84 €
02.02.09.C0.09	(OF) Comunicações Fixas de Voz - anos findos	717,22 €	228,63 €	44,48 €
02.02.09.D0.00	(OF) Comunicações Móveis	460,00 €	440,00 €	427,50 €
02.02.09.D0.09	(OF) Comunicações Móveis - anos findos	226,25 €	42,75 €	42,75 €
02.02.10.00.00	(OF) Transportes	5 734,20 €	5 734,20 €	2 994,95 €
02.02.10.A0.09	(OF) Transportes - anos findos	1 380,00 €	0,00 €	0,00 €
02.02.11.00.00	(OF) Representação dos Serviços	80,00 €	0,00 €	0,00 €
02.02.12.B0.00	(OF) Seguros - Outras	800,00 €	507,21 €	507,21 €
02.02.15.B0.00	(OF) Formação - Outras	102,00 €	0,00 €	0,00 €
02.02.17.A0.00	(OF) Publicidade Obrigatória	125,00 €	16,56 €	0,00 €
02.02.17.C0.00	(OF) Publicidade - Outra	20,00 €	0,00 €	0,00 €
02.02.18.00.00	(OF) Vigilância e Segurança	143 685,66 €	143 685,66 €	131 098,41 €
02.02.18.A0.09	(OF) Vigilância e Segurança - anos findos	9 561,53 €	9 386,97 €	9 386,97 €
02.02.19.C0.00	(OF) Assistência Técnica - Outros	2 854,88 €	0,00 €	0,00 €
02.02.19.C0.09	(OF) Assistência Técnica - Outros - anos findos	4 786,59 €	4 620,86 €	4 620,86 €
02.02.19.C1.00	(OF) Assistência Técnica - AVAC	7 324,12 €	5 493,09 €	5 493,09 €
02.02.19.C1.09	(OF) Assistência Técnica - AVAC - anos findos	3 662,06 €	3 662,06 €	3 662,06 €
02.02.19.C2.00	(OF) Assistência Técnica - Elevadores	6 793,29 €	6 793,29 €	5 708,43 €
02.02.19.C2.09	(OF) Assistência Técnica - Elevadores - anos findos	870,84 €	815,49 €	815,49 €



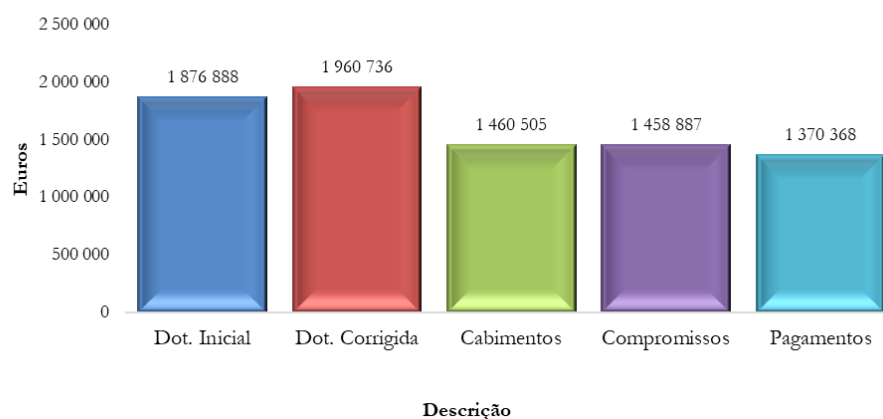
S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

02.02.19.C3.00	(OF) Assistência Técnica - Segurança Passiva	4 943,97 €	4 943,97 €	2 759,11 €
02.02.19.C3.09	(OF) Assistência Técnica - Seg. Passiva - anos findos	3 222,10 €	599,71 €	0,00 €
02.02.21.00.00	(OF) Utilização de Infraestruturas de Transportes	3 158,25 €	3 131,15 €	3 081,95 €
02.02.21.A0.09	(OF) Utilização de Infraestruturas Transp.-anos findos	122,70 €	0,00 €	0,00 €
02.02.22.H0.00	(OF) Outros - Saúde no Trabalho	3 222,10 €	235,00 €	235,00 €
02.02.22.H0.09	(OF) Outros - Saúde no Trabalho - anos findos	47,00 €	47,00 €	47,00 €
02.02.25.01.00	(OF) Outros Serviços - Despesas de Condomínio	1 400,00 €	1 224,00 €	1 224,00 €
02.02.25.02.00	(OF) Outros Serviços - Outros	14 370,31 €	14 339,56 €	11 905,17 €
02.02.25.02.09	(OF) Outros Serviços - Outros - anos findos	701,00 €	701,00 €	701,00 €
02.02.25.03.00	(OF) Outros Serviços - Inspeção de Elevadores	50,00 €	0,00 €	0,00 €
02.02.25.04.00	(OF) Outros Serviços - Inspeção de Veículos	40,00 €	34,19 €	34,19 €
03.05.02.J0.00	(OF) Juros de Mora	150,00 €	0,00 €	0,00 €
04.08.02.B0.00	(OF) Outras - Transferências para as famílias	5 400,00 €	0,00 €	0,00 €
06.02.03.A1.00	(OF) Despesas Bancárias	20,00 €	0,00 €	0,00 €
06.02.03.O0.00	(OF) Outras Despesas Correntes - Outras	40,00 €	0,00 €	0,00 €
07.01.10.A0.B0	(OF) Equipamento Básico - Outros	474,90 €	474,90 €	474,90 €
07.01.10.A0.B0	(OI) Equipamento Básico - Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €
07.01.10.A0.B9	(OF) Equipamento Básico-Outros - anos findos	4 305,00 €	4 305,00 €	4 305,00 €
07.01.10.A0.B9	(OI) Equipamento Básico-Outros - anos findos	72 526,86 €	72 526,86 €	72 526,86 €
Totais		1 960 735,70 €	1 458 886,76 €	1 370 368,41 €

Ou seja, do montante orçamental disponibilizado - 1 960 735,70 € -, a comarca desenvolveu processos de compra ou aquisição de bens ou serviços no montante de 1 458 886,76 € e efectuou pagamentos no valor de 1 370 368,41€.

Segue gráfico comparativo da execução orçamental de 2023.

Execução orçamental 2023



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Extrai-se do gráfico que o montante dos cabimentos está muito próximo do valor dos compromissos, existindo apenas uma diferença de 1 618,12 €, o que releva para a concretização da quase totalidade dos processos de despesa desencadeados pela gestão da comarca.

Ademais, dos dados pode ainda retirar-se que a diferença entre a dotação corrigida (valor global do orçamento da comarca) e os compromissos (contratos celebrados) foi superior a -500 000 €.

Ou seja, no ano de 2023 a comarca não executou cerca de $\frac{1}{4}$ da verba orçamental que lhe foi atribuída.

O que sucedeu porque, a partir de Junho de 2023, se assistiu a uma redução acentuada na atribuição pela DGAJ de compromissos para os pedidos de cabimentação apresentados pela comarca, situação que obstou à plena execução orçamental.

Sendo que a atribuição de compromissos relativos à despesa corrente (OF) acabou por transitar para o ano económico de 2024, não tendo sido atribuídos compromissos relativos ao orçamento de investimento (OI) no último trimestre de 2023.

Os pagamentos registam uma execução 88 518,35 € abaixo do valor dos compromissos, que irão onerar o orçamento do ano de 2024 nos casos em que transitam de ano económico.

5.1.2.3. Estrutura do orçamento da despesa



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

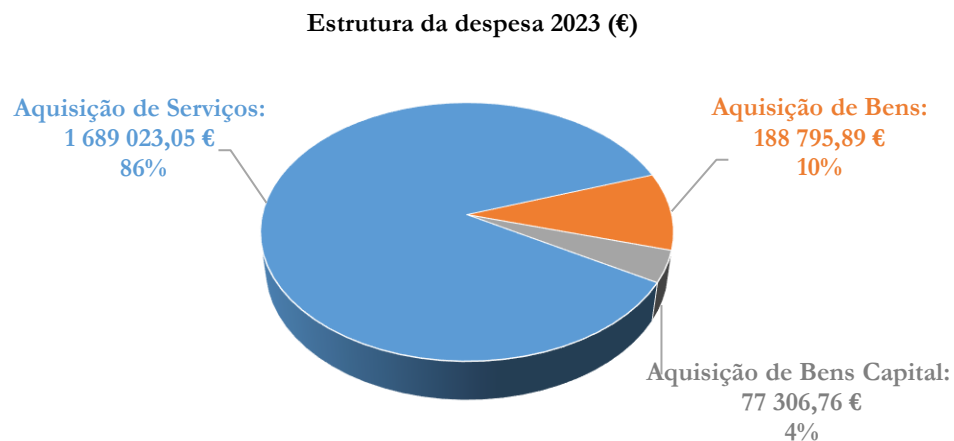
Quanto à estrutura do orçamento de 2023 constata-se que a maior fatia do orçamento foi destinada à aquisição de serviços de gestão corrente, com mais de 1 689 023,05 € da dotação corrigida, ou seja, 86% do orçamento global⁶.

Para aquisição de bens de consumo o orçamento cifrou-se em 188 795,89 €, cerca de 10% do orçamento total⁷.

No que respeita ao orçamento destinado à aquisição de bens duradouros a dotação corrigida ascendeu a 77 306,76 €, ou seja, cerca de 4% do orçamento global⁸.

No orçamento atribuído à comarca os agrupamentos referentes a transferências correntes, juros e outras despesas apresentam valores inscritos de 5 400 €, 150 € e 60 € respectivamente⁹. Rubricas que não foram objecto de execução orçamental.

Donde se retira que foi a seguinte a estrutura da despesa no ano de 2023:



⁶ Quantia relativa aos bens desta rubrica (02.02...) do OF no montante de 1.676.989,96 €, acrescido do OI no montante de 12.033,09 €, o que perfaz o montante global de 1.689.023,05 €.

⁷ Quantia relativa aos bens desta rubrica (02.01...) do OF no montante de 172.833,28 €, acrescido do OI no montante de 15.962,89 €, o que perfaz o montante global de 188.795,89 €.

⁸ Quantia relativa aos bens desta rubrica (07.01...) do OF no montante de 4.779,90 €, acrescido do OI no montante de 72.526,86 €, o que perfaz o montante global de 77.306,76 €.

⁹ Quantias que resultam do OF, respectivamente das rubricas relativas aos juros (03.05...), às transferências correntes (04.08...) e às outras despesas (06.02...).



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Em seguida faz-se a análise orçamental por rubrica ao nível dos compromissos, apresentando-se na tabela seguinte os montantes aproximados relativos aos contratos celebrados durante o ano de 2023.

Rubrica orçamental	Compromissos (€)	%
Locação de edifícios	438 286	30,0%
Limpeza e higiene	316 376	21,7%
Encargos das instalações	221 827	15,2%
Vigilância e segurança	153 073	10,5%
Equipamento básico	77 307	5,3%
Material de escritório	76 050	5,2%
Outros bens	66 506	4,6%
Conservação de bens	35 087	2,4%
Assistência técnica	26 928	1,8%
Locação de material de transporte	6 566	0,5%
Limpeza e higiene	6 327	0,4%
Transportes	5 734	0,4%
Combustíveis e lubrificantes	5 108	0,4%
Utilização de infra-estruturas de transportes	3 131	0,2%
Comunicações	2 866	0,2%
Artigos honoríficos e de decoração	574	0,0%
Seguros	507	0,0%
Serviços de saúde	282	0,0%
Livros e documentação técnica	36	0,0%
Publicidade	17	0,0%
Total	1 458 887	100,0%

Dados dos quais se vê que a locação de edifícios é a componente que teve maior peso no âmbito dos contratos celebrados em 2023, com mais de 438 mil euros, ou seja, 30% do valor total dos compromissos assumidos no ano.

Os serviços de limpeza e higiene ascenderam a mais de 316 mil euros, com o peso relativo de 21,7%, montante que somado com o valor da rubrica das locações financeiras representam mais de metade do montante adjudicado.

O valor dos compromissos assumidos no âmbito dos encargos com as instalações cifrou-se acima dos 221 mil euros (15,2%), enquanto os compromissos



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

com vigilância e segurança ascenderam a aproximadamente 153 mil euros (10,5%), valores que, quando acrescidos aos das rubricas anteriores, revelam um peso de 77,4% dos compromissos assumidos.

Os compromissos no âmbito da aquisição de bens de investimento tiveram um peso de apenas 5,3% (77 mil euros).

Seguindo-se em grandeza as aquisições de consumíveis de material de escritório, no valor aproximado de 76 mil euros (5,2%); a aquisição de bens diversos que ascendeu a perto de 66 mil euros (4,6%); e as despesas com conservação de bens, no montante aproximado de 35 mil euros (2,4%).

Sendo que a assistência técnica e a aquisição de outros serviços ascenderam a cerca de 26 mil (21,8%) e 16 mil euros (1,1%) respectivamente e que as demais rubricas apresentam montantes nominais inferiores a 7 mil euros.

5.2. O EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS

No ano de 2023 manteve-se a execução orçamental atribuída única e exclusivamente ao Administrador Judiciário da comarca, libertando os secretários de justiça para outras funções.

A centralização da execução orçamental no Administrador Judiciário evita o fraccionamento da despesa, permite uniformização de critérios e dá uma visão integral das necessidades da comarca.

5.3. PROPOSTAS

Impõe-se aprofundar o modelo da gestão financeira dos tribunais de primeira instância, atribuindo ao respectivo Conselho de Gestão maiores competências em matéria orçamental.



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Tal desígnio carece de intervenção legislativa e implica dotação específica de recursos humanos.

Enquanto os tribunais de 1ª instância não dispuserem de orçamento próprio, nem de qualquer autonomia financeira, a aquisição centralizada de bens e serviços pela DGAJ poderá ser a forma de colmatar a ineficiência e ineficácia proporcionadas pelo sistema de realização de despesa vigente, mas não é compatível com respostas prontas, em tempo razoável, adequadas às necessidades específicas e quotidianas de cada comarca, sendo uma opção adversa a metas e princípios de eficiência, eficácia, efectividade e qualidade.

No mais assinala-se que o Tribunal Judicial da Comarca de Santarém propugna a celebração pela DGAJ de contrato centralizado de aquisição de serviços para pequenas reparações nos diversos edifícios da comarca, porquanto não existem empresas na zona vocacionadas para este tipo de trabalhos.

5.4. AQUISIÇÕES E ECONOMATO

No ano de 2023 manteve-se a estrutura e modelo centralizados de gestão de aquisições e economato, cujos pilares são: a aplicação informática “GIS” (Gestão Integrada de Serviços); a existência de um armazém principal, sediado em Santarém, com funções de distribuição de material para todos os núcleos; a desmaterialização dos processos de requisição de material, de aprovação da entrega de bens e de registo de entradas e saídas de bens em armazém, os quais são realizados totalmente de forma electrónica; o sistema de “*armário partilhado*”, por Juízo ou conjunto de Juízos; e a atribuição de um stock mínimo aos diferentes centros de consumo registados.

Sendo toda a actividade inerente realizada pela equipa de apoio ao Administrador Judiciário, também ela sediada em Santarém, que recorre a quadros Kanban para acompanhar o fluxo da mesma.



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

O sistema implementado permite um permanente registo actualizado do inventário, reduz o número de recursos humanos afectos à gestão de aquisições e economato, na medida em que obvia a que em cada núcleo existam funcionários afectos a tal actividade, limita o desperdício, facilita a programação de aquisições e optimiza a gestão dos recursos materiais disponíveis.

Orçamento

O orçamento da comarca foi de 1 876 888,17 €.

A dotação orçamental final corrigida foi de 1 960 735,70 €.



CAPÍTULO VI INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

6.1. INSTALAÇÕES

6.1.1. Edifícios e Serviços

Os juízos e serviços da Comarca de Santarém estão instalados em 17 edifícios diferentes, assim distribuídos:

1. Palácio da Justiça de Abrantes:

- ✓ Balcão+ modelo simples e Unidade Central comum aos serviços Judiciais e do Ministério Público;
- ✓ Juízo de Família e Menores;
- ✓ Juízo Local Criminal;
- ✓ Juízo Local Cível;
- ✓ Procuradoria do Juízo de Família e Menores;
- ✓ Procuradoria do Juízo Local Criminal;
- ✓ Procuradoria do Juízo Local Cível; e
- ✓ Secção do DIAP de Abrantes.

2. Edifício de Alcanena - Juízo de Proximidade:

- ✓ Balcão+ modelo simples e Serviços de atendimento geral.

3. Edifício de Almeirim:

- ✓ Balcão+ modelo simples e Unidade Central comum aos serviços Judiciais e do Ministério Público;
- ✓ Juízo de Competência Genérica;



S. R.
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

- ✓ Procuradoria Cível e Crime; e
- ✓ Secção do DIAP de Almeirim.

4. Palácio da Justiça de Benavente:

- ✓ Balcão+ modelo simples e Unidade Central comum aos serviços Judiciais e do Ministério Público;
- ✓ Juízo Local Criminal;
- ✓ Juízo Local Cível;
- ✓ Procuradoria do Juízo Local Criminal;
- ✓ Procuradoria do Juízo Local Cível; e
- ✓ Secção do DIAP de Benavente.

5. Palácio da Justiça do Cartaxo:

- ✓ Balcão+ modelo simples e Unidade Central comum aos serviços Judiciais e do Ministério Público;
- ✓ Juízo de Competência Genérica;
- ✓ Procuradoria Cível e Crime; e
- ✓ Secção do DIAP do Cartaxo.

6. Palácio da Justiça de Coruche:

- ✓ Balcão+ modelo simples e Unidade Central;
- ✓ Juízo de Competência Genérica;
- ✓ Procuradoria Cível e Crime; e
- ✓ Secção do DIAP de Coruche.

7. Edifício de Ferreira do Zêzere - Juízo de Proximidade:

- ✓ Balcão+ modelo simples e Serviços de atendimento geral.



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

8. Palácio da Justiça de Golegã - Juízo de Proximidade:

- ✓ Balcão+ modelo simples e Serviços de atendimento geral.

9. Palácio da Justiça de Entroncamento:

- ✓ Balcão+ modelo de atendimento e Unidade Central comum aos serviços Judiciais e do Ministério Público;
- ✓ Juízo de Execução;
- ✓ Juízo de Competência Genérica;
- ✓ Procuradoria do Juízo de Execução;
- ✓ Procuradoria Cível e Crime; e
- ✓ Secção do DIAP do Entroncamento.

10. Palácio da Justiça de Mação - Juízo de Proximidade:

- ✓ Balcão+ modelo simples e Serviços de atendimento geral.

11. Palácio da Justiça de Ourém:

- ✓ Balcão+ modelo simples e Unidade Central comum aos serviços Judiciais e do Ministério Público;
- ✓ Juízo Local Criminal;
- ✓ Juízo Local Cível;
- ✓ Procuradoria do Juízo Local Criminal;
- ✓ Procuradoria do Juízo Local Cível;
- ✓ Secção do DIAP de Ourém.

12. Palácio da Justiça de Rio Maior:

- ✓ Balcão+ modelo simples e Unidade Central;
- ✓ Juízo de Competência Genérica;
- ✓ Procuradoria Cível e Crime; e



S. R.
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

- ✓ Secção do DIAP de Rio Maior.

13. Palácio da Justiça I de Santarém:

- ✓ Balcão+ modelo disperso e Unidade Central comum aos serviços Judiciais e do Ministério Público;
- ✓ Gabinetes de apoio ao Juiz Presidente e ao Magistrado do Ministério Público Coordenador;
- ✓ Juízo Central Criminal;
- ✓ Juízo de Instrução Criminal;
- ✓ Juízo Local Criminal;
- ✓ Procuradoria do Juízo Central Criminal;
- ✓ Procuradoria do Juízo de Instrução Criminal;
- ✓ Procuradoria do Juízo Local Criminal; e
- ✓ Secção do DIAP de Santarém.

14. Palácio da Justiça II de Santarém:

- ✓ Balcão+ modelo disperso e Unidade Central comum aos serviços Judiciais e do Ministério Público;
- ✓ Serviços de apoio ao Administrador Judiciário;
- ✓ Juízo Central Cível;
- ✓ Juízo de Comércio;
- ✓ Juízo do Trabalho;
- ✓ Juízo de Família e Menores;
- ✓ Juízo Local Cível;
- ✓ Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão; e
- ✓ Procuradoria Cível, de Comércio, do Trabalho, de Família e Menores e do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão.



S. R.
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

15. Palácio da Justiça I de Tomar:

- ✓ Balcão+ modelo disperso e Unidade Central comum aos serviços Judiciais e do Ministério Público;
- ✓ Juízo de Família e Menores;
- ✓ Juízo Local Criminal;
- ✓ Juízo Local Cível;
- ✓ Procuradoria do Juízo de Família e Menores;
- ✓ Procuradoria do Juízo Local Criminal;
- ✓ Procuradoria do Juízo Local Cível; e
- ✓ Secção do DIAP de Tomar.

16. Palácio da Justiça II de Tomar:

- ✓ Balcão+ modelo simples e Unidade Central comum aos serviços Judiciais e do Ministério Público;
- ✓ Juízo do Trabalho; e
- ✓ Procuradoria do Juízo do Trabalho.

17. Palácio da Justiça de Torres Novas:

- ✓ Balcão+ modelo simples e Unidade Central comum aos serviços Judiciais e do Ministério Público;
- ✓ Juízo Local Criminal;
- ✓ Juízo Local Cível;
- ✓ Procuradoria do Juízo Local Criminal;
- ✓ Procuradoria do Juízo Local Cível; e
- ✓ Secção do DIAP de Torres Novas.



6.1.2. Necessidades estruturais - Construção/Adaptação

6.1.2.1. Palácio da Justiça III - Santarém

Como referido nos relatórios dos anos anteriores, é premente a abertura de um terceiro Palácio da Justiça em Santarém por forma a aí serem instalados, com as adequadas e exigíveis condições de funcionamento e dignidade institucional, o Juízo de Instrução Criminal, o Juízo do Trabalho de Santarém e o DIAP e criadas novas salas de audiência.

As instalações para o efeito existem e estão identificadas no perímetro da antiga Escola Prática de Cavalaria, correspondendo ao designado edifício 11, sendo, há anos, um projecto que aguarda o interesse e empenho das entidades competentes e a disponibilização de verbas para a execução dos projectos e realização das obras de requalificação e adaptação necessárias.

Sendo que a abertura do Palácio de Justiça III de Santarém permitiria a libertação dos espaços actualmente ocupados por aqueles serviços nos edifícios já existentes em Santarém, com a consequente possibilidade de ocupação dos mesmos pelos demais serviços neles sediados e a inerente melhoria das suas condições de instalação e funcionamento, quando é certo que a sobrelotação da ocupação do edificado existente é causa de disfuncionalidade e irracionalidade organizativa dos espaços e instalações, de deficiente distribuição espacial dos serviços e de falta ou insuficiência de espaços dedicados como salas de audiência, salas de testemunhas, salas de reuniões, salas de inquirição, salas de videoconferência, sala de formação, biblioteca, etc.

Crendo-se que a criação de um terceiro Palácio da Justiça em Santarém, além do mais, traria a possibilidade de reconfiguração da ocupação dos espaços existentes de modo a melhorar as condições de trabalho de quem neles exerce funções,



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

permitindo, por exemplo, fazer cessar as situações que persistem de partilha de gabinetes por magistrados; assegurar espaços unitários de trabalho adequados para todos os funcionários nas secretarias; e colocar os processos em tramitação junto das respectivas secções.

Não menos importante, possibilitaria tornar mais lógica, racional e apreensível para os utentes e cidadãos em geral a estrutura organizacional do Tribunal da Comarca de Santarém e do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão e a localização dos diferentes serviços e as suas função e atribuições.

Acresce referir que o dimensionamento das instalações judiciais na cidade de Santarém não acompanhou a ampliação do quadro de magistrados dos Juízos de Família e Menores e do Comércio aí instalados, nem a instalação do Gabinete de Apoio aos Magistrado Judiciais (GAMJ) ou o aumento da actividade do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão.

Nem se ajustou à crescente distribuição de processos envolvendo grande número de intervenientes processuais, quer no Tribunal Judicial da Comarca, quer no Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão ou à circunstância de neste darem entrada inúmeros processos com enorme volume de documentação física remetida pelas Entidades Reguladoras envolvidas nos processos que ali correm termos. Situação que levou já à ruptura da capacidade do arquivo do referido tribunal pese embora ter apenas uma década de existência.

6.1.2.2. Arquivo Central - Santarém

Como também referido em relatórios anteriores, a insuficiência de instalações judiciais na cidade de Santarém reflecte-se ainda na saturação do arquivo do Tribunal Judicial que esgotou a sua capacidade e impõe a transferência de processos arquivados das secretarias dos juízos instalados no núcleo de Santarém para edifícios de outros núcleos da comarca.



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Situação que gera gastos injustificáveis e a afectação desnecessária de recursos humanos a uma tarefa de reduzido valor acrescentado e que, além do mais, não é funcional para os serviços, nem permite resposta pronta às solicitações feitas a processos arquivados em situação de deslocalização arquivística.

Tem-se, portanto, como absolutamente necessária a criação de condições físicas adequadas à existência de um arquivo central na sede da Comarca que permita satisfazer as necessidades dos Juízos e Tribunal aí sediados.

6.1.2.3. Sala de audiências de grandes dimensões - Santarém

Está há vários anos sinalizada a necessidade de criação e instalação de uma sala de audiências de grandes dimensões em Santarém destinada quer ao Tribunal Judicial da Comarca, quer ao Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão.

A obra é tida como de primeira prioridade pela comarca e está assim considerada pelo IGFEJ.

Tendo em vista a sua concretização, em 2021, foi celebrado contrato de comodato entre o IGFEJ e a Câmara Municipal de Santarém para a cedência do edifício 11 da antiga Escola Prática de Cavalaria, onde se prevê a criação da referida sala, e também um contrato interadministrativo para elaboração do projecto de adaptação do piso 0 do citado edifício.

A obra foi incluída no Plano Plurianual de Investimentos na Área da Justiça 2023-2027, aprovado por Resolução do Conselho de Ministros publicada no DR Iª Série, n.º. 195/2023, de 9 de Outubro, do qual resulta a autorização dada ao IGFEJ para realizar a correspondente despesa e para assumir os encargos inerentes nos anos de 2025 e 2026, como melhor pode ser visto em:

<https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/119/2023/10/09/p/dre/pt/html>



6.1.2.4. Instalação do GAMJ

A sobreocupação dos Palácios da Justiça I e II de Santarém e a insuficiência de instalações na sede da Comarca determinou que o Gabinete de Apoio aos Magistrados Judiciais (GAMJ), instalado em 1 de Setembro de 2021, não pudesse ser integralmente alojado na cidade de Santarém, pese embora se trate de uma estrutura de assessoria e consultadoria técnica que actua sob direcção administrativa do Juiz Presidente da Comarca, sediado naquela cidade.

Verificando-se que dos três assessores que integram o referido gabinete apenas a assessora em psicologia está instalada em Santarém, estando os assessores em ciências jurídicas e em contabilidade e finanças instalados em Almeirim.

Situação que limita o desenvolvimento de sinergias internas ao GAMJ e afecta o acompanhamento e o exercício de uma gestão de proximidade da respectiva actuação.

Sem embargo, a verdade é que, desde 30 de Março de 2021, na sequência de afectação pelo IGFEJ à Comarca de Santarém do 1º e 2º andares direitos do prédio sito na Rua Capitão Romeu Neves, em Santarém, antigas casas de função de magistrados, a comarca dispõe de um espaço próprio para instalar o gabinete de assessoria e consultadoria técnica e bem assim de uma sala de formação e os Órgãos de Gestão.

Contudo, o IGFEJ ainda não procedeu a quaisquer obras de adaptação, nem existe notícia da data em que possa vir a fazê-lo, nem, portanto previsão ou certeza da possibilidade de transferência dos serviços.

6.1.3. Necessidades estruturais - Conservação/Melhoramento

6.1.3.1. Indicações gerais



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

No ano de 2023 não foram efectuadas quaisquer obras de fundo nos edifícios da Comarca de Santarém.

Mantêm-se, pois, as necessidades de realização de obras de conservação, manutenção e melhoramento pré-existentes em vários edifícios do Tribunal Judicial da Comarca, cuja imperiosidade o mero decurso do tempo acentuou, e das quais se destacam, pela especial premência, as obras aguardadas para os Palácios da Justiça de Rio Maior e de Torres Novas.

Obras cuja responsabilidade de execução é do IGFEJ que, com consequências potenciais graves para os utilizadores dos espaços, o referido Instituto tarda em materializar ou retarda a realização e para a execução das quais a gestão da Comarca não possui competências ou verbas.

Situações que ao longo do tempo têm sido objecto de acompanhamento por parte da gestão e de múltiplas e infrutíferas solicitações e insistências junto daquela entidade e do Ministério da Justiça.

6.1.3.2. Acessibilidade - Pessoas com mobilidade reduzida

Diversamente do legalmente estabelecido, os Palácios da Justiça de Alcanena, Coruche e Ferreira do Zêzere continuam a não estar dotados de instalações sanitárias adaptadas à utilização por pessoas com mobilidade reduzida.

Já o Palácio da Justiça de Torres Novas não dispõe de elevador, plataforma elevatória ou qualquer outro dispositivo que facilite o acesso de pessoas com dificuldade de locomoção ao primeiro piso do edifício.

6.1.3.3. Ar Condicionado - AVAC



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Não obstante o distrito de Santarém registar ao longo do ano uma grande amplitude térmica, verifica-se que diversos edifícios judiciais da Comarca de Santarém não dispõem de sistema de Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado (AVAC) instalado, sinónimo de que não reúnem as condições exigíveis de conforto térmico e de ventilação para garantia da qualidade do ar no seu interior e de que, em largos períodos do ano, não apresentam condições de comodidade térmica adequadas para quem neles habitualmente trabalha ou a eles ocasionalmente se dirige.

Estão nesta situação os edifícios de Abrantes, Benavente, Torres Novas, Rio Maior e parte do Palácio da Justiça I de Santarém.

Localidades que, consultando o Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios, aprovado pelo Decreto Lei 80/2006, de 4 de Abril, se verifica que estão incluídos, em período de Verão, em zona climática do tipo V3, classificação atribuída às localidades onde se registam as temperaturas mais elevadas.

Ora, sendo o muito calor um consabido factor de aumento de risco de doença súbita e a falta de ventilação e de arrefecimento do ar em espaços interiores, em particular com tempo quente, um factor de redução da produtividade, é premente equipar os sobreditos Palácios da Justiça de Abrantes, Benavente, Torres Novas, Rio Maior e parte do Palácio da Justiça I de Santarém com sistemas de AVAC.

Destacando-se o caso do Palácio da Justiça de Torres Novas, cujas características arquitectónicas e concreta localização, potenciam que no Verão, por vezes, se atinja no interior 40º centígrados e no Inverno se verifiquem temperaturas muito baixas.

Edifício em relação ao qual se assinala que a empreitada relativa à climatização, reestruturação de acessos e circulação e correcção de acessibilidades está incluída no Plano Plurianual de Investimentos na Área da Justiça 2023-2027, aprovado por Resolução do Conselho de Ministros publicada no DR Iª Série, nº. 195/2023, de 9 de Outubro, do qual resulta a autorização dada ao IGFEJ para realizar a



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

correspondente despesa e para assumir os encargos inerentes nos anos de 2025 e 2026, como melhor pode ser visto em:

<https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/119/2023/10/09/p/dre/pt/html>

6.1.3.4. Celas

Continuam por realizar as obras de adaptação das celas prisionais dos Palácios da Justiça de Benavente, Rio Maior e Torres Novas, infraestruturas que não cumprem os requisitos definidos no Regulamento das Condições de Detenção em Instalações da Polícia Judiciária e em Locais de Detenção Existentes nos Tribunais e em Serviços do Ministério Público, aprovado pelo Despacho n.º 12786/2009 de 19.05.2009 do Ministro da Justiça.

No ano de 2023 foi adjudicada a obra de construção de uma cela no Palácio de Justiça de Alcanena.

6.1.3.5. Palácio da Justiça de Abrantes

No Palácio da Justiça de Abrantes é urgente:

- ✚ Instalar sistema de AVAC;
- ✚ Criar zonas de acesso reservadas para Magistrados;
- ✚ Requalificar e modernizar as instalações sanitárias;
- ✚ Executar obras de adaptação dos espaços libertados por outros serviços no rés-do-chão do edifício;
- ✚ Mudar os serviços do DIAP, a unidade central e os serviços de atendimento para o rés-do-chão do edifício, assim promovendo um melhor aproveitamento do espaço disponível e mais elevado nível de segurança, através da inerente limitação de circulação de pessoas.



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

A necessidade de realização das obras enunciadas é consensualmente reconhecida pelo Conselho de Gestão da Comarca, pela Câmara Municipal de Abrantes, pelo IGFEJ e pela DGAJ.

Sendo que com vista à sua concretização o IGFEJ, nos idos anos de 2017, desenvolveu os procedimentos necessários para o efeito, tendo nos anos de 2019 e 2020 obtido Portarias de extensão de encargos com vista à sua realização.

Portarias de extensão que, entretanto, caducaram, sem que as obras tenham sido realizadas e sem que exista qualquer informação por parte daquele Instituto que permita acalentar a expectativa da sua efectivação a breve trecho.

6.1.3.6. Edifício de Alcanena

O edifício onde está instalado o Juízo de Proximidade de Alcanena é propriedade do Município de Alcanena, estando cedido em comodato, por 50 anos, ao IGFEJ.

Nele é necessário:

- ✚ Reabilitar a área da Secretaria;
- ✚ Criar celas;
- ✚ Sustentar um muro exterior, em risco de queda.

No ano de 2023, no âmbito de um protocolo celebrado entre o Município de Alcanena e o IGFEJ, aquele procedeu à substituição da caixilharia do edifício (portas e janelas).

A realização das obras de reabilitação interior e da criação de uma cela foram objecto de adjudicação, aguardando-se o respectivo início.



6.1.3.7. Edifício de Almeirim

O edifício onde está instalado o Juízo de Competência Genérica de Almeirim é pertença da Câmara Municipal de Almeirim.

Nele é necessário:

- ✚ Reparar as infiltrações nos gabinetes do 2º andar; e
- ✚ Corrigir as deficiências do sistema de controlo de acessos.

As necessidades de intervenção foram já, por diversas vezes, comunicadas ao IGFEJ para que, caso assim entenda, accione as garantias, mantendo-se a situação, até ao momento, inalterada.

6.1.3.8. Palácio da Justiça de Benavente

No Palácio da Justiça de Benavente é urgente:

- ✚ Instalar sistema de AVAC;
- ✚ Remodelar a rede e a aparelhagem eléctricas;
- ✚ Substituir a canalização;
- ✚ Remodelar as instalações sanitárias (ala dos Magistrados);
- ✚ Instalar sistema de controlo de acessos;
- ✚ Reparar a cobertura;
- ✚ Eliminar as infiltrações;
- ✚ Reestruturar a zona de atendimento do Balcão+ no rés-do-chão do edifício.



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Os trabalhos necessários à eliminação das infiltrações foram já adjudicados pelo IGFEJ, tendo sido aprovado pela gestão da comarca o layout apresentado pela DGAJ relativo à reestruturação da área de atendimento no R/c.

No decurso do ano de 2023 foram iniciados os trabalhos de reparação do conjunto escultórico em alto-relevo existente na fachada do edifício do Palácio da Justiça de Benavente da autoria da escultora Dorita de Castel-Branco, ainda em curso.

6.1.3.9. Palácio da Justiça do Cartaxo

No Palácio da Justiça do Cartaxo é necessário:

- ✚ Reparar as infiltrações; e
- ✚ Instalar sistema anti pouso.

6.1.3.10. Palácio da Justiça de Coruche

No Palácio da Justiça de Coruche é necessário:

- ✚ Eliminar as infiltrações do átrio do edifício; e
- ✚ Criar instalações sanitárias adaptadas a utilizadores com mobilidade reduzida na área dos serviços judiciais.

6.1.3.11. Edifício de Ferreira do Zêzere

Nas instalações do Juízo de Proximidade de Ferreira do Zêzere é necessário:



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

- ✚ Eliminar as infiltrações dos gabinetes;
- ✚ Criar instalações sanitárias adaptadas a utilizadores com mobilidade reduzida;
- ✚ Reparar as instalações sanitárias; e
- ✚ Instalar elevador.

As infiltrações existentes provêm da cobertura do edifício, sendo por isso as obras necessárias à sua eliminação da responsabilidade do condomínio do prédio onde as instalações judiciárias se localizam.

Reportada a situação ao IGFEJ, até ao momento, não existe informação quanto à previsão da realização das aludidas obras.

6.1.3.12. Palácio da Justiça do Entroncamento

No Palácio da Justiça do Entroncamento é preciso:

- ✚ Substituir o alarme existente; e
- ✚ Instalar sistema de CCTV.

No decurso do ano de 2023 foram realizadas as obras de adaptação da biblioteca do Palácio da Justiça do Entroncamento a sala de audiências, existindo agora nas referidas instalações três salas de audiência.

6.1.3.13. Palácio da Justiça da Golegã

No Palácio da Justiça da Golegã é necessário:

- ✚ Eliminar as infiltrações provenientes da cobertura do edifício.



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Foi solicitado ao IGFEJ que proceda à intervenção necessária, o que se aguarda.

6.1.3.14. Palácio da Justiça de Mação

No Palácio da Justiça de Mação é necessário:

- ✚ Eliminar as infiltrações provenientes da cobertura.

Foi solicitado ao IGFEJ que proceda à intervenção necessária, o que se aguarda.

6.1.3.15. Palácio da Justiça de Ourém

No Palácio da Justiça de Ourém é necessário:

- ✚ Eliminar as infiltrações provenientes da cobertura.

Foi solicitado ao IGFEJ que proceda à intervenção necessária, o que se aguarda.

6.1.3.16. Palácio da Justiça de Rio Maior

O edifício do Palácio da Justiça de Rio Maior, situado num parque arborizado do centro da cidade, é uma construção da década de 60 do século XX que nunca foi objecto de obras de conservação de relevo, encontrando-se por isso num acentuado estado de degradação exterior e interior.

Trata-se de um projecto arquitectónico da autoria do Arquitecto Sebastião Formosinho Sanchez que, atendendo ao seu vanguardismo para a época em que foi



S. R.

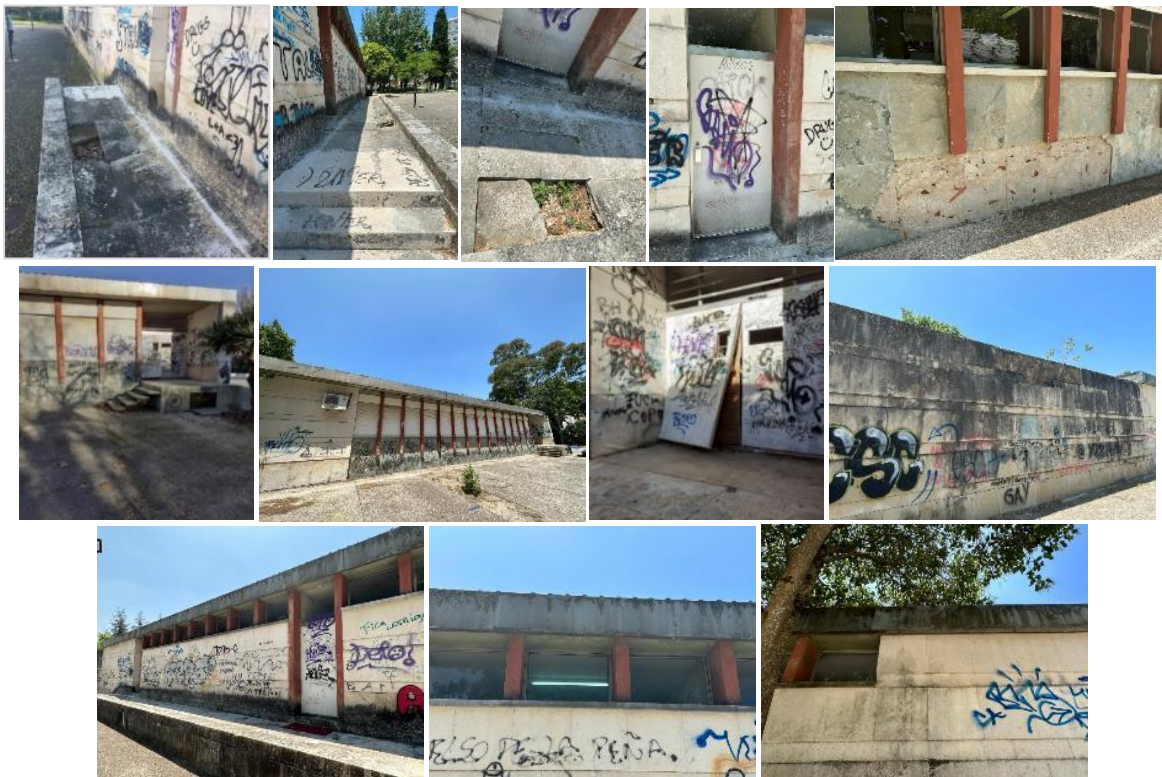
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

concebido, apresenta significativo valor cultural e justifica uma intervenção estrutural de recuperação integral.

Por outro lado, a sua localização resguardada aliada à circunstância de parte do edifício ter ficado desocupado na sequência da saída dos serviços das Conservatórias e do Notário, torna-o um imóvel vulnerável, frequentemente vandalizado e lugar de estada de toxicodependentes.

O que evidentemente coloca em risco a segurança das instalações dos serviços judiciais e das pessoas que ali exercem funções.

As imagens que seguem ilustram alguns pormenores do actual estado do Palácio da Justiça de Rio Maior e revelam a indignidade em que o Juízo de Competência Genérica de Rio Maior e a Secção de Rio Maior do DIAP de Santarém estão instalados.



Pormenores das fachadas do Palácio da Justiça de Rio Maior



S. R.

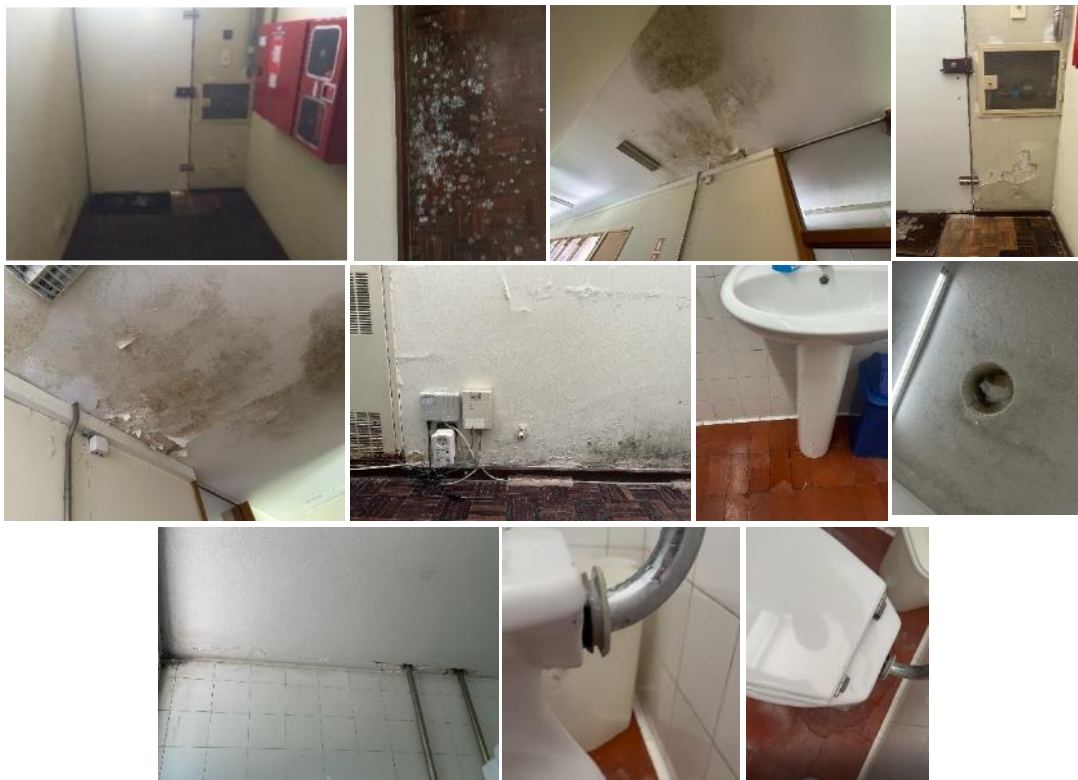
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM



Pormenor da entrada do Palácio da Justiça de Rio Maior, em dias de precipitação



Pormenores da cobertura do Palácio da Justiça de Rio Maior



Pormenores do interior do Palácio da Justiça de Rio Maior



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM



Pormenores das alas desocupadas do edifício do Palácio da Justiça de Rio Maior

Crendo-se que as imagens não deixam dúvidas quanto à gravidade da situação, que as palavras não conseguem suficientemente descrever, e à extrema urgência da intervenção de requalificação integral que se impõe realizar, a qual implica, entre outros:

- ✚ Reparar e substituir a cobertura;



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

- ✚ Eliminar as infiltrações;
- ✚ Requalificar e modernizar as instalações sanitárias existentes;
- ✚ Criar instalações sanitárias diferenciadas para magistrados, funcionários e público e adaptadas à utilização por pessoas com mobilidade reduzida;
- ✚ Reparar e modernizar as celas;
- ✚ Modernizar e requalificar a rede e aparelhagem eléctricas;
- ✚ Modernizar a rede de águas e esgotos;
- ✚ Substituir estores;
- ✚ Substituir caixilharias;
- ✚ Reparar o chão;
- ✚ Reparar fachadas;
- ✚ Pintar o interior e o exterior; e
- ✚ Instalar câmaras de videovigilância CCTV.

Regista-se que todas as diligências feitas junto das entidades competentes pela gestão da Comarca não sortiram, até ao momento, resultados visíveis ou perspectivas da sua concretização.

Sendo que só por razões indecifráveis de natureza política, certamente alheias ao interesse do serviço público judiciário, se compreende que uma obra considerada como de primeira necessidade e como tal classificada na matriz GUT - Gravidade, Urgência e Tendência da DGAJ, com layout da intervenção desenvolvido por esta entidade e aprovado pelo Conselho de Gestão da comarca não tenha sido contemplada no Plano Plurianual de Investimentos na área da Justiça 2023-2027, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º.119/2023 de 9.10.2023, circunstância que gera grande apreensão quanto à possibilidade da sua realização a curto/médio prazo.



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Havendo ainda a assinalar que, numa operação cosmética que se considera de racionalidade económica duvidosa no quadro da profunda degradação do Palácio da Justiça de Rio Maior, foi por iniciativa da DGAJ decidida uma intervenção pontual consistente na remoção dos graffitis, na reparação de 40 pontos de infiltração na cobertura do edifício e na substituição das régua dos estores que se encontram partidas.

Obras que ficam muito aquém do necessário e cuja valia será integralmente perdida se realizada a obra de requalificação necessária do edifício e que, além do mais, podem servir de motivação para o postergar pela entidade competente do momento da realização desta.

6.1.3.17. Palácio da Justiça I de Santarém - PJ I

O Palácio da Justiça I de Santarém está subdimensionado para condignamente albergar os serviços lá instalados e para adequadamente acolher os utentes que a ele se dirigem.

Nele sendo necessário:

- ✚ Instalar AVAC;
- ✚ Criar salas de testemunhas;
- ✚ Criar gabinetes para Magistrados;
- ✚ Criar espaços para as unidades de processos;
- ✚ Instalar câmaras de videovigilância CCTV;
- ✚ Criar copa.

As referidas necessidades são do conhecimento do IGFEJ, sendo que a sua resolução passará pela readaptação do edifício onde se prevê a instalação do Palácio de Justiça III de Santarém e pela reabilitação das antigas casas de magistrados.



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

6.1.3.18. Palácio da Justiça II de Santarém - PJ II

O Palácio da Justiça II de Santarém ocupa um edifício arrendado situado nas instalações da antiga Escola Prática de Cavalaria, o qual sofreu obras de readaptação com vista à instalação dos serviços judiciários.

Em relação a ele é necessário:

- ✚ Regularizar a situação do contador e do ramal eléctrico que continuam a ser os da obra;
- ✚ Criar mais gabinetes; e
- ✚ Instalar mais salas de audiência.

Uma vez mais, a superação de grande parte das necessidades passa pela readaptação e instalação do Palácio de Justiça III.

No ano de 2023 foi criada uma sala polivalente adaptada à realização de reuniões e diligências processuais.

6.1.3.19. Palácio da Justiça I de Tomar

O edifício do Palácio da Justiça I de Tomar viu serem levadas a efeito no ano de 2023 as obras de modernização e de conservação cuja necessidade havia anteriormente sido identificada, traduzidas na instalação de nova iluminação na sala de audiências principal, na climatização da zona onde se encontra instalado o Balcão+ e na pintura dos gradeamentos exteriores.

6.1.3.20. Palácio da Justiça II de Tomar

No edifício do Palácio da Justiça II de Tomar é necessário:



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

- ✚ Reparar o telhado que tem telhas desniveladas; e
- ✚ Reparar e substituir caixilharias.

As situações foram comunicadas ao IGFEJ, aguardando-se decisão sobre as intervenções.

6.1.3.21. Palácio da Justiça de Torres Novas

No Palácio da Justiça de Torres Novas é premente:

- ✚ Instalar sistema de AVAC;
- ✚ Substituir toda a caixilharia;
- ✚ Instalar elevador ou plataforma elevatória;
- ✚ Requalificar as celas;
- ✚ Reestruturar a rede informática de modo a retirar da secretaria o bastidor existente;
- ✚ Criar acessos reservados para magistrados;
- ✚ Recuperar o arquivo e a antiga casa do porteiro; e
- ✚ Requalificar as instalações sanitárias.

Conforme assinalado em 6.1.3.3., parte das intervenções referidas estão abrangidas pelo Plano Plurianual de Investimentos na Área da Justiça 2023-2027, aprovado por Resolução do Conselho de Ministros publicada no DR Iª Série, n.º 195/2023, de 9 de Outubro.

6.1.4. Manutenção



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

No ano de 2023, no âmbito das competências que foram delegadas pela DGAJ, a gestão da Comarca empreendeu os seguintes trabalhos:

6.1.4.1. Palácio da Justiça de Abrantes

No Palácio da Justiça de Abrantes:

- ✚ Limpeza das coberturas, caleiras, tubos de queda e algerozes;
- ✚ Requalificação da sala de audição de crianças e jovens; e
- ✚ Substituição de algumas fechaduras.

6.1.4.2. Edifício de Alcanena

No edifício de Alcanena:

- ✚ Limpeza das coberturas, caleiras, tubos de queda e algerozes; e
- ✚ Substituição de duas unidades interiores de ar condicionado (na sala de audiências e na sala do bastidor).

6.1.4.3. Edifício de Almeirim

No Edifício de Almeirim:

- ✚ Limpeza das coberturas, caleiras, tubos de queda e algerozes.

6.1.4.4. Palácio da Justiça de Benavente

No Palácio da Justiça de Benavente:

- ✚ Limpeza das coberturas, caleiras, tubos de queda e algerozes;



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

- ✚ Instalação de estores interiores de rolo na sala de audiências principal;
- ✚ Trabalhos de beneficiação em gabinete para magistrados (pintura e reparação do chão); e
- ✚ Adaptação da instalação eléctrica para colocação de quiosque Balcão+ no átrio.

6.1.4.5. Palácio da Justiça do Cartaxo

No Palácio da Justiça do Cartaxo:

- ✚ Limpeza das coberturas, caleiras, tubos de queda e algerozes.

6.1.4.6. Palácio da Justiça de Coruche

No Palácio da Justiça de Coruche:

- ✚ Limpeza das coberturas, caleiras, tubos de queda e algerozes;
- ✚ Substituição de diversas lâmpadas e arrancadores; e
- ✚ Substituição de diversas fechaduras.

6.1.4.7. Palácio da Justiça da Golegã

No Palácio da Justiça da Golegã:

- ✚ Limpeza das coberturas, caleiras, tubos de queda e algerozes;
- ✚ Substituição de diversas lâmpadas e arrancadores; e
- ✚ Substituição de algumas fechaduras.

6.1.4.8. Palácio da Justiça do Entroncamento



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

No Palácio da Justiça do Entroncamento:

- ✚ Limpeza das coberturas, caleiras, tubos de queda e algerozes; e
- ✚ Substituição de grande parte da iluminação por iluminação LED.

6.1.4.9. Palácio da Justiça de Mação

No Palácio da Justiça de Mação:

- ✚ Limpeza das coberturas, caleiras, tubos de queda e algerozes.

6.1.4.10. Palácio da Justiça de Ourém

No Palácio da Justiça de Ourém:

- ✚ Limpeza das coberturas, caleiras, tubos de queda e algerozes;
- ✚ Reparação do split do ar condicionado;
- ✚ Substituição de grande parte da iluminação por iluminação LED;
- ✚ Lavagem das vidraças do jardim interior; e
- ✚ Instalação de espigões anti pouso.

6.1.4.11. Palácio da Justiça de Rio Maior

No Palácio da Justiça de Rio Maior:

- ✚ Limpeza das coberturas, caleiras, tubos de queda e algerozes.

6.1.4.12. Palácio da Justiça I de Santarém - PJ I

No Palácio da Justiça I de Santarém:



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

- ✚ Limpeza das coberturas, caleiras, tubos de queda e algerozes;
- ✚ Substituição de diversas lâmpadas e arrancadores;
- ✚ Reparações em instalações sanitárias;
- ✚ Substituição de algumas fechaduras;
- ✚ Reparações diversas em inúmeras Instalações Sanitárias;
- ✚ Reparações de diversos estores exteriores; e
- ✚ Pintura da sala destinada a vítimas fragilizadas.

6.1.4.13. Palácio da Justiça II de Santarém - PJ II

No Palácio da Justiça II de Santarém:

- ✚ Limpeza das coberturas, caleiras, tubos de queda e algerozes;
- ✚ Reparação do AVAC;
- ✚ Reparação de diversas fechaduras;
- ✚ Requalificação da sala de audição de crianças e jovens;
- ✚ Fixação de painéis decorativos em recanto do átrio para criação de espaço lúdico para crianças;
- ✚ Substituição de diversas lâmpadas e arrancadores; e
- ✚ Reparação de instalações sanitárias.

6.1.4.14. Palácio da Justiça I de Tomar

No edifício do Palácio da Justiça I de Tomar:

- ✚ Limpeza das coberturas, caleiras, tubos de queda e algerozes;
- ✚ Requalificação da sala de audição de crianças e jovens;
- ✚ Instalação de estores interiores de rolo em toda a zona de atendimento do Balcão+; e



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

- ✚ Reparação de diversas cadeiras de funcionários.

6.1.4.15. Palácio da Justiça II de Tomar

No edifício do Palácio da Justiça II de Tomar:

- ✚ Limpeza das coberturas, caleiras, tubos de queda e algerozes;
- ✚ Instalação de luminárias no arquivo; e
- ✚ Reparação de diversos equipamentos split e do chiller do sistema AVAC instalado.

6.1.4.16. Palácio da Justiça de Torres Novas

No Palácio da Justiça de Torres Novas:

- ✚ Limpeza das coberturas, caleiras, tubos de queda e algerozes; e
- ✚ Substituição de diversas lâmpadas e arrancadores, sensores de movimento e projectores.

6.1.5. Segurança, Acessibilidade e Salubridade

Na Comarca de Santarém apenas os Palácios da Justiça de Santarém, o Palácio da Justiça I de Tomar e os Palácios da Justiça de Abrantes e Benavente têm segurança activa, levada a cabo por empresas de segurança e vigilância humana.

Os edifícios de Almeirim, Benavente, Coruche, Ourém, Rio Maior, Santarém II, Tomar I e Torres Novas têm sistemas de alarme de intrusão ligados centralmente à DGAJ.



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Os edifícios do Cartaxo, Entroncamento, Mação, Tomar II e Santarém I têm sistemas de alarme isolados, sendo premente desencadear os procedimentos necessários para que passem a estar ligados centralmente à DGAJ.

Só há pórticos de segurança nos Palácios da Justiça de Abrantes, Santarém e Tomar.

Apenas estão instalados e operacionais sistemas de videovigilância no edifício de Almeirim e nos Palácios da Justiça de Benavente, Santarém I e Tomar I.

Existem sistemas de controlo de acessos nos edifícios de Almeirim e de Alcanena e nos Palácios da Justiça do Cartaxo, de Ourém, de Santarém e de Tomar I.

Urge dotar as restantes instalações de controlo de acesso.

Relativamente a sistemas de aviso de incêndio, existem alarmes nos edifícios de Almeirim, de Alcanena, de Benavente, do Cartaxo, de Coruche, do Entroncamento, da Golegã, de Mação, de Ourém, de Rio Maior, de Santarém, de Tomar e de Torres Novas.

Como acima referido é necessário dotar o Palácio da Justiça de Torres Novas de meio de acesso ao piso superior para pessoas com mobilidade reduzida.

No que respeita à salubridade ocorrem, por vezes, problemas na área do arquivo do Palácio da Justiça de Torres Novas, devido a problemas com esgotos, associados à não requalificação da área da antiga casa do porteiro.

No Palácio da Justiça do Entroncamento existe, por vezes, ao nível do rés-do-chão mau cheiro proveniente dos esgotos.

Existe uma comunidade de pombos fixada no átrio interior do Palácio da Justiça de Ourém, o que se apresenta como um problema de saúde pública, não obstante a gestão da Comarca proceder com regularidades à limpeza do local.



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Foram entretanto colocados espigões anti pouso com o objetivo de mitigar o problema, sendo que ainda não existem dados suficientes para aquilatar da eficácia daquela operação.

No decurso de 2023 no âmbito da segurança no trabalho foram levados a efeito os seguintes procedimentos:

- No Palácio da Justiça II de Santarém: foi reforçado o número de detectores de incêndio; colocadas barras antipânico nas portas de saída de emergência; reparadas as portas antifogo; e actualizadas as plantas emergência.
- No Palácio de Justiça de Ourém foram substituídos os sensores de movimento infravermelhos que se encontravam avariados.
- Em todos os edifícios da Comarca de Santarém foi efectuada manutenção preventiva à sinalética e iluminação de emergência.
- Foram iniciados os procedimentos necessários à formação dos oficiais de justiça com vista à realização de simulacros nos núcleos de Almeirim, Benavente, Entroncamento, Ourém, Santarém e Torres Novas.
- Foram adquiridos escadotes homologados para o arquivo de Santarém.

6.2. EQUIPAMENTOS

6.2.1. Telefones

Os telefones instalados nos diversos núcleos da comarca de Santarém necessitam de ser substituídos pelo IGFEJ, já que apresentam recorrentemente inúmeras avarias, consequência do desgaste resultante da sua utilização, a que se juntam o seu reduzido número, a sua natureza fixa e as limitações de gestão de tráfego



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

das centrais telefónicas existentes, que não estão adequadamente dimensionadas e adaptadas às necessidades e crescente demanda dos serviços, dos profissionais do foro e dos utentes dos serviços de justiça.

O que gera permanentes constrangimentos no atendimento telefónico, designadamente: a perda e incapacidade de atendimento de grande parte das chamadas e/ou do seu reencaminhamento interno; a inviabilidade de um atendimento telefónico feito no posto de trabalho apoiado na consulta electrónica dos processos; a perturbação do funcionamento das secretarias, a falta de privacidade no atendimento e a afectação da protecção de dados pessoais por em muitos casos o atendimento telefónico ter de ser feito em alta voz.

Situações de deficiência de atendimento telefónico que são presentemente a causa da maior parte das reclamações recebidas quanto ao serviço judiciário prestado no Tribunal Judicial da Comarca de Santarém e no Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão e que facilmente poderiam ser ultrapassados com a disponibilização de adequados meios - telefones portáteis e modernas centrais telefónicas.

Por outro lado, num sistema de justiça que se pretende menos burocrático e mais próximo dos cidadãos é premente dotar os serviços judiciários de telemóveis recentes em número suficiente e adequado a, de forma prática, acessível e conhecida da generalidade das pessoas, permitir, com recurso a aplicativos de comunicação multiplataforma, o estabelecimento de contactos processuais com os mais diversos intervenientes, ultrapassando as dificuldades de deslocação das pessoas aos serviços judiciários, as suas limitações de interacção digital e de utilização de plataformas de comunicação à distância ou simplesmente a sua falta de acesso a meios que permitam o seu uso.

Necessidades que se fazem sentir com particular acuidade em comarcas com grande dispersão territorial, significativa emigração e importante itinerância de pessoas.



6.2.2. Videoconferência

A disponibilidade de meios de comunicação à distância é actualmente indispensável ao funcionamento dos serviços judiciários.

Neste âmbito regista-se que a quase totalidade das salas de audiência dos edifícios da comarca de Santarém estão dotadas de equipamentos de videoconferência.

Tratam-se, no entanto, de equipamentos na generalidade dos casos obsoletos, que registam frequentes avarias e problemas de funcionamento que condicionam e interferem com a prestação do serviço judiciário e o decurso das diligências.

Além disso não permitem interações comunicacionais multiplataforma, nem disponibilizam funcionalidades essenciais como o compartilhamento/exibição de documentos à distância.

O que, se bem se vê, mostra que existem soluções e recurso tecnológicos que melhor se adaptariam às necessidades dos tribunais para os fins para que os sistemas de videoconferência existentes são neles utilizados.

Sem embargo, sendo outra a opção, mostra-se premente a modernização do parque de videoconferências da comarca de Santarém e reforçar o seu número nos Palácios da Justiça de Benavente, Santarém PJ II e de Coruche para permitir a realização em simultâneo de diligências pelos serviços neles instalados e das solicitadas por outros tribunais.

Necessário também é alterar as circunstâncias de falta de condições para a prestação de depoimento/declarações por videoconferência a partir do edifício de Almeirim, no qual, em razão das limitações de espaço, o aparelho de videoconferência utilizado para diligências externas está colocado na secretaria.

Situação que causa constrangimentos e perturbação ao funcionamento dos serviços, perturba o desenvolvimento das diligências deprecadas, inibe a privacidade



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

dos relatos e impede a existência de condições ambientais adequadas para realização das diligências.

Perspectiva-se que a aquisição de uma cabine acústica de videoconferência possa ser a solução adequada para o problema.

6.2.3. Rede de Internet

No essencial os tribunais sob a gestão da comarca de Santarém utilizam acessos de banda larga fixa para o desenvolvimento da sua actividade, seja como suporte de ligação à aplicação Citius, onde se processa a consulta e tramitação dos processos electrónicos por parte de todos os funcionários e magistrados, seja como acesso às bases de dados utilizadas pelos referidos operadores judiciais, seja ainda como meio de estabelecimento da comunicações externas, máxime entre diferentes tribunais, no âmbito de diligências processuais.

No entanto verifica-se que a pressão de acessos em alguns períodos do dia e as limitações da rede fixa disponibilizada geram constantes constrangimentos no funcionamento dos serviços e no desenvolvimento da actividade judiciária, fruto da indisponibilidade momentânea ou temporária do sistema, da incapacidade de carregar dados ou de concluir operações, da lentidão de processamento de informação, da indisponibilidade de funcionalidades, da inviabilidade de estabelecer ligações etc.

Circunstâncias que penalizam fortemente a eficiência e a produtividade e que exigem soluções mais adequadas e eficazes na estrutura da rede fixa disponibilizada.

Complementarmente é necessária a efectiva disponibilização de rede Wi-Fi nos tribunais, designadamente em todas as salas de audiência. Rede cujo acesso deve ser disponibilizado não apenas a magistrados, mas também aos demais profissionais do foro.



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Veja-se que na área geográfica da comarca de Santarém, com 17 edifícios que alojam serviços judiciais, nos quais existem 34 salas de audiência apenas 13 destes espaços têm acesso Wi-Fi a rede de internet.

Sendo que não se divisa motivo para que nos espaços públicos dos tribunais não tenham ainda sido criadas condições para dar cumprimento à obrigação do Estado, assumida na Carta Portuguesa de Direitos Humanos na Era Digital, de promover a existência de pontos de acesso livre e gratuito à internet - cf. artº. 3º, nº.2, al. e) lei 27/2021 de 17.5.

6.2.4. Equipamento informático

O parque informático alocado à Comarca de Santarém é um factor de preocupação para a gestão, porquanto: faltam equipamentos de vídeo-gravação nas salas de audiência/diligências que permitam o registo vídeo das diligências; é limitado o número de webcams disponíveis; é reduzido o número de leitores de CD/DVD existentes; e é insuficiente o número de digitalizadores de alto rendimento atribuídos aos serviços.

Além disso os computadores que equipam as salas de audiência, os postos de trabalhos das secretarias e dos gabinetes de apoio à gestão e os atribuídos a assessores e magistrados, para além de contados e em parte obsoletos, estão tecnologicamente ultrapassados e são desadequados a uma tramitação processual de matriz electrónica, que demanda adequada velocidade de processamento e armazenamento de dados e o alojamento de aplicações e programas informáticos facilitadores da actividade judiciária e gestionária. É por isso necessária a sua generalizada substituição/modernização.

Também o parque de impressoras quer das secretarias, quer dos magistrados é, no geral, obsoleto, carecendo de substituição.



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Ademais, continuam a inexistir os equipamentos de captação/gravação de som e imagem, os auriculares, os computadores, os telefones etc. necessários a que as salas de audição de crianças e jovens possam cumprir os fins para que foram criadas.

6.2.5. Equipamentos de segurança

Não existem botões de pânico nas salas de audiência dos Palácios da Justiça de Abrantes, Benavente, Coruche, Entroncamento, Mação, Ferreira do Zêzere, Golegã, Mação e Rio Maior.

A sinalética externa apenas está actualizada nos Palácios de Justiça I e II de Santarém, Tomar, Entroncamento e Almeirim.

6.2.6. Frota automóvel

A frota automóvel ao serviço da Comarca é constituída por um veículo de pequenas dimensões, desadequado à realização das transferências e deslocações de material e processos na área geográfica da comarca, dado o seu reduzido espaço e por um veículo monovolume de 2002, cuja substituição é necessária.

O quadro abaixo identifica os procedimentos mais relevantes executados pela gestão da Comarca no ano de 2023, relacionados com o edificado e equipamentos, no âmbito das despesas de investimento, de funcionamento e de bens de capital:

Descrição	Valor	Tipo de investimento
Empreitada de o de adaptação da sala de audiências do PJ do Entroncamento		Despesa de Investimento



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

	€ 12.033,09	
Substituição de parte da iluminação do PJ do Entroncamento por iluminação LED	€ 5.396,25	Despesa de funcionamento
Instalação de luminárias no arquivo do PJ II de Tomar	€ 5.093,85	Despesa de funcionamento
Reparações eléctricas no edifício do Palácio da Justiça de Ourém	€ 3.524,69	Despesa de funcionamento
Substituição de duas unidades split no bastidor e na sala de audiências do PJ de Alcanena	€ 4.868,23	Despesa de funcionamento
Substituição do variador de frequência da UTA, vaso expensor da caldeira e reparação do isolamento das tubagens do equipamento AVAC do PJ de Ourém	€ 3.881,62	Despesa de funcionamento
Requalificação das salas de acolhimento de crianças e jovem e sala das vítimas fragilizadas nos edifícios de Abrantes, Santarém e Tomar I	€ 2.429,25	Despesa de funcionamento



CAPÍTULO VII

UNIDADES ORGÂNICAS E MOVIMENTO PROCESSUAL

7.1. UNIDADES DE PROCESSOS

7.1.1. Dados estatísticos

7.1.1.1. Processos entrados - Tribunal Judicial

No quadro infra assinalam-se, por áreas jurisdicionais, em termos de estatística oficial e de estatística de secretaria, o número de processos entrados ao longo do ano de 2023 no Tribunal Judicial da Comarca de Santarém, registando-se igualmente os dados relativos ao período homólogo anterior por forma a permitir a sua comparação evolutiva.

Para cabal compreensão do referido quadro e a informação que se lhe segue regista-se que a estatística oficial identifica o número de processos distribuídos pendentes de prolação de sentença ou decisão e que a estatística de secretaria identifica o somatório do número desses com o dos processos já decididos que, todavia, exigem ainda intervenção jurisdicional ou administrativa.

Tendo-se, nos dados que seguem, para efeitos de análise da actividade judicial, optado por separar os processos executivos e de insolvência do âmbito da jurisdição cível, em virtude de a respectiva tramitação processual não depender essencialmente de actividade do tribunal, outrossim de operadores externos - Agente de Execução e Administrador Judicial.

Anota-se também que sob a referência de justiça tutelar estão agregados os processos tutelares cíveis e educativos dos Juízos de Família e Menores.



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Processos entrados: Estatística oficial e Estatística de secretaria								
	Justiça Cível				Justiça Penal	Justiça Laboral	Justiça Tutelar	Instrução Criminal (d)
	Total (a)	Área insolvencial (1)	Execuções -2	Sem (1) e (2)				
Estatística oficial 2022	10318	1595	3975	4748	2703	1523	2414	3272
Estatística oficial 2023	9255	680	3901	4674	4273	1873	2835	2293
Estatística de secretaria 2022	10437	1647	4017	4773	3018	1558	2756	3378
Estatística de secretaria 2023	9664	934	3949	4781	4469	1887	3075	2293

- (a) Todos os processos de natureza cível.
- (b) Processos entrados da área falimentar.
- (c) Processos entrados de execução
- (d) Inclui actos jurisdicionais

Dos dados registados retira-se que no ano judicial de 2023, comparativamente com o ano anterior, ocorreu um aumento dos processos entrados nas áreas penal, laboral e tutelar, registando-se ligeira diminuição de entradas em todas as restantes áreas.

Sendo que em termos globais na área penal foram distribuídos mais 1570 processos em estatística oficial, o que representa um aumento de 58,08 %, enquanto a área laboral conheceu um acréscimo de 350 entradas, o que representa um aumento de 22,98 %, e a área tutelar registou um acréscimo de 421 processos, o que representa um aumento de 17,44 %.

7.1.1.1.1. Evolução comparativa da estatística oficial e de secretaria

Por áreas de intervenção jurisdicional é possível observar a seguinte evolução estatística comparativa:

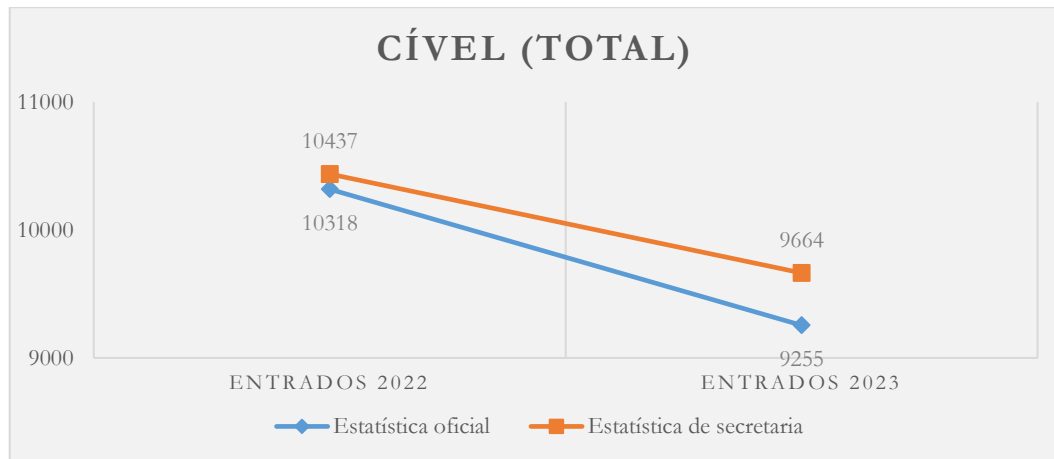
7.1.1.1.1.1. Justiça cível



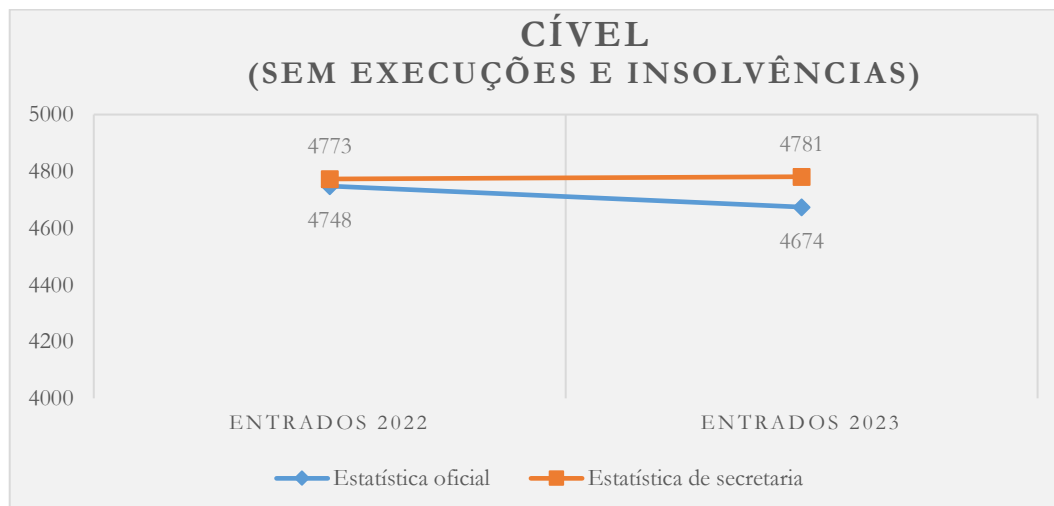
S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

O gráfico seguinte ilustra, no ano de 2023, a evolução global estatística na área da justiça cível revelando uma redução de entradas em termos de estatística oficial e de estatística de secretaria.



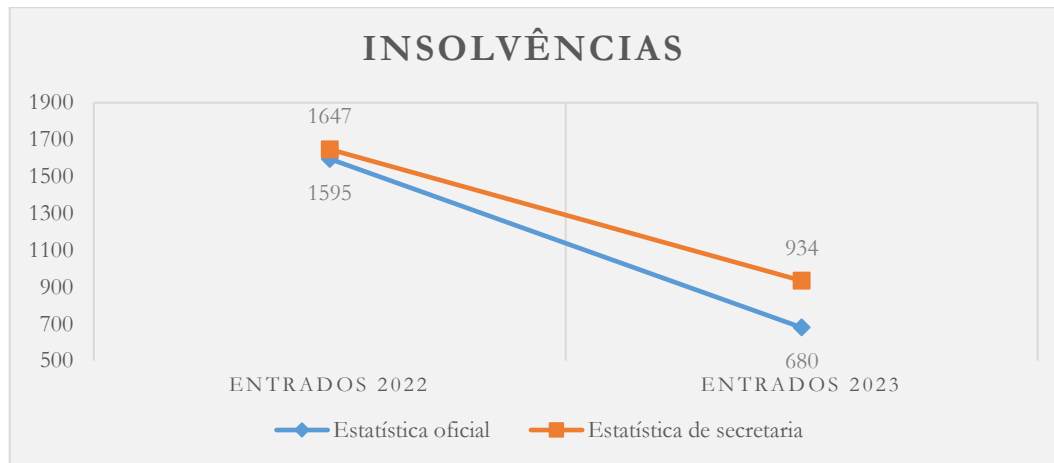
Sendo que nos processos da área cível, excluindo os processos de execução e de insolvência, foram distribuídos, em relação ao ano de 2022, menos 74 processos, o que representa uma descida de 1,56 %.



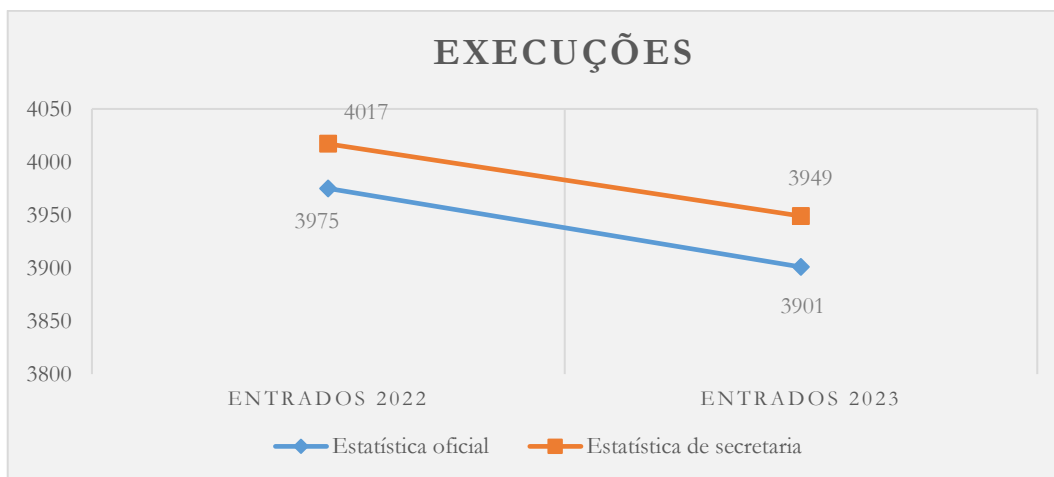


TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Verificando-se que, contrariando a tendência de subida de 2022, foram distribuídos menos 915 processos de insolvência (estatística oficial), o que representa uma descida de 57,37%.



Por sua vez no âmbito executivo foram distribuídos menos 74 processos (estatística oficial), o que representa uma descida de 1,86 %.

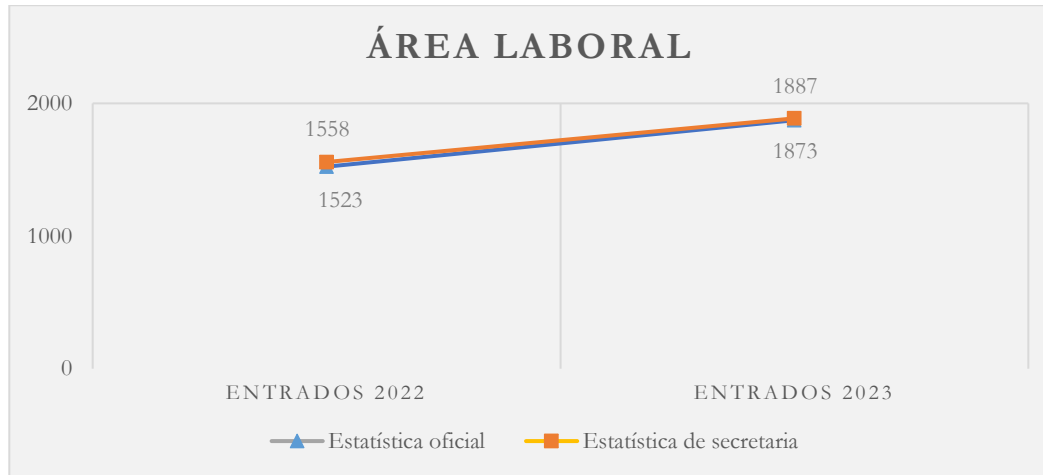


7.1.1.1.1.2. Justiça laboral



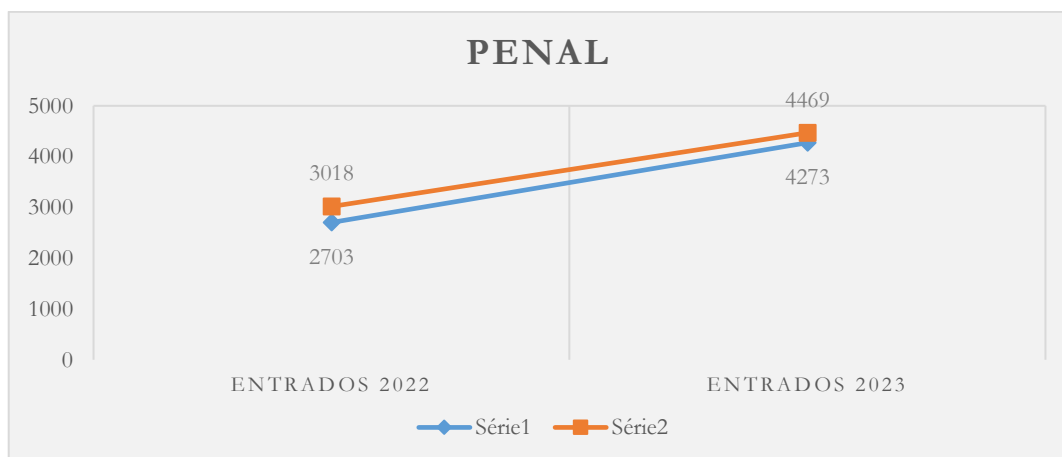
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Já na área laboral foram distribuídos mais 350 processos (estatística oficial), o que representa um aumento de 22,98 %.



7.1.1.1.1.3. Justiça Penal e Instrução Criminal

Na área criminal foram distribuídos mais 1570 processos (estatística oficial), comparativamente ao ano anterior, o que representa um aumento de 58,08 %.





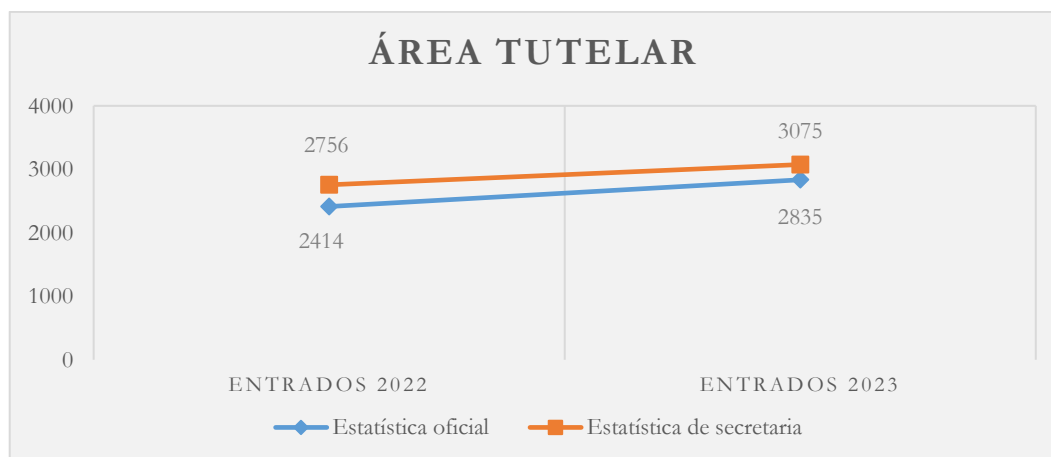
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Em sentido oposto, na área da Instrução Criminal, levando em linha de conta os processos distribuídos para prática de actos jurisdicionais, vê-se que entraram menos 952 processo que no ano anterior, o que representa uma descida de 29,92%.



7.1.1.1.4. Justiça tutelar

Verifica-se que a área tutelar teve mais 421 processos distribuídos (estatística oficial), sinónimo de um aumento de 17,44 %.



7.1.1.2. Processos entrados - Tribunal da Concorrência Regulação e Supervisão



S. R.
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

O quadro abaixo discrimina, com a destrição entre a área penal e a área cível, o número de processos entrados no Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão no ano de 2023 e para efeitos comparativos no ano judicial anterior.

Processos entrados: Estatística oficial e Estatística de secretaria				
	Justiça Cível			Justiça Penal
	Total	Declarativo	Execuções	
Estatística oficial 2022	92	74	18	197
Estatística oficial 2023	100	76	24	222
Estatística de secretaria 2022	92	74	18	197
Estatística de secretaria 2023	100	76	24	231

Dados que por áreas de intervenção do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão permitem verificar que:

7.1.1.2.1. Justiça contra-ordenacional

No âmbito da actividade penal do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão foram distribuídos mais 25 processos que no ano anterior, representativos de um aumento de processos entrados de 12,69 %.



S. R.

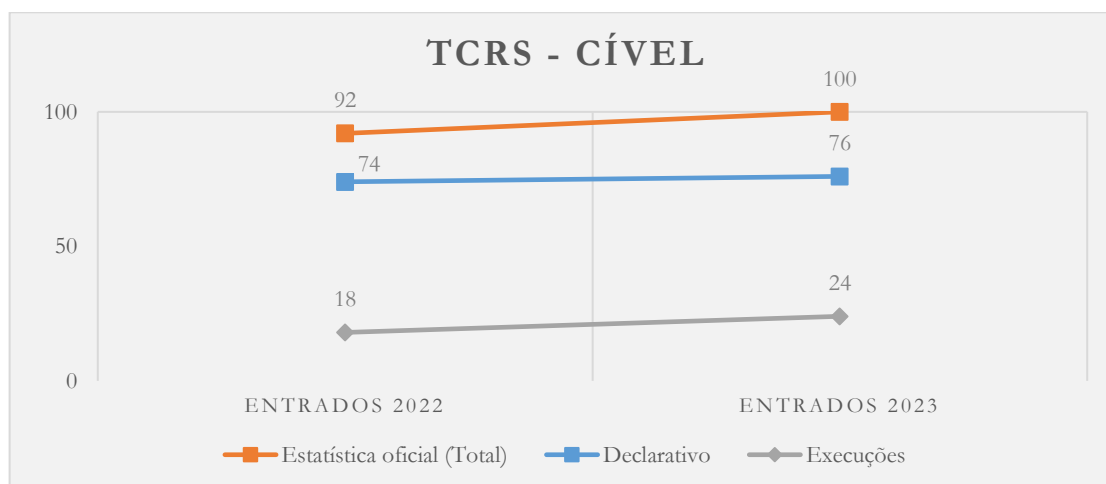
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM



7.1.1.2.2. Justiça cível

No ano findo na área cível do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão verificou-se que a distribuição somou 100 processos, correspondendo a um aumento nas entradas de 8,70 %.

Sendo que os processos executivos foram os que mais contribuíram para esse aumento ao registarem uma subida de 33,33 %.





TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Em síntese:

Em 2023 no Tribunal Judicial da Comarca de Santarém verificou-se o aumento do volume de processos entrados nas áreas penal, laboral e tutelar e um decréscimo de entradas nas restantes áreas.

No Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão ocorreu um aumento de entradas em ambas as áreas de intervenção.

7.1.2. Evolução global da pendência

7.1.2.1. Processos pendentes - Tribunal Judicial

Os dados a seguir apresentados permitem avaliar a evolução da pendência processual por área.

Dentro da justiça cível a pendência dos Juízos de Execução e do Comércio são apresentados separadamente.

Na área executiva os números apresentados representam a totalidade dos processos pendentes.

Na análise efectuada faz-se a comparação de pendências com o ano judicial transacto - 2022.

Pendência processual: Estatística oficial e Estatística de secretaria							
	Justiça Cível			Justiça Penal	Justiça Laboral	Justiça Tutelar	Instrução Criminal
	Total	Insolvência	Execução				
Estatística oficial pendentes em 31-12-2022	21179	595	16348	1632	1055	745	99
Estatística oficial pendentes em 31-12-2023	19569	349	14757	1843	1217	746	113
Estatística de secretaria pendentes em 31-12-2022	28820	3904	18110	7054	1619	1821	123
Estatística de secretaria pendentes em 31-12-2023	27505	3324	17031	7365	1836	1471	140



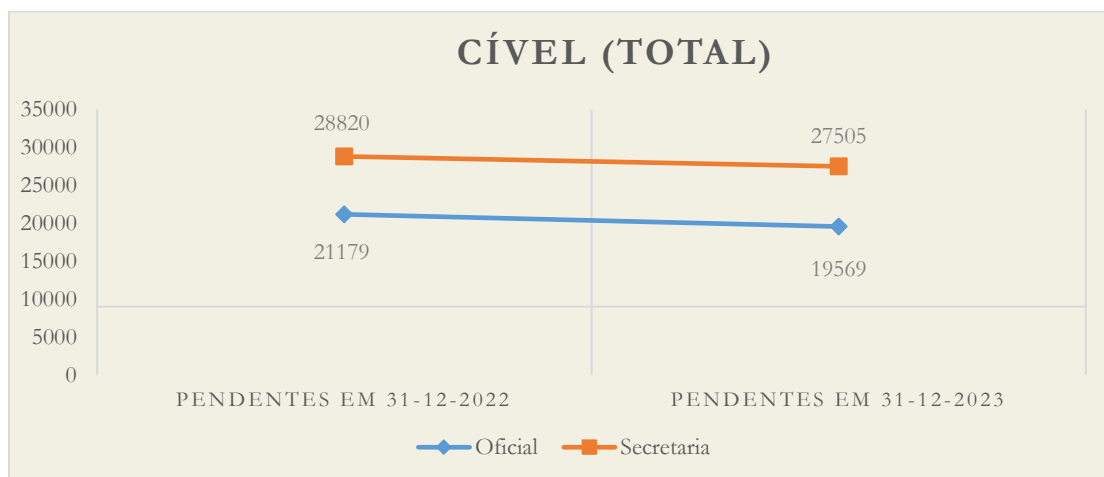
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

E permitem afirmar, em termos genéricos, e em contraciclo com o ano de 2022, que se verifica um tendencial aumento das pendências na maioria das áreas.

Detalhando:

7.1.2.1.1. Evolução da pendência da Justiça Cível

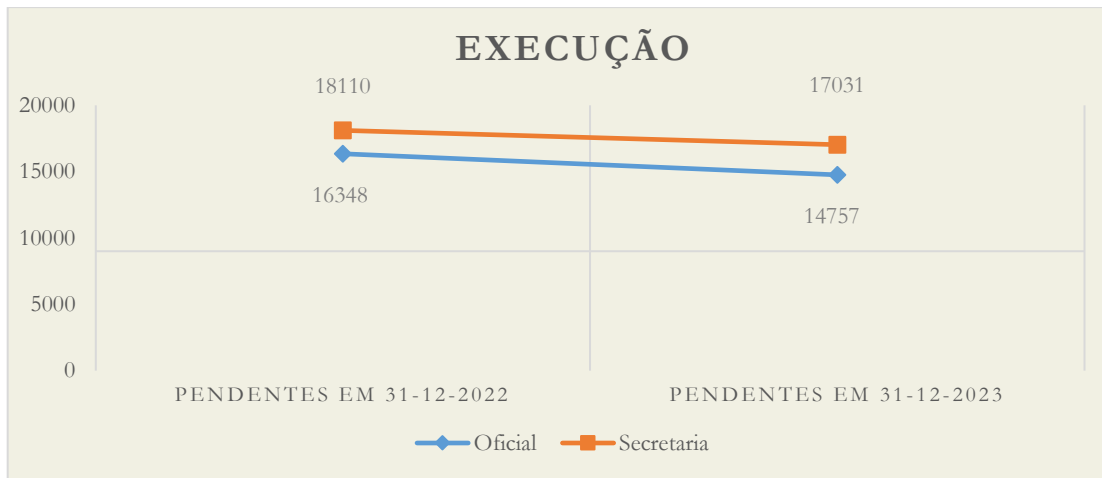
No ano de 2023 a pendência oficial da Justiça Cível registou uma redução global de 7,60%. A pendência de secretaria reduziu 4,56%.



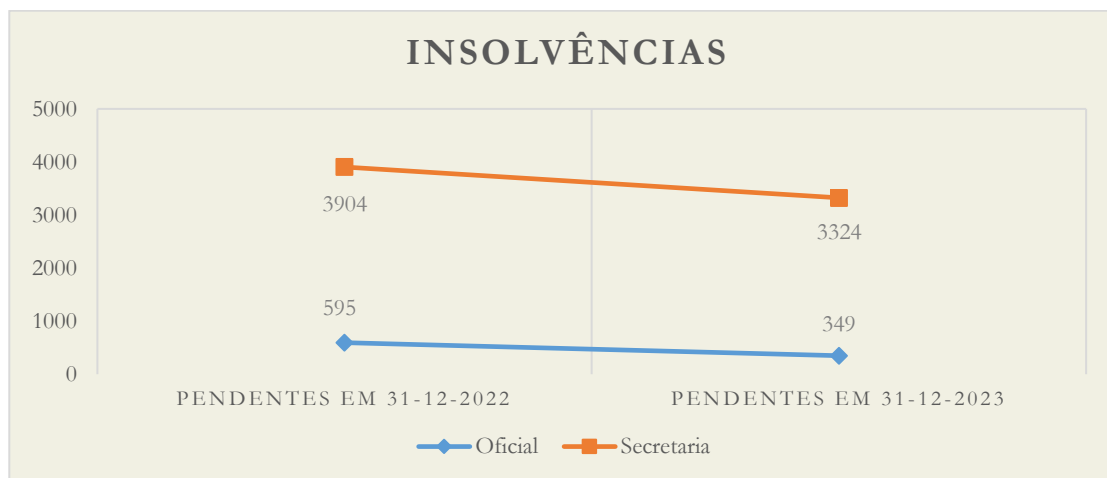
Os processos de execução reduziram 9,73 % na pendência oficial e 5,96 % na pendência de secretaria.



S. R.
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM



A pendência oficial de insolvências diminuiu 41,34 % e a pendência de secretaria reduziu 14,86 %.

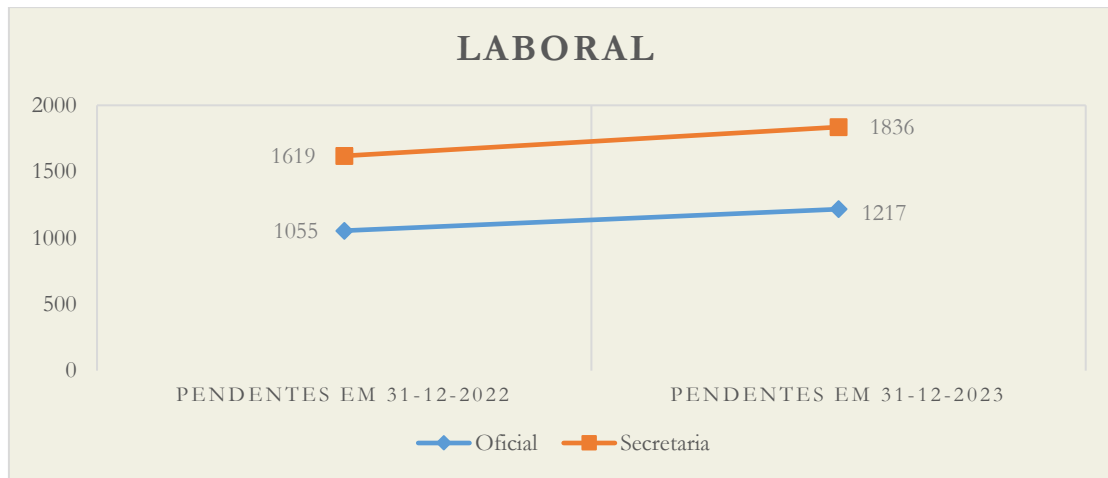


7.1.2.1.2 Evolução da pendência da Justiça Laboral

A pendência oficial na Justiça Laboral teve um aumento de 15,35 %. A pendência de secretaria aumentou 13,40 %.

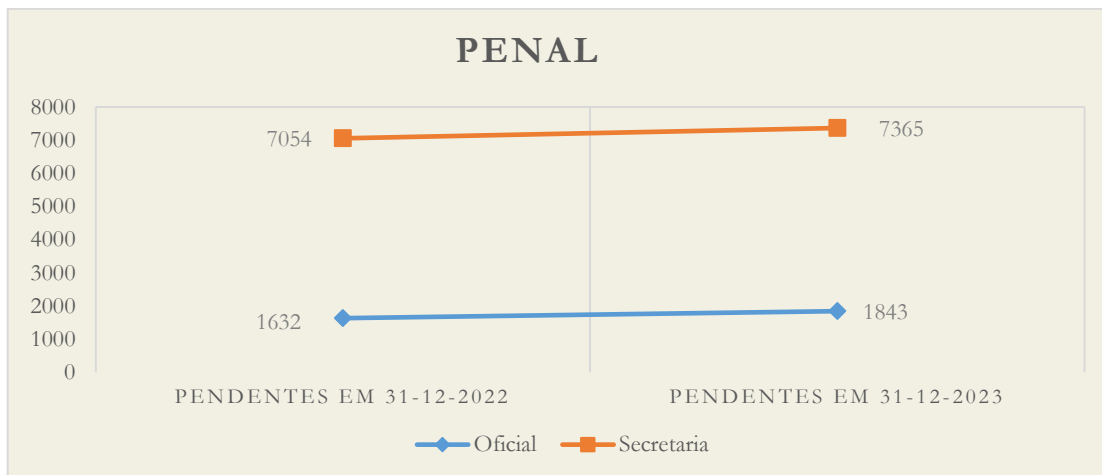


S. R.
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM



7.1.2.1.3 Evolução da pendência da Justiça Penal e na Instrução Criminal

A pendência oficial da Justiça Penal aumentou 12,93 % e a pendência de secretaria aumentou 4,41%.

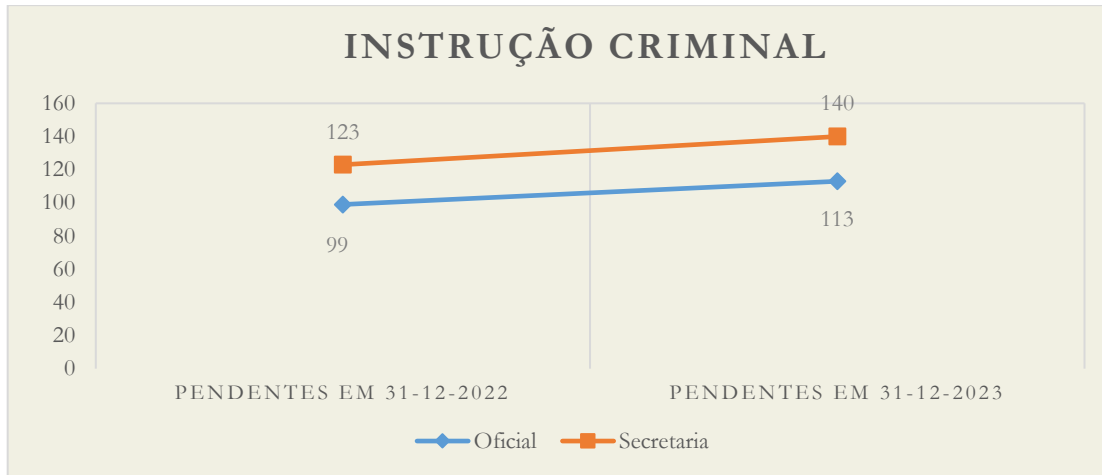


Na área de Instrução Criminal a pendência oficial aumentou 14,14 % e a pendência de secretaria 13,82 %.

Os dados englobam os actos jurisdicionais pendentes no Juízo de Instrução Criminal e nos Juízos Locais Criminais e Juízos de Competência Genérica.

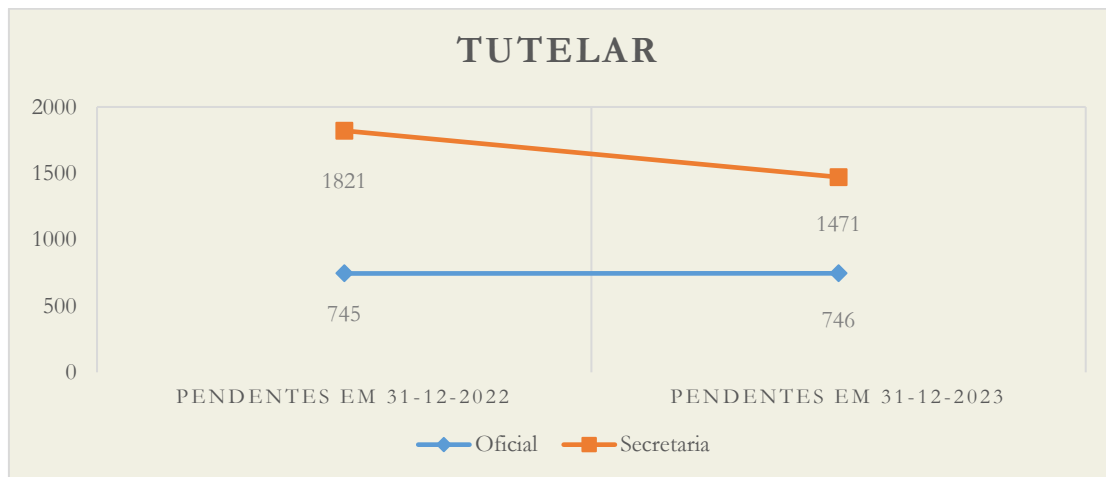


S. R.
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM



7.1.2.1.4. Evolução da pendência da Justiça Tutelar

A pendência oficial na Justiça Tutelar aumentou 0,13% e a pendência de secretaria diminuiu 19,22 %.



7.1.2.2. Processos pendentes - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão



S. R.

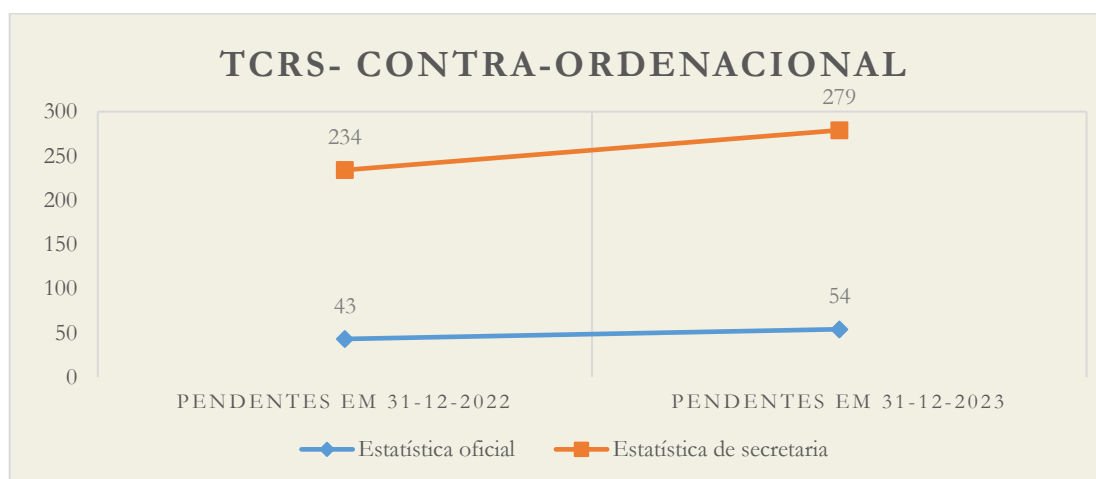
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Os dados seguintes reportam à pendência do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão e à sua evolução.

Processos pendentes: Estatística oficial e Estatística de secretaria				
	Justiça Cível			Justiça Penal
	Total	Declarativo	Execuções	
Estatística oficial pendentes a 31-12-2022	170	137	33	43
Estatística oficial: pendentes a 31-12-2023	135	95	40	54
Estatística de secretaria: pendentes a 31-12-2022	219	184	35	234
Estatística de secretaria: pendentes a 31-12-2023	196	151	45	279

7.1.2.2.1. Evolução da pendência da área contra-ordenacional

Deles se vendo que no que diz respeito à pendência da área penal se registou um aumento de 25,58 % na pendência oficial e de 19,23 % na pendência de secretaria.



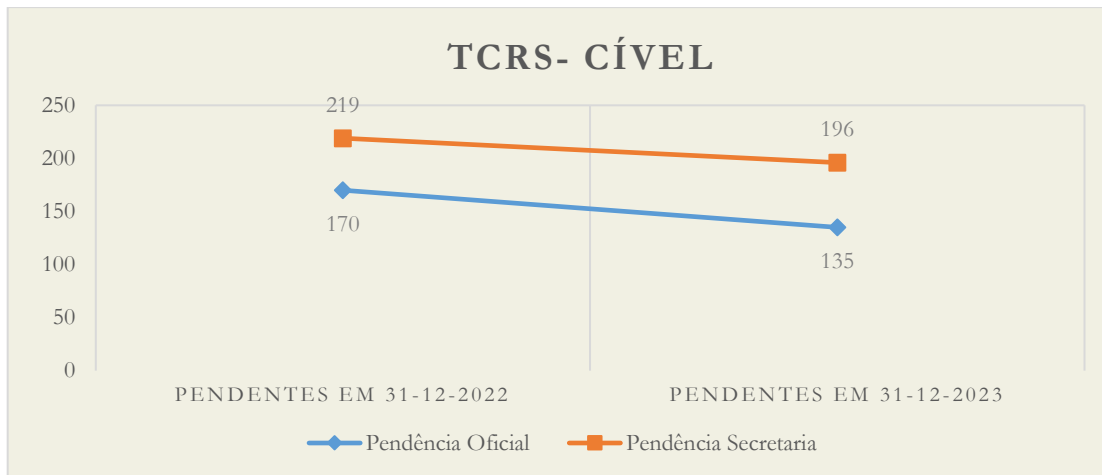
7.1.2.2.2. Evolução da pendência da área cível

Já a pendência oficial da área cível registou uma diminuição de 20,59 % e a pendência de secretaria de 10,50 %.



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM



7.1.3. Taxas e indicadores

Em razão do disposto no artº.551º, nº.5 do Código de Processo Civil, a avaliação das taxas de Congestão, Resolução e Recuperação por Juízo é feita sob duas perspectivas, uma que considera a universalidade dos processos, outra que exclui os processos executivos que não se encontrem em fase jurisdicional.

7.1.3.1. Taxa de congestão

A taxa de congestão (*case turnover ratio*) estabelece a relação entre o número de processos pendentes no início do ano e o número de processos findos no mesmo ano, ou seja, quantos são, em percentagem, os processos pendentes face aos processos resolvidos no final desse período.

Esta taxa permite estabelecer a capacidade de resposta de um Juízo em determinado período, medindo a eficácia de resposta do sistema à pendência existente, desconsiderando o número de processos entrados no ano analisado.

O sistema será tanto mais eficiente quanto mais baixo for o valor do indicador de congestão.



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Deste modo: quando o valor da taxa de congestão é inferior a 100%, tal significa que o número de processos findos é superior ao número de processos pendentes no início do período; quando o valor da taxa de congestão é superior a 100%, o número de processos findos é inferior ao número de processos pendentes no início do período.

Taxa de congestão que no ano de 2023 foi a seguinte nos diversos Juízos do Tribunal Judicial da Comarca de Santarém:

Tribunal Judicial da Comarca de Santarém						
2023						
Juízo	Taxa de Congestão					
	(%)					
	Pendentes oficial em 31-12-2022	Findos oficial em 31-12-2023	Taxa de congestão oficial	Pendentes secretaria em 31-12-2022	Findos secretaria em 31-12-2023	Taxa de congestão secretaria
Central Cível de Santarém	375	228	164,47	639	280	228,21
Central Criminal de Santarém	204	191	106,81	1088	250	435,20
Instrução Criminal de Santarém	99	2279	4,34	123	2423	5,08
Família e Menores de Santarém	761	1652	46,07	1580	1871	84,45
Família e Menores de Tomar	370	883	41,90	869	1181	73,58
Família e Menores de Abrantes	95	295	32,20	274	373	73,46
Trabalho de Santarém	891	905	98,45	1207	814	148,28
Trabalho de Tomar	576	806	71,46	958	856	111,92
Comércio de Santarém	595	1931	30,81	3904	2665	146,49
Execução do Entroncamento (art.º 551.º, n.º 5 C.P.C.)	575	802	71,70	925	1065	86,85
Local Cível de Abrantes	261	288	90,63	340	308	110,39
Local Criminal de Abrantes	121	330	36,67	336	339	99,12
Competência Genérica de Almeirim	316	389	81,23	647	432	149,77
Local Cível de Benavente	357	489	73,01	633	302	209,60
Local Criminal de Benavente	414	512	80,86	1749	897	194,98



S. R.
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Competência Genérica do Cartaxo	217	388	55,93	538	420	128,10
Competência Genérica de Coruche	151	265	56,98	448	364	123,08
Competência Genérica Entroncamento	332	675	49,19	750	741	101,21
Local Cível de Ourém	196	319	61,44	418	335	124,78
Local Criminal de Ourém	129	450	28,67	401	441	90,93
Competência Genérica de Rio Maior	156	341	45,75	412	181	227,62
Local Cível de Santarém	274	538	50,93	569	498	114,26
Local Criminal de Santarém	290	582	49,83	967	640	151,09
Local Cível de Tomar	353	306	115,36	394	249	158,23
Local Criminal de Tomar	258	499	51,70	633	199	318,09
Local Cível Torres Novas	209	308	67,86	293	314	93,31
Local Criminal Torres Novas	307	411	74,70	1093	254	430,31
TOTAL (art.º 551.º, n.º 5 do C.P.C.)	8882	17062	52,06	22188	18692	118,70

Considerando o contributo dos processos executivos que não estejam em fase jurisdicional (art.º.551º, n.º.5 CPC), no Tribunal Judicial a Taxa de Congestão oficial é de 113,35 % e a Taxa de Congestão da Secretaria cifra-se em 172,40 %:

Tribunal Judicial da Comarca de Santarém						
2023						
Juízo	Taxa de Congestão (%)					
	Pendentes oficial em 31-12-2022	Findos oficial em 31-12-2023	Taxa de congestão oficial	Pendentes secretaria 31-12-2022	Findos secretaria 31-12-2023	Taxa de congestão Secretaria
Restantes Juízos	8307	16260	51,09	21263	17627	120,6
Execução do Entroncamento	16348	5492	297,67	18110	5208	347,7
TOTAL	24655	21752	113,35	39373	22835	172,4

A taxa de congestão no Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão no ano de 2023 é apurada nos termos dos seguintes dados:



S. R.
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão						
2023						
Juízo	Taxa de Congestão (%)					
	Pendentes oficial em 31-12-2022	Findos oficial 31-12-2023	Taxa de congestão oficial	Pendentes secretaria 31-12-2022	Findos secretaria 31-12-2023	Taxa de congestão Secretaria
Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão	213	346	61,56	453	309	146,60

Anotando-se que a taxa de congestão do TCRS é relativamente elevada, no que tange à estatística da secretaria, devido ao grande número de processos de natureza contraordenacional pendentes que aguardam execução da sanção aplicada.

7.1.3.2. Taxa de resolução

A taxa de resolução (*clearance rate*) estabelece a relação entre o número de processos findos e o número de processos entrados no período anual.

Esta taxa indica a capacidade de resolução de processos em face dos processos entrados, independentemente das pendências acumuladas.

O sistema será mais eficiente quanto mais alto for o valor do indicador de resolução.

Por conseguinte: sendo a taxa igual a 100% a variação é nula (o volume processual entrado é igual ao dos processos findos); sendo a taxa superior a 100%, ocorre uma recuperação da pendência que assim decresceu.



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Quanto mais elevada for a taxa de resolução, maior será a recuperação da pendência alcançada no ano. Porém, se a taxa for inferior a 100%, tal significa que a pendência se agravou, porquanto o volume de processos entrados superou o número de processos finalizados.

Taxa de resolução que no ano de 2023 foi nos diversos Juízos do Tribunal Judicial da Comarca de Santarém e no Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão.

Tribunal Judicial da Comarca de Santarém					
2023					
Juízo	Taxa de Resolução				
	(%)				
	Entrados	Findos Oficial	Findos Secretaria	Taxa resolução Oficial	Taxa resolução Secretaria
Central Cível de Santarém	287	228	280	79,44	97,56
Central Criminal de Santarém	162	191	250	117,90	154,32
Instrução Criminal (incluindo actos jurisdicionais)	2293	2279	2423	99,39	105,67
Família e Menores de Santarém	1731	1652	1871	95,44	108,09
Família e Menores de Tomar	836	883	1181	105,62	141,27
Família e Menores de Abrantes	268	295	373	110,07	139,18
Trabalho de Santarém	1008	905	814	89,78	80,75
Trabalho de Tomar	865	806	856	93,18	98,96
Comércio de Santarém	1649	1931	2665	117,10	161,61
Execução do Entroncamento (art.º 551.º, n.º5 C.P.C.)	791	802	1065	101,39	134,64
Local Cível de Abrantes	315	288	308	91,43	97,78
Local Criminal de Abrantes	332	330	339	99,40	102,11
Competência Genérica de Almeirim	442	389	432	88,01	97,74
Local Cível de Benavente	376	489	302	130,05	80,32
Local Criminal de Benavente	543	512	897	94,29	165,19
Competência Genérica do Cartaxo	355	388	420	109,30	118,31



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Competência Genérica de Coruche	269	265	364	98,51	135,32
Competência Genérica Entroncamento	768	675	741	87,89	96,48
Local Cível de Ourém	318	319	335	100,31	105,35
Local Criminal de Ourém	507	450	441	88,76	86,98
Competência Genérica de Rio Maior	369	341	181	92,41	49,05
Local Cível de Santarém	560	538	498	96,07	88,93
Local Criminal de Santarém	561	582	640	103,74	114,08
Local Cível de Tomar	388	306	249	78,87	64,18
Local Criminal de Tomar	491	499	199	101,63	40,53
Local Cível Torres Novas	353	308	314	87,25	88,95
Local Criminal Torres Novas	547	411	254	75,14	46,44
TOTAL	17384	17062	18692	98,15	107,52

Sendo que se se tiver em conta a universalidade dos processos executivos, i.e não considerando o universo do n.º 5 do art.º 551º do CPC, a Taxa de Resolução oficial do Tribunal Judicial é de 98,15 % e a Taxa de Resolução da Secretaria é de 107,52 %:

Tribunal Judicial da Comarca de Santarém					
Taxas - 1 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023					
Juízo	Taxa de Resolução (%)				
	Entrados	Findos Oficial	Findos Secretaria	Taxa resolução Oficial	Taxa resolução Secretaria
Restantes Juízos	16593	16260	17627	97,99	106,23
Execução do Entroncamento	3901	5492	5208	140,78	133,50
TOTAL	20494	21752	22835	106,14	111,42

No mesmo ano a Taxa de Resolução no Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão apura-se por ponderação dos dados registados no quadro infra:



S. R.
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão					
2023					
Juízo	Taxa de Resolução (%)				
	Entrados	Findos Oficial	Findos Secretaria	Taxa resolução Oficial	Taxa resolução Secretaria
Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão	321	346	309	107,79	96,26

7.1.3.3. Taxa de recuperação

A Taxa de Recuperação estabelece a relação entre o número de processos findos e a adição resultante da soma do número de processos pendentes com número de processos entrados e indica a eficiência do sistema em dar resposta aos processos acumulados.

Um sistema eficiente para a resolução total dos processos pendentes e dos entrados terá uma Taxa de Recuperação igual à unidade. Quanto mais baixo for o valor da Taxa de Recuperação menor é a capacidade do sistema de absorção das pendências.

Isto é, a Taxa de Recuperação mede, em percentagem, a eficácia dos Tribunais face ao conjunto dos processos entrados em determinado período e que aguardam decisão, no caso da denominada estatística oficial, ou do conjunto de todos os processos pendentes, no caso da estatística da secretaria.

No ano de 2023 a Taxa de Recuperação foi nos Juízos do Tribunal Judicial da Comarca de Santarém e no Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão a que consta dos quadros que seguem:



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

2023							
Juízo	Taxa de Recuperação						
	(%)						
	Entrados	Findos Oficial	Findos Secretaria	Pendência oficial em 31-12-2022	Pendência Secretaria em 31-12-2022	Taxa de Recuperação Oficial	Taxa de Recuperação Secretaria
Central Cível de Santarém	287	228	280	375	639	34,44	30,24
Central Criminal de Santarém	162	191	250	204	1088	52,19	20,00
Instrução Criminal (Inclui actos jurisdicionais)	2293	2279	2423	99	123	95,28	100,29
Família e Menores de Santarém	1731	1652	1871	761	1580	66,29	56,51
Família e Menores de Tomar	836	883	1181	370	869	73,22	69,27
Família e Menores de Abrantes	268	295	373	95	274	81,27	68,82
Trabalho de Santarém	1008	905	814	891	1207	47,66	36,75
Trabalho de Tomar	865	806	856	576	958	55,93	46,96
Comércio de Santarém	1649	1931	2665	595	3904	86,05	47,99
Execução do Entroncamento (art.º 551.º, n.º 5 C.P.C.)	791	802	1065	575	925	58,71	62,06
Local Cível de Abrantes	315	288	308	261	340	50,00	47,02
Local Criminal de Abrantes	332	330	339	121	336	72,85	50,75
Competência Genérica de Almeirim	442	389	432	316	647	51,32	39,67
Local Cível de Benavente	376	489	302	357	633	66,71	29,93
Local Criminal de Benavente	543	512	897	414	1749	53,50	39,14
Competência Genérica do Cartaxo	355	388	420	217	538	67,83	47,03
Competência Genérica de Coruche	269	265	364	151	448	63,10	50,77
Competência Genérica Entroncamento	768	675	741	332	750	61,36	48,81
Local Cível de Ourém	318	319	335	196	418	62,06	45,52
Local Criminal de Ourém	507	450	441	129	401	70,75	48,57
Competência Genérica de Rio Maior	369	341	181	156	412	64,95	23,18
Local Cível de Santarém	560	538	498	274	569	64,51	44,11
Local Criminal de Santarém	561	582	640	290	967	68,39	41,88
Local Cível de Tomar	388	306	249	353	394	41,30	31,84
Local Criminal de Tomar	491	499	199	258	633	66,62	17,70
Local Cível Torres Novas	353	308	314	209	293	54,80	48,61
Local Criminal Torres Novas	547	411	254	307	1093	48,13	15,49
TOTAL (Art.º 551.º, n.º5 do C.P.C.)	17384	17062	18692	8882	22188	64,96	47,24



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Não considerado a aplicação do n.º 5 do art.º 551.º do CPC, a taxa de Recuperação apura-se em:

Tribunal Judicial da Comarca de Santarém							
2023							
Juízo	Taxa de Recuperação (%)						
	Entrados	Findos Oficial	Findos Secretaria	Pendencia oficial em 31-12-2022	Pendência Secretaria em 31-12-2022	Taxa de Recuperação Oficial	Taxa de Recuperação Secretaria
Restantes Juízos	16593	16260	17627	8307	21263	65,30	46,56
Execução do Entroncamento	3901	5492	5028	16348	18110	27,12	22,84
TOTAL	20494	21752	22655	24655	39373	48,18	37,84

Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão							
2022							
Juízo	Taxa de Recuperação (%)						
	Entrados	Findos Oficial	Findos Secretaria	Pendencia oficial em 31-12-2021	Pendência Secretaria em 31-12-2021	Taxa de Recuperação Oficial	Taxa de Recuperação Secretaria
Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão	321	346	309	213	453	64,79	39,92

7.1.3.4. Taxa de litigância



S. R.
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

A Taxa de Litigância indica o número de processos entrados por mil habitantes e considera o somatório dos valores populacionais dos municípios cujo território é competência de cada um dos Juízos que integra a Comarca de Santarém.

Os dados apresentados no que concerne ao número de habitantes têm como referência os elementos disponibilizados no sítio “*Pordata*” relativos ao ano de 2022.

No ano de 2023 a Taxa de Litigância dos Juízos do Tribunal Judicial foi a constante do mapa e quadro abaixo:

Tribunal Judicial da Comarca de Santarém		
2023		
Juízo	Entrados	Taxa de Litigância
		(por 1000/hab)
Central Cível de Santarém	287	0,66
Central Criminal de Santarém	162	0,37
Instrução Criminal	2293	5,30
Família e Menores de Santarém	1731	7,45
Família e Menores de Tomar	836	5,48
Família e Menores de Abrantes	268	5,61
Trabalho de Santarém	1008	4,34
Trabalho de Tomar	865	4,32
Comércio de Santarém	1649	3,81
Execução do Entroncamento	3901	9,02
Local Cível de Abrantes	315	6,59
Local Criminal de Abrantes	332	6,95
Local Cível de Benavente	376	7,01
Local Criminal de Benavente	543	10,12
Local Cível de Ourém	318	7,02
Local Criminal de Ourém	507	11,19
Local Cível de Santarém	560	9,35
Local Criminal de Santarém	561	9,37



S. R.
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Local Cível de Tomar	388	8,76
Local Criminal de Tomar	491	11,08
Local Cível Torres Novas	353	7,53
Local Criminal Torres Novas	547	11,67
Competência Genérica de Almeirim	442	14,95
Competência Genérica do Cartaxo	355	14,90
Competência Genérica de Coruche	269	15,46
Competência Genérica Entroncamento	768	18,11
Competência Genérica de Rio Maior	369	17,04
Total	20494	47,36

Já no Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão a Taxa de Litigância em 2023 foi a seguinte:

Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão		
2023		
Juízo	Entrados	Taxa de Litigância (por 1000/hab)
Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão	331	0,03

7.1.3.5. Taxas comparativas

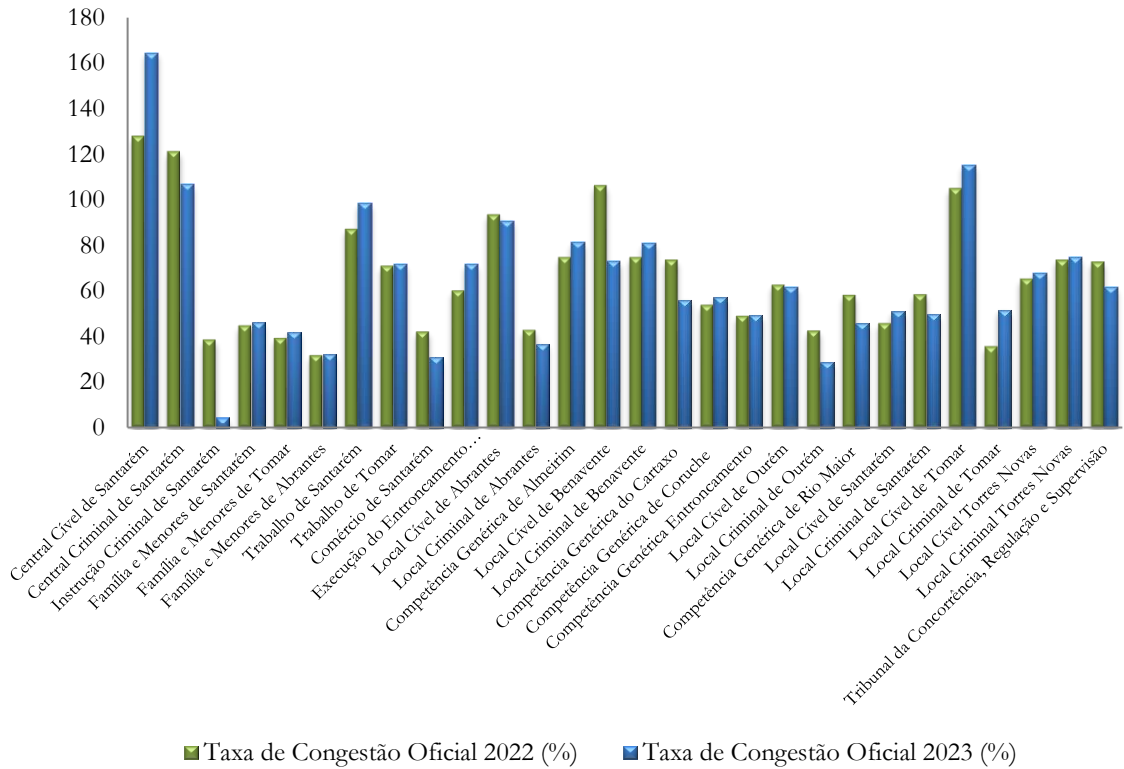
Os gráficos que seguem ilustram comparativamente a evolução das taxas de Congestão, Resolução, Recuperação e Litigância.



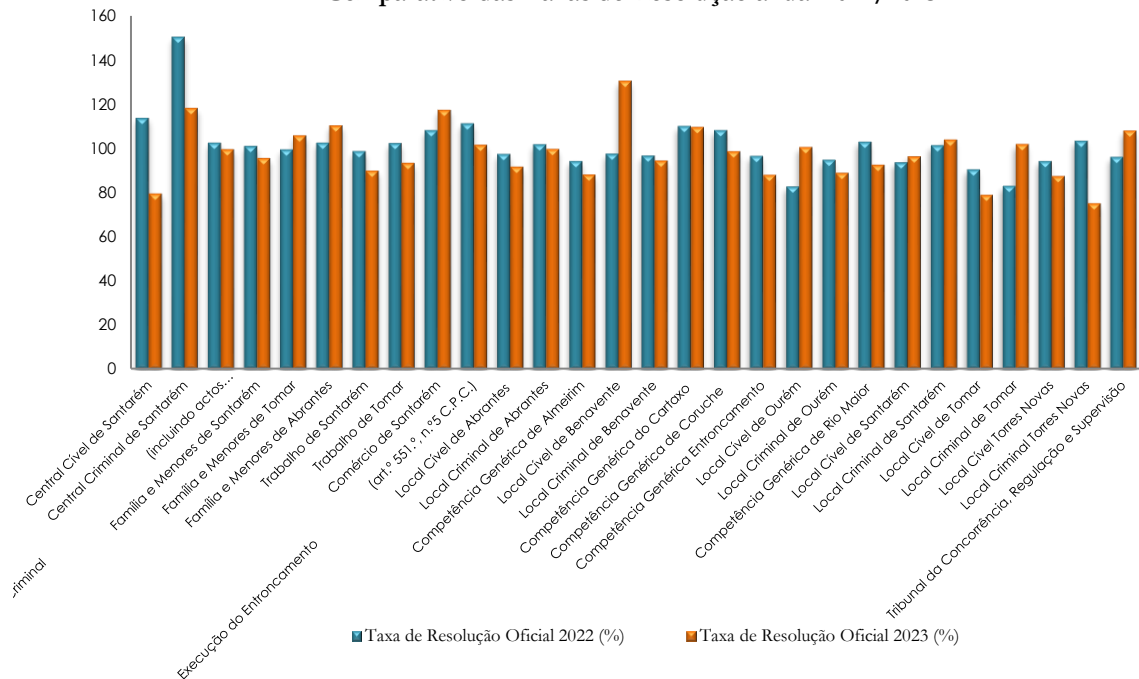
S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Comparativo das Taxas de Congestão anual 2022/2023



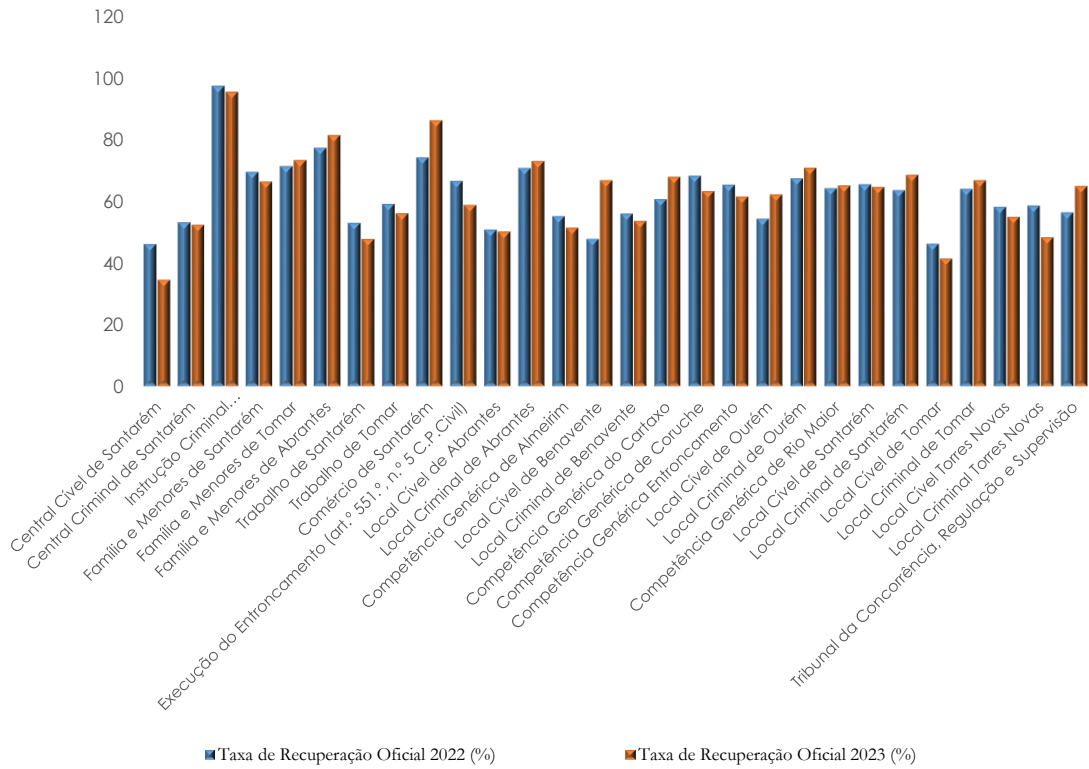
Comparativo das Taxas de Resolução anual 2022/2023



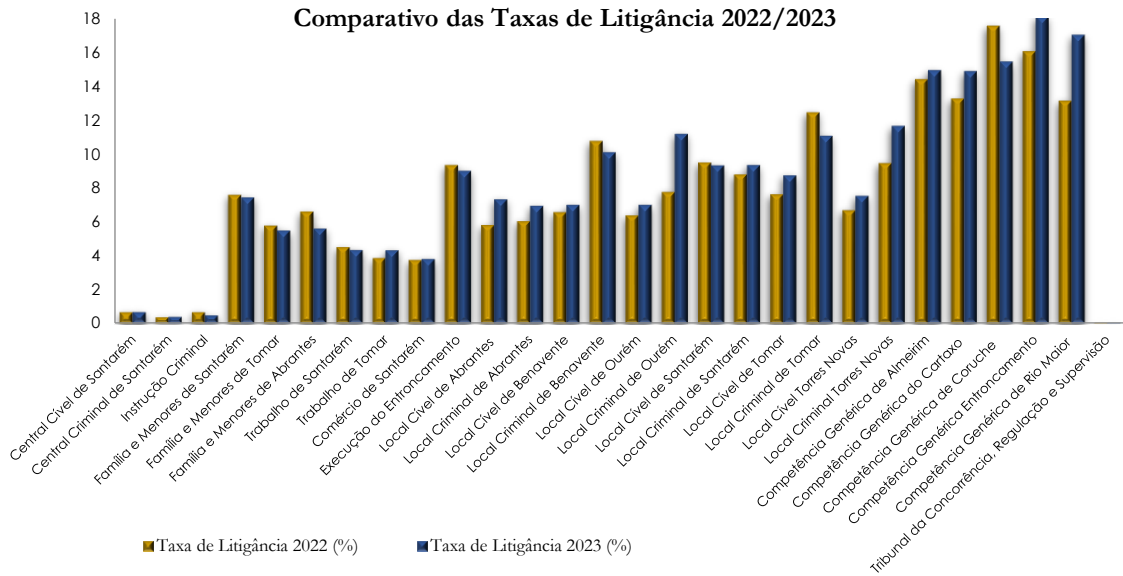


TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Comparativo da Taxa de Recuperação Oficial 2022-2023



Comparativo das Taxas de Litigância 2022/2023





S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

7.1.4. Síntese - Movimento Processual por área

Na presente síntese tem-se em consideração o movimento processual por área, independentemente da Unidade Orgânica onde correm os processos, nela estando incluídos todos os actos jurisdicionais da área de Instrução Criminal.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM							
PENDÊNCIA OFICIAL POR ÁREA							
ÁREA	Pendentes antes de 01-01-2023	Entrados entre 01-01-2023 e 31-12-2023	Findos entre 01-01-2023 e 31-12-2023	Pendentes depois de 31-12-2023	Taxa de Resolução %	Taxa de Congestão %	Taxa de Recuperação %
Cível » Outras	4831	5354	5373	4812	100,35%	89,91%	52,75%
Cível » Execuções	16348	3901	5492	14757	140,78%	297,67%	27,12%
Penal	1632	4273	4062	1843	95,06%	40,18%	68,79%
Laboral	1055	1873	1711	1217	91,35%	61,66%	58,44%
Tutelar	745	2835	2834	746	99,96%	26,29%	79,16%
Instrução Criminal	99	2293	2279	113	99,39%	4,34%	95,28%
TOTAL	24710	20529	21751	23488	105,95%	113,60%	48,08%

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM							
PENDÊNCIA DE SECRETARIA POR ÁREA							
ÁREA	Pendentes antes de 01-01-2023	Entrados entre 01-01-2023 e 31-12-2023	Findos entre 01-01-2023 e 31-12-2023	Pendentes depois de 31-12-2023	Taxa de Resolução %	Taxa de Congestão %	Taxa de Recuperação %
Cível » Outras	10710	5715	5951	10474	104,13%	179,97%	36,23%
Cível » Execuções	18110	3949	5028	17031	127,32%	360,18%	22,79%
Penal	7054	4469	4158	7365	93,04%	169,65%	36,08%
Laboral	1619	1887	1670	1836	88,50%	96,95%	47,63%
Tutelar	1821	3075	3425	1471	111,38%	53,17%	69,96%
Instrução Criminal	123	2293	2423	140	105,67%	5,08%	100,29%
TOTAL	39437	21388	22655	38317	105,92%	174,08%	37,25%



S. R.
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Dados de que se retira que o número global de processos pendentes na estatística oficial passou de 26 727 para 23 484 e na estatística de secretaria de 39 539 para 38 378, o que em ambos os casos consubstancia um decréscimo considerável.

7.2. UNIDADES CENTRAIS E SERVIÇO EXTERNO

Seguem os dados relativos à actividade das Unidades Centrais no decurso do ano de 2023, na qual estão incluídos os actos próprios das unidades de serviço externo, dado as mesmas não existirem com autonomia na Comarca de Santarém.

UNIDADES CENTRAIS e SERVIÇO EXTERNO					
Ano 2023					
Espécies de Actos					
UNIDADE	Certidões emitidas em processos arquivados	Tratamento de objectos	Cartas precatórias, solicitações e mandados	Videoconferências	TOTAL
Abrantes	139	16	420	368	943
Almeirim	7	0	562	186	755
Benavente	19	10	399	437	865
Cartaxo	74	4	216	230	524
Coruche	24	16	109	94	243
Entroncamento	91	177	555	318	1141
Ourém	240	17	327	291	875
Rio Maior	52	8	187	195	442
Santarém	440	64	600	631	1735
Tomar	96	222	361	439	1118
Torres Novas	71	36	620	772	1499



S. R.
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

TOTAL	1253	570	4356	3961	10140
-------	------	-----	------	------	-------

7.3. JUÍZOS DE PROXIMIDADE

7.3.1. Actividade

No quadro que segue pode ver-se os dados relativos à actividade dos Juízos de Proximidade da Comarca de Santarém ao longo do ano de 2023.

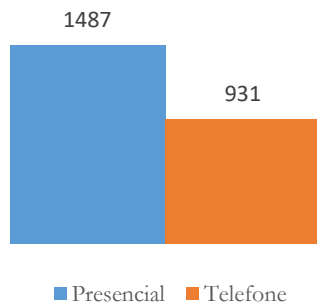
JUÍZOS de PROXIMIDADE							
Ano 2023							
Espécies de Actos							
JUÍZO	Julgamentos/ Diligências	Recepção de papéis	Informações	Actos processuais	CRC's	Diversos	TOTAL
Alcanena	171	79	2418	11822	1017	428	15935
Golegã	163	305	692	6639	677	438	8914
Mação	60	45	1228	4575	602	3062	9572
Ferreira do Zêzere	74	20	685	4896	282	45	6002
TOTAL	468	449	5023	27932	2578	3973	40423

7.3.2. Atendimento ao público

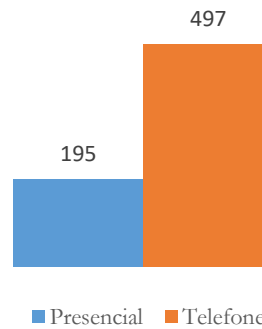


TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

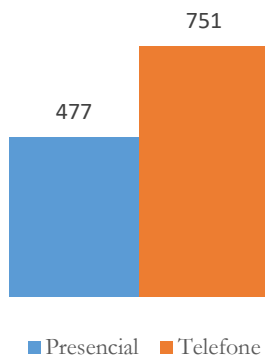
Juízo de Proximidade de Alcanena



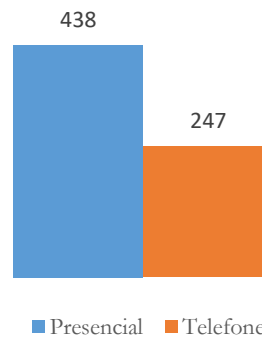
Juízo de Proximidade da Golegã



Juízo de Proximidade de Mação



Juízo de Proximidade de Ferreira do Zêzere



7.4. MEDIDAS DE GESTÃO E ORGANIZATIVAS

No ano de 2023 foram implementadas ou mantidas diversas medidas gestionárias e organizativas com vista ao aproveitamento mais eficiente dos recursos disponíveis e à melhoria da oferta judiciária disponibilizada, das quais, pelo seu significado e relevo, se anotam as que a seguir se discriminam.



7.4.1. Secretários de Justiça com actuação transversal na Comarca

Aos Secretários de Justiça, sedeados em Santarém, no Entroncamento e em Tomar, foram atribuídas funções de coordenação e gestão processual transversais a toda a Comarca, segundo áreas temáticas e especializadas.

Atribuições que se materializam de várias formas, designadamente na chefia e coordenação de equipas de recuperação processual e na prática centralizada de actos recorrentes conexos com a actividade processual, como sejam:

- A coordenação da actividade arquivística;
- Regularização da situação de veículos apreendidos;
- O acompanhamento sistemático de cada uma das secções através da ferramenta “Gestão de Actividades”;
- A implementação e monitorização de ferramentas de “Melhoria Contínua” do desempenho nas diversas unidades orgânicas;
- A confirmação dos pedidos de pagamento de honorários formulados por Advogados no âmbito do acesso ao direito;
- A regularização dos pagamentos no âmbito do Sistema de Custas Processuais; e
- O controlo da conformidade e aceitação pela Autoridade Tributária das certidões remetidas para efeito de cobrança de custas e multa processuais.

Medidas que têm trazido inegáveis vantagens aos serviços, quer pela concentração de actos, com a inerente libertação de recursos humanos ao nível da actividade das unidades de processos, quer pelo tratamento uniforme e temporalmente cadenciado de todas as situações.



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Podendo salientar-se como resultados de tal intervenção as circunstâncias de a 31 de Dezembro de 2023:

- não existirem por confirmar quaisquer pedidos de pagamento de honorários no âmbito do apoio judiciário deduzidos ao longo do ano no conjunto dos Juízos da Comarca;
- não existirem por regularizar quaisquer notas de pagamento no sistema de custas processuais; e
- não existirem no estado de rejeitada quaisquer uma das certidões enviadas ao longo do ano à Autoridade Tributária para cobrança de custas e multas processuais não penais.

E também:

- Um acompanhamento da gestão de actividades que, num quadro de escassez de recursos humanos, levou a que se privilegiasse na movimentação processual a análise da documentação entrada e o cumprimento de despachos.

7.4.2. Bolsa de Funcionários da Comarca de Santarém

A Bolsa de Funcionários é constituída por uma equipa de Oficiais de Justiça destinada à recuperação de atrasos processuais por parte da secretaria verificados nos diversos núcleos da Comarca e a realizar intervenções no âmbito de regularização informática do processado.

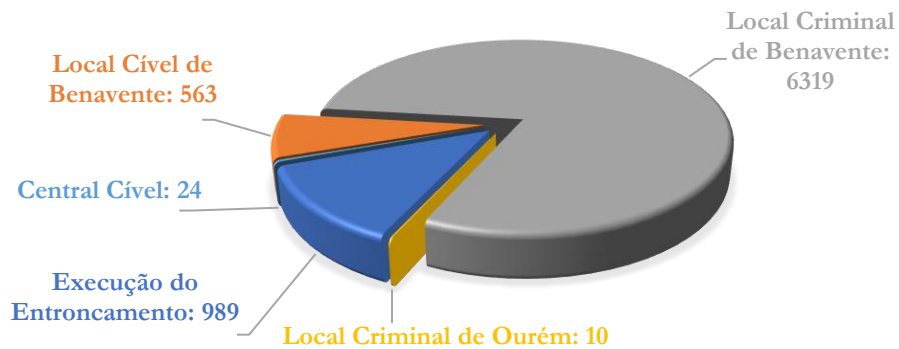
Foi a seguinte a sua actividade no Ano Judicial de 2023, para além do referido no Capítulo IV (4.2.4.5):



S. R.

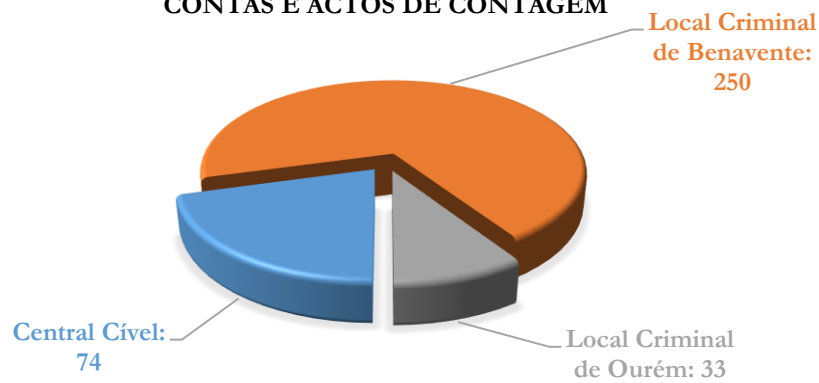
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

PRÁTICA DE ACTOS PROCESSUAIS

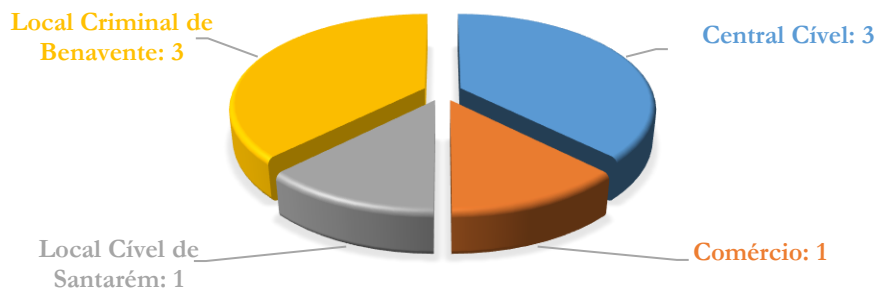


Actos processuais incluídos: cumprimento de despachos, envio de certidões à AT.

CONTAS E ACTOS DE CONTAGEM



ASSESSORIA EM DILIGÊNCIAS





TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

A actividade da Bolsa de Funcionários contribuiu ainda, de modo decisivo, para incrementar o envio de certidões para cobrança de custas à Autoridade Tributária, reduzindo-se, por essa via, a pendência processual da secretaria.

E teve também impacto no desenvolvimento da actividade processual dos Juízos Central Cível, Local Cível e Criminal de Benavente, Local Criminal de Ourém e Execução do Entroncamento na prática de actos processuais.

Acresce o auxílio prestado aos Juízos Central Cível, Local Criminal de Benavente e Local Criminal de Ourém com a realização de contas e actos de contagem, que, relativamente a estes, permitiu evitar a prescrições das penas de multa e custas.

Situações que contribuíram decisivamente para que durante o ano de 2023 se tenha verificado, a nível da secretaria, uma redução da pendência.

Em suma, a Bolsa de Funcionários Judiciais continua a constituir um mecanismo de intervenção decisivo no incremento da eficiência e nível da qualidade da resposta processual do Tribunal Judicial da Comarca de Santarém, a par de constituir, complementarmente, um meio rápido para solucionar as dificuldades pontuais derivadas de ausências de funcionários e de aumentos de volumes processuais.

7.4.3. Intervenção processual à distância

Sempre que justificado, ao longo do ano de 2023, recorreu-se à intervenção processual à distância através do sistema informático Citius, sendo que apenas nos casos imprescindíveis se recorreu à deslocação dos processos físicos a diferentes núcleos da Secretaria para tramitação por oficiais de justiça não colocados nas secções de origem dos mesmos.



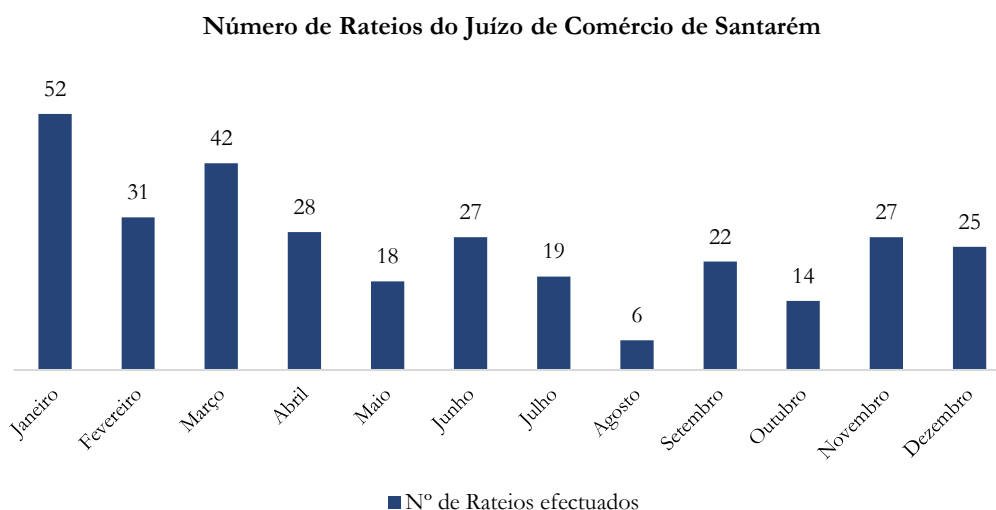
S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

7.4.4. Priorização de rateios

A nível da jurisdição do Comércio, indo de encontro ao determinado no artigo 16º da Lei 75/20 de 27.11, continuaram as orientações à secretaria no sentido de imprimir maior celeridade à execução dos rateios finais previstos no artigo 182.º do CIRE, priorizando-se os rateios onde existissem pagamentos a trabalhadores.

Deste modo, no ano de 2023, foram realizados os rateios constantes do mapa infra:



Num total de 311 rateios ao longo do ano que permitiram o apuramento de um significativo valor para distribuição que, relativamente ao ano de 2022, resulta num acréscimo de 28,95 %.

**Montante total
distribuído**

22 639 784,54 €



7.4.5. Gestão de arquivos

Para melhorar a situação dos arquivos da Comarca, a Gestão contratualizou com o Instituto de Emprego e Formação Profissional a colocação de seis pessoas no âmbito do programa Contratos de Emprego-Inserção, que se prolongarão pelo ano de 2024, para os Núcleos da Secretaria de Entroncamento (1), Golegã (1), Mação (2), Santarém (1) e Torres Novas (1).

As pessoas contratadas tiveram como tarefa elaborar relações de processos para posterior eliminação.

A sua actividade contribuiu para que tivesse sido possível eliminar e arquivar processos com o seguinte resultado:

NÚCLEO	N.º PROCESSOS ELIMINADOS	N.º PROCESSOS FINDOS ARQUIVADOS
Abrantes	1417	2167
Almeirim	3089	5
Benavente	0	1394
Cartaxo	12053	21
Coruche	0	831
Entroncamento	5761	6236
Ourém	0	1781
Rio Maior	0	200
Santarém PJ I	0	1123
Santarém PJ II	0	6430
Tomar PJ I	0	2617
Tomar PJ II	0	771
Torres Novas	15155	2067
TCRS	0	230
TOTAL	37475	25873



7.4.6. Venda de objectos

No que tange à venda de objectos apreendidos e declarados perdidos a favor do Estado manteve-se o procedimento estabelecido na Ordem de Serviço n.º 24/2016 do Magistrado do Ministério Público Coordenador.

Sendo que com vista ao cumprimento do objectivo estratégico aprovado pelo Conselho Superior da Magistratura relativo à “*Regularização dos Veículos Apreendidos*”, se mantiveram as medidas anteriormente definidas de inserção na plataforma da ESPAP dos veículos apreendidos.

7.4.7. Gabinete de apoio ao Administrador Judiciário

Como referido em relatórios anteriores, os serviços de contabilidade não processual e a gestão de assiduidade dos oficiais de justiça, atendendo aos bons resultados obtidos por essa via, continuam a ser supervisionados pelo Administrador Judiciário, para o que conta com a colaboração fundamental de três oficiais de justiça.

Nesta equipa estão ainda concentradas todas as tarefas relativas à emissão de requisições de transporte, quer de magistrados, quer de oficiais de justiça, bem como a gestão de todo o economato através da aplicação GIS e de todos os equipamentos da comarca.

Em face da delegação de competências conferida pela Directora-Geral da Administração da Justiça no tocante à realização de empreitadas, esta equipa presta também apoio na formulação dos procedimentos relativos à contratação pública.

7.5. EVOLUÇÃO PROCESSUAL



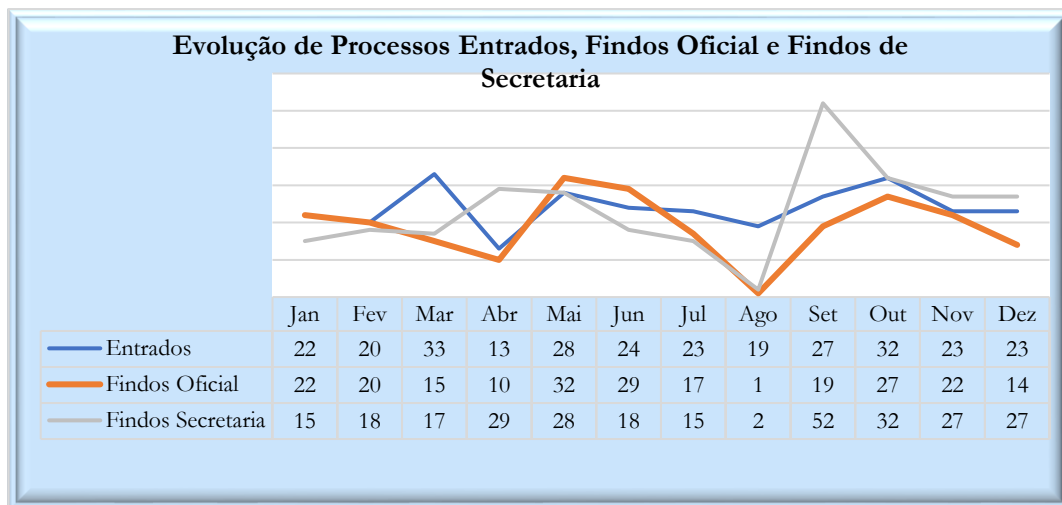
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

No ano de 2023 a evolução processual foi a seguinte no Tribunal Judicial da Comarca de Santarém e no Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão:

7.5.1. Tribunal Judicial

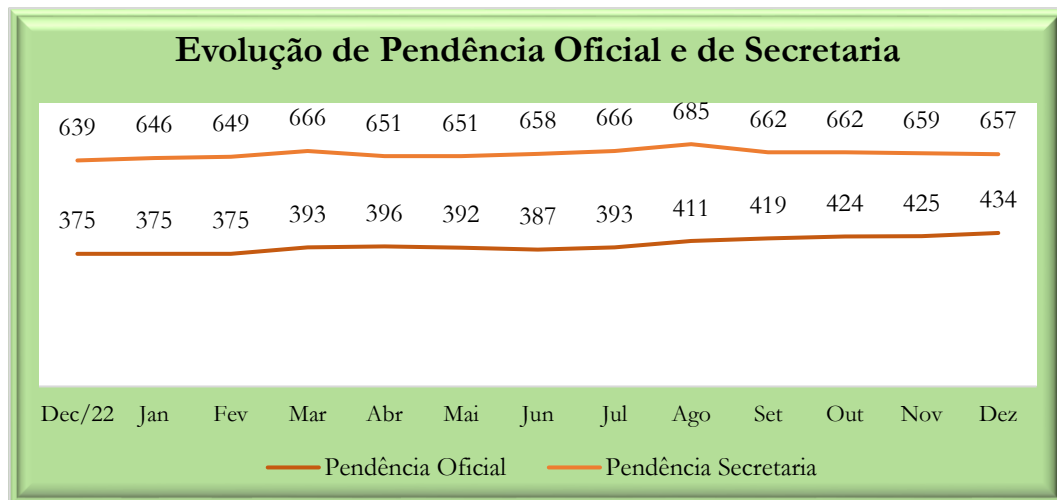
7.5.1.1. Juízo Central Cível

Pendência Oficial	Aumento	↑
Pendência Secretaria	Aumento	↑
Entradas	Aumento	➔





S. R.
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM



Dados que mostram que no Juízo Central Cível a pendência oficial passou de 375 processos, em 31 de Dezembro de 2022, para 434 processos, em 31 de Dezembro de 2023, o que traduz um aumento de 15,73 % (mais 59 processos).

No mesmo período, a pendência de secretaria passou de 639 para 657 processos, representando um aumento de 2,82 %.

O número de processos entrados foi de 287, representando um aumento de 2 processos relativamente ao ano anterior, que corresponde a 0,70 %.

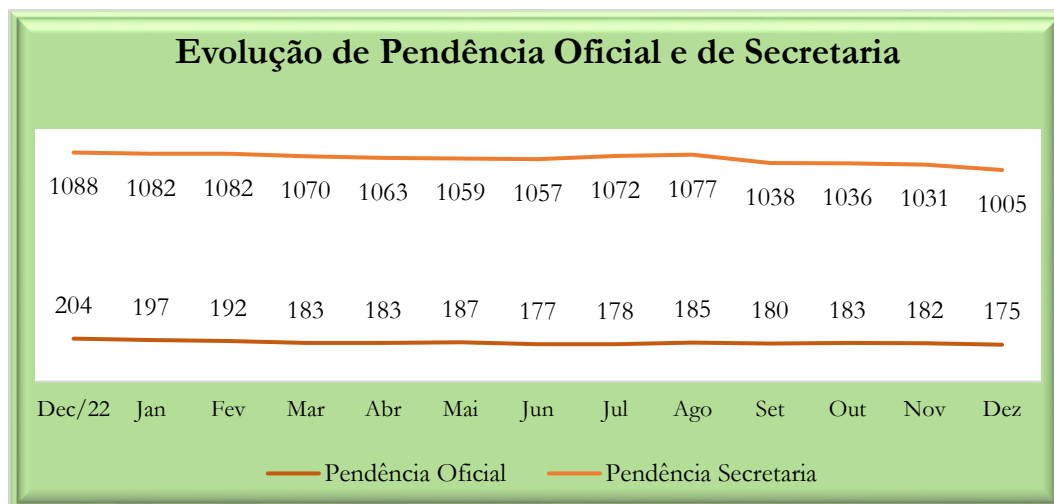
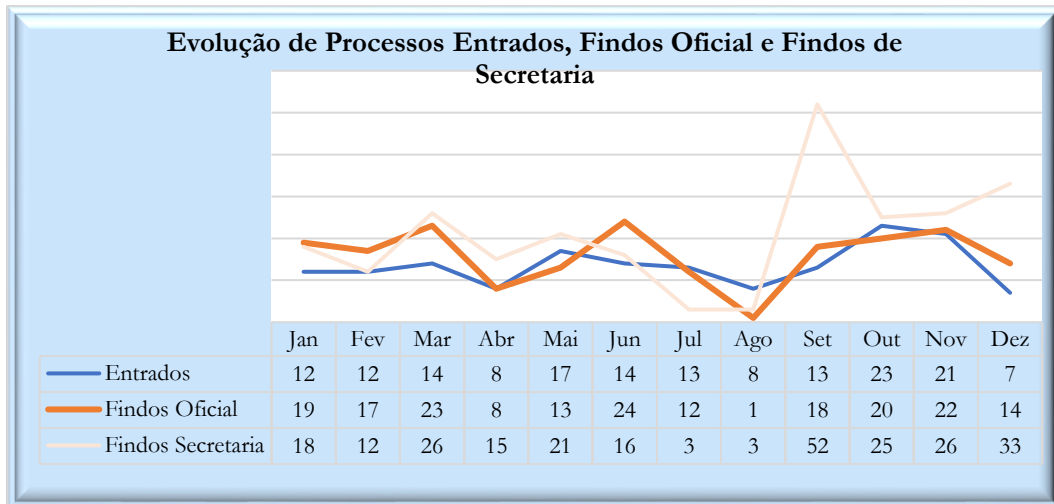
7.5.1.2. Juízo Central Criminal

Pendência Oficial	Redução	▼
Pendência Secretária	Redução	▼
Entradas	Aumento	↗



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM



Elementos que mostram que no Juízo Central Criminal a pendência oficial passou de 204 processos, em 31 de Dezembro de 2022, para 175 processos, em 31 de Dezembro de 2023, o que traduz uma redução de 14,22 % (menos 29 processos).

No mesmo período, a pendência de secretaria passou de 1 088 para 1 005 processos, representando uma diminuição de 7,63 %.

O número de processos entrados foi de 162, representando um aumento de 7 processos relativamente ao ano anterior, que corresponde a 4,52 %.

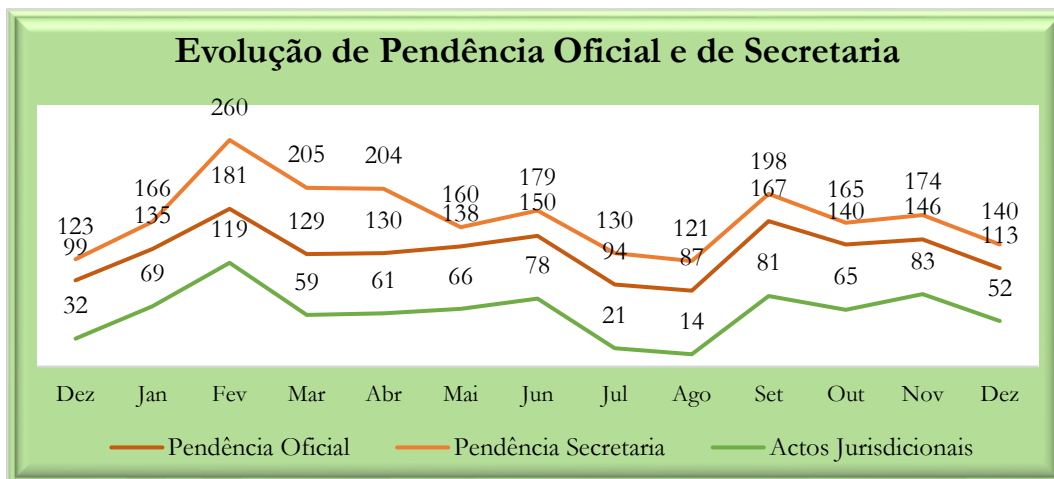
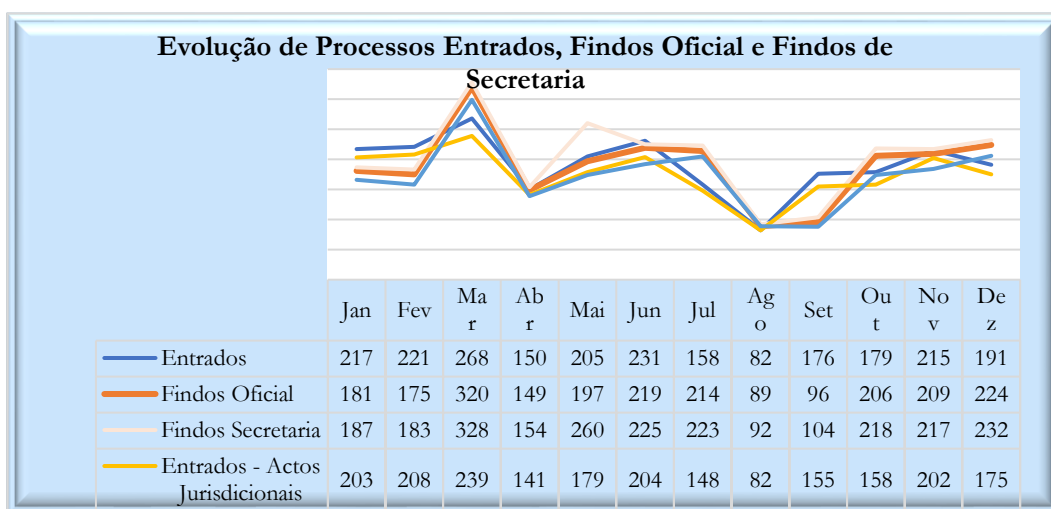


S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

7.5.1.3. Juízo de Instrução

Pendência Oficial	Aumento	▲
Pendência Secretaria	Aumento	▲
Entradas	Redução	▼



Dados que revelam que no Juízo de Instrução a pendência oficial passou de 99 processos, em 31 de Dezembro de 2022, para 113 processos, em 31 de Dezembro de 2023, o que traduz um aumento de 14,14 % (mais 14 processos).



S. R.

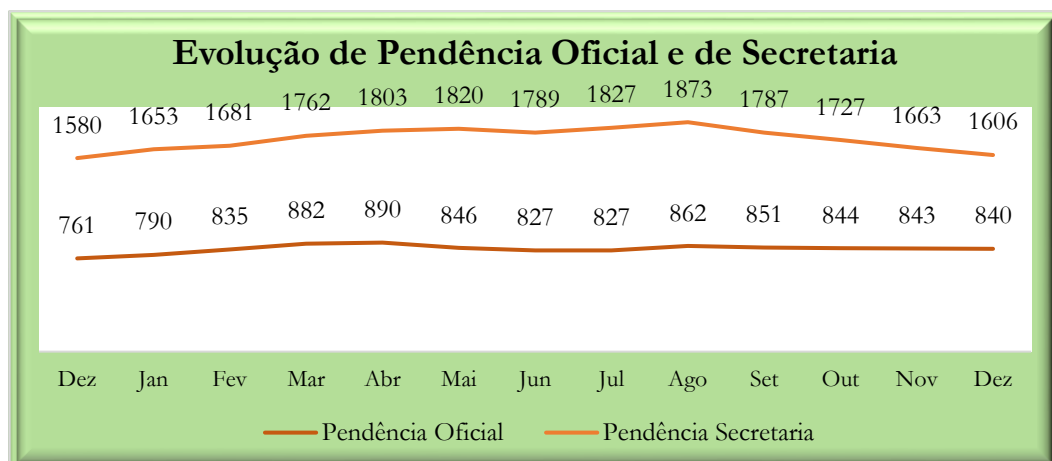
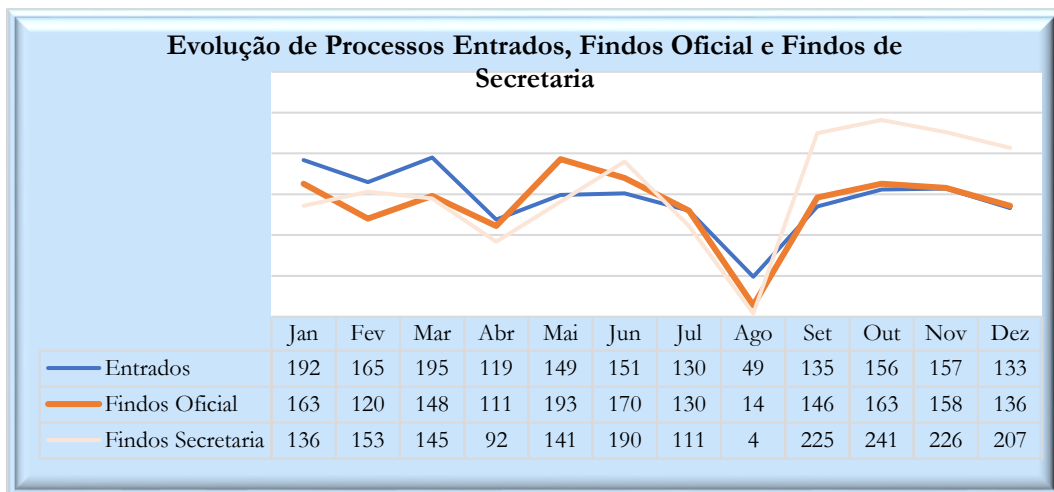
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

No mesmo período, a pendência de secretaria passou de 123 para 140 processos, representando um aumento de 13,82 %.

O número de processos entrados foi de 2293, representando uma diminuição de 333 processos relativamente ao ano anterior, que corresponde a 12,68 %.

7.5.1.4. Juízo de Família e Menores de Santarém

Pendência Oficial	Aumento	↑
Pendência Secretaria	Aumento	↑
Entradas	Aumento	→





TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

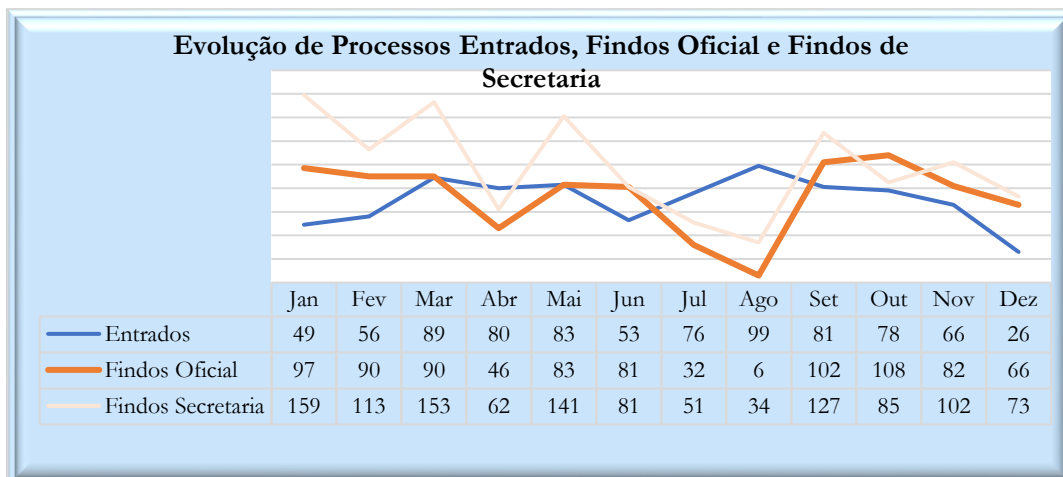
O levantamento referente ao Juízo de Família e Menores de Santarém releva que nele a pendência oficial passou de 761 processos, em 31 de Dezembro de 2022, para 840 processos, em 31 de Dezembro de 2023, o que traduz um aumento de 10,38 % (mais 79 processos).

No mesmo período, a pendência de secretaria passou de 1 580 para 1 606 processos, representando um aumento de 1,65 %.

O número de processos entrados foi de 1 731, representando um aumento de 6 processos relativamente ao ano anterior, que corresponde a 0,35 %.

7.5.1.5. Juízo de Família e Menores de Tomar

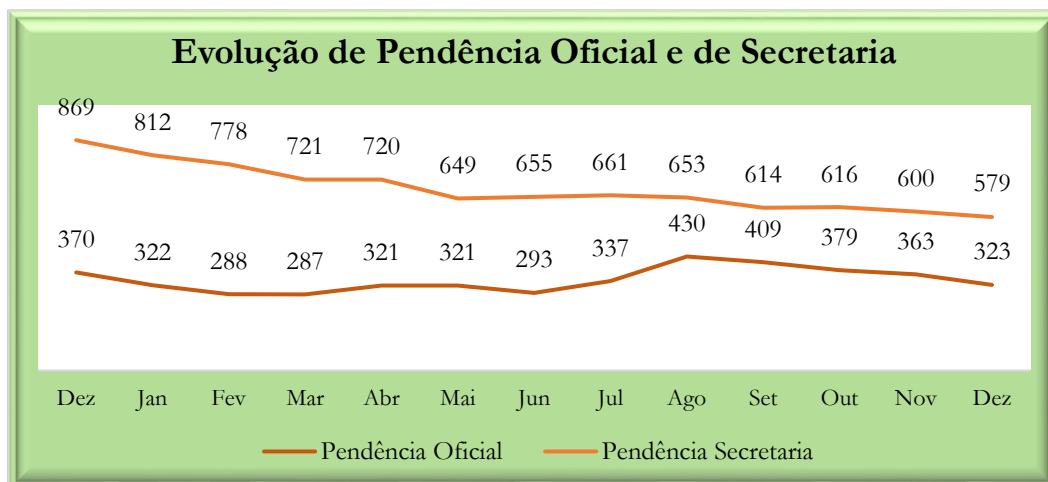
Pendência Oficial	Redução	▼
Pendência Secretária	Redução	▼
Entradas	Redução	↘





S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM



A compilação de dados do Juízo de Família e Menores de Tomar evidencia que pendência oficial passou de 370 processos, em 31 de Dezembro de 2022, para 323 processos, em 31 de Dezembro de 2023, o que traduz uma redução de 12,70 % (menos 47 processos).

No mesmo período, a pendência de secretaria passou de 869 para 579 processos, representando uma redução de 33,37 %.

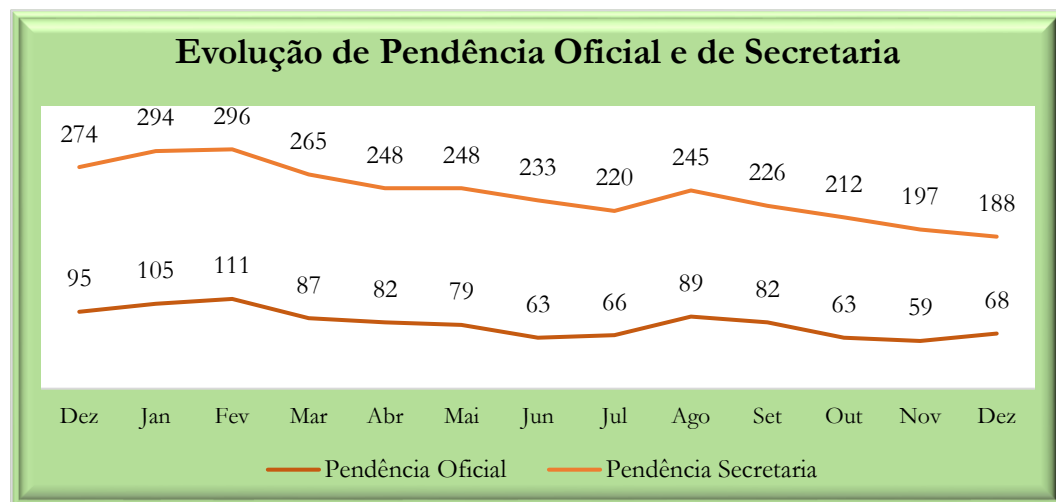
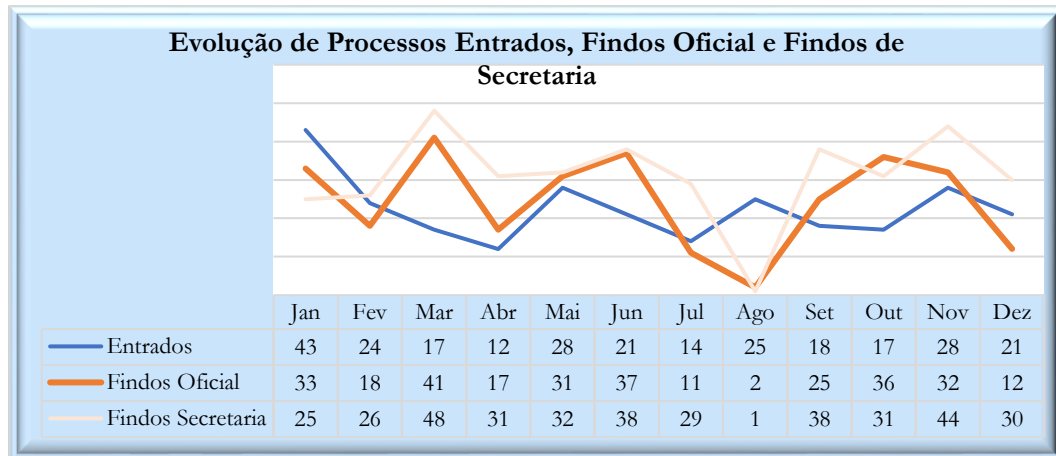
O número de processos entrados foi de 836, representando uma redução de 101 processos relativamente ao ano anterior, que corresponde a 10,78%.

7.5.1.6. Juízo de Família e Menores de Abrantes

Pendência Oficial	Redução	▼
Pendência Secretaria	Redução	▼
Entradas	Redução	↘



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM



No tocante ao Juízo de Família e Menores de Abrantes a pendência oficial passou de 95 processos, em 31 de Dezembro de 2022, para 68 processos, em 31 de Dezembro de 2023, o que traduz uma redução de 31,39 % (menos 86 processos).

No mesmo período, a pendência de secretaria passou de 274 para 188 processos, representando uma redução de 28,42 %.

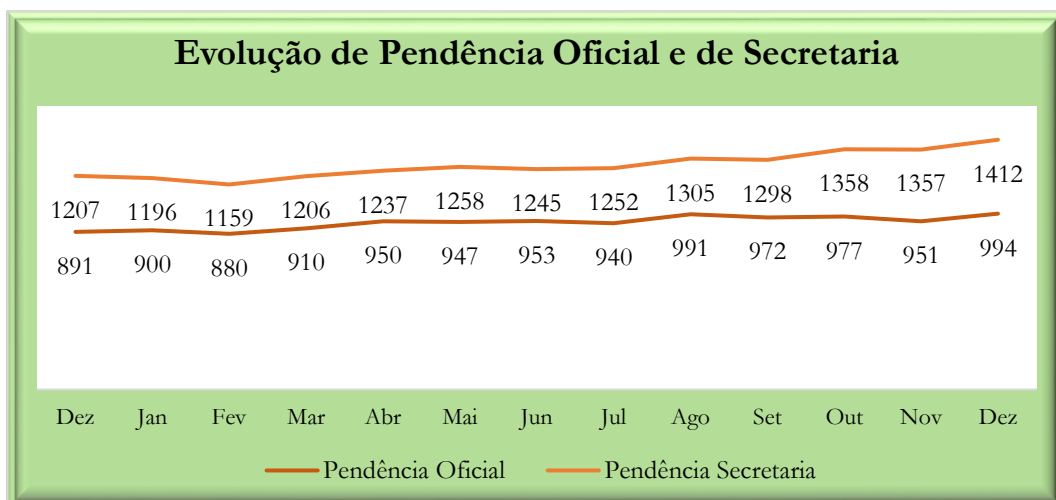
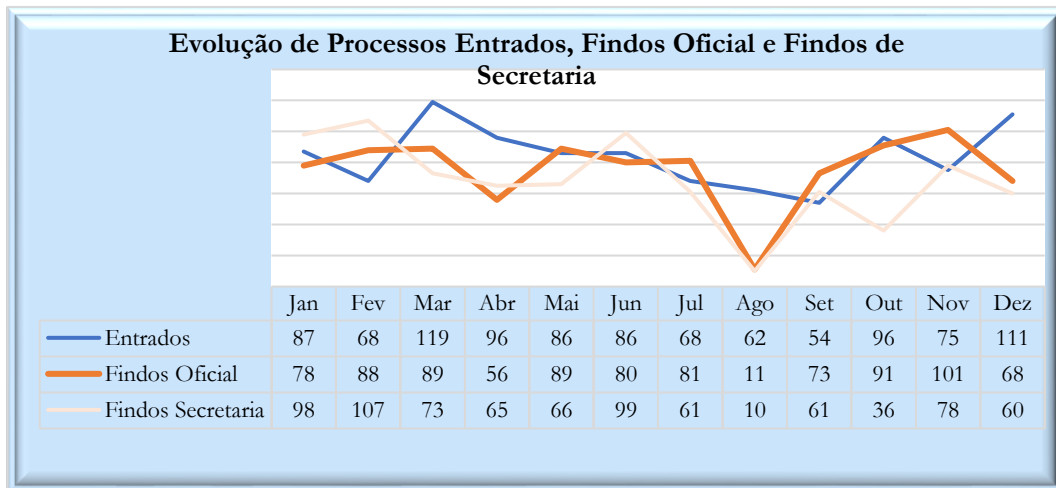
O número de processos entrados foi de 268, representando uma diminuição de 15,72 % relativamente ao ano anterior.

7.5.1.7. Juízo do Trabalho de Santarém



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Pendência Oficial	Aumento	
Pendência Secretaria	Aumento	
Entradas	Redução	



No Juízo do Trabalho de Santarém a pendência oficial passou de 891 processos, em 31 de Dezembro de 2022, para 994 processos, em 31 de Dezembro de 2023, o que traduz um aumento de 11,56 % (mais 103 processos).

No mesmo período, a pendência de secretaria passou de 1 207 para 1 412 processos, representando um aumento de 16,98 %.

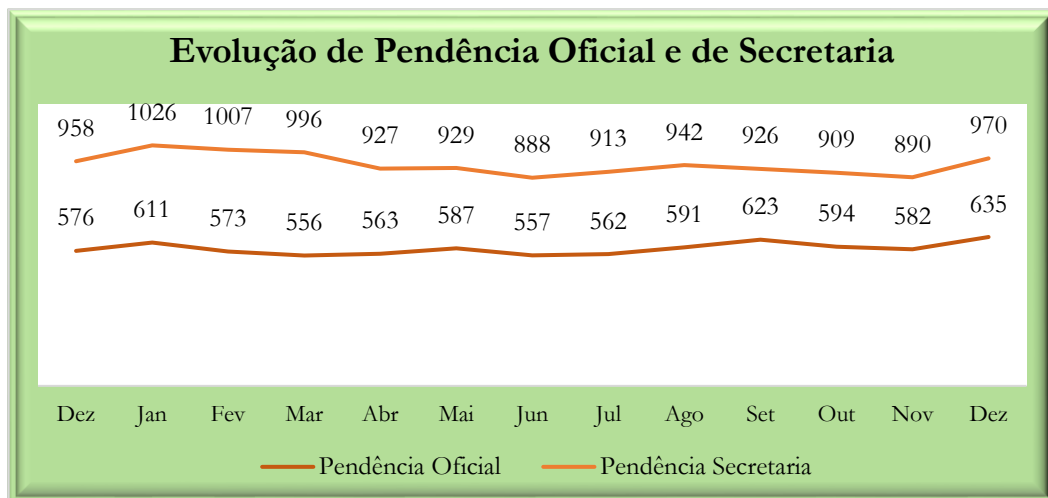
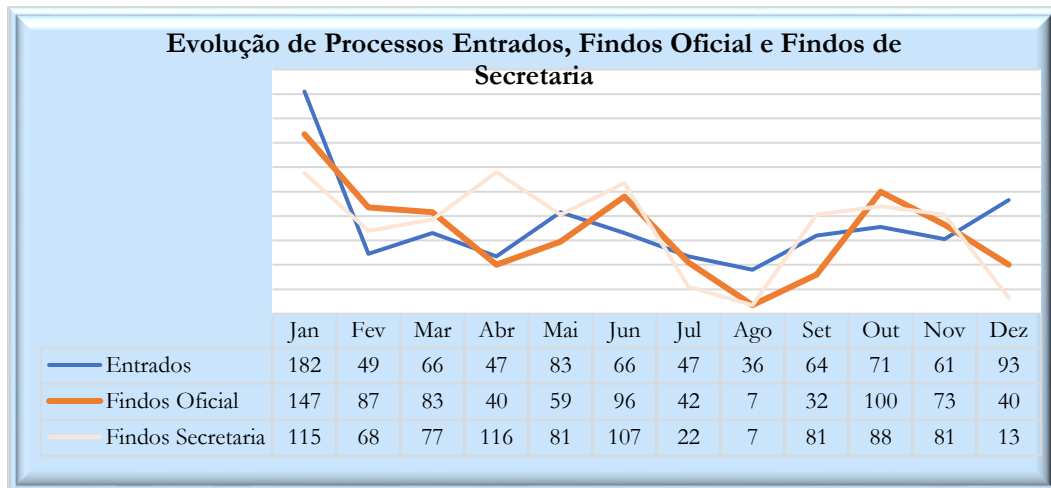


S. R.
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

O número de processos entrados foi de 1 008, representando uma diminuição de 14 processos relativamente ao ano anterior, que corresponde a -1,37 %.

7.5.1.8. Juízo do Trabalho de Tomar

Pendência Oficial	Aumento	↑
Pendência Secretaria	Aumento	↑
Entradas	Aumento	→





TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

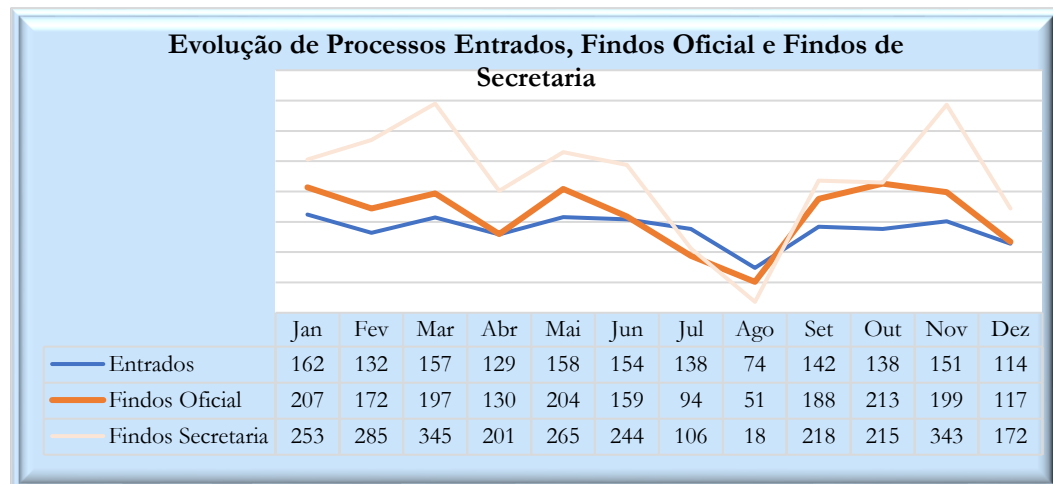
Os dados relativos ao Juízo do Trabalho de Tomar revelam que a pendência oficial passou de 576 processos, em 31 de Dezembro de 2022, para 635 processos, em 31 de Dezembro de 2023, o que traduz um aumento de 10,24 % (mais 59 processos).

No mesmo período, a pendência de secretaria passou de 958 para 970 processos, representando um aumento de 1,25 %.

O número de processos entrados foi de 865, representando um aumento de 865 processos relativamente ao ano anterior, que corresponde a 5,36 %.

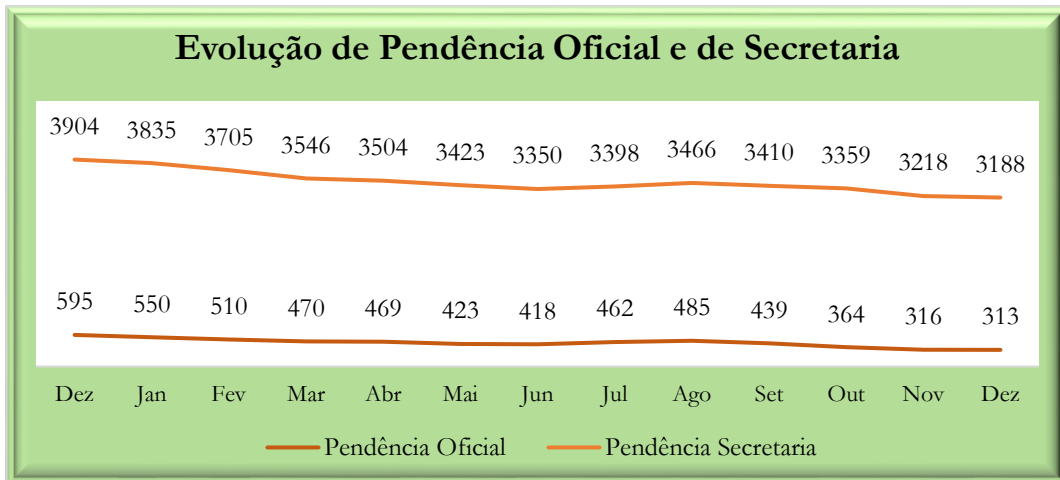
7.5.1.9. Juízo do Comércio

Pendência Oficial	Redução	▼
Pendência Secretária	Redução	▼
Entradas	Aumento	➡





S. R.
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM



No tocante aos Juízo do Comércio os dados mostram que a pendência oficial passou de 595 processos, em 31 de Dezembro de 2022, para 313 processos, em 31 de Dezembro de 2023, o que traduz uma redução de 47,39 % (menos 282 processos).

No mesmo período, a pendência de secretaria passou de 3 904 para 3 188 processos, representando um decréscimo de 18,34 %.

O número de processos entrados foi de 1 649, representando um aumento de 54 processos relativamente ao ano anterior, que corresponde a 3,39 %.

7.5.1.10. Juízo de Execução

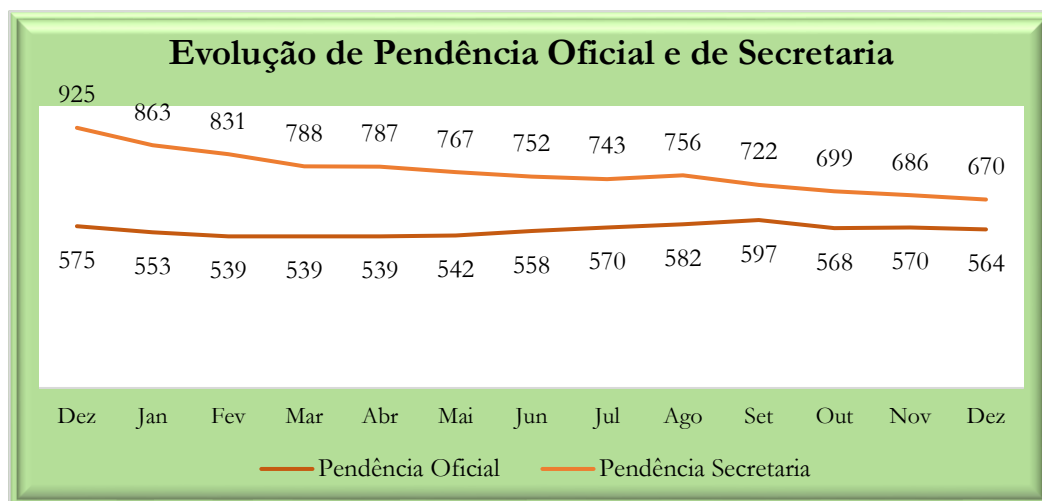
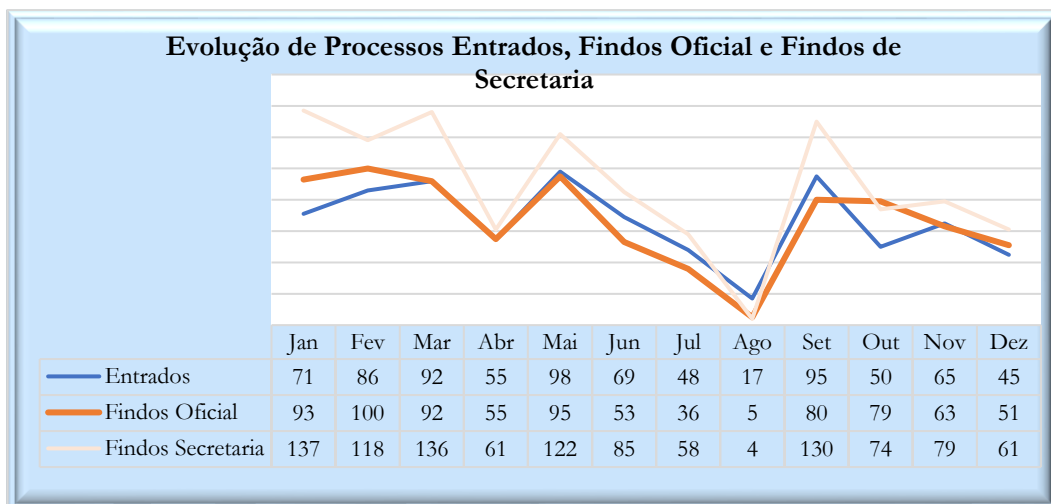
Considerando o disposto no artigo 551º, n.º 5 do C. P. Civil

Pendência Oficial	Redução	✓
Pendência Secretaria	Redução	✓
Entradas	Redução	↘



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM



No Juízo de Execução, considerando apenas a pendência de matriz judicial, verificou-se uma diminuição da pendência oficial, passando-se de 575 processos, em 31 de Dezembro de 2022, para 564 processos, em 31 de Dezembro de 2023, o que representa uma redução de 1,91%.

Igual tendência seguiu a pendência da secretaria que passou de 925 para 670, numa diferença de -28%.

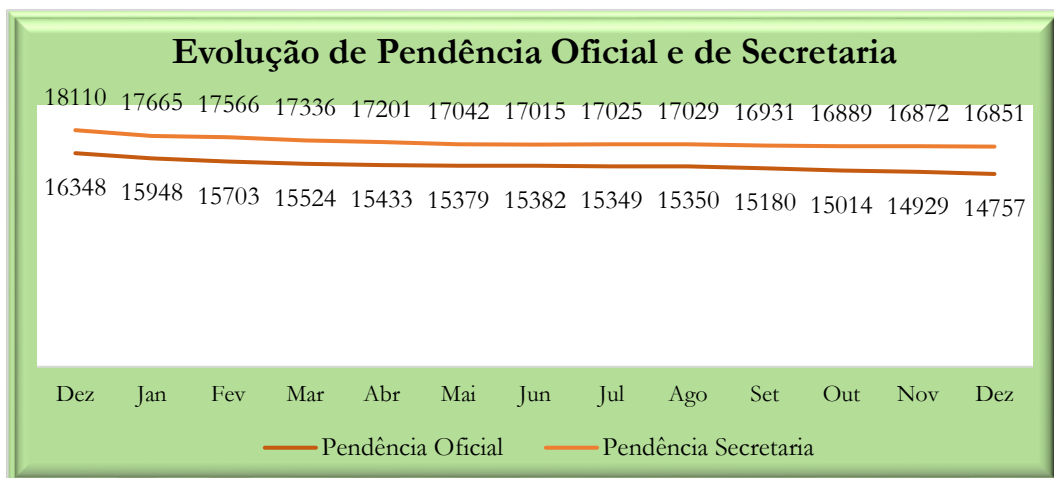
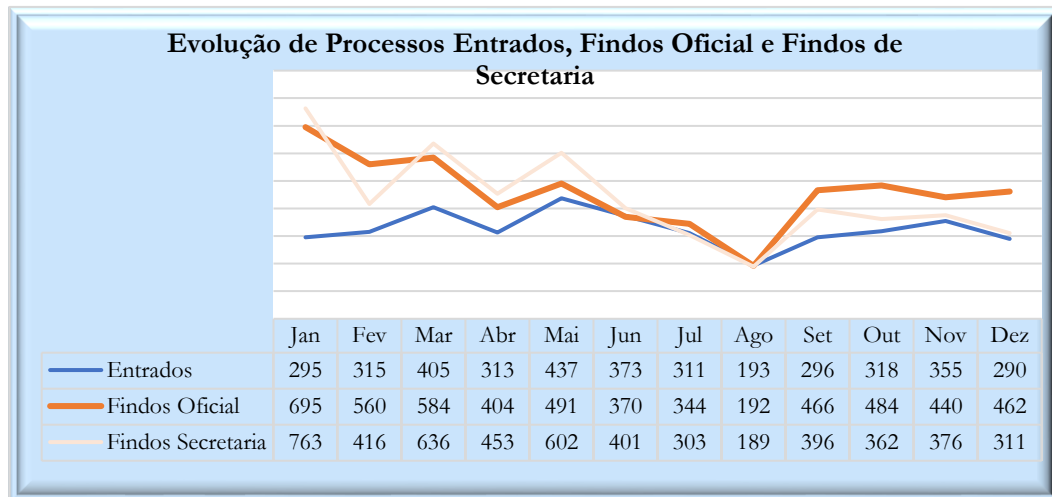
Desconsiderando o disposto no artigo 551º, n.º 5 do C. P. Civil.



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Pendência Oficial	Redução	▼
Pendência Secretaria	Redução	▼
Entradas	Redução	↘



Já levando em conta a universalidade de todos os processos pendentes, no Juízo de Execução verificou-se uma diminuição da pendência oficial, passando-se de 16 348 processos, em 31 de Dezembro de 2022, para 14 757 processos, em 31 de Dezembro de 2023, o que representa uma redução de 9,73%.

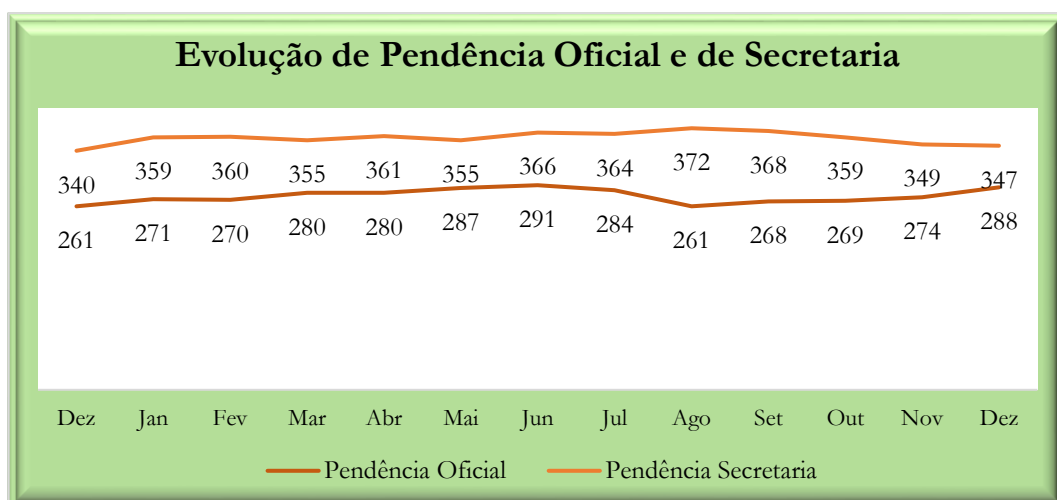
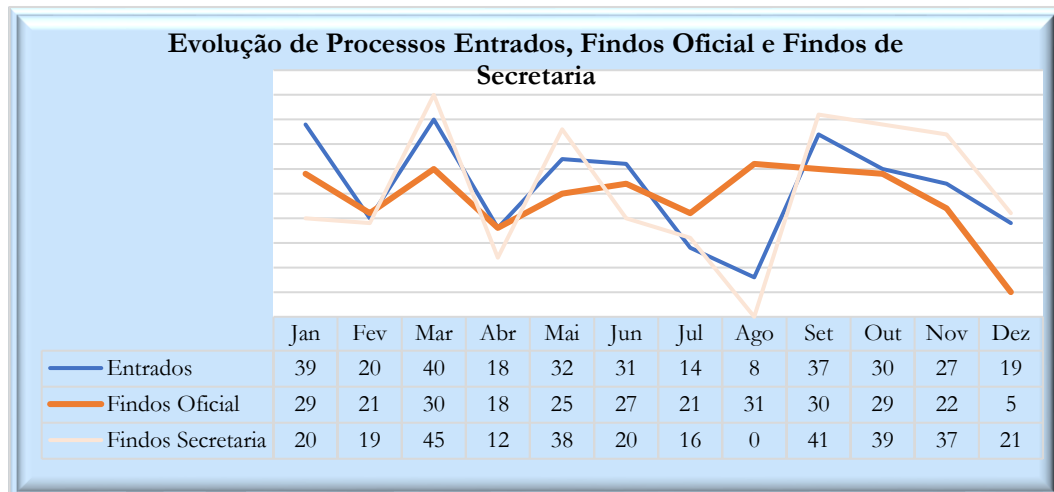
Também a pendência de secretaria conheceu uma redução de 18110 para 16871 processos, equivalente a -7%.



S. R.
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

7.5.1.11. Juízo Local Cível de Abrantes

Pendência Oficial	Aumento	
Pendência Secretaria	Aumento	
Entradas	Aumento	



Os dados levantados quanto ao Juízo Local Cível de Abrantes revelam que a pendência oficial passou de 261 processos, em 31 de Dezembro de 2022, para 288



S. R.
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

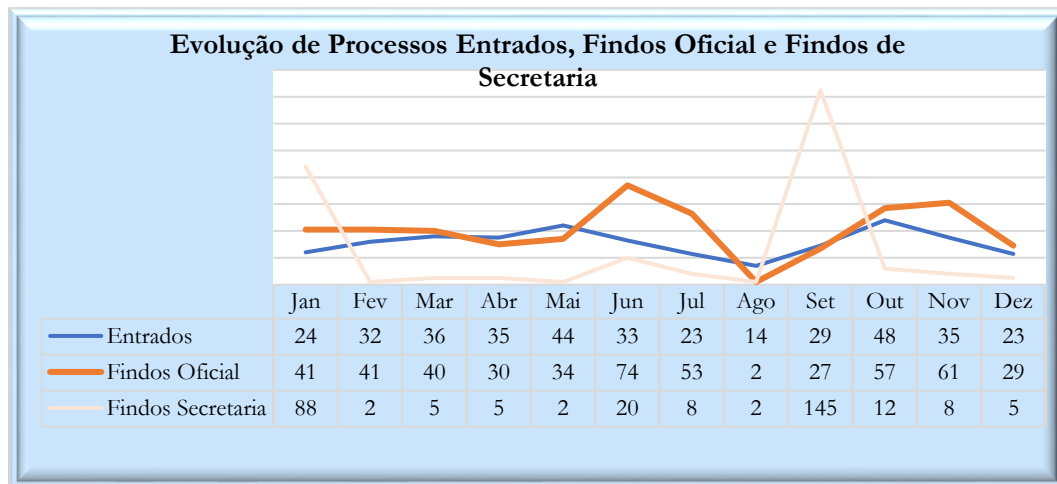
processos, em 31 de Dezembro de 2023, o que traduz num aumento de 10,34 % (mais 27 processos).

No mesmo período, a pendência de secretaria passou de 340 para 347 processos, representando um acréscimo de 2,06 %.

O número de processos entrados foi de 315, representando um acréscimo de 36 processos relativamente ao ano anterior, que corresponde a 12,90 %.

7.5.1.12. Juízo Local Cível de Benavente

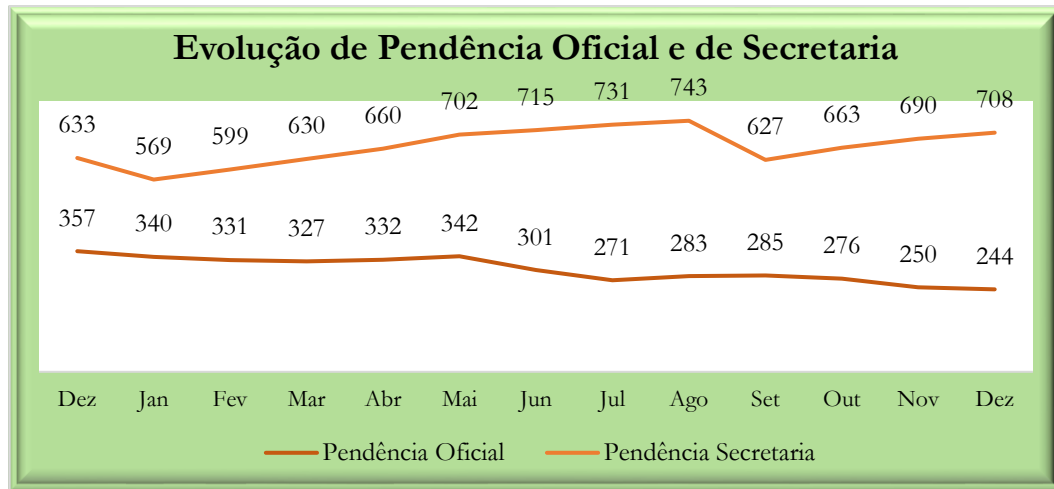
Pendência Oficial	Redução	▼
Pendência Secretária	Aumento	▲
Entradas	Aumento	➔





S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM



Os dados relativos ao Juízo Local Cível de Benavente revelam que a pendência oficial passou de 357 processos, em 31 de Dezembro de 2022, para 244 processos, em 31 de Dezembro de 2023, o que traduz uma redução de 31,65 % (menos 113 processos).

No mesmo período, a pendência de secretaria passou de 633 para 708 processos, representando um acréscimo de 11,85 %.

O número de processos entrados foi de 376, representando um acréscimo de 39 processos relativamente ao ano anterior, que corresponde a 11,57 %.

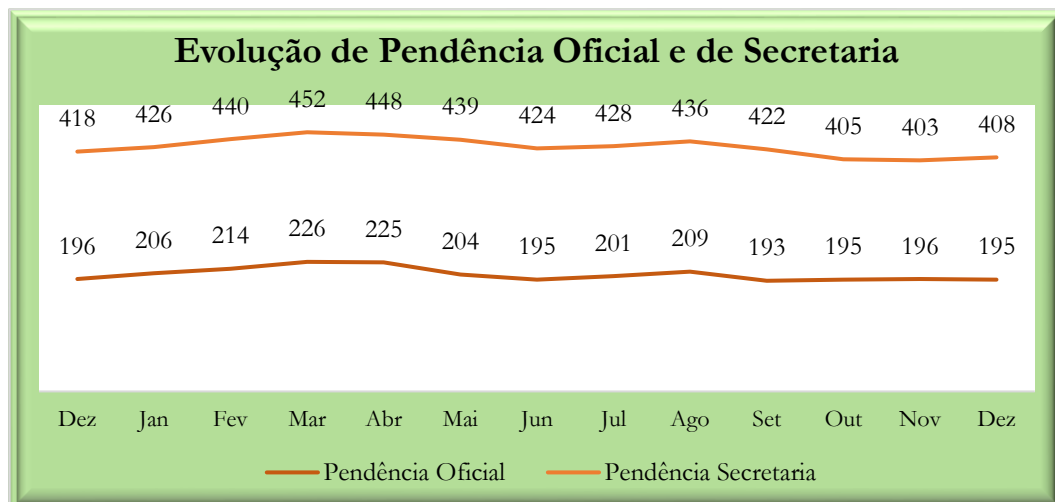
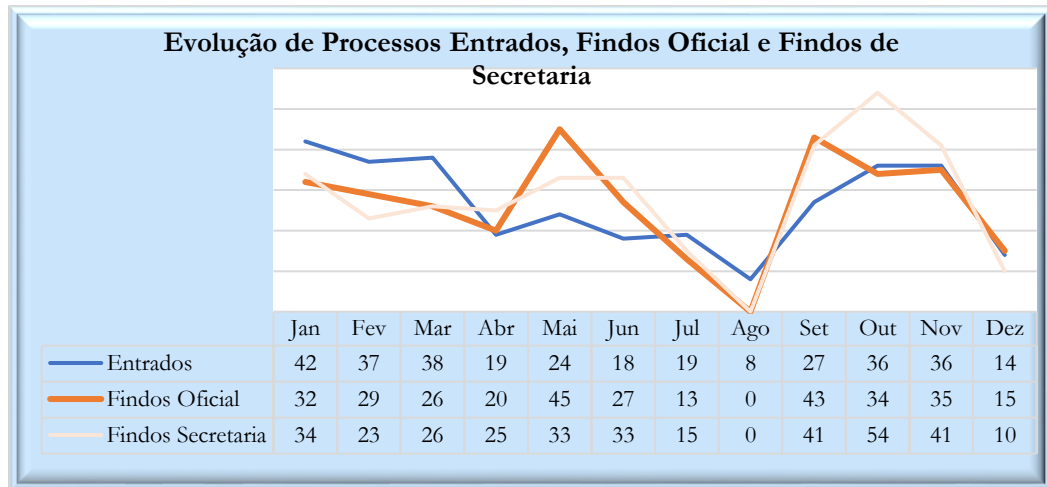
7.5.1.13. Juízo Local Cível de Ourém

Pendência Oficial	Redução	▼
Pendência Secretária	Redução	▼
Entradas	Aumento	➔



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM



Em relação ao Juízo Local Cível de Ourém a pendência oficial passou de 196 processos, em 31 de Dezembro de 2022, para 195 processos, em 31 de Dezembro de 2023, o que traduz uma redução de 0,51 % (menos 1 processo).

No mesmo período, a pendência de secretaria passou de 418 para 408 processos, representando uma diminuição de 2,39 %.

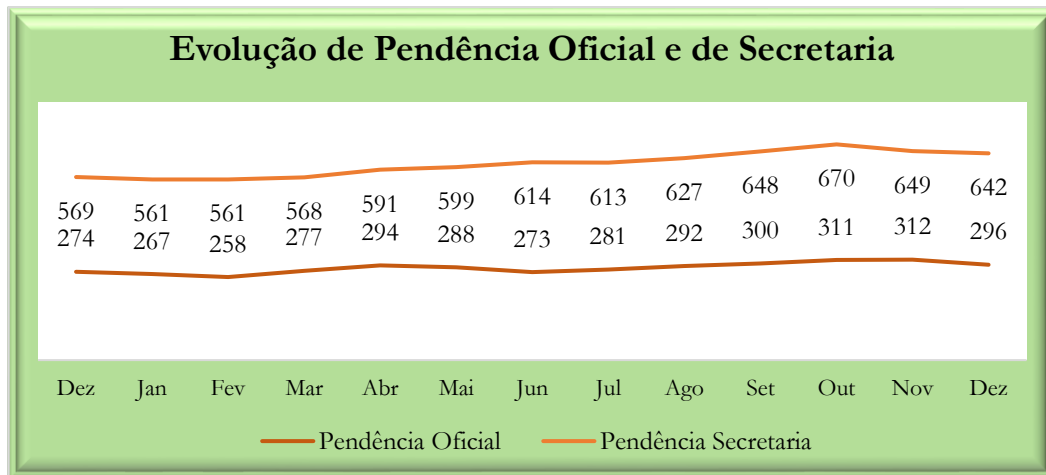
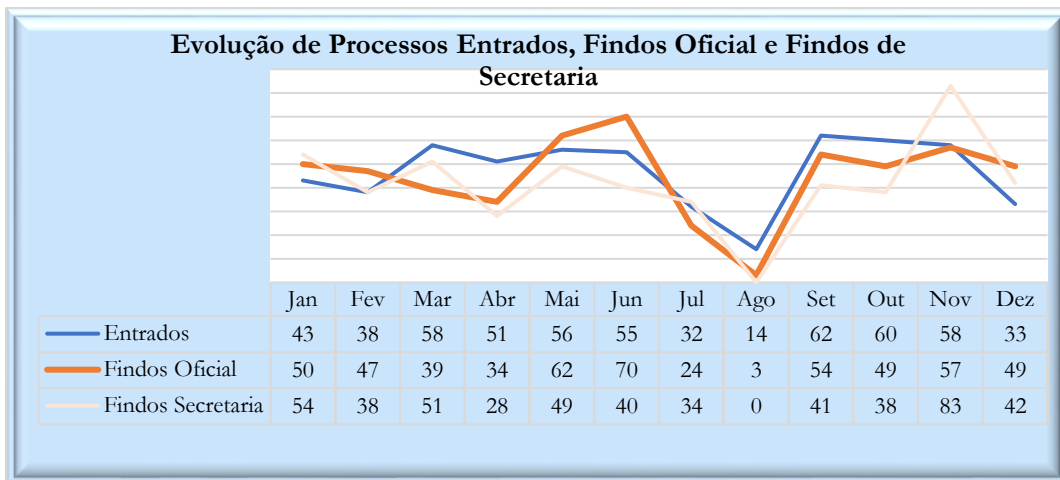
O número de processos entrados foi de 318, representando um aumento de 34 processos relativamente ao ano anterior, que corresponde a 11,97 %.

7.5.1.14. Juízo Local Cível de Santarém



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Pendência Oficial	Aumento	↑
Pendência Secretaria	Aumento	↑
Entradas	Aumento	↗



Os elementos recolhidos no tocante ao Juízo Local Cível de Santarém mostram que a pendência oficial passou de 274 processos, em 31 de Dezembro de 2022, para 296 processos, em 31 de Dezembro de 2023, o que traduz um aumento de 8,03 % (mais 22 processos).



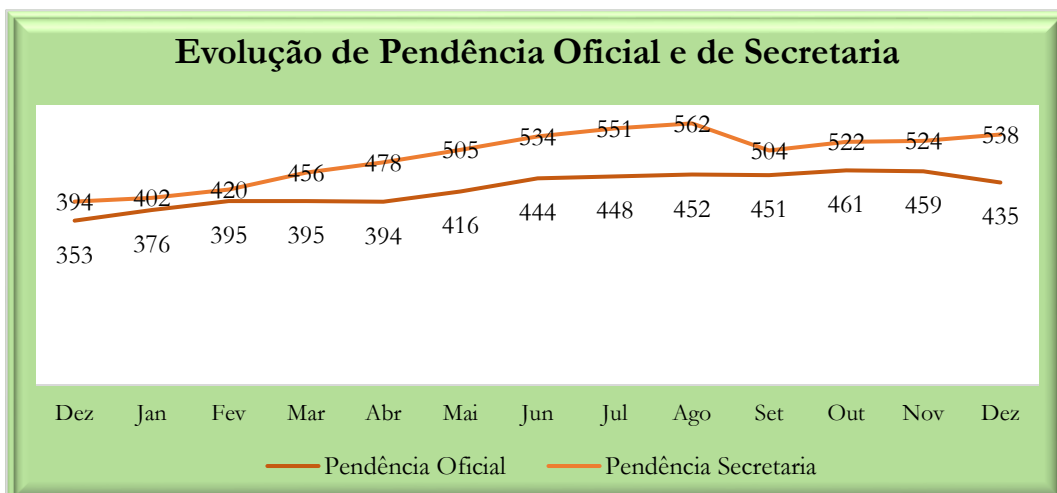
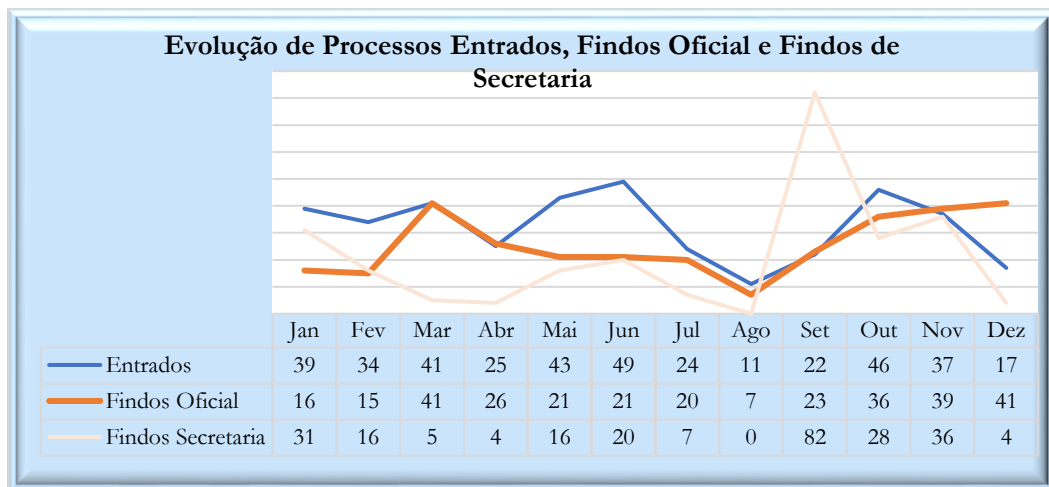
S. R.
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

No mesmo período, a pendência de secretaria passou de 569 para 642 processos, representando um aumento de 12,83 %.

O número de processos entrados foi de 560, representando um aumento de 2 processos relativamente ao ano anterior, que corresponde a 0,36 %.

7.5.1.15. Juízo Local Cível de Tomar

Pendência Oficial	Aumento	▲
Pendência Secretária	Aumento	▲
Entradas	Aumento	↗





TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

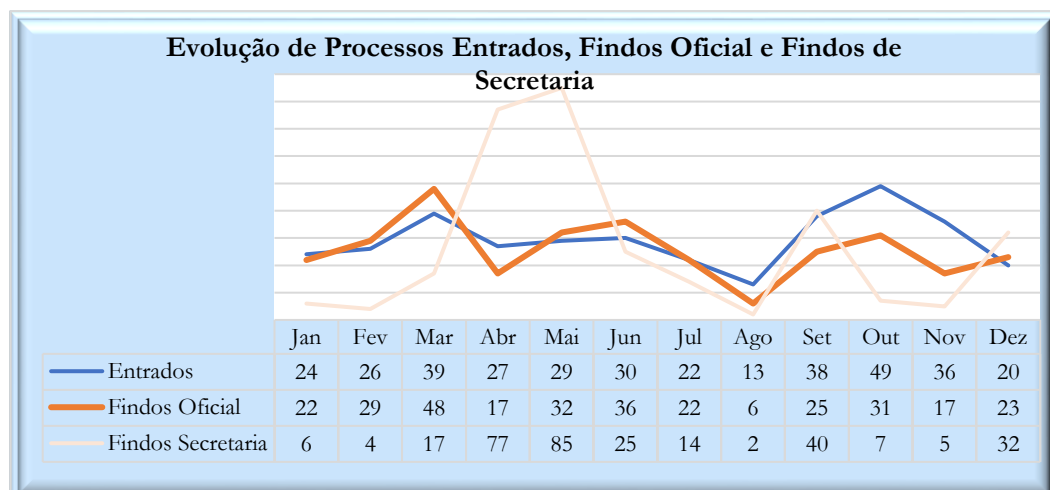
Os elementos coligidos com relação ao Juízo Local Cível de Tomar deixam ver que a pendência oficial passou de 353 processos, em 31 de Dezembro de 2022, para 435 processos, em 31 de Dezembro de 2023, o que traduz um aumento de 23,23 % (mais 82 processos).

No mesmo período, a pendência de secretaria passou de 394 para 538 processos, representando um aumento de 36,55 %.

O número de processos entrados foi de 388, representando um aumento de 50 processos relativamente ao ano anterior, que corresponde a 14,79 %.

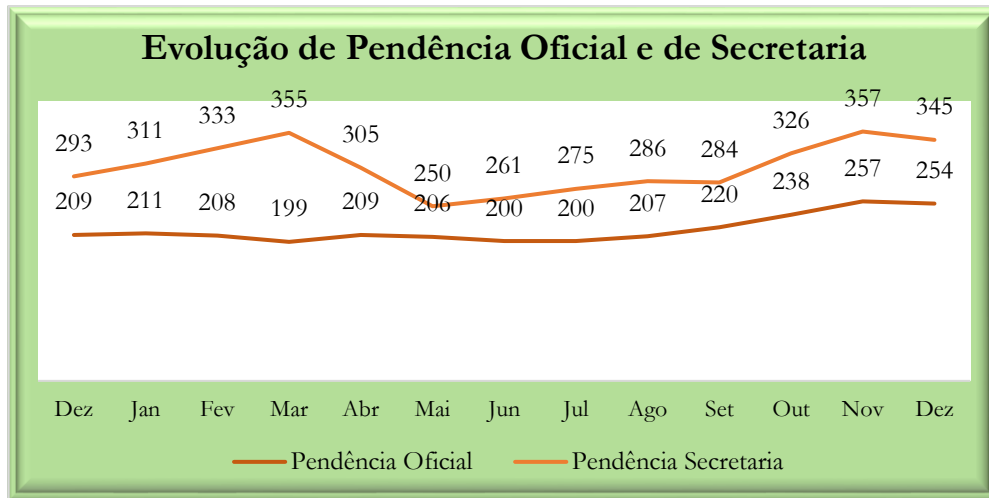
7.5.1.16. Juízo Local Cível de Torres Novas

Pendência Oficial	Aumento	↑
Pendência Secretaria	Aumento	↑
Entradas	Aumento	↗





S. R.
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM



O levantamento da evolução estatística do Juízo Local Cível de Trres Novas evidencia que a pendência oficial passou de 209 processos, em 31 de Dezembro de 2022, para 254 processos, em 31 de Dezembro de 2023, o que traduz um aumento de 21,53 % (mais 45 processos).

No mesmo período, a pendência de secretaria passou de 293 para 345 processos, representando um aumento de 17,75 %.

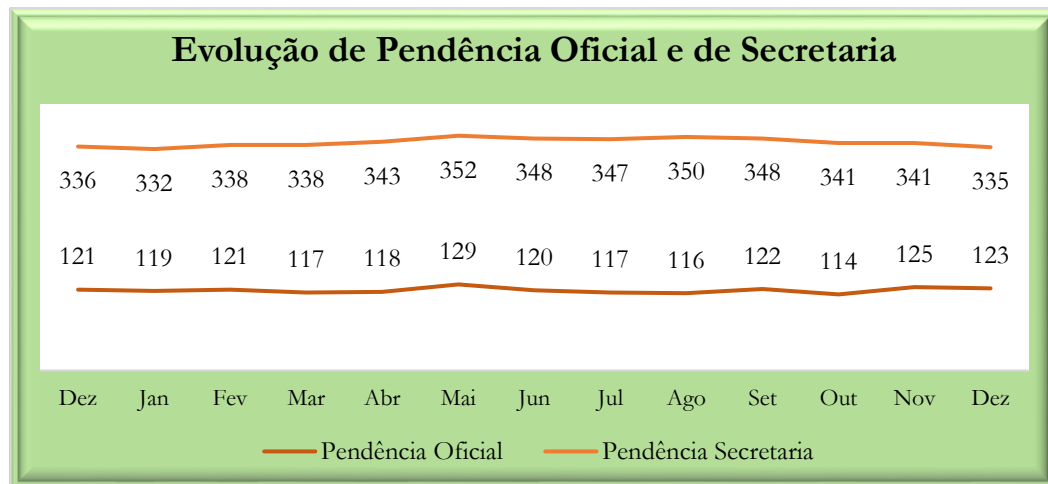
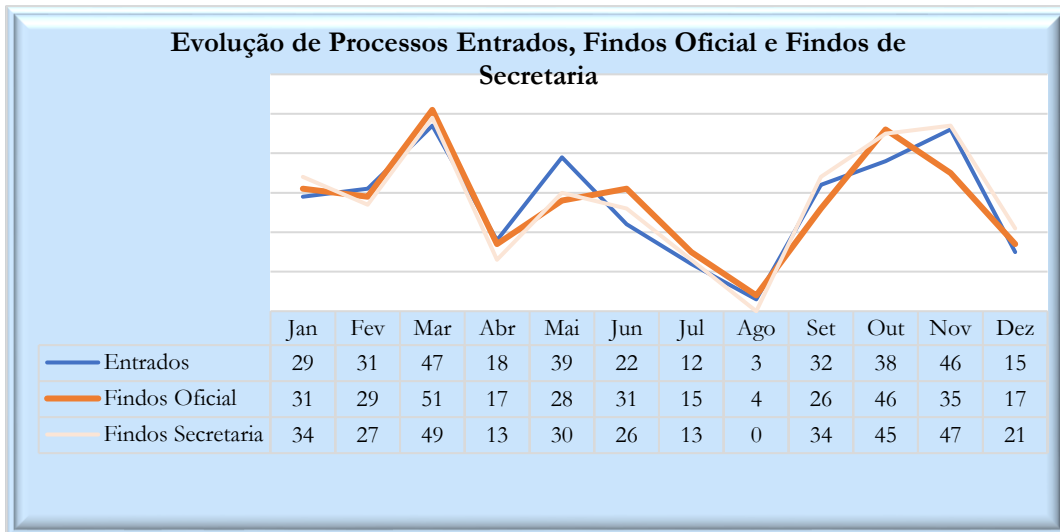
O número de processos entrados foi de 353, representando um aumento de 42 processos relativamente ao ano anterior, que corresponde a 13,50 %.

7.5.1.17. Juízo Local Criminal de Abrantes

Pendência Oficial	Aumento	↑
Pendência Secretária	Redução	↓
Entradas	Aumento	→



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM



Quanto ao Juízo Local Criminal de Abrantes os elementos recolhidos mostram que a pendência oficial passou de 121 processos, em 31 de Dezembro de 2022, para 123 processos, em 31 de Dezembro de 2023, o que traduz um aumento de 1,65 % (mais 2 processos).

No mesmo período, a pendência de secretaria passou de 336 para 335 processos, representando um decréscimo de 0,30 %.

O número de processos entrados foi de 332, representando um aumento de 42 processos relativamente ao ano anterior, que corresponde a 14,48 %.

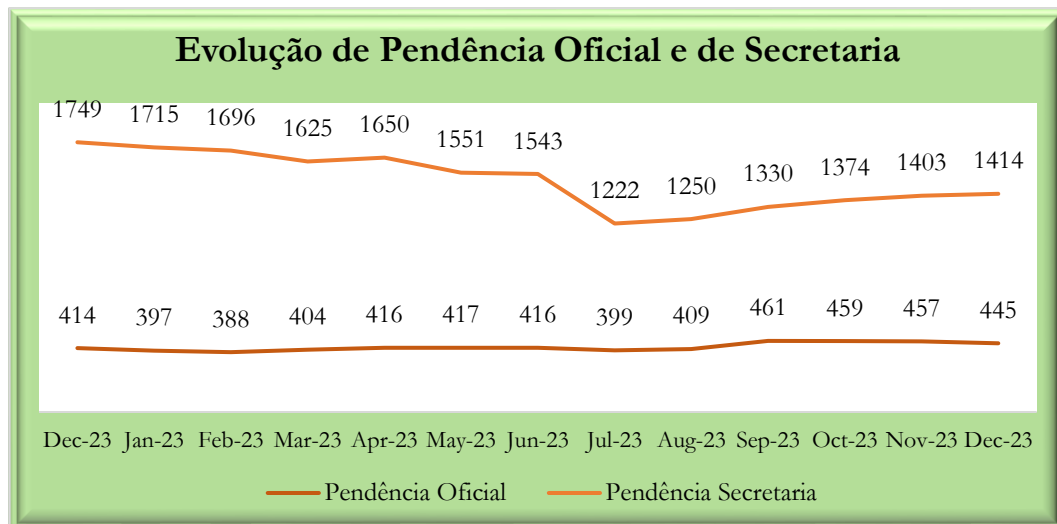
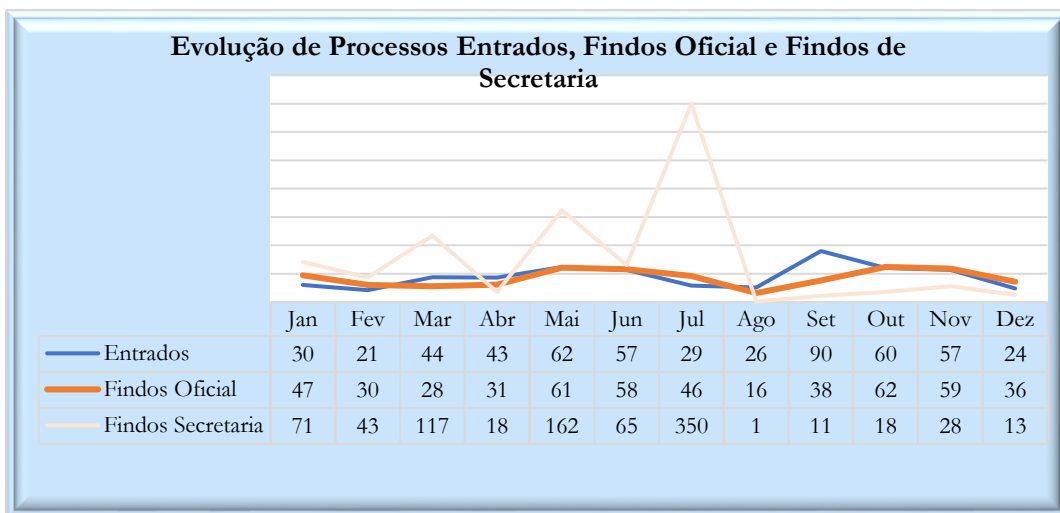


S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

7.5.1.18. Juízo Local Criminal de Benavente

Pendência Oficial	Aumento	▲
Pendência Secretaria	Redução	▼
Entradas	Redução	➔



No Juízo Local Criminal de Benavente a pendência oficial passou de 414 processos, em 31 de Dezembro de 2022, para 445 processos, em 31 de Dezembro de 2023, o que traduz um aumento de 7,49 % (mais 31 processos).



S. R.

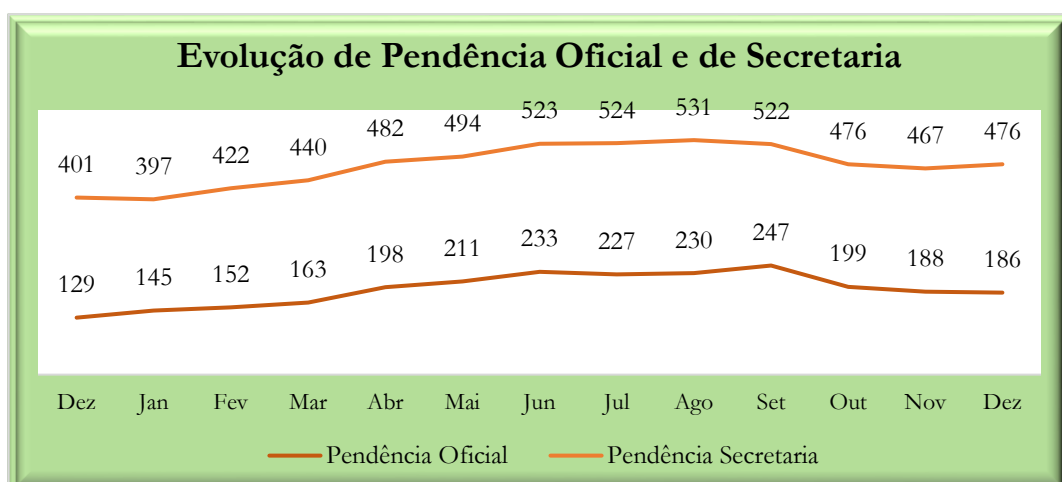
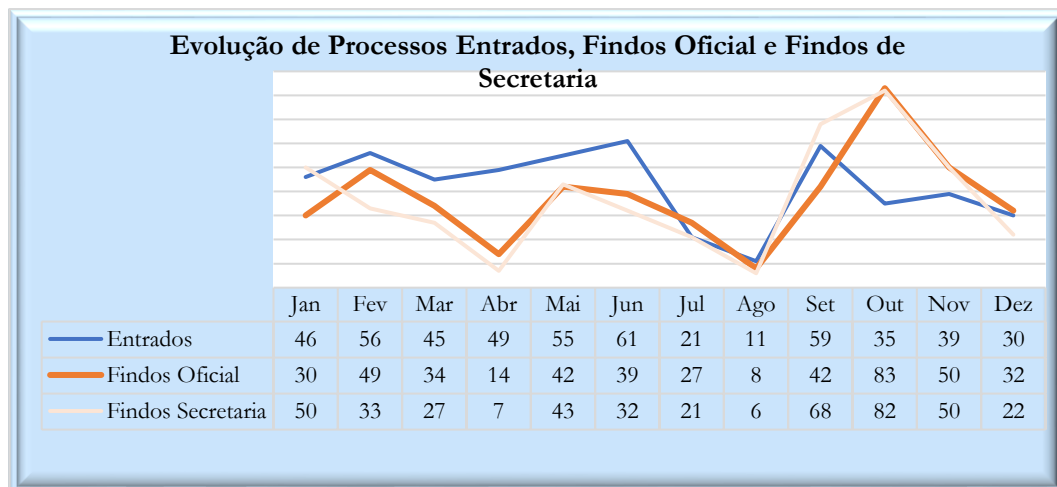
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

No mesmo período, a pendência de secretaria passou de 1 749 para 1 414 processos, representando uma redução de 19,15 %.

O número de processos entrados foi de 543, representando uma redução de 10 processos relativamente ao ano anterior, que corresponde a -1,81 %.

7.5.1.19. Juízo Local Criminal de Ourém

Pendência Oficial	Aumento	▲
Pendência Secretaria	Aumento	▲
Entradas	Aumento	➔





TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

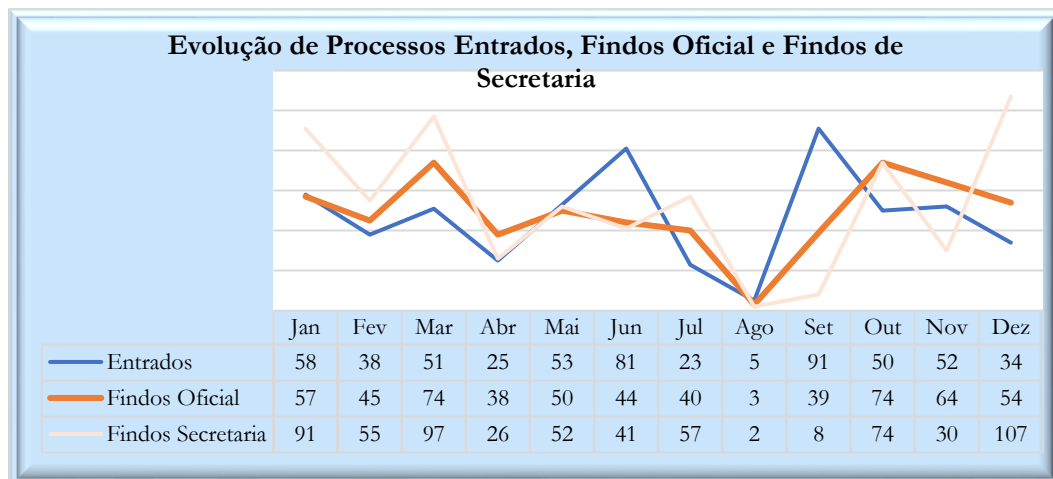
Relativamente ao Juízo Local Criminal de Ourém verifica-se que a pendência oficial passou de 129 processos, em 31 de Dezembro de 2022, para 186 processos, em 31 de Dezembro de 2023, o que traduz um aumento de 44,19 % (mais 57 processos).

No mesmo período, a pendência de secretaria passou de 401 para 476 processos, representando um aumento de 18,70 %.

O número de processos entrados foi de 507, representando um aumento de 161 processos relativamente ao ano anterior, que corresponde a 46,53 %.

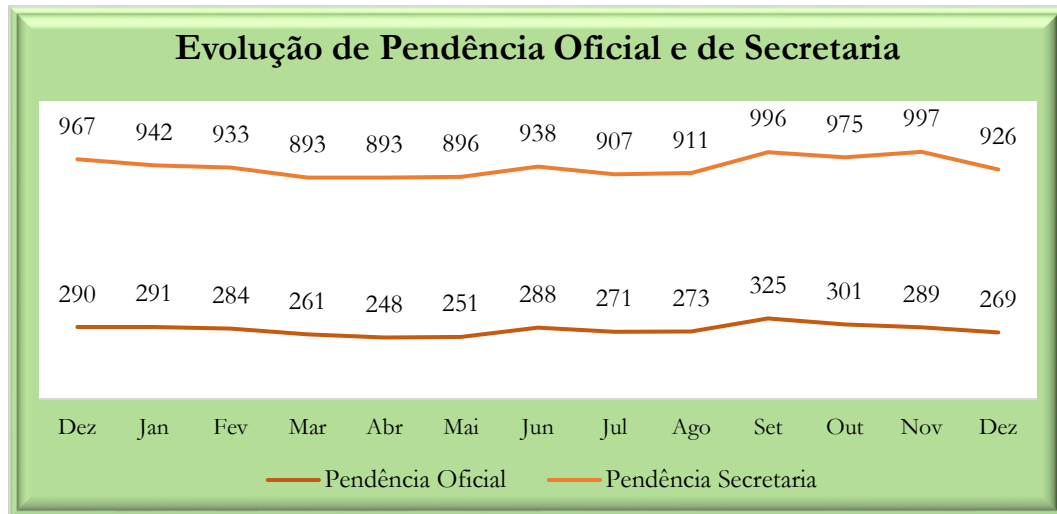
7.5.1.20. Juízo Local Criminal de Santarém

Pendência Oficial	Redução	▼
Pendência Secretaria	Redução	▼
Entradas	Aumento	➔





S. R.
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM



Os elementos recolhidos do Juízo Local Criminal de Santarém revelam que a pendência oficial passou de 290 processos, em 31 de Dezembro de 2022, para 269 processos, em 31 de Dezembro de 2023, o que traduz uma redução de 7,24 % (menos 21 processos).

No mesmo período, a pendência de secretaria passou de 967 para 926 processos, representando uma redução de 4,24 %.

O número de processos entrados foi de 561, representando um aumento de 45 processos relativamente ao ano anterior, que corresponde a 8,72 %.

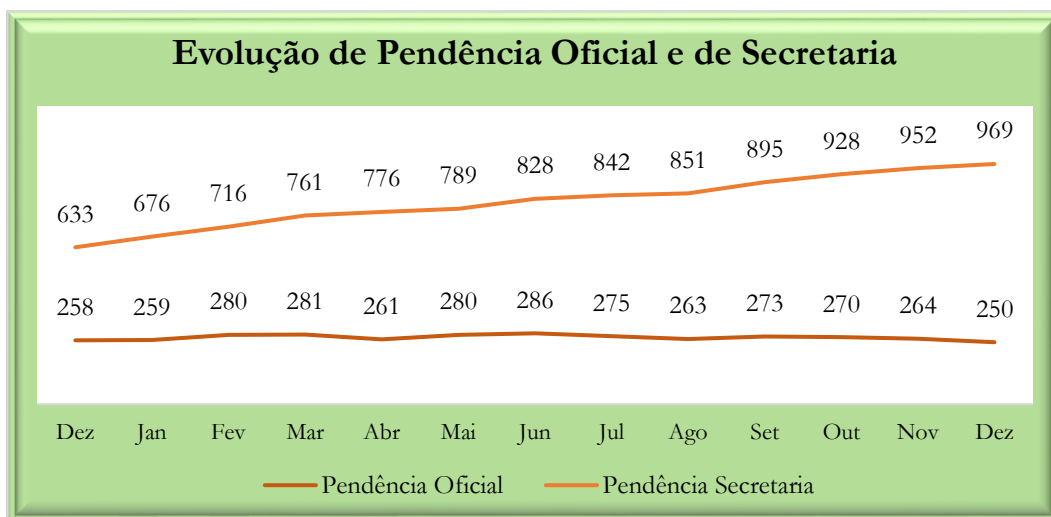
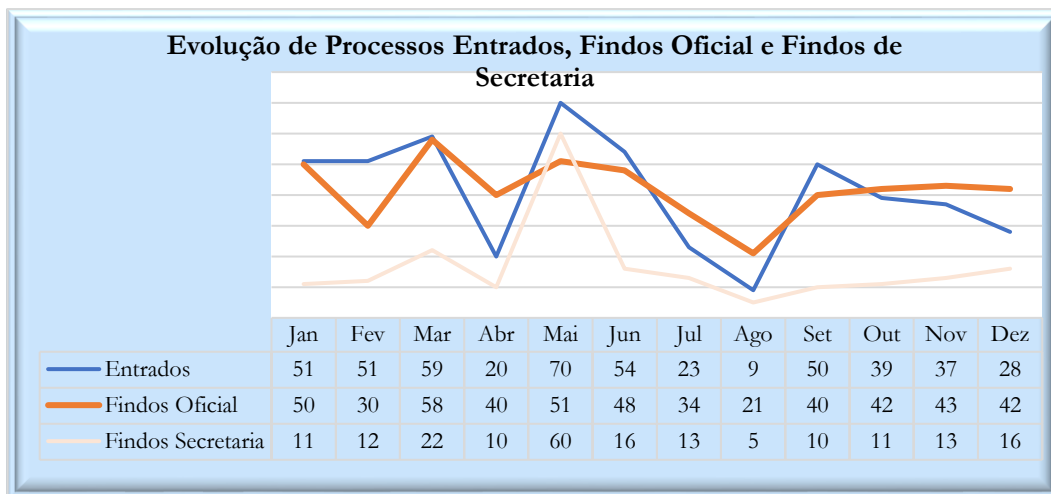
7.5.1.21. Juízo Local Criminal de Tomar

Pendência Oficial	Redução	▼
Pendência Secretaria	Aumento	▲
Entradas	Redução	↘



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM



No ano de 2023 no Juízo Local Criminal de Tomar a pendência oficial passou de 258 processos, em 31 de Dezembro de 2022, para 250 processos, em 31 de Dezembro de 2023, o que traduz uma redução de 3,10 % (menos 8 processos).

No mesmo período, a pendência de secretaria passou de 633 para 969 processos, representando um aumento de 53,08 %.

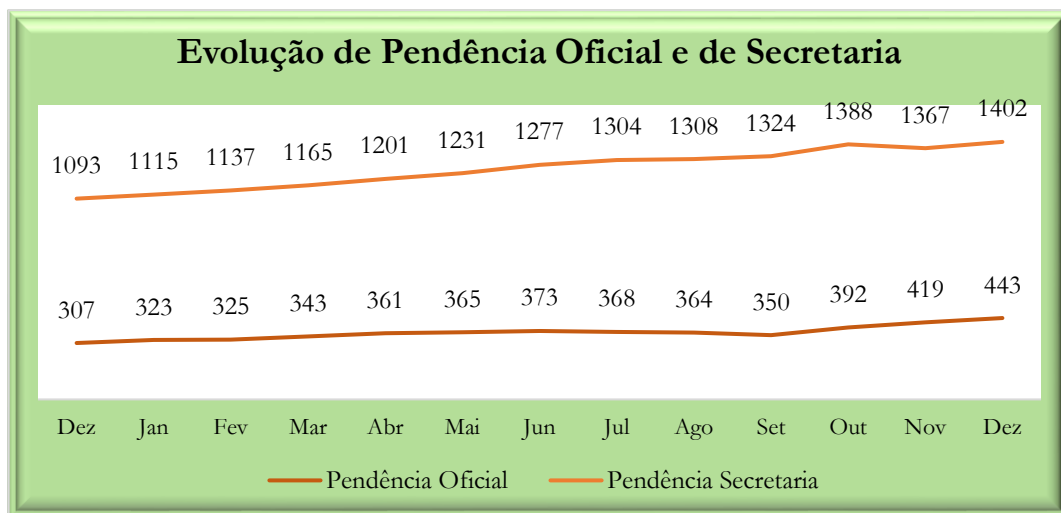
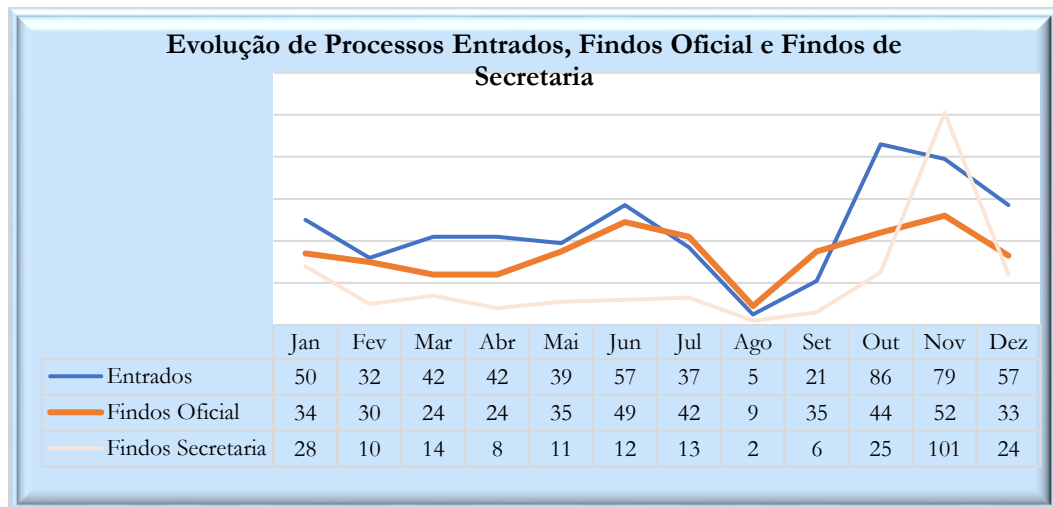
O número de processos entrados foi de 491, representando uma redução de 60 processos relativamente ao ano anterior, que corresponde a 10,89 %.

7.5.1.22. Juízo Local Criminal de Torres Novas



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Pendência Oficial	Aumento	↑
Pendência Secretaria	Aumento	↑
Entradas	Aumento	↗



Os dados recolhidos com relação ao Juízo Local Criminal de Torres Novas evidenciam que a pendência oficial passou de 307 processos, em 31 de Dezembro de 2022, para 443 processos, em 31 de Dezembro de 2023, o que traduz um aumento de 44,30 % (mais 136 processos).



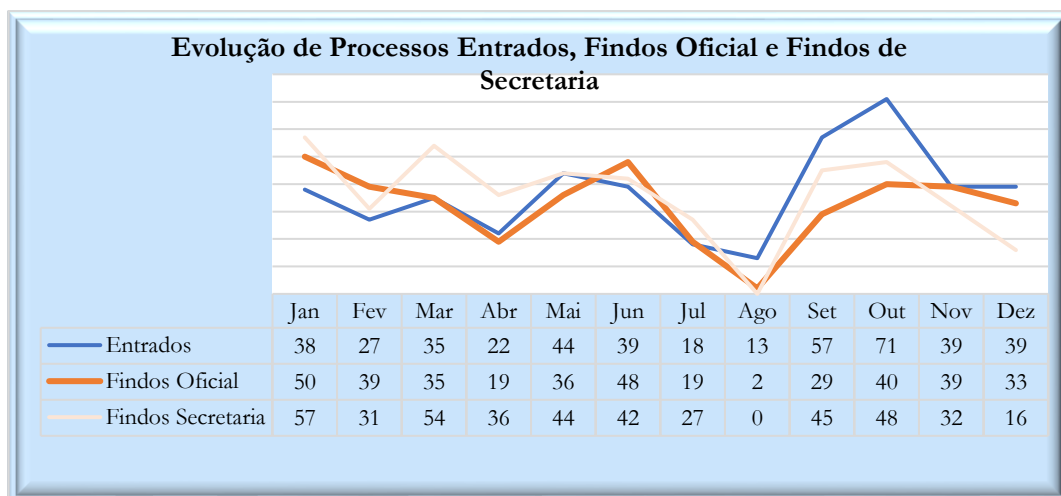
S. R.
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

No mesmo período, a pendência de secretaria passou de 1093 para 1402 processos, representando um aumento de 28,27 %.

O número de processos entrados foi de 547, representando um aumento de 106 processos relativamente ao ano anterior, que corresponde a 24,04 %.

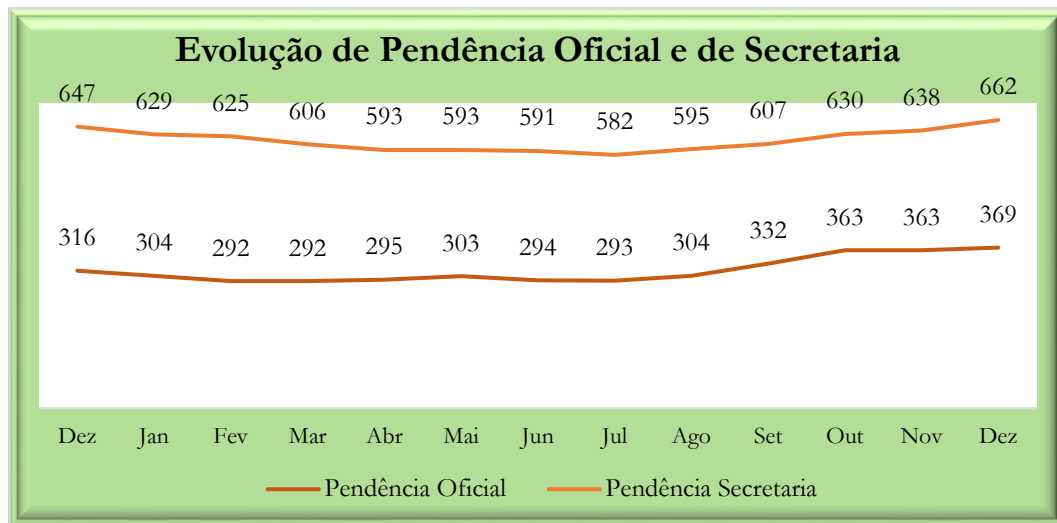
7.5.1.23. Juízo de Competência Genérica de Almeirim

Pendência Oficial	Aumento	↑
Pendência Secretaria	Aumento	↑
Entradas	Aumento	↗





S. R.
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM



Os elementos do Juízo de Competência Genérica de Almeirim revelam que a pendência oficial passou de 316 processos, em 31 de Dezembro de 2022, para 369 processos, em 31 de Dezembro de 2023, o que traduz um aumento de 16,77 % (mais 53 processos).

No mesmo período, a pendência de secretaria passou de 647 para 662 processos, representando um aumento de 2,32 %.

O número de processos entrados foi de 442, representando um aumento de 24 processos relativamente ao ano anterior, que corresponde a 5,74 %.

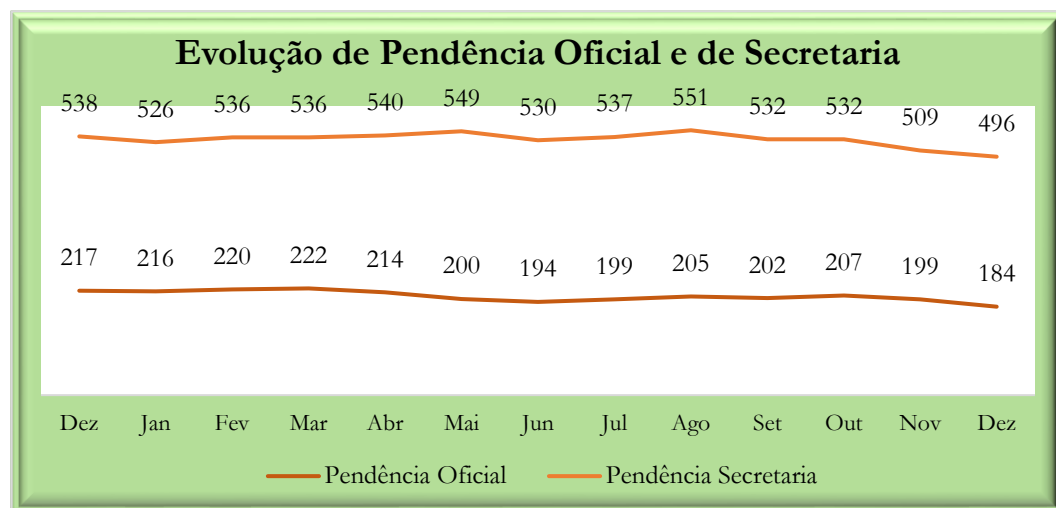
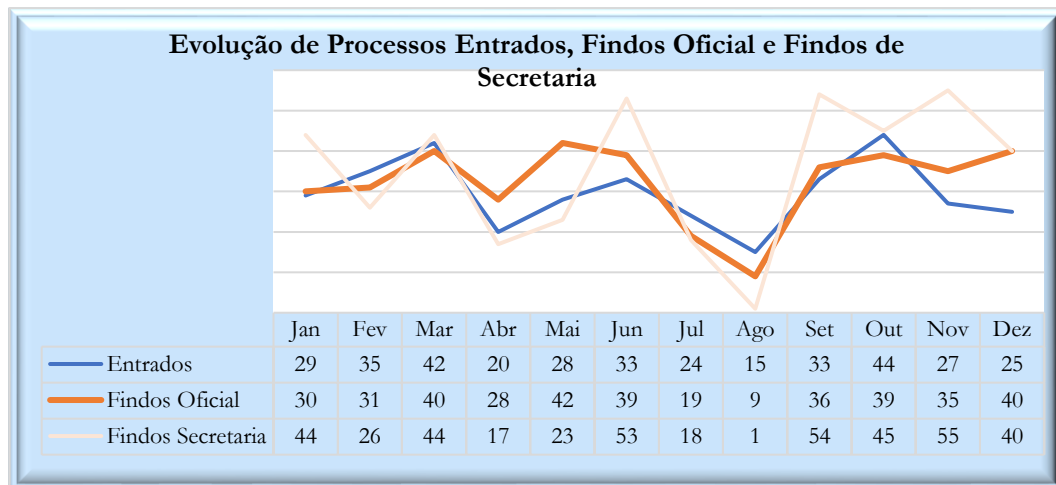
7.5.1.24. Juízo de Competência Genérica do Cartaxo

Pendência Oficial	Redução	▼
Pendência Secretária	Redução	▼
Entradas	Aumento	↗



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM



Relativamente ao Juízo de Competência Genérica do Cartaxo a pendência oficial passou de 217 processos, em 31 de Dezembro de 2022, para 184 processos, em 31 de Dezembro de 2023, o que traduz uma redução de 15,21 % (menos 33 processos).

No mesmo período, a pendência de secretaria passou de 538 para 496 processos, representando um decréscimo de 7,81 %.

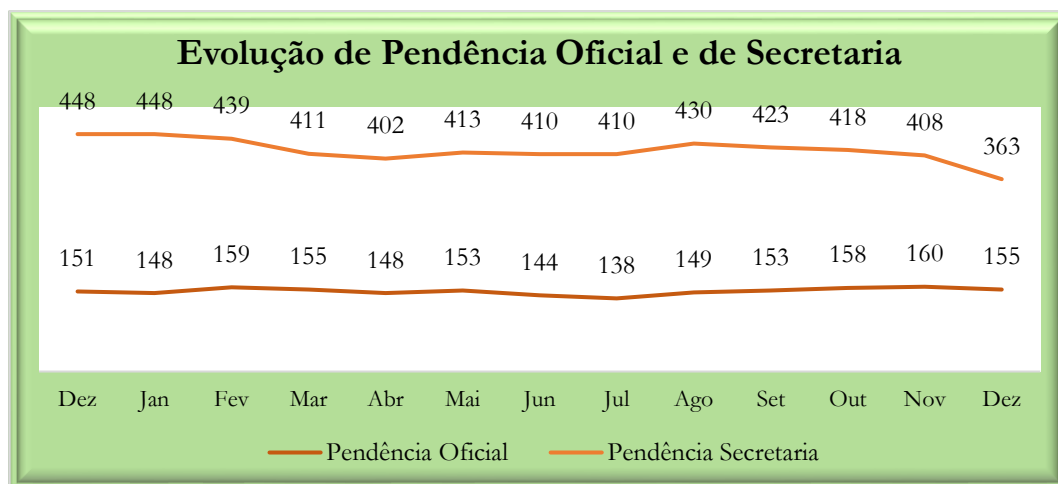
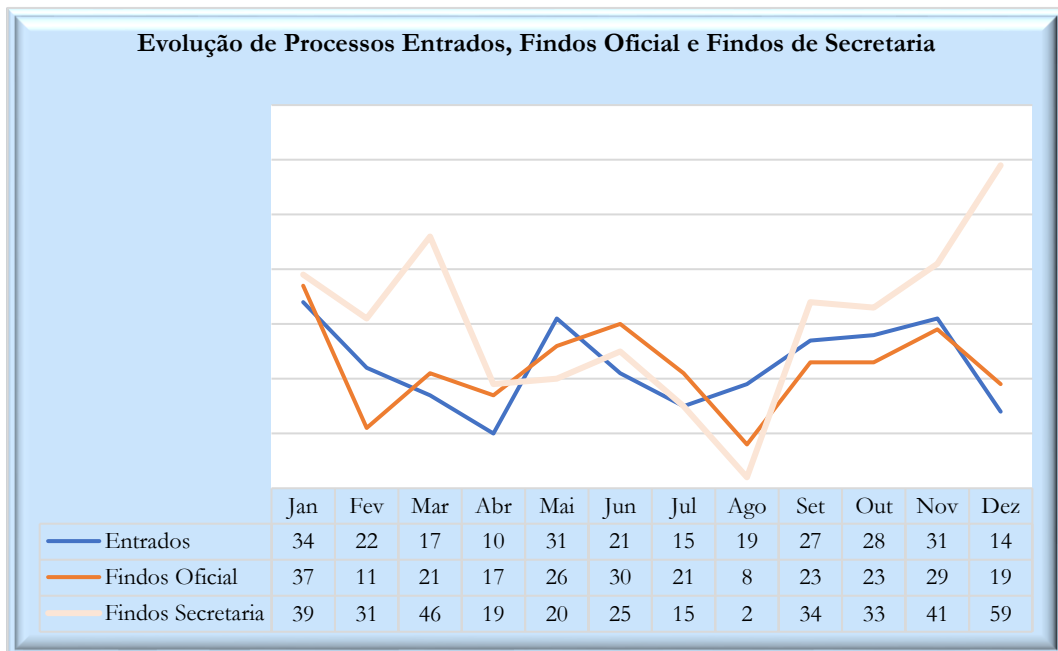
O número de processos entrados foi de 355, representando um aumento de 47 processos relativamente ao ano anterior, que corresponde a 15,26 %.

7.5.1.25. Juízo de Competência Genérica de Coruche



S. R.
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Pendência Oficial	Aumento	▲
Pendência Secretaria	Redução	▼
Entradas	Redução	➡





TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

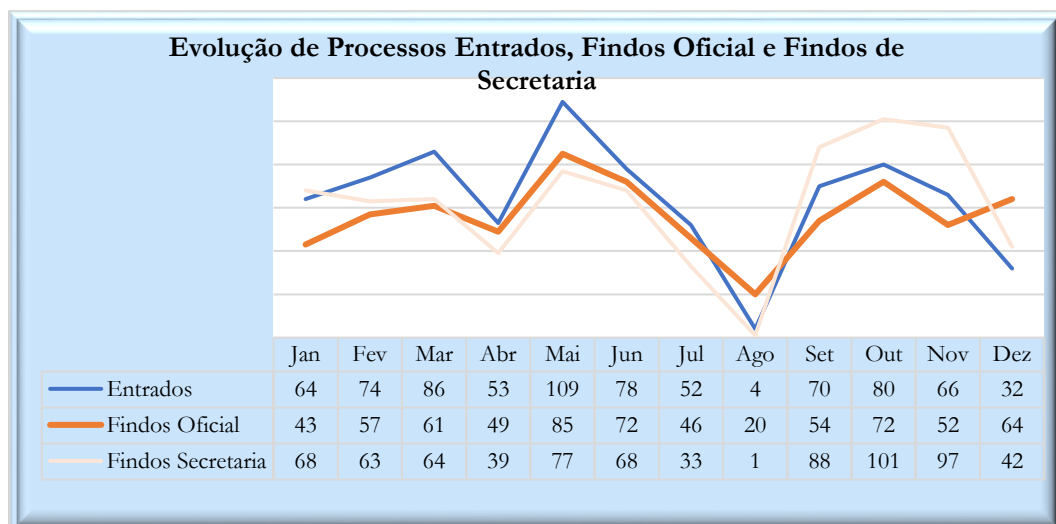
No Juízo de Competência Genérica de Coruche a pendência oficial passou de 151 processos, em 31 de Dezembro de 2022, para 155 processos, em 31 de Dezembro de 2023, o que traduz um aumento de 2,65 % (mais 4 processos).

No mesmo período, a pendência de secretaria passou de 448 para 363 processos, representando um decréscimo de 18,97 %.

O número de processos entrados foi de 269, representando uma redução de 36 processos relativamente ao ano anterior, que corresponde a -11,80 %.

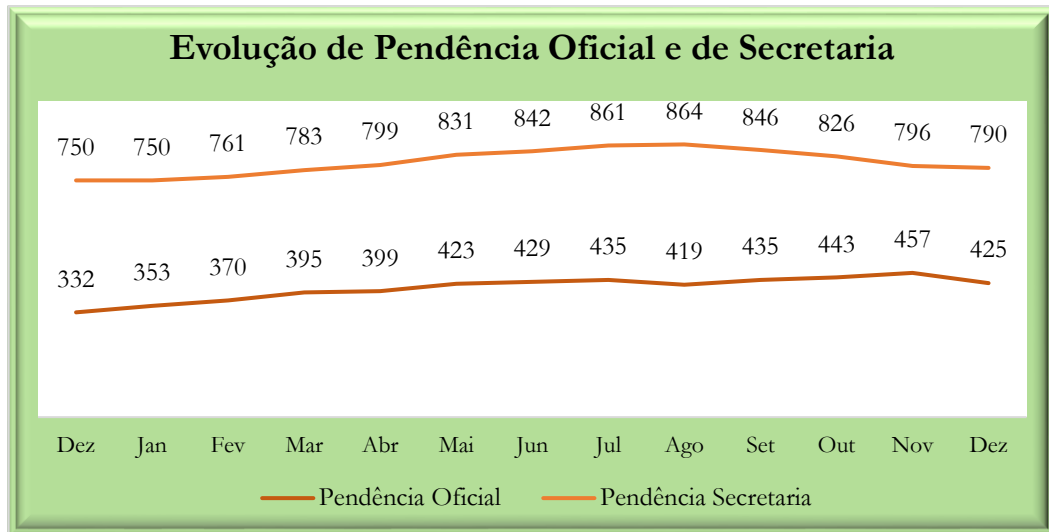
7.5.1.26. Juízo de Competência Genérica do Entroncamento

Pendência Oficial	Aumento	↑
Pendência Secretária	Aumento	↑
Entradas	Aumento	↗





S. R.
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM



Os elementos recolhidos com referência ao Juízo de Competência Genérica do Entroncamento mostram que a pendência oficial passou de 332 processos, em 31 de Dezembro de 2022, para 425 processos, em 31 de Dezembro de 2023, o que traduz um aumento de 28,01 % (mais 93 processos).

No mesmo período, a pendência de secretaria passou de 750 para 790 processos, representando um aumento de 10,53 %.

O número de processos entrados foi de 768, representando um aumento de 108 processos relativamente ao ano anterior, que corresponde a 16,36 %.

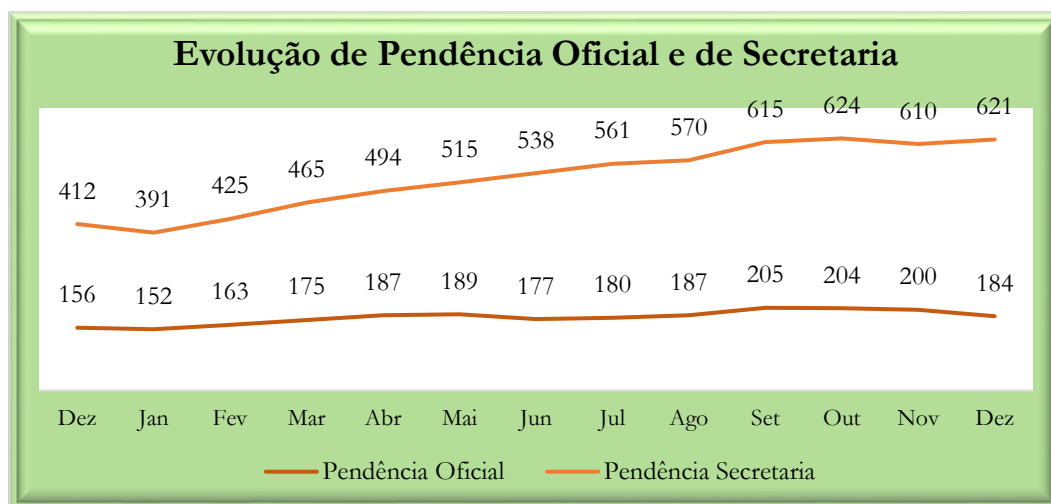
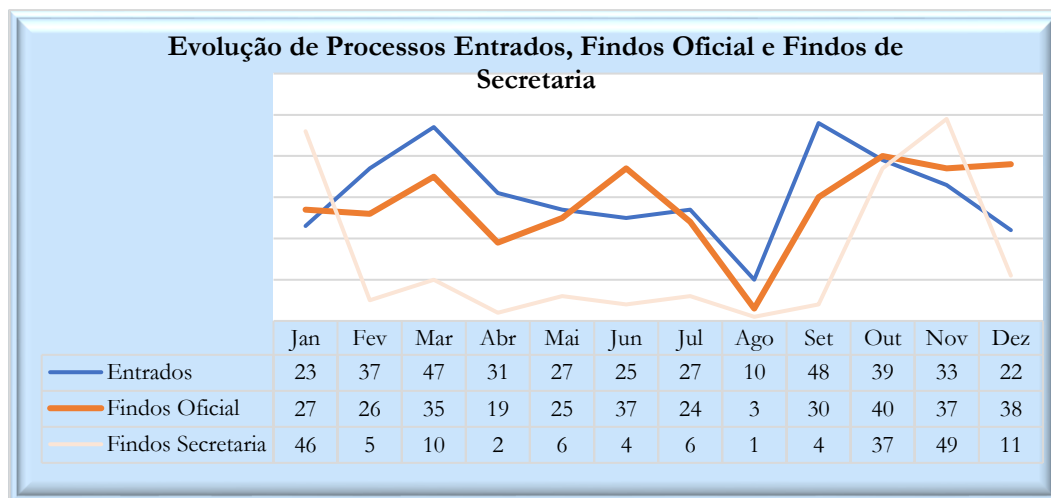
7.5.1.27. Juízo de Competência Genérica de Rio Maior

Pendência Oficial	Aumento	↑
Pendência Secretaria	Aumento	↑
Entradas	Aumento	↗



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM



No ano de 2023 a pendência oficial do Juízo de Competência Genérica de Rio Maior passou de 156 processos, em 31 de Dezembro de 2022, para 184 processos, em 31 de Dezembro de 2023, o que traduz um aumento de 17,95 % (mais 28 processos).

No mesmo período, a pendência de secretaria passou de 412 para 621 processos, representando um aumento de 50,73 %.

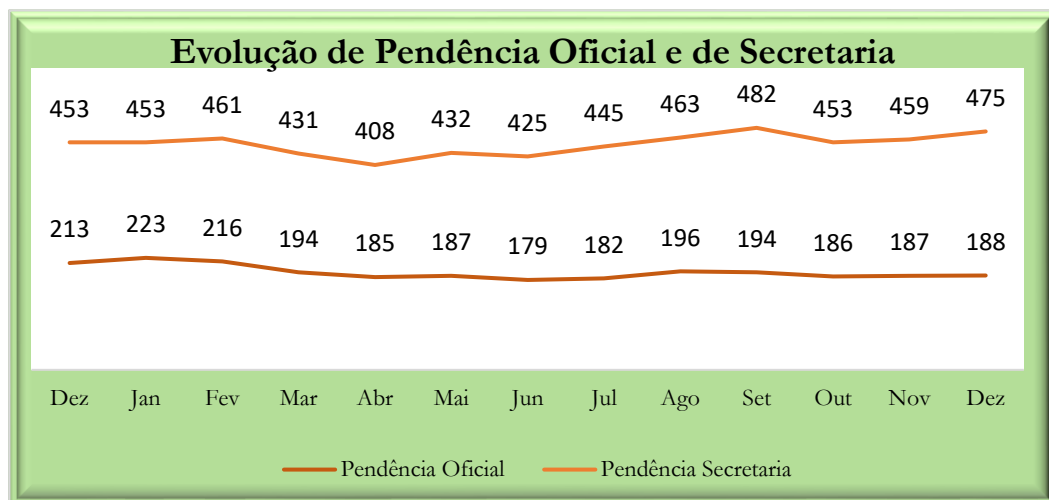
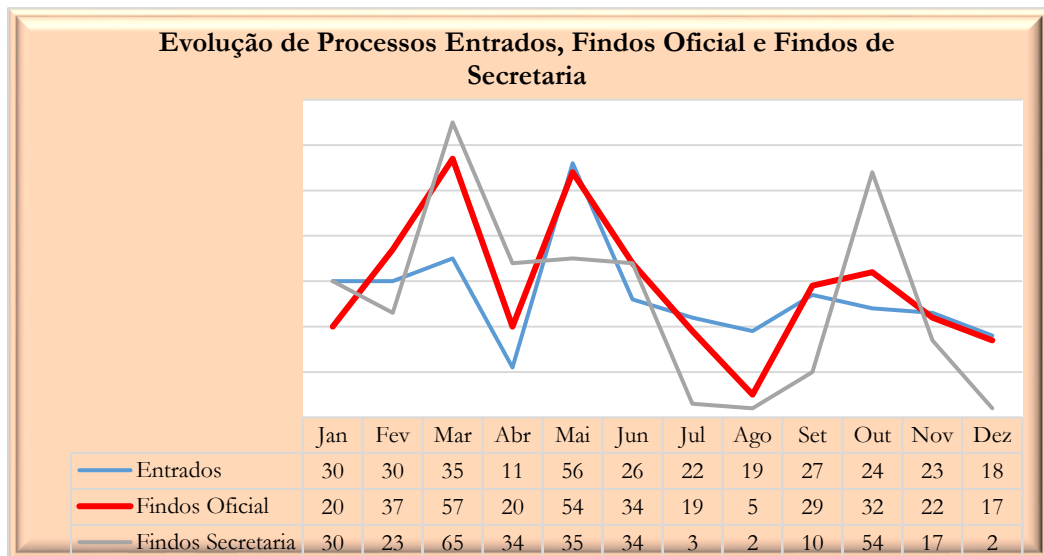
O número de processos entrados foi de 369, representando um aumento de 93 processos relativamente ao ano anterior, que corresponde a 33,70 %.

7.5.2. Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão



S. R.
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Pendência Oficial	Redução	▼
Pendência Secretaria	Aumento	▲
Entradas	Aumento	↗



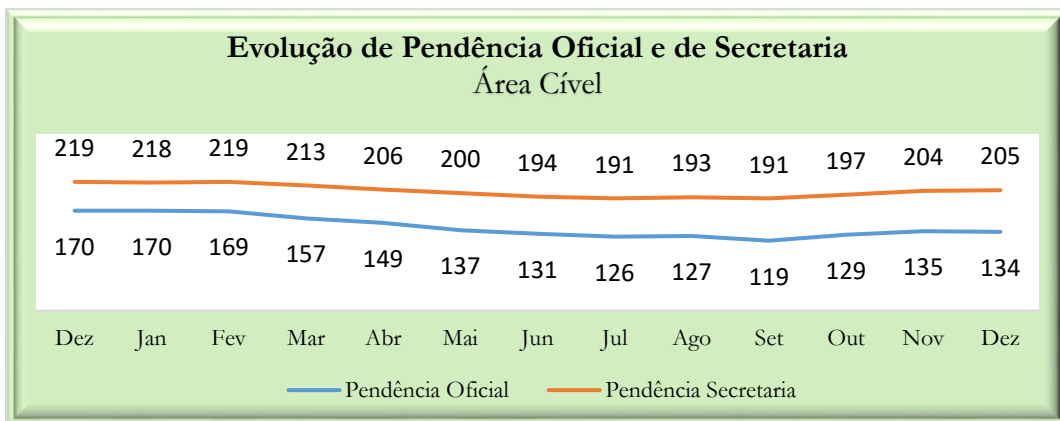
Fazendo a distinção entre a evolução de pendências nas áreas Cível e Penal, podemos constatar:



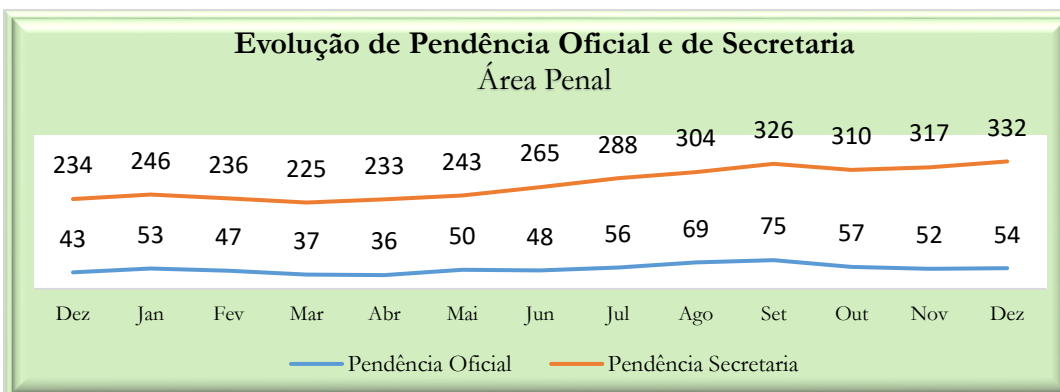
S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Área Cível		
Pendência Oficial	Redução	▼
Pendência Secretaria	Redução	▼
Entradas	Aumento	↗



Área Penal		
Pendência Oficial	Aumento	▲
Pendência Secretaria	Aumento	▲
Entradas	Aumento	↗





TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

No ao de 2023 no Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão registou-se uma redução da pendência oficial, passando-se de 213 processos, em 31 de Dezembro de 2022, para 188 processos, em 31 de Dezembro de 2023, o que representa uma descida de 11,74 %.

No mesmo período, a pendência de secretaria passou de 453 para 475 processos, representando um aumento de 4,85 %.

O número de processos entrados foi de 321, representando um aumento de 32 processos relativamente ao ano anterior, o que corresponde a 11,07 %.

7.6. OBJECTIVOS PROCESSUAIS

Para o ano de 2023 foram em termos genéricos estabelecidos os seguintes objectivos processuais para o Tribunal Judicial da Comarca de Santarém e para o Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão:

- ✚ Encurtamento da dilação do agendamento e redução de adiamento de diligências;
- ✚ Priorização da tramitação de processos antigos;
- ✚ Redução da pendência;
- ✚ Obviar à declaração da prescrição de procedimentos criminais e procedimentos contra-ordenacionais e respectivas sanções por causa imputável ao tribunal;
- ✚ Encurtamento do tempo de duração dos processos;
- ✚ Digitalização integral dos processos, mesmo onde não existe a obrigatoriedade legal;
- ✚ Regularização de pagamentos e recuperação de contas e remessa atempada de eventuais certidões de dívida à Autoridade Tributária a fim de evitar custas em dívidas;



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

- ✚ Tratamento atempado de todos os pedidos efectuados no âmbito de apoio judiciário;
- ✚ Redução do desfasamento entre a estatística oficial e a estatística da secretaria; e
- ✚ Tratamento atempado de objectos e arquivo.

7.6.1. Encurtamento da dilação do agendamento e redução de adiamentos

O objectivo de encurtamento do tempo de dilação do agendamento de diligências processuais e a redução das situações de adiamento mostra-se cumprido nos vários Juízos.

Sendo que a dilação máxima de marcação prevista, na generalidade das situações, foi inteiramente observada, tal qual se colhe do mapa de agendamentos que segue e no qual se vê que, até 31 de Dezembro de 2023, as marcações mais dilatadas, descontando o período das férias judiciais em que prazos estão suspensos nos termos da lei, estavam a ser feitas sensivelmente com dois a três meses de dilação.

Agendamentos			
		Último Agendamento	
Central	Cível de Santarém	Juiz 1	22 de Março de 2024
		Juiz 2	15 de Fevereiro de 2024
		Juiz 3	12 de Março de 2024
		Juiz 4	14 de Março de 2024
	Criminal de Santarém	Juiz 1	23 de Março de 2024
		Juiz 2	7 de Fevereiro de 2024
		Juiz 3	09 de Fevereiro de 2024
		Juiz 4	8 de Abril de 2024
	Instrução Criminal	Juiz 1	30 de Janeiro de 2024
		Juiz 2	16 de Fevereiro de 2024



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Local	Família e Menores de Santarém	Juiz 1	22 de Abril de 2024	
		Juiz 2	22 de Abril de 2024	
		Juiz 3	22 de Abril de 2024	
	Família e Menores de Tomar	Juiz 1	04 de Março de 2024	
		Juiz 2	12 de Março de 2024	
	Família e Menores de Abrantes	Juiz 1	19 de Janeiro de 2024	
	Trabalho de Santarém	Juiz 1	21 de Março de 2024	
		Juiz 2	11 de Março de 2024	
	Trabalho de Tomar	Juiz 1	29 de Fevereiro de 2024	
		Juiz 2	18 de Março de 2024	
	Comércio de Santarém	Juiz 1	28 de Fevereiro de 2024	
		Juiz 2	19 de Janeiro de 2024	
		Juiz 3	8 de Fevereiro de 2024	
	Execução do Entroncamento	Juiz 1	05 de Fevereiro de 2024	
		Juiz 2	19 de Janeiro de 2024	
		Juiz 3	06 de Fevereiro de 2024	
	Abrantes	Cível	26 de Fevereiro de 2024	
		Criminal	18 de Março de 2024	
	Almeirim	Genérica	15 de Março de 2024	
	Benavente	Cível	21 de Fevereiro de 2024	
		Criminal	Juiz 1	08 de Fevereiro de 2024
			Juiz 2	04 de Março de 2024
	Cartaxo	Genérica	5 de Março de 2024	
	Coruche	Genérica	14 de Março de 2024	
	Entroncamento	Genérica	Juiz 1	12 de Fevereiro de 2024
			Juiz 2	16 de Abril de 2024
	Ourém	Cível	27 de Fevereiro de 2024	
		Criminal	06 de Fevereiro de 2024	
	Rio Maior	Genérica	08 de Fevereiro de 2024	
	Santarém	Cível	Juiz 1	17 de Janeiro de 2024
Juiz 2			09 de Abril de 2024	
Santarém	Criminal	Juiz 1	28 de Fevereiro de 2024	
		Juiz 2	26 de Fevereiro de 2024	
Tomar	Cível	05 de Março de 2024		
	Criminal	20 de Março de 2024		
Torres Novas	Cível	09 de Fevereiro de 2024		
	Criminal	06 de Março de 2023		
TCRS	Juiz 1	14 de Março de 2024		
	Juiz 2	13 de Março de 2024		
	Juiz 3	09 de Março de 2024		

7.6.2. Priorização da tramitação de processos mais antigos



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

O objectivo de priorização da tramitação de processos mais antigos foi tendencialmente cumprido ao longo de todo o ano judicial de 2023 e nas várias Jurisdições, com um índice de processos findos positivos, tendo existido um aumento da percentagem de processos antigos findos quer na área executiva, em que o objectivo reporta a processos criados antes de 15-09-2003, quer nas restantes áreas, em que o objectivo reporta a processos criados antes de 31-12-2013, conforme se alcança dos quadros infra apresentados:

Execuções anteriores a 15-09-2003					
Evolução relativa aos processos findos, criados até 15 de Setembro de 2003					
Espécie	Número de Processos				
	Pendentes antes de 31 de Dezembro de 2023	Entrados entre 01-01-2023 e 31-12-2023	Findos entre 01-01-2023 e 31-12-2023	Pendentes depois de 31-12-2023	Percentagem de processos findos
Execuções Ordinárias (até 15-09-2003)	23	0	12	11	-52,17%
Execuções Sumárias e outras (até 15-09-2003)	2	0	2	0	-100,00%
TOTAIS	25	0	14	11	-56,00%

Assim, em sede executiva, relativamente às execuções anteriores a Setembro de 2003, atingiu-se uma percentagem de processos findos de 56,00%.

Processos autuados até 31 de Dezembro de 2013			
Evolução relativa aos processos decididos 2023			
Juízos especializados da área criminal	N.º de processos pendentes em 1 de Janeiro de 2023	N.º de processos pendentes em 31 de Dezembro de 2023	Percentagem de processos decididos
Juízo Central Criminal	78	70	-10,26%



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Juízo Local Criminal Abrantes	12	10	-16,67%
Juízo Local Criminal Benavente	18	17	-5,56%
Juízo Local Criminal Ourém	18	16	-11,11%
Juízo Local Criminal Santarém	49	49	0,00%
Juízo Local Criminal Tomar	8	8	0,00%
Juízo Local Criminal Torres Novas	20	17	-15,00%
Soma	203	187	-7,88%
Juízos especializados da área cível			
Juízo Central Cível	7	4	-42,86%
Juízo Local Cível Abrantes	2	0	-100,00%
Juízo Local Cível Benavente	7	5	-28,57%
Juízo Local Cível Ourém	2	1	-50,00%
Juízo Local Cível Santarém	3	2	-33,33%
Juízo Local Cível Tomar	8	7	-12,50%
Juízo Local Cível Torres Novas	3	2	-33,33%
Soma	32	21	-34,38%
Juízos de Família e Menores			
Juízo de Abrantes	0	0	0,00%
Juízo de Santarém	8	6	-25,00%
Juízo de Tomar	6	2	-66,67%
Soma	14	8	-42,86%
Juízos do Trabalho			
Juízo de Santarém	17	15	-11,76%
Juízo de Tomar	3	0	-100,00%
Soma	20	15	-25,00%
Juízo de Execução	4816	4787	-0,60%
Juízo de Comércio	10	5	-50,00%
Juízos de competência genérica			
Almeirim	15	14	-6,67%
Cartaxo	24	21	-12,50%
Coruche	9	7	-22,22%
Entroncamento	6	2	-66,67%
Rio Maior	11	11	0,00%



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Soma	4891	4847	-0,90%
TOTAIS	5160	5078	-1,59%
Percentagem Média de Recuperação	-1,59%		

No que tange aos demais processos criados até 31 de Dezembro de 2013 findaram 82 processos ao longo do ano de 2023, o que corresponde a uma redução média de 1,59%.

7.6.3. Redução da pendência

Tomando por referência a totalidade dos Juízos que o integram e a globalidade dos processos que neles correm, a pendência processual global do Tribunal Judicial da Comarca de Santarém diminuiu de 24 620 processos para 23 788 processos, ou seja, apresentou uma redução de 3,37%.

Considerando o mesmo universo e levando em conta que em 2023 deram entrada 20 494 processos (incluindo actos jurisdicionais) e findaram 21 752, verifica-se que a taxa de resolução do Tribunal Judicial da Comarca atingiu em percentagem 106,14%. A desconsiderar o disposto no artigo 551, n.º 5 do CPC temos que, deram entrada 17 384 processos e findaram 17 062, atingindo-se, assim, uma taxa de resolução de 98,15%.

Por sua vez, no Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão verificou-se uma redução da pendência de 41,43%, acompanhando de um aumento de entradas de 14,53%, cifrando-se a taxa de resolução deste Tribunal em 107,79%.

Tudo como os quadros abaixo discriminam:

Juízos	N.º de processos pendentes em 1 de Janeiro de 2023	N.º de processos pendentes em 31 de Dezembro de 2023	Evolução percentual	Entrados em 2022	Entrados em 2023	Evolução percentual



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Juízo Central Cível de Santarém	375	434	15,73%	285	287	0,70%
Juízo Central Criminal de Santarém	204	175	-14,22%	155	162	4,52%
Juízo de Instrução Criminal de Santarém*	99	113	14,14%	2626	2293	-12,68%
Juízo de Família e Menores de Santarém	761	840	10,38%	1725	1731	0,35%
Juízo de Família e Menores de Tomar	370	823	92,97%	937	836	-10,78%
Juízo de Família e Menores de Abrantes	95	68	-28,42%	318	268	-15,72%
Juízo do Trabalho de Santarém	891	994	11,56%	1022	1008	-1,37%
Juízo do Trabalho de Tomar	576	635	10,24%	821	865	5,36%
Juízo de Comércio de Santarém	595	313	-47,39%	1595	1649	3,39%
Juízo de Execução do Entroncamento	16 348	14757	-9,73%	3975	3901	-1,86%
Juízo Local Cível de Abrantes	261	288	10,34%	279	315	12,90%
Juízo Local Criminal de Abrantes	121	123	1,65%	290	332	14,48%
Juízo de Competência Genérica de Almeirim	316	369	16,77%	418	442	5,74%
Juízo Local Cível de Benavente	357	244	-31,65%	337	376	11,57%
Juízo Local Criminal de Benavente	414	445	7,49%	553	543	-1,81%
Juízo de Competência Genérica do Cartaxo	217	184	-15,21%	308	355	15,26%
Juízo de Competência Genérica de Coruche	151	155	2,65%	305	269	-11,80%
Juízo de Competência Genérica do Entroncamento	332	425	28,01%	660	768	16,36%
Juízo Local Cível de Ourém	196	195	-0,51%	284	318	11,97%
Juízo Local Criminal de Ourém	129	186	44,19%	346	507	46,53%
Juízo de Competência Genérica de Rio Maior	156	184	17,95%	276	369	33,70%
Juízo Local Cível de Santarém	274	296	8,03%	558	560	0,36%
Juízo Local Criminal de Santarém	290	269	-7,24%	516	561	8,72%
Juízo Local Cível de Tomar	353	435	23,23%	338	388	14,79%
Juízo Local Criminal de Tomar	258	250	-3,10%	551	491	-10,89%
Juízo Local Cível de Torres Novas	209	254	21,53%	311	353	13,50%
Juízo Local Criminal de Torres Novas	307	443	44,30%	441	547	24,04%
TOTAL	24620	23788	-3,38%	20230	20494	1,30%
Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão	321	188	-41,43%	289	331	14,53%



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Grau de cumprimento dos objectivos - Ano Judicial de 2023 - Pendência Oficial - Taxa de Resolução			
Juízos	Nº de processos entrados entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2023	Nº de processos findos entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2023	Taxa de resolução (%)
Juízo Central Cível de Santarém	287	228	79,44%
Juízo Central Criminal de Santarém	162	191	117,90%
Juízo de Instrução Criminal de Santarém	2293	2279	99,39%
Juízo de Família e Menores de Santarém	1731	1652	95,44%
Juízo de Família e Menores de Tomar	836	883	105,62%
Juízo de Família e Menores de Abrantes	268	295	110,07%
Juízo do Trabalho de Santarém	1008	905	89,78%
Juízo do Trabalho de Tomar	865	806	93,18%
Juízo de Comércio de Santarém	1649	1931	117,10%
Juízo de Execução do Entroncamento	791	802	101,39%
Juízo Local Cível de Abrantes	315	288	91,43%
Juízo Local Criminal de Abrantes	332	330	99,40%
Juízo de Competência Genérica de Almeirim	442	389	88,01%
Juízo Local Cível de Benavente	376	489	130,05%
Juízo Local Criminal de Benavente	543	512	94,29%
Juízo de Competência Genérica do Cartaxo	355	388	109,30%
Juízo de Competência Genérica de Coruche	269	265	98,51%
Juízo de Competência Genérica do Entroncamento	768	675	87,89%
Juízo Local Cível de Ourém	318	319	100,31%
Juízo Local Criminal de Ourém	507	450	88,76%
Juízo de Competência Genérica de Rio Maior	369	341	92,41%
Juízo Local Cível de Santarém	560	538	96,07%
Juízo Local Criminal de Santarém	561	582	103,74%
Juízo Local Cível de Tomar	388	306	78,87%
Juízo Local Criminal de Tomar	491	499	101,63%
Juízo Local Cível de Torres Novas	353	308	87,25%
Juízo Local Criminal de Torres Novas	547	411	75,14%
TOTAL	17384	17062	98,15%
Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão	321	346	107,79%

*Incluindo actos jurisdicionais

Não obstante o desfalque no provimento do quadro de funcionários, a movimentação processual foi assegurada regularmente pelas unidades de processos,



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

tendo a pendência, no tocante à pendência da secretaria, registado uma redução de 3,39% no Tribunal Judicial. Já relativamente ao Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão esta apresenta um aumento de 4,86%. Sendo que no cômputo geral se registou uma redução de 3,30% na pendência de secretaria.

Grau de cumprimento dos objectivos			
Percentagem de Redução Pendência de Secretaria			
Juízos	Nº de processos pendentes em 1 de Janeiro de 2023	Nº de processos pendentes em 31 de Dezembro de 2023	Percentagem
Juízo Central Cível de Santarém	639	657	2,82%
Juízo Central Criminal de Santarém	1088	1005	-7,63%
Juízo de Instrução Criminal de Santarém	123	140	13,82%
Juízo de Família e Menores de Santarém	1580	1606	1,65%
Juízo de Família e Menores de Tomar	869	579	-33,37%
Juízo de Família e Menores de Abrantes	274	188	-31,39%
Juízo do Trabalho de Santarém	1207	1412	16,98%
Juízo do Trabalho de Tomar	958	970	1,25%
Juízo de Comércio de Santarém	3904	3188	-18,34%
Juízo de Execução do Entroncamento	18110	16851	-6,95%
Juízo Local Cível de Abrantes	340	347	2,06%
Juízo Local Criminal de Abrantes	336	335	-0,30%
Juízo de Competência Genérica de Almeirim	647	662	2,32%
Juízo Local Cível de Benavente	633	708	11,85%
Juízo Local Criminal de Benavente	1749	1414	-19,15%
Juízo de Competência Genérica do Cartaxo	538	496	-7,81%
Juízo de Competência Genérica de Coruche	448	363	-18,97%
Juízo de Competência Genérica do Entroncamento	750	790	5,33%
Juízo Local Cível de Ourém	418	408	-2,39%
Juízo Local Criminal de Ourém	401	476	18,70%
Juízo de Competência Genérica de Rio Maior	412	621	50,73%
Juízo Local Cível de Santarém	569	642	12,83%



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Juízo Local Criminal de Santarém	967	926	-4,24%
Juízo Local Cível de Tomar	394	538	36,55%
Juízo Local Criminal de Tomar	633	969	53,08%
Juízo Local Cível de Torres Novas	293	345	17,75%
Juízo Local Criminal de Torres Novas	1093	1402	28,27%
Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão	453	475	4,86%
TJ - TOTAL GERAL	39826	38513	-3,30%

7.6.4. Prescrições

O objectivo de evitar a prescrição de procedimentos criminais e contra-ordenacionais e respectivas sanções por causa imputável ao Tribunal foi globalmente satisfeito, tendo-se registado no ano de 2023 apenas uma situação de prescrição de procedimento criminal, de procedimento contra-ordenacional, de pena ou de coima imputável ao tribunal no universo dos despachos de declaração de prescrições abaixo indicado:

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM												
TCRS												
Reporte de Declaração de Prescrições ao CSM												
ANO 2023												
Juízo	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Juízo Local Criminal de Abrantes				1		2			2	1		
Juízo de Competência Genérica de Almeirim												
Juízo Local Criminal de Benavente	2	4	8	1			1	2	2	3	2	1
Juízo de Competência Genérica do Cartaxo		1							2	1	1	1
Juízo de Competência Genérica de Coruche					2				1			
Juízo de Competência Genérica do Entroncamento	1	1	1		2	2	2					1



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Juízo Local Criminal de Ourém		2	1			1			3	2		
Juízo de Competência Genérica de Rio Maior					1				1			1
Juízo Local Criminal de Santarém							1			1	2	3
Juízo Local Criminal de Tomar	1					1					1	1
Juízo Local Criminal de Torres Novas		1	1		1	2	4		1	2		1
Juízo Central Criminal de Santarém		1	1		1	1				3	4	1
Juízo de Instrução Criminal de Santarém											2	
Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão		1	2									1

As situações de prescrição verificadas estão essencialmente relacionadas: com dificuldades de notificação; situações de contumácia; e com a remessa dos processos administrativos aos Juízos em data muito próxima da ocorrência da prescrição dos procedimentos contra-ordenacionais.

7.6.5. Encurtamento do tempo de duração dos processos

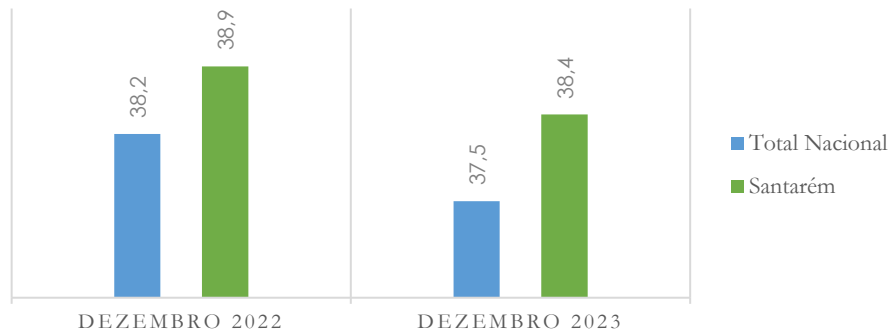
O objectivo de encurtamento de vida dos processos foi generalizadamente cumprido, sendo de realçar que, em relação a 2022, o tempo médio para obtenção da decisão no Tribunal Judicial da Comarca de Santarém diminuiu 5 meses, conforme se pode verificar dos dados extraídos do Sistema de Indicadores de Gestão.



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

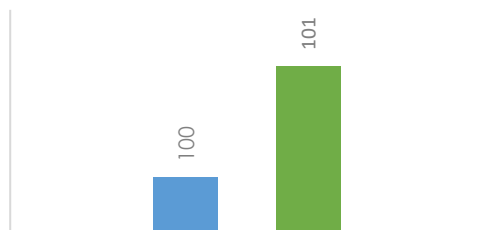
DURAÇÃO MÉDIA DOS PROCESSOS PENDENTES
DE DECISÃO FINAL (APENAS NESTE TRIBUNAL)
- EM MESES



Em 2023, comparativamente com os dados de totais a nível nacional, a comarca de Santarém teve o seguinte desempenho:

TAXA DE RESOLUÇÃO

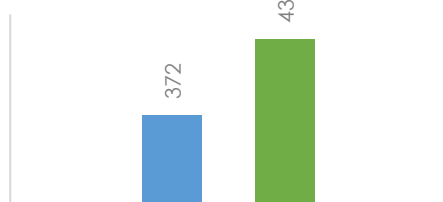
■ Total Nacional ■ Santarém



Percentagem que exprime a relação entre o número de processos findos e o número de processos entrados, num determinado período.

TEMPO DE RESOLUÇÃO
DISPOSITION TIME (EM DIAS)

■ Total Nacional ■ Santarém



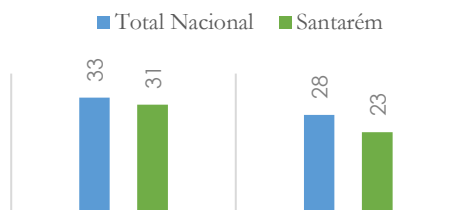
Número de dias necessários para finalizar todos os processos pendentes, tendo por referência o ritmo de trabalho registado num determinado período, ou seja, o número de processos findos nesse período.



S. R.

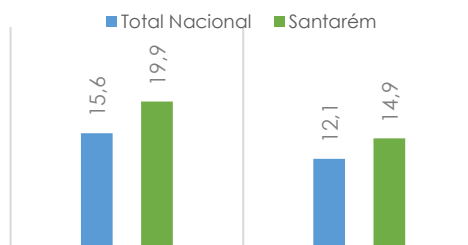
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

PERCENTAGEM DE PROCESSOS PENDENTES COM DURAÇÃO SUPERIOR AO VALOR DE REFERÊNCIA (DESDE O TRIBUNAL INICIAL E APENAS NESTE TRIBUNAL)



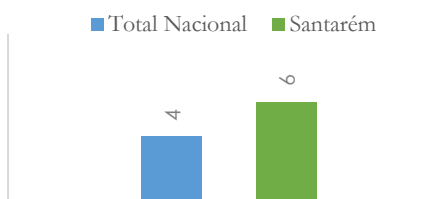
Proporção dos processos pendentes a aguardar decisão há mais tempo do que considerando para o efeito todo o tempo decorrido desde a data em que o processo deu inicialmente entrada, ainda que noutra unidade orgânica e apenas na unidade orgânica onde se encontra.

DURAÇÃO MÉDIA DOS PROCESSOS FINDOS (DESDE O TRIBUNAL INICIAL E APENAS NESTE TRIBUNAL) - EM MESES



Período de tempo médio, medido em meses, decorrido desde a data de entrada dos processos no tribunal onde foram decididos e a data de decisão final (acórdão, sentença ou despacho) na respectiva instância.

PERCENTAGEM DE EXECUÇÕES (AGENTE DE EXECUÇÃO) PENDENTES COM PEDIDOS PENDENTES



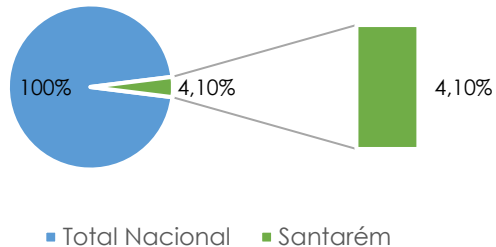
Percentagem de pedidos efectuados por agentes de execução que estão pendentes.



S. R.

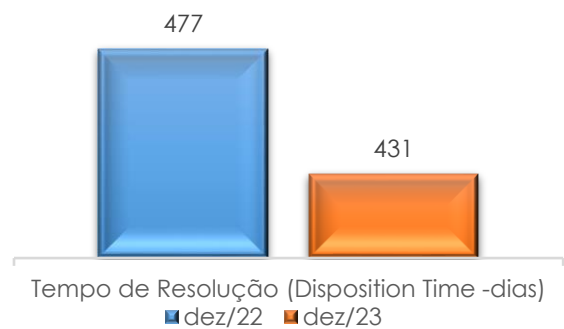
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Número de processos pendentes de decisão final



Percentagem de processos pendentes de decisão final na comarca de Santarém, comparativamente ao total nacional.

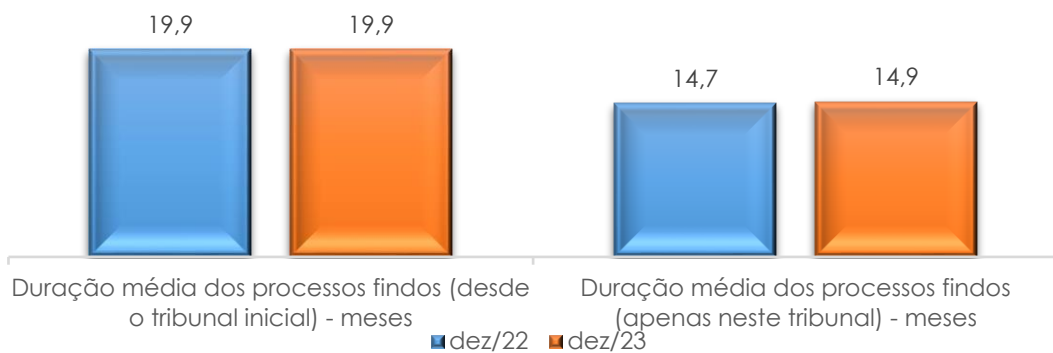
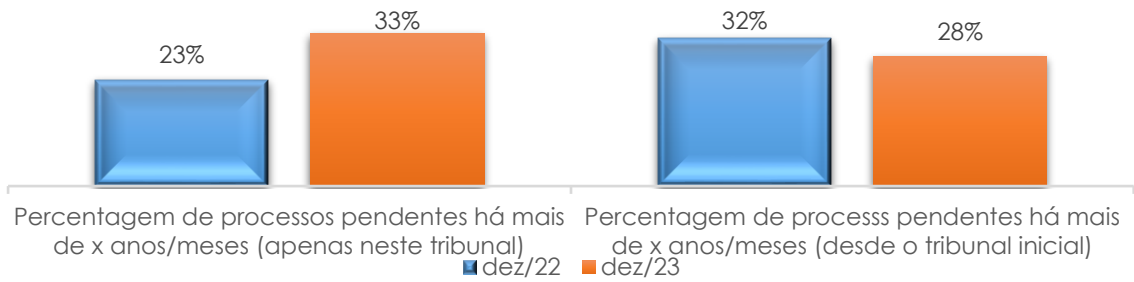
Seguindo os mesmos indicadores e analisando comparativamente com o ano anterior, o desempenho do Tribunal Judicial da Comarca de Santarém manteve-se, em quase todos os parâmetros, com a exceção de um ligeiro aumento na pendência oficial e de secretaria.





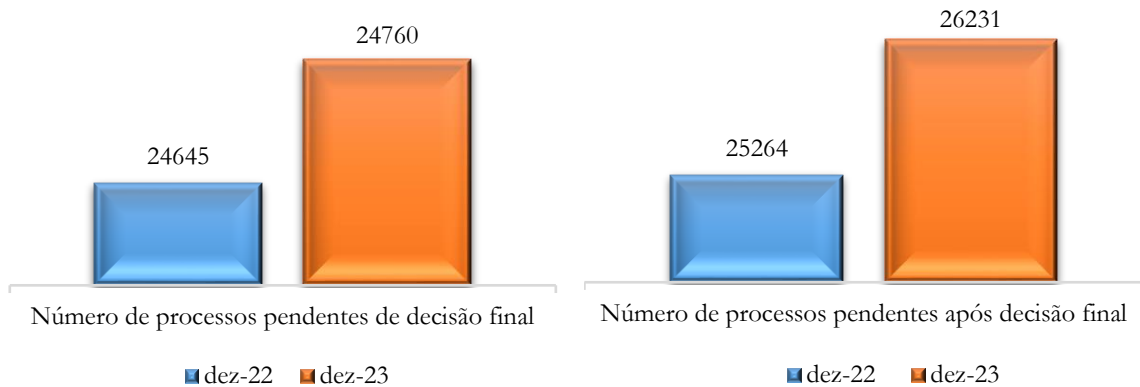
S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM





TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM



7.6.6. Digitalização

O objectivo de digitalização integral dos processos foi cumprido.

7.6.7. Regularização de pagamentos e recuperação de contas

No âmbito da regularização e recuperação de situações pendentes, verificou-se uma recuperação dos atrasos de contagem no Juízo Local Criminal de Benavente.

A 31.12.2023 não haviam certidões remetidas à Autoridade Tributária para cobrança de custas e multas processuais rejeitadas.

Os actos relativos a pagamentos devidos no âmbito processual a indicar ao IGFEJ para realização dos mesmos estavam todos regularizados em 31.12.2023, assim como os necessários aos pagamentos devidos a advogados no âmbito do acesso ao direito.



7.6.8. Objectos e arquivo

O objectivo estabelecido de atempado recebimento de processos pelo arquivo, eliminação de processos e de tratamento oportuno dos objectos apreendidos recebidos foi cumprido.

7.7. CONCLUSÕES

Em conclusão, no ano de 2023:

- Globalmente a pendência oficial e a pendência de secretaria foram reduzidas;
- O tempo médio de decisão de processos diminuiu em 5 meses comparativamente com o ano de 2022;
- A Taxa de Congestão oficial no TJCS fixou-se em 52,06% e no TCRS em 61,56%;
- A Taxa de Resolução oficial foi de 106,14% no TJCS e de 107,89% no TCRS;
- A Taxa de Recuperação oficial cifrou-se em 48,18% no TJCS e em 64,79% no TCRS;
- A Taxa de litigância oficial foi de 47,36% no TJCS e de 0,03% no TCRS.

O que no seu conjunto tudo significa que desempenho global do Tribunal Judicial da Comarca de Santarém e do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão no ano de 2023 foi positivo.



CAPÍTULO VIII

GABINETE DE APOIO AOS MAGISTRADOS JUDICIAIS

8.1. GABINETE DE APOIO MAGISTRADOS JUDICIAIS

O quadro do Gabinete de Apoio aos Magistrados Judiciais (GAMJ) do Tribunal Judicial da Comarca de Santarém e do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão é composto por um assessor em psicologia, um assessor em ciências jurídicas e um assessor em economia, gestão, contabilidade e finanças.

8.1.1. Actividades de carácter geral

No decurso do ano judicial de 2023 foi promovida a apresentação pessoal dos assessores do GAMJ aos magistrados judiciais em funções no Tribunal Judicial da Comarca de Santarém e no Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão, aproveitando-se os encontros havidos para aferir das respectivas expectativas quanto ao funcionamento do GAMJ e das concretas intervenções dele pretendidas.

No mesmo período os assessores do GAMJ colaboraram na estruturação do evento que, a 15 de Maio, assinalou na comarca o Dia Internacional da Família e deram continuidade à integração do acervo da Biblioteca Central.

8.1.2. Assessoria em psicologia

Em 2023 a actividade da assessoria em psicologia foi essencialmente desenvolvida junto do Juízo de Instrução Criminal e do Juízo de Família e Menores de Santarém e traduziu-se nas intervenções que constam a seguir registadas:



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM**1.1 Juízo de Instrução Criminal de Santarém**

TIPO DE SOLICITAÇÃO	N.º/MÊS	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Preparação e acompanhamento de vítimas especialmente vulneráveis na Tomada de Declarações para Memória Futura	Solicitações recebidas	15	8	19	13	21	16	5	2	19	24	20	8	170
	Diligências efectuadas	9	3	0	9	7	13	1	2	11	10	12	6	93
	Pessoas acompanhadas	13	3	12	9	7	13	1	4	17	11	13	7	107
	Sessões prévias		3			1								4

1.2 Juízo de Família e Menores de Santarém

TIPO DE SOLICITAÇÃO	N.º/MÊS	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Preparação e acompanhamento de criança/jovem na prestação de declarações	Solicitações recebidas	14	18	17	14	23	16	17	1	20	13	27	14	194
	Crianças acompanhadas	22	8	13	10	13	11	13	1	24	11	33	15	174
Aferição da capacidade de criança para compreender os assuntos em discussão		6	13	6	3	0	8	2	0	7	5	9	3	62
Acompanhamento de convívios pais-criança	Solicitações recebidas					1	1							2
	Diligências efectuadas					1	2	1	6	2				12

Tabelas de que se retira que nem todas as solicitações dirigidas à assessoria em psicologias foram correspondidas, o que sucedeu em razão da greve dos oficiais de justiça; de indisponibilidade de agenda da assessora; e de diligências dadas sem efeito.

Para além das intervenções assinaladas há ainda que dar nota de que ao longo do ano pela assessora em psicologia foram elaboradas 62 informações sequentes às entrevistas clínico-forenses realizadas a crianças de idade inferior a 12 anos com vista à aferição da sua capacidade para compreender os assuntos em discussão, além de outras informações técnicas solicitadas no âmbito de processos de família e crianças e da elaboração das informações necessárias à formalização



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

pela gestão dos procedimentos relativos à requalificação das salas de acolhimento e audição de crianças e jovens e de vítimas fragilizadas.

Além disso, no ano de 2023, indo de encontro ao objectivo traçado de alargar geograficamente a actividade do GAMJ, a assessora em psicologia teve ainda as seguintes intervenções em Juízos sedeados fora de Santarém:

1.3 Juízo de Família e Menores de Tomar

TIPO DE SOLICITAÇÃO	Nº/Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Preparação e Acompanhamento de criança/jovem na prestação de declarações	Solicitações recebidas						2					2	1	5
	Diligências efetuadas						1					2	1	4

1.4 Outros Juízos

TIPO DE SOLICITAÇÃO	Nº/Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Preparação e acompanhamento de vítimas em audiência de discussão e julgamento	Juízo de competência genérica do Entroncamento						1							1
	Juízo Local Criminal de Abrantes					1								1
	Juízo de competência genérica de Coruche										1			1

Registando-se, em termos comparativos com o período homologado anterior, um significativo aumento das solicitações da assessoria em psicologia, 162 em 2022 para 372 em 2023, e o correspondente aumento do número de intervenções processuais que somaram, em 2023, 204 e foram 162 em 2022.

8.1.3. Assessoria em ciências jurídicas

Durante o ano de 2023 a actividade da assessoria na área jurídica foi desenvolvida junto do TCRS, do Juízo Local Cível de Tomar, do Juízo Local



S. R.
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Criminal de Benavente, do Juízo do Trabalho de Santarém, do Juízo de Competência Genérica de Coruche, do Juízo de Comércio de Santarém e da Juiz Presidente da Comarca e traduziu-se na resposta às solicitações que constam registadas no quadro infra:

		Data de solicitação e termo dos pedidos de assessoria												Total Proc.
Tipo de solicitação		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total Proc.
TCRS J1, J2, J3	Tipo A	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	224
TCRS - J2	Tipo C		1											1
	Tipo B	(...)	(...)					1		5	(...)	(...)	(...)	6 ¹⁰
TCRS - J1	Tipo C		1	(...)	1									2
	Tipo B			1										1
TCRS - art. 107º	Tipo B						18	(...)	(...)	(...)	(...)			18
Juiz Presidente	Tipo D	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	52
	Tipo E				1	(...)								1
	Tipo F											2		2
Juízo Local Criminal de Benavente - J2	Tipo G			6	4 (...)	(...)								10
Juízo do Trabalho de Santarém - J2	Tipo B					1	(...)							1
Juízo Local Criminal de Benavente - J1	Tipo C						1							1
Juízo de Competência Genérica de Coruche	Tipo C							1	(...)	(...)				1
Juízo de Comércio de Santarém - J1	Tipo B									4	(...)	(...)	(...)	4
Juízo Local Cível de Tomar	Tipo G												49	49
Total													373	

Legenda:

- (...) - Trabalho em curso/continuidade do pedido.
- Tipo A - Tratamento de jurisprudência do TCRS.
- Tipo B - Apoio à elaboração de sentenças/decisões.
- Tipo C - Pesquisa e análise de jurisprudência.
- Tipo D - Elaboração e divulgação semanal de síntese do DR e do JOUE.
- Tipo E - Pesquisa de legislação e de informações.

¹⁰ Uma solicitação não correspondida, por indisponibilidade no prazo pretendido.



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Dados de que, comparativamente com o ano anterior, pode retirar-se o alargamento temático, técnico e geográfico da actuação da assessora em ciências jurídicas, mas também um relevante aumento das solicitações que lhe foram dirigidas e a que correspondeu.

8.1.4. Assessoria em economia, gestão, contabilidade e finanças

No ano de 2023 a actividade de assessoria na área económico financeira foi desenvolvida junto do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão, do Juízo Local Criminal de Elvas, do Tribunal Central Criminal de Santarém e do Tribunal de Comércio de Santarém, conforme quadro que segue:

Assessoria económico financeira												
Juízo	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out	Nov	Dez
Juízo Local Criminal de Elvas						1	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	
Juízo Central Criminal de Santarém						1	(...)	(...)	(...)			
Juízo do Comércio de Santarém										1	(...)	(...)
TCRS - Juiz 1						1	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
TCRS - Juiz 2										1	(...)	(...)
TCRS - Juiz 1 TCRS - Juiz 2 TCRS - Juiz 3	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
Total						3				2		

Legenda:

(...) Continuação do trabalho iniciado no mês anterior.



CAPÍTULO IX

PLANO DE ACTIVIDADES E PROPOSTAS

9.1. PLANO DE ACTIVIDADES 2023

O plano de actividades estabelecido para o ano de 2023 constante do relatório anual do anterior foi no essencial cumprido.

9.2. PLANO DE ACTIVIDADES 2024

No decurso do ano judicial de 2024 prevê-se:

- Cumprir os objectivos processuais propostos ao Conselho Superior da Magistratura nos termos do artigo 91.º da LOSJ para o ano judicial de 2024;
- Acompanhar o movimento processual do Tribunal Judicial e do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão;
- Monitorizar a actividade dos diversos Juízos e núcleos da comarca e do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão para aferir a evolução dos resultados com base designadamente nos elementos disponibilizados pelo sistema de informação de suporte à tramitação processual;
- Realizar deslocações aos diversos Juízos e núcleos da comarca;
- Realizar reuniões de planeamento e avaliação dos resultados dos serviços judiciais;
- Continuar o processo de implementação de medidas de desburocratização e simplificação de procedimentos;



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

- Prosseguir o desenvolvimento do projecto *Tribunal+*, com melhoramento e acompanhamento contínuo do método organizativo da secretaria;
- Sinalizar os processos pendentes por tempo considerado excessivo ou que não são resolvidos em prazo considerado razoável e desencadear as medidas de gestão necessárias à correcção de tais situações;
- Promover a aplicação de medidas de simplificação e agilização processuais;
- Ampliar o acervo da Biblioteca Central da Comarca de Santarém e dinamizar o seu uso;
- Desenvolver o processo electrónico de gestão documental do gabinete de apoio à presidência do Tribunal e prosseguir o processo de desmaterialização do respectivo arquivo;
- Incentivar o uso das aplicações disponibilizadas pelo Office 365;
- Estruturar um Sharepoint por forma a criar um repositório permanentemente disponível e consultável de informação organizativa do Tribunal da Comarca e do TCRS para quem aí exerce funções;
- Desenvolver e implementar formas de capacitação digital e de maior conhecimento das ferramentas electrónicas disponíveis por parte de magistrados e funcionários;
- Promover acções de literacia judiciária junto da comunidade, designadamente de escolas;
- Promover acções de aproximação dos Tribunais à comunidade, designadamente através de visitas institucionais e culturais aos diferentes edifícios;
- Divulgar o património artístico e arquitectónico da comarca;



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

- Desenvolver iniciativas de cooperação institucional com todas as entidades externas que interagem com os serviços judiciais da comarca e do TCRS;
- Incentivar o recurso aos serviços de assessoria do GAMJ;
- Equipar com os meios informáticos em falta as salas de acolhimento e audição de crianças e jovens da comarca;
- Continuar a desenvolver diligências junto das entidades competentes com vista à concretização do projecto de criação de uma sala de audiências de grandes dimensões na sede da Comarca e da construção de um novo Palácio da Justiça em Santarém;
- Continuar a pugnar pela reabilitação e requalificação dos Palácios da Justiça de Rio Maior, Abrantes e Torres Novas;
- Continuar a pugnar pela disponibilização de rede Wi-Fi nas salas de audiência e edifícios da comarca;
- Realizar as IV Jornadas do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão; e
- Assinalar os 70 anos do Palácio da Justiça I de Santarém.

9.3. PROPOSTAS

Para o ano de 2024 propõe-se:

- O desenvolvimento e disponibilização de programa adequado de gestão documental para apoio à actividade de gestão;
- O reforço da articulação dos órgãos de gestão da comarca com o IGFEJ e com a DGAJ;



S. R.
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

- A construção da sala de audiências de grandes dimensões no edifício destinado ao futuro Palácio de Justiça III em Santarém, aproveitando a sua possível acomodação em termos orçamentais;
- A manutenção de todos lugares de juiz titular, quer do Tribunal Judicial da Comarca de Santarém, quer do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão e o seu efectivo preenchimento;
- A ampliação para três dos lugares de Juiz do artigo 107.º do ROFTJ; e
- O preenchimento de todos os lugares de oficiais de justiça e funcionários administrativos constantes da Portaria n.º 372/19, de 15 de Outubro.

Santarém, 23 de Fevereiro de 2024

(Susana Fontinha)
Juiz Presidente